

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 195

ABRIL — JUNHO

1947

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRETOR

CLAUDIO GANNS

DIRETOR SUBSTITUTO

FEIJÓ BITTENCOURT



1949

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil

Digitized by the Internet Archive
in 2024

FORÇAS ARMADAS

General E. LEITÃO DE CARVALHO

A organização de forças armadas nacionais foi uma exigência da proclamação da independência política do país. A obra de consolidação das novas instituições e de defesa do território requeria forçosamente um exército e uma armada. O problema de sua criação era porém difícil de resolver, porque a luta se travava justamente contra a Nação a que pertenciam os elementos principais das forças militares e navais existentes no Brasil. O processo singular por que se fez a separação permitiu no entanto a constituição, sem atropelo, no momento oportuno, das forças de terra e mar necessárias à segurança do Império. Foram esses núcleos improvisados de força, criados nos dias incertos da rebelião nacional, a base sobre que se ergueram as instituições armadas do Brasil, nascidas com a independência, desenvolvidas paralelamente aos progressos da Nação, em cujo nível cultural e político sempre se mantiveram e a que nunca faltaram, quando chamadas a debelar as crises que lhe ameaçaram a paz e a integridade.

O fato de se haver transformado a colônia em metrópole, com a vinda de D. João VI, em 1808, para o Brasil, instalando-se a corte portuguesa no Rio de Janeiro, só podia gerar, como gerou, um ambiente favorável ao desenvolvimento das forças armadas brasileiras antes da independência, uma vez que passavam elas a ser o sustentáculo do poder

real e o instrumento de sua política externa no continente americano.

O regular funcionamento do governo português em território brasileiro, requerendo a pronta criação dos órgãos necessários à administração pública e ao exercício do poder, determinou, como era óbvio, a organização dos ministérios militares e das principais repartições encarregadas de gerir os negócios das forças armadas, de provê-las de pessoal e material e de promover-lhes a instrução e a disciplina, como convinha aos interesses da corôa. As forças coloniais foram, por isso, remodeladas e aumentadas, de maneira que pudessem desempenhar as novas funções, como até então havia feito o exército de guarnição na metrópole.

Além do desdobramento da força militar da colônia, a corôa fez vir de Portugal, logo que as circunstâncias o permitiram, reforços consideráveis, destinados a garantir a integridade de seus domínios e a submissão de seus súditos na América, aquela ameaçada no Sul pelos Espanhóis do Prata, e esta, no interior pelos movimentos nacionalistas, que punham em risco a unidade do império colonial português, como se dera com a revolução emancipadora de Pernambuco, em 1817. Transportaram-se para o Brasil a divisão do brigadeiro Madeira de Melo, mandada para a Bahia como guarda da soberania lusitana no Norte; a do tenente-general Jorge de Avilez, tropa

auxiliadora da guarnição da capital; e a do tenente-general Carlos Frederico Lector, enviada para Montevidéu, a fim de manter a posse da Província Cisplatina.

A par dos elementos combatentes, criaram-se no território da colônia fábricas e arsenais para o fornecimento de material ao exército e à marinha, e fundaram-se instituições da mais alta importância para a existência das forças armadas, destinadas a superintender a instrução superior, a disciplina e a justiça. Ficavam, assim, habilitados o exército e a marinha a desempenhar com eficácia as funções de preservar a ordem interna e defender a integridade territorial na sede provisória da monarquia e entregues a mãos portuguesas a segurança e a fidelidade da colônia, elevada, em breve, a reino, unido ao de Portugal e Algarve por laços políticos menos duros de suportar.

A circunstância de permanecer à testa do governo do Brasil o príncipe herdeiro da coroa portuguesa, ao regressar o monarca à metrópole, era por si só um seguro penhor de fidelidade da força armada, deixada no reino americano, ao rei e ao príncipe, ligadas como estavam a ambos pela tradição e por estrita comunhão de sentimentos e interesses. Mas a armadura em que tanto confiavam os estadistas lusitanos mostrou-se por demais fraca para resistir aos golpes desfechados pelo povo brasileiro, cujos anseios de liberdade, sopitados por tanto tempo, encontraram afinal no próprio príncipe regente o instrumento com que enfrentar e vencer o domínio português, em véspera de readquirir sua antiga prepotência, se se realizassem os propósitos de recolonização manifestados pelas cortes de Lisboa.

Proclamada a independência, a bem dizer sem luta; realizada a separação, como se se rompesse apenas uma aliança entre duas Nações; conservaram-se provisoriamente intactas as instituições mi-

litares em que se apoiava o governo do Brasil, até que se desfizeram as últimas esperanças das tropas portuguesas em manter unidos os dois estados, e se firmou a vontade nacional, com o emprêgo da força, onde quer que surgiram resistências ao triunfo da causa nacional.

A maneira favorável por que se desenvolveram os acontecimentos ligados à proclamação da independência, de tão excepcionais características, não liberou, porém, o príncipe, e a causa que êle encarnava, da contingência embaraçosa de ter de lançar mão das tropas portuguesas para apoiar a rebelião contra a mãe pátria. Defrontava êle, com efeito, a grave e urgente tarefa de organizar a defesa do país e das novas instituições políticas, ameaçadas pela reação lusitana, com forças militares compostas em grande parte de pessoal português e entregues a comandos da mesma nacionalidade. Até os corpos formados pela coroa para a defesa do reino americano, fazendo embora parte integrante do exército brasileiro, haviam sido postos sob o comando de oficiais portugueses, perdida a confiança nos de origem brasileira desde a revolução pernambucana de 1817, a que muitos deram seu decidido concurso, combatendo a autoridade real.

Nessa conjuntura, para dominar a situação, foram postas em prática medidas de emergência, que produziram os resultados desejados, até que se procedeu à primeira organização normal das forças de mar e terra.

No tocante às primeiras, tratou o governo de reunir, com urgência, tropas brasileiras em que apoiar sua autoridade, apelando desde logo para os corpos de milícias, de acentuado espírito nacionalista, principal sustentáculo da autoridade real, garantia da obediência à lei e instrumento valioso da defesa do território durante o período colonial. Esse papel meritório foi-lhes aliás explicitamente reconhecido pelo ministro Melo e

Castro, em carta de 1775 ao governador geral da Capitania de São Paulo, na qual firmava o princípio de que “as principais forças que hão de defender o Brasil são as do mesmo Brasil”, desautorando assim a opinião emitida oito anos antes pelo vice-rei Conde da Cunha, para quem os naturais do país, por seu fraco ânimo e a insuficiente resistência física não inspiravam confiança para os mistérios da guerra.

Negando procedência à afirmação do vice-rei, lembrava Melo e Castro os feitos das tropas auxiliares na repulsa a holandeses e franceses, na luta em defesa do litoral, durante os dois primeiros séculos da colonização, e na expulsão dos espanhóis do território da Capitania de São Pedro, no século seguinte.

Onde poderia, com efeito, encontrar o príncipe maior fervor patriótico e resolute empenho em sustentar a causa da emancipação política do país do que nos antigos corpos de milícias, experimentados nas lutas passadas, em defesa da terra e da liberdade de seus habitantes, não raro contra a prepotência dos delegados da coroa?!

Foi, por conseguinte, para eles que se voltou o novo governo, desde o primeiro momento, em busca da força necessária à consolidação da independência, opondo-os, onde quer que se fizesse mister, às tropas portuguesas.

Às forças auxiliares, convocadas por toda a parte a sustentar a causa nacional, vieram juntar-se alguns corpos de linha e tropas de emergência, organizadas sob a pressão dos acontecimentos, que não deixavam liberdade à escolha dos meios, tudo servindo: ao lado das unidades constituídas de patriotas desinteressados, alinhando-se as de mercenários estrangeiros e escravos libertos. Recorreram também os dirigentes da Nação, nessa fase crítica de sua formação política, para o comando da tropa, em alguns teatros de operações, à capa-

cidade profissional e à experiência de chefes estrangeiros.

Aproveitados os elementos portugueses, que optaram pela nacionalidade brasileira e juraram defendê-la com dedicação e lealdade; repatriadas as tropas que se conservaram fiéis ao rei; entregues os altos postos das forças de terra a chefes brasileiros, ou que haviam aderido à causa nacional e inspiravam confiança, organizou-se o primeiro exército regular do país, criado por lei de 1.º de dezembro de 1824. Os deveres e direitos da corporação e de seus membros assentavam nos princípios estabelecidos na carta constitucional de 25 de março, entre os quais a obrigatoriedade de *pegar em armas* para todos os brasileiros a fim de “sustentar a independência do Império e defendê-lo de seus inimigos externos e internos” (art. 145).

A êsse exército, composto de unidades de tôdas as armas, com um efetivo de 30.000 homens, constituído nos moldes das corporações congêneres das nações mais adiantadas, coube a missão de sustentar a monarquia no Brasil, manter a unidade e a integridade nacionais, combatendo as sublevações internas, que em breve rebentariam no país, e lutando nos campos de batalha do Sul, contra forças invasoras, das Províncias Unidas do Rio da Prata, na guerra de que surgiu mais uma nação independente na América — a República Oriental do Uruguai, — último episódio da porfiada contenda, entre portugueses e espanhóis, em busca de limites vantajosos para suas possessões.

A existência de um forte poder naval era exigência não menos imperiosa à manutenção da independência, tendo-se em vista que a ligação da metrópole com seus domínios da América se fazia por mar e era pela via marítima que se comunicava o governo brasileiro com as regiões norte e sul do país. Na iminência da separação, as cortes de Lisboa, com o fim de submeter à obediência o

príncipe sublevado, trataram de reforçar o poder naval da coroa em águas brasileiras, enviando para isso ao Rio de Janeiro poderosa esquadra, trazendo a bordo forças de desembarque, que falharam afinal em sua missão, porque D. Pedro só lhes permitiu comunicação com a terra depois de haverem o comandante da esquadra e sua gente jurado fidelidade ao governo do Brasil. A esquadra foi obrigada a voltar para Portugal.

A Bahia, sob o domínio do general Madeira de Melo, tornara-se, por seu lado, o principal centro de resistência no Norte, ameaçado de continuar em poder dos portugueses pela força das armas, com o apoio valioso da população reinol, numerosa e rica na antiga capital e nos outros grandes centros da costa. E para vencer essa resistência à emancipação política do país, fazia-se mister enviar à região forças nacionais, cujo transporte se teria de fazer por mar, protegido por meios navais capazes de enfrentar e bater as esquadras lusitanas. Ora, os recursos de que o príncipe D. Pedro dispunha no mar não bastavam, nem quanto ao número e à classe dos navios, nem quanto ao adestramento e disciplina das guarnições. Apesar de tudo, a expedição à Bahia partiu, sob o comando do chefe de divisão Rodrigo de Lamare, levando a bordo dos navios pequena força expedicionária comandada por Pedro Labatut. Embora não alcançasse todo o êxito desejado, proporcionou no entanto ensinamentos muitos úteis, bem aproveitados pelo governo. As manifestações de imperícia e a indisciplina do pessoal, esta suscitada pelos elementos portugueses das guarnições, que se recusavam a combater os compatriotas da esquadra lusa da Bahia, abriram caminho a medidas decisivas, de que nasceu, firmada em sólidas bases, a gloriosa marinha do Império.

Para a formação dos quadros de comando, lançou-se mão dos poucos oficiais nascidos no Brasil e dos de nacio-

nalidade portuguesa que se comprometeram, como haviam feito os do exército, a defender a causa da independência. Não eram, porém, em número suficiente. Faltavam-lhes, além disso, mentalidade homogênea, que fosse garantia da coordenação de esforços a bordo dos navios, e traquejo no serviço, para adestrar a marinagem, em grande parte improvisada. O grosso dos elementos profissionais tinha sido recambiado para Portugal.

Foi à experiência guerreira e à organização modelar da marinha britânica, que recorreu o governo de D. Pedro para obter auxílio capaz de dar à marinha brasileira nascente perícia naval e adestramento tático, que a habilitassem a desempenhar com êxito o grande papel que lhe estava reservado na consolidação da independência e na defesa do Império. Contrataram-se em Londres os serviços de oficiais e marinheiros e, por indicação do marquês de Barbacena, representante de D. Pedro na corte de Saint James, Lord Cochrane, almirante inglês, a serviço do Chile, para organizar e comandar as forças de mar do nosso país. A 13 de março de 1823, chegava ao Rio de Janeiro o *Primeiro Almirante* da marinha brasileira, título que lhe conferiu o imperador, e foi, sem demora, iniciada a obra, que havia de deixar marca indelével, durante um século, na mentalidade profissional das nossas forças navais.

A aquisição do material foi outra questão que ocupou seriamente a atenção dos governantes. Embora uma parte dos navios portugueses de serviço no Brasil tivesse sido arrolada para a marinha imperial, era preciso aumentar-lhes consideravelmente o número, construindo-se no país, ou comprando-os onde se encontrassem. Todos os recursos foram aproveitados. Sugerida por Martim Francisco, ministro da Fazenda, abriu-se uma subscrição nacional, destinada a angariar meios para a aquisição gradual

de navios novos e conserto dos antigos. Oficializada pelo imperador, por decreto de 24 de janeiro de 1823, instituía uma contribuição mensal modesta, paga voluntariamente por todo cidadão que desejasse concorrer para o fortalecimento do poder naval brasileiro, sem o qual não seria possível defender o extenso litoral e os numerosos portos aí situados.

“Em cada cidade, vila ou julgado — diz o plano que acompanhou o decreto — a respectiva câmara nomeará agentes, que promovam este donativo, e um tesoureiro que o receba; além destes nomeará arrecadadores, pelos quais se repartirão as ruas, ou bairros; toda essa agência será gratuita, sendo possível”. Estendeu-se, por sôbre a Nação, dessa forma, uma rêde coletora de recursos voluntários, canalizados para as capitais das províncias e delas para a corte, onde funcionava a Comissão, nomeada pelo imperador, incumbida de adquirir as embarcações. A subscrição devia durar três anos. O êxito que alcançou pôe em evidência o espírito cívico dos Brasileiros e o seu entusiasmo pela causa da independência. As contribuições, numerosas e importantes, provieram não só da solicitude individual, mas de entidades coletivas — cidades, vilas, corporações comerciais, — algumas das quais forneceram diretamente seus vasos de guerra. Os progressos realizados na constituição da frota acentuaram-se por tal forma que, em poucos anos, a armada brasileira dominava as águas territoriais do país, exercitando, com eficácia, a sua força onde quer que corressem perigo os interesses do Império. Em 1828, possuía, ao todo, sessenta e três vasos de guerra: duas naus, onze fragatas, oito corvetas, doze brigues, dez brigues-escunas, duas canhoneiras e dez bombardeiros, trinta dos quais e muitos dos mais importantes construídos em estaleiros nacionais.

Assim, com os recursos da Nação e de seus filhos, formou-se a marinha de

guerra do Brasil. A composição de seu quadro de oficiais estava garantida pelos contingentes de jovens saídos da Academia de Marinha, em que se transformou a Companhia dos Guardas Marinha, vinda com D. João VI.

As guarnições, constituídas a princípio por levas forçadas, a que se submetiam as escassas populações do litoral, e, depois, por voluntários de tôdas as origens; melhoraram, pouco a pouco, através de métodos seletivos ensaiados com bom êxito, até a completa substituição da marinhagem contratada e dos artilheiros de marinha por pessoal militarizado e instruído nas atividades de ambos os misteres. A lenta mas segura evolução atingiu o objetivo visado com a criação, em 1840, do *Corpo de Imperiais Marinheiros*, definitivamente organizado em 1845, e, em 1843, das companhias de aprendizes marinheiros, disseminadas por todo o território nacional, fontes, daí em diante, do rejuvenescimento das equipagens de nossos navios de guerra. O difícil problema do recrutamento das guarnições estava, assim, resolvido definitivamente.

No exército, como era natural, passaram-se às coisas semelhantemente. A Real Academia Militar, fundada no Rio de Janeiro, a 4 de dezembro de 1808, abriu, desde o ano seguinte, seus cursos, destinados à formação de oficiais para tôdas as armas. A par dessa origem acadêmica, ingressavam no oficialato e subiam na hierarquia, segundo a tradição portuguesa, graduados e cadetes, oriundos das fileiras, onde adquiriam praticamente as habilitações profissionais. Não se fechavam, por conseguinte, os horizontes às esperanças dos que labutavam na tropa, de onde saíram, para a galeria dos melhores servidores da Nação, chefes ilustres, por suas ações, na paz e na guerra.

O recrutamento dos homens para o exército nacional constituiu, como se deu no período colonial com o preenchi-

mento dos claros na tropa de 1.^a linha, problema difícil, que só veio a ter solução satisfatória quase um século depois, na segunda década do período republicano. O contraste entre as condições do serviço nos corpos de milícias, de caráter cívico, em que o soldado não se distinguia do cidadão; e o rigor nos corpos de linha, com a disciplina imposta por meios brutais, má paga e desconforto, gerou no espírito dos Brasileiros uma repulsa generalizada pela vida militar profissional. A longa duração de serviço nas fileiras — oito anos para os voluntários — agravava essa repulsa. Sem outra maneira de completar os efetivos das unidades, devido à escassez do voluntariado, recorriam as autoridades ao *serviço forçado*, capturando indistintamente os cidadãos e levando-os para os quartéis, sem apelação nem agravo. O temor de manter a força desfalcada de seus elementos componentes induzia, por outro lado, a conservarem-se não raro nas fileiras os homens de tempo concluído, o que tornava ainda mais temido o serviço militar. Ao organizar-se o exército para as lutas da independência, os sentimentos patrióticos sobrepujaram por algum tempo essa repulsa, predominando o espírito cívico que animou, desde a sua criação, os corpos de milícias, no qual se retratava a própria alma nacional. Mas, passada a crise da emancipação política, serenados os ânimos, reprimidas as rebeliões que irromperam em várias partes do país, com fins separatistas ou provocadas pela exacerbação da luta entre facções políticas, o desfavor em que era tido o serviço militar voltou a imperar com a força dos sentimentos tradicionais.

Foi com êsse instrumento de coersão que se manteve unida, pela consciência de um destino comum, a população esparsa no imenso território, ligada, no período colonial, por fracos laços de solidariedade; suplantaram-se os movimentos subversivos, que abalaram até os ali-

cercos a estrutura política do país durante o período da Regência; enfrentou-se a luta pela definitiva determinação da fronteira com as ex-colônias espanholas do Prata; deu-se à Nação confiança em si própria, para arcar com a responsabilidade inerente ao exercício da soberania no concerto de suas irmãs.

Cumpriram, brilhantemente, as forças armadas de terra e mar, nesse período de formação da nacionalidade, sua patriótica e árdua missão. Sua ação no futuro só fez confirmar essa compreensão dos seus deveres, animadas, como sempre estiveram, de esclarecido espírito cívico e infatigável dedicação ao trabalho: a marinha, formada nos moldes das instituições navais britânicas, menos permeável às agitações políticas que sobressaltavam a Nação, mas atenta às suas legítimas reivindicações, de que sempre participou; o exército, imbuído dos sentimentos populares, herdados dos corpos de milícias de que se originou, mais acessível às aspirações políticas do povo e, por isso, mais excitável e pronto a pronunciar-se nos grandes acontecimentos da vida nacional, para cuja solução se tinha tornado necessário apelar para o concurso da força armada. Nenhuma das duas corporações podia ser, e por isso não foram, numa nacionalidade em formação, emergida dos núcleos coloniais esparsos na imensa terra, sem tradições rijas e exemplos de fortes ensinamentos da ética militar, — aquelas forças coesas e obedientes, empregadas pelos governos com a confiança que decorre da legitimidade do poder e do apoio indefectível dos governados, como se dá nos povos de velha civilização. Foram, no entanto, o instrumento de força da legalidade, que mantiveram inquebrantável durante mais de um século. E unidas pelo mesmo fervor patriótico e a mesma abnegação, enfrentaram sempre, com resolução e firmeza, os perigos que ameaçaram o país nas lutas internacio-

nais, batendo-se valentemente pela honra e pelos interesses do Brasil.

* * *

Assegurada a unidade do Império, com a cessação das lutas intestinas, que conturbaram a vida nacional nas duas primeiras décadas do Brasil independente, entrou o país num longo período de paz interna, que havia de dominar todo o reinado de Pedro II; mas de guerras externas, durante as quais as forças armadas cumpriram sua elevada missão, denotando completa maturidade como organismos militares, disciplinados, instruídos e impulsionados por nobres sentimentos, que tanto dignificaram a Nação nos campos de batalha e nos teatros de guerra marítimos e fluviais em que tiveram de operar.

A marinha, com seus navios comandados com segurança e servidos por tripulações adestradas, podia já, em 1843, levar o pavilhão aureo e verde a tremular através do Atlântico, em galharda excursão a Nápoles, onde uma pequena divisão, composta de uma fragata e duas corvetas, foi buscar D. Tereza Cristina, imperatriz do Brasil, assim pondo em evidência os progressos feitos pela frota desde a sua formação. Provas mais duras e de maior alcance para os destinos da Pátria estavam-lhe, porém, reservadas para breve.

Acompanhando o progresso da construção naval, decorrente da introdução da máquina de vapor nos navios de guerra, e do ferro e do aço na fabricação do casco, começou a nossa marinha a empregar o novo material, concomitantemente com os navios de vela, nas operações contra a revolução riograndense de 1835-1845, adquirindo aí uma preciosa experiência, que a habilitaria a atuar, com excelentes resultados, ao proceder-se à intervenção no Uruguai, contra Oribe, em 1851, empreendendo, em coo-

peração com o exército, memorável campanha, durante a qual começaram a revelar-se os grandes chefes brasileiros, de tão brilhante renome em lutas posteriores.

O desempenho dado pela marinha de guerra do Brasil à missão que lhe coube nesse período sangrento da nossa política no Prata, do qual resultou ficar o povo argentino liberto da tirania de Rosas, serviu para evidenciar a perícia dos chefes e a eficiência dos comandados na prática de todos os gêneros de operações navais com os navios de vela, em que se haviam tornado mestres. Foi uma útil aprendizagem para tarefas mais árduas doze anos mais tarde, quando tiveram de enfrentar, em 1865, a luta renhida a que fomos arrastados, ao lado dos Uruguaios e Argentinos, em revide à insólita agressão de Francisco Solano Lopez, ditador do Paraguai.

A guerra contra Oribe e contra Rosas marca, na evolução da nossa marinha, a época de sua completa formação. Raros eram os navios que não estavam comandados por oficiais brasileiros, como brasileiros eram os jovens pertencentes aos seus quadros de comando, saídos dos cursos da Academia Naval. Data também dessa época a adaptação dos grandes melhoramentos introduzidos na construção dos navios e nos seus meios de ação, que caracterizaram as marinhas modernas. Navios de ferro, movidos a vapor, peças raiadas, arietes, torpedos, tudo foi sendo incorporado à nossa esquadra, colocando-a ao nível das mais conceituadas do seu tempo.

Da grande escola, que foi a ativa participação da frota nas operações para consolidação da independência e conservação da unidade do Império, começaram a sair chefes valorosos: Tamandaré ilustra as nossas armas na campanha de 1851-1852 e, com Barroso, Inhaúma, Angra e tantos outros, confirma, na guerra contra o tirano do Paraguai, suas

altas qualidades de almirante, dirigindo, com bravura e segurança, a numerosa força naval de seu comando, empreendendo operações arriscadas, cuja envergadura e modelar execução nada ficaram a dever às ações desse gênero realizadas até então.

Nessa longa e ruínosa luta empregou nossa marinha, pela primeira vez, navios encouraçados, cujo número e características davam à frota poder ofensivo só encontrado na força naval das grandes potências da época. Havia atingido o ponto culminante de sua curta e gloriosa história, escrita com fatos memoráveis, praticados no desempenho de sua difícil missão, na fase mais agitada da vida do país, em que tantos problemas havia a resolver, interna e externamente. Ela contribuiu, assim, para garantir a paz e a unidade nacional e criar entre os povos do continente uma atmosfera de cooperação e respeito, que permitiu eliminar as prevenções e incertezas dos tempos coloniais, substituindo-as pelo convívio cordial e confiante.

*
* *

A organização dada ao exército na lei de 1824 não foi executada completamente. As exigências da luta na Cisplatina retiveram, no teatro de operações, forças não previstas no plano traçado, e outras tiveram de ser criadas, a mais, com o mesmo objetivo. O arcabouço, porém, manteve-se inalterado.

A partir de 1824, passou o exército por várias remodelações, que imprimiram real progresso à instituição: umas inspiradas em razões de política interna; outras, por se ter verificado a impossibilidade de se executarem medidas previstas em organizações anteriores; outras, finalmente, ditadas por exigências da política exterior, tôdas visando promover a preparação metódica do exército para a guerra. A de 1831, por exem-

plo, foi imposta por necessidades de ordem interna e externa, devido à cessação da guerra cisplatina e à agravação da crise financeira em que se debatia o país, crise em breve agravada pelas rebeliões que lhe atormentaram a vida depois de 7 de abril. O efetivo da corporação foi consideravelmente reduzido, para fixar-se em pouco mais de 14.000 homens. Como compensação à insuficiência do exército, criou-se outra instituição, de caráter cívico-militar, de tão grande influência nos sentimentos patrióticos do povo, assim associado, por seus homens válidos, à defesa da ordem interna e à segurança do território contra os perigos externos: a Guarda Nacional. Sucedendo, em suas funções, à milícia auxiliar, de tão gloriosas tradições, a nova corporação manteve desperto o espírito cívico dos Brasileiros, alistados em suas fileiras, em todo o vasto país, para o serviço eventual das armas, fornecendo nas lutas posteriores, corpos de tropa resistentes e bravos e dando às forças armadas chefes capazes, alguns dos quais se distinguiram na ação e conquistaram no exército os bordados de general. Sua subordinação ao ministério da Justiça, e não ao do Guerra, como se procedeu com a milícia auxiliar, deu aso a que se atribuisse ao regente Feijó o propósito malicioso de armar o governo com forças militares dependentes de autoridades subordinadas a departamentos administrativos diferentes, de forma que houvesse sempre meios disponíveis a contrapor ao grupo com cuja fidelidade não se viesse a contar. Estiolada em virtude do abandono em que caiu nos últimos anos da monarquia e nos primeiros da república, mantida mais como fachada a encobrir manejos políticos do que como força militar capaz de atuar com eficácia, veio afinal a extinguir-se, quando se adotou no exército o sistema racional das reservas instruídas.

A organização de 1839, de menor duração, ainda, que a anterior, abrangeu toda a estrutura do exército, ao qual se deu composição mais coerente, provido de novos meios, de carater técnico, para a previsão e a execução dos serviços. Nela conservaram as unidades a classificação de *corpos fixos*, incumbidos do serviço de guarnição, de carater a bem dizer policial, e *corpos móveis*, prontos a se deslocarem de uma região para outra e destinados especialmente a operações de guerra.

Antes de completada essa organização, as condições políticas do país, apenas saído do regime colonial e buscando ainda a trilha de seu destino histórico, impuseram nova remodelação ao exército. A *Guerra dos Farrapos*, com efeito, exigiu aumento dos efetivos, ampliação do quadro do alto comando e do corpo de estado maior, assim como outras medidas destinadas a pôr a fôrça à altura da sua missão.

Formados de corpos isolados — batalhões e regimentos, conforme as armas, — sem grandes unidades constituídas no tempo de paz, tinha o exército que receber organização especial em cada campanha que empreendia. Criavam-se então grupamentos de importância variável, sob o nome de *divisões*, compostas de brigadas, ora de uma só arma, ora de mais de uma, em que entravam corpos do exército, da guarda nacional e de *provisórios*. Caxias, o grande chefe militar, consagrado por seus feitos nas lutas da Regência, organizou o exército do seu comando, para a guerra de 1851, em 4 divisões, de 2 a 3 brigadas, com uma artilharia de exército. Interessante nessa organização é que a constituição do comando adotada na campanha foi aplicada, depois, ao exército do tempo de paz, tão acertado julgou o govêrno o mecanismo do seu funcionamento.

De 1851 a 1865, sem quebra da estrutura administrativa em vigor, sofreu essa organização modificações decorren-

tes da fixação dos efetivos, que variaram entre 16.000 e 20.000 homens, de fato jamais atingidos. Para a guerra do Paraguai, em que se empregaram meios poderosos, elevaram-se os efetivos acima de 60.000 homens, recebendo o exército de campanha, também, organização especial. O vulto das fôrças em operações exigiu, por outro lado, um escalão superior de comando, correspondente a uma nova *grande unidade*, — o corpo de exército — empregada pela primeira vez em nossas ordens de batalha.

O grande problema do exército continuava a ser o preenchimento dos claros nas fileiras. O sistema do voluntariado não fornecia homens em número bastante para completar os efetivos; o recrutamento forçado, para que apelavam as autoridades, encontrava repulsa geral no país. A obrigatoriedade do serviço militar, imposta pela Carta Magna, era uma simples ficção, que as condições político-sociais do país impediam se tornasse realidade. A tentativa de redução do tempo de serviço dos voluntários, de 8 para 3 anos, posta em prática depois de 1822, não deu resultado, sendo restabelecido o prazo anterior, em 1828. Apellei-se, em 1835, para o voluntariado com prêmio e o engajamento, também com prêmio, sem melhor êxito. Voltou-se, em 1851, a reduzir o tempo de permanência nas fileiras a 6 anos, elevando-se a 9 o dos recrutados à fôrça. Era tão precária, nessa época, a concorrência dos voluntários aos corpos de tropa que se teve de suspender a baixa aos homens de tempo concluído.

A braços com essa crise, o ministro da Guerra, no relatório à Assembléa Legislativa, em 1856, apontando, com franqueza, as causas do mal, pedia uma lei que obrigasse todos os Brasileiros ao serviço militar, de forma que melhorasse o recrutamento, estimulando o voluntariado e o engajamento, e facilitasse as substituições. Torna a insistir no pedido

em 1862. Sem ter dado solução ao problema, teve o país de enfrentar as duas campanhas a que foi arrastado no Prata, separadas por intervalo de pouco mais de dez anos, a última das quais, de 1865 a 1870, contra o governo do Paraguai, exigiu efetivos consideráveis, nunca antes reunidos em teatro de operações sul-americanos. Mais uma vez, para vencer a dificuldade, apelaram os dirigentes da Nação para o espírito cívico do povo. E então, ao lado das unidades do Exército, aumentadas em número e completados os efetivos, formaram os corpos da guarda nacional, que acorreram de tôdas as regiões do país ao campo de batalha, onde estava em perigo a honra da Nação. Foi, porém, com a criação de nova instituição militar, destinada a participar da guerra, que se atingiram os efetivos necessários, ficando em evidência, mais uma vez o espírito patriótico do povo brasileiro, posto à prova em lutas passadas e agora confirmado com galhardia. Referimo-nos aos corpos de *Voluntários da Pátria*, que em número de 60 concorreram para formar o exército de campanha e em cujas fileiras ombreavam desde o modesto operário até o jovem das mais altas camadas sociais. É esse exemplo de abnegação e amor à Pátria que enche de confiança a Nação brasileira, ao considerar os perigos que o destino, de futuro, lhe possa reservar.

Uma vantajosa solução para o problema do preenchimento dos claros no exército de linha foi tentada em 1874, quando o parlamento brasileiro aprovou a lei do alistamento obrigatório e incorporação por sorteio dos jovens em idade militar. Apesar de regulamentada no ano seguinte, não teve execução.

O corpo de oficiais do exército continuava a receber, como em 1824, os jovens que concluíram o curso da escola militar e os graduados promovidos na tropa, mediante exame prévio, a todos se oferecendo oportunidade para aperfei-

çoar seus conhecimentos na dura escola da guerra.

O ensino militar, ministrado em cursos que se completavam, abrangendo a série 4 anos, os dois primeiros comuns a tôdas as armas, o terceiro para os candidatos à artilharia e o quarto para os da engenharia, preparava oficiais com as habilitações teóricas julgadas suficientes às corporações armadas da época. A organização de 1855 separou os dois últimos anos, que passaram a constituir um curso de aplicação, e a de 1858 deu ao ensino uma completa hierarquia, formada, no topo, pela *Escola Central*, destinada aos cursos de estado-maior e engenharia; a *Escola Militar*, para a formação dos oficiais das diferentes armas; a *Escola de Aplicação* onde se ministrava a instrução prática; a *Escola Militar Preparatória*, consagrada ao ensino de humanidades. Em 1859, cria-se mais um estabelecimento: a Escola de Tiro de Campo Grande, na capital do Império, centro de estudos das novas armas de fogo e dos correspondentes processos de emprêgo. Por fim, em 1860, nova reforma, que dura até 1874, quando o ensino é reorganizado em moldes que perduraram, com pequenas alterações, até o advento da república, em 1889.

Com essa instrução sistematizada, funcionando sem interrupção, desde a proclamação da independência, foram sendo dotados os quadros do exército com pessoal apto ao desempenho de suas funções. Unidos às qualidades intrínsecas do pessoal, o sistema de promoções, gradual e suassivo, e as garantias constitucionais asseguradas aos postos e patentes, formou-se, dentro e fora das fronteiras do Império, a honrosa tradição de capacidade e bravura que cercou, em tôdas as épocas, a atuação do exército brasileiro.

Foi êsse o instrumento de guerra com que o Brasil defendeu, nos campos de batalha, seus direitos conspurcados pelos

caudilhos sul-americanos, em lutas memoráveis, que nos compeliram a transpor as fronteiras do país para levar-lhes dentro da própria casa, o único argumento a que se rendiam: a força. Exército de uma nação organizada politicamente segundo o molde dos estados democráticos modernos, impôs-se ao aprego dos aliados na guerra contra Rosas e na Tríplice Aliança contra o tirano do Paraguai. Na primeira, que pôs fim, em Montes Caseros, à ditadura sanguinária que infelicitava a República Argentina, as forças militares brasileiras, comandadas em sua fase inicial, desenrolada no Uruguai, pelo grande Caxias, tinham à sua frente esse modelo de soldado, que tanto honrou as tradições de cultura do exército do Império, Manoel Marques de Sousa, conde de Pôrto Alegre. E, com êle, à frente da nossa cavalaria, o ardoroso campeador que viria a ser um dos grandes vultos de nossas forças de terra, êmulo de Caxias, Manoel Luís Osório, marquês do Herval.

A guerra do Paraguai foi, porém, a prova máxima a que foram submetidos o valor moral e técnico do nosso exército e as qualidades profissionais de seus chefes. Levada a efeito no longínquo território inimigo, encravado no coração da América do Sul, impôs às nossas tropas sacrifícios tremendos, que elas souberam suportar sem desfalecimento. Começada em dois pontos opostos do território nacional, afastados por milhares de quilômetros, onde se pronunciou a agressão inimiga — o Sul de Mato Grosso e o Oeste do Rio Grande do Sul — teve de desenvolver-se em episódios relevantes antes que pudesse chegar ao território paraguaio. A natureza do terreno, cortado de rios e esteros, semeado de pântanos e tremedais, coberto de florestas selvagens, desconhecido dos nossos, era inimigo tão cruel quanto o adversário. E as grandes massas de tropas tinham de ser empregadas nesse terreno,

contra um inimigo emboscado em suas tocas preferidas, em operações mistas, de exército e marinha, não só para a invasão, como no prosseguimento da luta nos campos de batalha. De tôdas essas provas se saiu brilhantemente o nosso exército, que correspondeu com o seu consciente sacrifício à confiança da Nação, depositada em sua força moral e técnica durante os anos de paz, em que o povo o sustentou.

Desde a concepção estratégica da guerra à preparação e execução das operações táticas, realizadas nos sucessivos teatros em que se transformou o território inimigo, comprovaram os chefes o domínio de seu ofício, a firmeza de carater com que tomavam e aplicavam as decisões, os nobres sentimentos que os animavam, não obstante a violência da luta, ao engajarem seus homens no combate e ao tratarem os prisioneiros depois da refrega. Era um exército digno da Nação.

Os frutos do ensino metódicamente professado nas escolas militares colheram o Exército no teatro da guerra, em que as operações se projetavam em cartas da região levantadas pelos nossos engenheiros militares; em que o material, em constante evolução, ia sendo distribuído à tropa e aplicado por ela sem demora prejudicial à continuidade da luta; em que as tropas abriam os caminhos para seguir por êles na realização de amplos movimentos estratégicos empreendidos com inteligência e executados com segurança, conquistando os resultados desejados.

O período que se seguiu à guerra do Paraguai foi de estagnação para as forças de terra. Regressadas as unidades que tomaram parte na campanha, dissolvidos os corpos de Voluntários da Pátria, licenciados os da Guarda Nacional, voltou o exército à sua organização do tempo de paz, distribuídos seus elementos de tropa em *corpos móveis* e *corpos*

de guarnição, como anteriormente, e reduzido seu efetivo a 24.000 homens, inclusive 1.500 oficiais.

Os ensinamentos da guerra, quanto à organização, armamento, treinamento, meios de transporte e material de toda espécie, seriam preciosa base de estudo para ativar o progresso do exército, se fossem aproveitados convenientemente. A fadiga da Nação, após tantos anos de luta e sacrifícios; a confiança em que a paz reinaria daí em diante entre o Brasil e seus vizinhos; e o temor de dar às forças de terra, depois daqueles cinco anos de convivência com os soldados republicanos do Prata, uma organização coerente e forte, quando se iniciava a grande crise do regime monárquico, talvez hajam sido as causas do desinteresse do governo imperial por tirar da lição que recebera a natural consequência e provêr a Nação de meios de defesa capazes de sustentar-lhe a posição no continente. E à experiência própria havia que juntar os ensinamentos da guerra franco-prussiana de 1870-1871, com suas importantes inovações, muitas das quais imprimiram aos exércitos modernos características que perduraram até o advento da primeira guerra mundial. Era, pois, aquele o momento oportuno para a introdução de tais aperfeiçoamentos nas nossas forças de terra, revigorando-lhes, ao mesmo tempo, a confiança na eficácia dos novos meios de ação e a consciência de sua missão conservadora, como sustentáculo do trono e garantia das instituições políticas. Semelhante tarefa exigia, porém, para ser levada a efeito um ambiente social e político em que as tendências partidárias fossem acordes na aceitação das instituições vigentes. Ora, justamente isso era o que faltava: atacado por seus próprios adeptos, o regime monárquico desagregava-se, oferecendo terreno propício à propaganda republicana, ostensiva, desde o manifesto paulista de 1870. Por

outro lado, o movimento em favor da libertação dos escravos, generalizado no país, crescia de intensidade, tendo à frente, dentro e fora do parlamento, figuras de destaque na vida política da Nação. Nesse ambiente de exaltação cívica, agitado pelo choque de ideais inconciliáveis, é que se processavam as queixas do exército, levadas em breve à exasperação, com a reação, que teve de exercer, contra atos injustos do governo, desrespeitadores de direito expresso dos oficiais. Essa reação provocou a chamada *questão militar*, habilmente aproveitada pelos dirigentes da corrente republicana para precipitar a queda do Império, de que as forças armadas foram afinal o fator decisivo. Negando-se, primeiro, a capturar os escravos fugidos e, depois, assumindo, como no 7 de abril, o papel de instrumento realizador das aspirações nacionais, confirmou, mais uma vez, o exército sua permeabilidade às aspirações populares. E Exército e marinha entraram de roldão o pórtico do novo regime, conduzindo o povo brasileiro à realização de uma conquista política pela qual se haviam batido e sacrificado tantas gerações de Brasileiros, em reações malogradas, desde 1710, consumando-se assim a grande aspiração, alimentada pelos conjurados mineiros, de associar-se a independência à república.

Mas as nossas forças de terra entravam no novo regime sem que houvessem obtido solução satisfatória para seus problemas fundamentais. A modernização de suas instituições não se faria, no entanto, imediatamente. A transformação política, imposta pela mudança de regime, e a desorganização econômica, com a supressão do trabalho escravo, orientavam as atividades públicas em outra direção. Por fim, a revolta da armada, uma vez posta em dúvida a legitimidade do poder, e a revolução riograndense, de 1893, comprometeram, por vários anos, a gloriosa marinha de guerra e arrasta-

ram à luta as tropas do exército, impedindo, por mais tempo do que era de esperar, a modernização das forças nacionais. Esta se inicia como parte integrante das reformas empreendidas no período de governo que vai de 1902 a 1906, durante o qual se imprimiu cunho progressista às atividades administrativas, em todos os ramos do poder público.

O exército encontrou nas reformas promovidas pelo marechal Hermes da Fonseca, ministro da guerra no período seguinte, o caminho racional para a solução de seus grandes problemas. Grupou-se a tropa, desde o tempo de paz, em *grandes unidades* permanentes, sob a denominação de *brigadas estratégicas*, termo impróprio, que não diminuía o acerto da medida, pois com ela se dotavam as forças de terra com unidades compostas de tôdas as armas, de fácil manejo em qualquer terreno, capazes de empreender e levar a cabo uma ação tática, embora de reduzido poder de fogo. Eram pequenas divisões, a que faltavam os serviços.

Mas a nova estrutura dada ao exército não podia, por si só, proporcionar ao país meios suficientes à sua defesa. Dentro do regime seguido até então, com a tropa formada de pessoal que não se renovava nas fileiras, ter-se-ia de recorrer, como outrora, em caso de necessidade, ao espírito cívico do povo, a fim de improvisar, à última hora, corpos de voluntários, sem nenhuma instrução militar, processo de todo incompatível com as exigências da guerra moderna. A solução era, pois, enveredar pelo caminho trilhado pelos países mais adiantados, adotando o sistema da *nação em armas*, que transformou o exército ativo em mero arbacouço a que se vão incorporar, quando a segurança do país o requer, as reservas instruídas, preparadas metódicamente no tempo de paz. Mas, para isso, ter-se-ia de aplicar o serviço militar obrigatório, contra o qual, no en-

tanto, se insurgia a tradicional repulsa da população, então apenas atenuada. A campanha empreendida com o fim de esclarecer os brasileiros sobre a necessidade da medida produziu resultados favoráveis, levando o parlamento a transformá-la em lei, sancionada afinal a 4 de janeiro de 1908.

Para reabilitar a caserna no conceito público e tornar o serviço das armas apalíngio dos cidadãos, criou-se a categoria dos *voluntários especiais*, destinada aos candidatos às carreiras liberais, medida que levou às fileiras jovens das camadas superiores da sociedade, atraindo para as forças de terra o interesse de todos os Brasileiros. O entusiasmo popular despertou, no entanto, através do *brim cáqui* das sociedades de tiro, instituição criada nessa mesma época e recebida com agrado em tôdas as regiões do país, onde em breve se organizaram centros de instrução militar, frequentados pela mocidade, que nêles encontrava maneira menos fatigante de adquirir os conhecimentos exigidos para a incorporação à reserva, sem ser preciso passar pelas fileiras. Os cidadãos chamados a preencher os claros no exército ativo saíam da classe anual, em idade militar, mediante sorteio, visto não ser possível incorporar-lá toda, tão numerosa era em relação ao efetivo da tropa.

Não obstante o aparente propósito de levar a cabo a nova organização, sua parte principal — a execução do serviço obrigatório — foi sendo protelada, com enorme sacrifício para a modernização das forças de terra, cujos efetivos continuavam a ser preenchidos por meio do escasso voluntariado com prêmio, apresentando durante todo o ano, dependente da vontade dos indivíduos, continuando assim o exército sem meios adequados ao cumprimento de sua missão, e em situação muito inferior às corporações congêneres das principais Nações sul-americanas. Mas a orientação estava tra-

çada, e em rumo certo, e os obstáculos existentes no caminho teriam de vencer-se. O primeiro impulso, uma vez dado, não se deteria mais, alimentado pela ação dos elementos progressistas do exército, entre os quais estava a oficialidade jovem, entusiasmada com os ensinamentos trazidos pelos camaradas mandados servir, por iniciativa de Rio Branco, nas fileiras dos mais importantes exércitos europeus.

Um espírito renovador animava os quadros subalternos do exército, arrasando em suas manifestações os chefes mais capazes, ao irromper a primeira guerra mundial, — advertência a todos os povos de que não havia cessado ainda o uso da força como instrumento de política internacional. O aviso foi compreendido no Brasil e, sob a influência alarmante da luta na Europa, deu-se um impulso decisivo à modernização das forças de terra. Em 1915, na gestão ministerial do marechal José Caetano de Faria, reorganiza-se o exército grupando-se a tropa em *divisões*, compostas de elementos de tôdas as armas, nas proporções adotadas na época; criam-se os serviços necessários a sua existência, na paz e na guerra. Outras reformas de há muito reclamadas têm execução, passando a nação a dispôr de órgãos de força adequados à sustentação de sua defesa. No ano seguinte, depois de inflamada campanha patriótica, empreendida, nos centros mais adiantados do país, por um grupo de Brasileiros devotados à causa da defesa nacional e tendo a servi-la o estro incomparável de Bilac, encorporaram-se, a 10 de dezembro, pela primeira vez, ao exército cidadãos alistados na forma da lei, e escolhidos, mediante sorteio, para preencher os claros nas fileiras.

A essa evolução acompanhou o provimento de material moderno, dentro dos recursos do país.

Sobre essa base, lançada pelos próprios Brasileiros, foi que se desenvolveu

o profícuo trabalho da Missão Militar Francesa, contratada logo depois de terminada a primeira guerra mundial e chegada ao Brasil em 1920. Tendo à sua frente um grande chefe militar, o general Maurice Gamelin, e composta de oficiais de excepcional valor profissional, possuidores da experiência adquirida nos campos de batalha, sua ação benéfica fêz-se sentir em todos os ramos de atividade do exército, cujos serviços foram remodelados segundo os princípios da escola francesa. Sua influência, na transformação da vida militar brasileira e na formação da mentalidade dos quadros permanentes, foi ampla e profunda, exercitando-se, nos vinte anos que permaneceu no país, através das escolas postas, desde a chegada, sob sua fiscalização. Sobre tudo na Escola de estado maior, o centro de estudos superiores, a sua ação se fêz sentir na preparação do alto comando, orientado, desde então, por princípios táticos e estratégicos definidos, e ministrados igualmente a chefes e subordinados, assim habilitados a agir de perfeita harmonia, dentro da mesma doutrina de guerra. O que representou para o nosso exército a colaboração da Missão Militar Francesa indica-o claramente a segurança e a eficácia com que pisou nos campos de batalha da Europa, ombro a ombro com as unidades de exércitos bem treinadas, a Força Expedicionária Brasileira.

A marinha, terminada a campanha do Paraguai, refez-se com maior rapidez. A força naval retirou-se gradualmente do teatro da luta, recolhendo-se o grosso das unidades ao Rio de Janeiro, sendo o restante destacado para a estação do Rio da Prata, as flotilhas de Mato Grosso e Alto Uruguai e os portos mais importantes do país, onde os interesses nacionais exigiam a presença do nosso poder marítimo. -

O material, consideravelmente aumentado para atender às necessidades da

luta, fora em grande parte construído tendo em vista o gênero de guerra a que se destinava e, por isso, era mais adequado a operações fluviais de que a operações marítimas. O poder naval do Brasil, de que faziam parte dezesseis navios encouraçados, era considerável para a época. Pelas características dos navios, representava bem aquela fase de transição, entre a marinha de vela, pouco a pouco abandonada, e a marinha de vapor, de barcos de aço, dotados de poder de fogo e velocidade cada vez maiores.

Restabelecer, na frota, as qualidades indispensáveis à sua ação no oceano era obra inadiável. E os responsáveis pela conservação do nosso poder naval, de incontestável supremacia, na época, nesta parte do continente, estiveram à altura de sua grande missão.

No decênio de 1870 a 1880, recebeu a marinha, dentro dos recursos financeiros da Nação, novo material flutuante, composto de modernos navios de combate, construídos no estrangeiro e nos estaleiros nacionais. A construção naval no Brasil progrediu igualmente, acompanhando a evolução do material, de forma a passar da madeira e do pano ao aço e ao carvão, com prontidão e habilidade dignas de nota, num país de indústria ainda em formação. As instalações das oficinas de construção e reparações ampliaram-se convenientemente, dotando-se o arsenal do Rio de Janeiro de mais um dique, aberto na rocha viva, ao lado do já existente, por essa forma se proporcionando à frota os recursos necessários à sua conservação.

No período de 1880 a 1889, que compreende os últimos anos do regime monárquico, realizaram-se ainda maiores progressos no material flutuante da marinha.

Quanto ao pessoal, havia uma situação ocasional a corrigir. Os oficiais do primeiro posto tinham desenvolvido, em alto grau, suas qualidades guerreiras nos

cinco anos da campanha fluvial, mas faltava-lhes tirocínio nas labutas do mar. Para sanar o inconveniente, voltou a prática das viagens de instrução de longo curso, suspensas desde o início das hostilidades. Restabeleceu-se também a tradição de ser o quarto ano da Escola Naval cursado a bordo de navio da esquadra. Fora, com efeito, nos frequentes cruzeiros, realizados ao longo da costa, ou através do oceano, que se fizeram homens de mar os oficiais sobre que pesaram, tão duramente, as exigências da guerra de 1865 a 1870. Às viagens de instrução, levadas a efeito, todos os anos, com o fim de familiarizar os nossos marinheiros com o material no meio natural de seu emprego, juntaram-se mais longas excursões, através de todos os mares, por onde a bandeira do Brasil, no topo do mastro grande de navios construídos em nossos estaleiros, anunciava aos povos do mundo o surto de um povo novo e forte que educava seus filhos na escola do dever e da coragem para enfrentar os riscos da vida marítima.

Em novembro de 1889, partia do Rio de Janeiro a corveta *Vital de Oliveira*, para a primeira viagem de circunavegação efetuada por vaso de guerra brasileiro, levada a cabo com êxito completo, durante 430 dias, 268 dos quais empregados na navegação. Outras se lhe seguiram como testemunho da vocação marítima do povo brasileiro.

Os últimos anos do regime monárquico, diz o almirante Artur Jaceguai, caracterizaram-se por assinalado progresso na constituição do material da marinha. "Tôdas as circunstâncias, afirma êle, favoreciam o incremento de nosso poder naval. As condições financeiras da Nação nunca haviam sido tão folgadas; e o corpo de oficiais da armada brasileira nunca havia atingido tão elevado grau de instrução profissional. Bom número dos jovens guerreiros da guerra do Paraguai, em frequentes viagens de instru-

ção, e mandados à Europa e aos Estados Unidos para adquirirem conhecimentos especiais nos diversos ramos da profissão naval, constituía o principal elemento para impulsionar o progresso da nossa marinha de guerra, e êsse elemento foi aproveitado criteriosamente”.

A marinha da República surgiu depois dos infortunados acontecimentos de 1893, que deixaram a esquadra quase em desbarato. Ela ficara reduzida a sete encouraçados, dois dos quais monitores de rio; cinco cruzadores de aço; quatro cruzadores de madeira (corvetas); cinco canhoneiras de rio e outros navios menores.

Cessada a agitação revolucionária, tratou-se, sem demora, da reconstituição e aparelhamento da força naval, fazendo-se, no estrangeiro, as primeiras encomendas. Estas compreenderam dois encouraçados, três cruzadores, três contra-torpedeiros e um navio escola. Abriu-se, com o seu recebimento, o período, reconfortante para o orgulho nacional, em que a frota se enriqueceu com o “Deodoro” e o “Floriano”, dois encouraçados modernos, possuidores de todas as qualidades para a defesa eficiente da costa. Embora dois dos cruzadores fossem cedidos aos Estados Unidos, reergueu-se, com êsse reforço em material flutuante e o reparo dos outros navios, o poder naval do Brasil a um nível, se não de esplendor, ao menos suficiente para atender à defesa dos interesses nacionais no continente. Com o novo navio-escola, o *Benjamin Constant*, retomavam-se as viagens de instrução dos jovens oficiais.

E assim viveu a marinha até o começo do século, desempenhando com honra sua histórica missão.

No quadriênio governamental do presidente Rodrigues Alves (1902 a 1906), alguns brasileiros, animados de exemplar espírito público, com o fim de restabelecer o antigo poder naval do Brasil,

empreenderam uma campanha patriótica, pela imprensa, de vigorosa repercussão no congresso, campanha que conquistou o apoio caloroso da opinião pública. O movimento teve por base estudos minuciosos sobre a defesa marítima do país e às deficiências da marinha para mantê-la, resultando do debate um programa de aquisições de novas unidades e de preparação do pessoal, programa destinado a repôr a força naval brasileira no lugar que dantes ocupava no concerto das Nações americanas.

As reivindicações feitas, então, substanciaram-se num programa que recebeu o nome do almirante Júlio Cesar de Noronha, o ministro da Marinha que o elaborou. Dêle constavam: a construção, no estrangeiro, de um grupo de navios de combate; o reaparelhamento dos arsenais; a criação de um pôrto militar capaz de atender às necessidades da esquadra, inclusive na construção de seus navios.

O programa de aquisições, do qual faziam parte vasos de guerra de todas as categorias, formando um todo coerente, tendo por base três navios capitais de grande poder ofensivo e defensivo, poria fim à heterogeneidade dos elementos componentes da esquadra, transformando-a num instrumento capaz de desempenhar, com real eficiência, sua elevada missão.

Defendido com entusiasmo no seio do congresso, transformou-se em lei a 14 de dezembro de 1904. Várias causas concorreram, porém, para atrasar-lhe a execução, vindo a ser, afinal, modificado no quadriênio governamental seguinte, na gestão do almirante Alexandrino de Alencar na pasta da Marinha. Elevou-se, então, o poder ofensivo dos navios capitais, diminuindo-se, ao mesmo tempo, o dos cruzadores. Dêsse programa, incompletamente executado, foram incorporados à esquadra entre 1908 e 1910, dois encouraçados de 19.280 toneladas, o

“Minas Gerais” e o “São Paulo”; dois cruzadores de 3.150, o “Bahia” e o “Rio Grande do Sul”; e dez contra-torpedeiros de 560.

Com êsse material e animada do tradicional espírito militar, que tanto a recomenda à admiração nacional, cooperou a nossa marinha com as marinhas dos países aliados na primeira guerra mundial, enviando uma divisão a tomar parte nas operações navais no Mediterrâneo.

De 1911 a 1933, foi a esquadra provida de algumas unidades novas, que, no entanto, por seu número e categoria, não lhe alteraram apreciavelmente o poder combativo. A partir desse último ano, seu material ficou, a bem dizer, estacionário, aguardando a execução do novo programa de construções navais, posto em prática nos estaleiros da Ilha das Cobras. Dêle constam, sobretudo, contra-torpedeiros de grande tonelagem, dos tipos mais modernos, e corvetas, empregadas como varredores de minas, construídos a partir de 1940, com êxito completo, atestando os progressos realizados pela construção naval no nosso arsenal de Marinha.

A preparação dos quadros de comando recebeu novo impulso, a partir de 1914, com a criação da *Escola de Guerra Naval*, instituto destinado a ministrar aos oficiais superiores da armada conhecimentos que os habilitem a acompanhar a evolução dos processos de guerra naval. Ela teve, desde a fundação, a orientar-lhe os trabalhos os princípios seguidos na marinha norte-americana. Essa orientação transformou-se em colaboração ampla e regular, a partir de 1922, com o contrato da Missão Naval Americana, cujos ensinamentos se estenderam a toda a marinha, reformando-lhe os serviços, ainda modelados pelos antigos regulamentos, de origem portuguesa, influenciados pelas lições do grupo britânico de Lord Cochrane.

Durante os três anos em que o Brasil participou da última guerra, a marinha dedicou todas as suas energias à campanha anti-submarina no Atlântico Sul. As operações em que tomou parte, associada à 4.^a Esquadra norte-americana, ao comando do almirante Ingram, ativaram-lhe a evolução do material, recebendo real impulso seus elementos ofensivos e defensivos, para habilitá-la a desempenhar com êxito o papel que lhe coube na segurança do continente. Essa evolução terá de completar-se em futuro próximo, pois a situação estratégica do país está a exigir a recomposição do seu poder naval, a fim de que constitua efetivamente uma garantia da defesa do Brasil no mar. A nossa política externa não requer mais do que isso, pois não tem por objeto nem a expansão territorial, nem outras pretensões imperialistas, nem ambição de supremacia no continente. Visa tão somente a integridade da federação, a proteção de seu intercâmbio comercial, a preservação de seu desenvolvimento econômico e o direito a ser ouvida, no concerto das Nações, em defesa de seus legítimos interesses.

No decurso da primeira guerra mundial, dentre as numerosas invenções introduzidas no material bélico em virtude do progresso realizado pela indústria, um estava destinado a conquistar, em futuro próximo, lugar de grande importância nas operações de terra e mar: o avião, obra prima do engenho humano, a cuja criação está ligado, para sempre, o nome de seu benemérito inventor, o nosso genial patricio, Alberto Santos Dumont. Ensaiado inicialmente como instrumento de observação e reconhecimento, transformou-se, com as sucessivas experiências de mais amplo emprego, na mais temível máquina de destruição, não só de homens e de exércitos, como de edifícios e cidades.

Os primeiros exercícios para sua utilização militar em nossas forças arma-

das realizaram-se durante a referida guerra, praticados tanto por elementos do exército como da marinha.

A aviação naval brasileira teve início quando o governo, em 8 de janeiro de 1916, autorizou a compra de dois hidroplanos. Mas, de fato, sua formação data de alguns meses depois, quando se criou, a 23 de agosto, a Escola de Aviação Naval. Instalada provisoriamente na ilha das Enxadas, foi depois transferida para a do Rijo, ambas na baía do Rio de Janeiro. Seus trabalhos começaram apenas com dois hidroaviões Curtiss, de 900 cavalos, e dois pequenos hangares, com a capacidade de quatro aparelhos. Aprovado, em fevereiro de 1917, o regulamento da Escola, o ensino aí ministrado foi se desenvolvendo, graças aos esforços dos instrutores e alunos, de suas experiências resultando constantes modificações no arcabouço primitivo.

Com o progresso da aviação naval, surgiu a necessidade da criação de órgão administrativo encarregado de presidir-lhe ao destino: foi assim organizada a *Diretoria da Aeronáutica*, no Ministério da Marinha, em dezembro de 1925. Por diversas transformações passaram os seus serviços, a fim de atender convenientemente ao desenvolvimento da nova arma, até que, em outubro de 1933, se constituiu o *Quadro efetivo de aviação naval*, nêle ingressando todo o pessoal navegante e técnico da marinha.

A aviação militar tem suas origens nos primeiros esforços despendidos com o fim de ensinar em nosso país a arte de voar. Foi o Aéro Clube do Brasil, fundado em 1911, o centro dessas atividades. Contaram seus fundadores, desde o início, com a colaboração de jovens oficiais do Exército, entusiasmados com o futuro do novo invento, que previam seria em breve utilizada como arma de guerra. Um dêles, o tenente Ricardo Kirk, tirou *brevet* em França para ser instrutor na escola de aviação civil, criada no Rio de Janeiro, em 1912, pelo

Aéro Clube do Brasil. Sua rápida carreira, de precursor das forças aéreas brasileiras, findou gloriosamente, em fevereiro de 1915, no Contestado, ao fazer um vôo de reconhecimento, em proveito do comando da tropa em operações contra os rebeldes que dominavam a região.

Nessa fase inicial da aviação no Brasil, decidiu o ministro da Guerra formar pilotos militares na escola do Aéro Clube, donde saíram, afinal, os primeiros aviadores feitos no país. Rescindido o contrato que, com êsse fim, se firmára; desaparecido aquele centro propulsor de patrióticas energias, entrou em crise a aviação civil no Brasil.

Ja terminar, porém, com a primeira guerra mundial, o período das experiências, para entrar-se definitivamente na preparação sistemática da nova arma. Em julho de 1919, inaugurava-se, com efeito, no Campo dos Afonsos, a Escola de Aviação Militar, sob a orientação técnica de profissionais franceses. Destinava-se a ministrar a oficiais e sargentos do exército a instrução de pilotos, observadores e mecânicos. Com seus cursos, abria-se uma nova fase de entusiasmo pelos arriscados exercícios do ar, cheios de atrativos para a nossa corajosa mocidade. Era o período da aviação heróica, a que tão grande tributo pagaram os jovens oficiais brasileiros. Os vôos, começados em torno do Campo dos Afonsos, estenderam-se, pouco a pouco, para o interior, em *raids*, sensacionais naquela época, como o Rio-São Paulo, executados primeiro com aparelhos isolados, depois em esquadrilhas, que levaram em suas asas possantes, às populações do interior, a reafirmação do valor das novas gerações de brasileiros.

Em 1927, com seu pessoal de instrução já consolidada e de mentalidade amadurecida para as lides do ar, criou-se a Arma de Aviação no Exército e, para presidir-lhe as atividades administrativas e técnicas, a *Diretoria de Aviação*.

Também a escola progredira. Nova missão instrutora, servida por mais adiantados conhecimentos, quanto à técnica e ao emprego dos meios de ação, substituíra a primeira. Em 1928, publicavam-se os regulamentos de emprego da aviação, ficando habilitada, a partir desse momento, a integrar-se no exército como sua quinta arma. Com seus órgãos técnicos e administrativos em completo funcionamento, formaram-se, em 1933, as Unidades Aéreas do Exército, em tempo de paz.

A aviação do Exército foi dotada, em 1931, com uma organização incomparável: o *serviço postal aéreo militar*, transformado, depois, em Correio Aéreo Militar, hoje Correio Aéreo Nacional. Sua feliz criação visou proporcionar aos nossos pilotos frequentes oportunidades para empreender extensos vôos no interior do país, com objetivo prático determinado, em que se reuniam, aos benefícios de manter em contato à capital e os núcleos de população mais afastados, as vantagens de facilitar aos aviadores o conhecimento do nosso imenso país. Os benéficos resultados colhidos nas penetrações iniciais levadas a efeito pelos bandeirantes do ar animaram as atividades do novo serviço, mostrando o acerto de sua organização, ampliada sucessivamente com a inauguração de novas rotas, que formam hoje uma enorme rede desdobrada sobre o mapa do Brasil, prestando inestimável auxílio, tanto às populações do interior, como ao funcionamento da máquina administrativa da federação e dos estados.

As exigências desse utilíssimo serviço é que se deve a existência de numerosos campos de pouso, balizando rotas aéreas, preparados em tantas localidades do país, alguns se tendo transformado, sob a pressão da segurança continental, nas poderosas bases aéreas do Nordeste.

Os elementos de aviação da marinha e do exército juntaram-se, em janeiro de 1941, para formar um organismo autô-

nomo: o Ministério da Aeronáutica. Fundiram-se, em consequência, numa só, as duas escolas de formação de oficiais aviadores, assim como as de especialistas, recebendo nova organização a tropa e os serviços.

Foi em pleno trabalho de constituição de seus quadros de pessoal, organização administrativa, remodelação do ensino e coordenação de seus serviços auxiliares, que teve a aviação de enfrentar a situação ameaçadora, que se avizinhava, com a perspectiva de estenderem-se ao continente americano as operações de guerra em que se empenhavam as grandes Nações da Europa. E tal como o exército e a marinha, em crises anteriores, a nova corporação armada do país — a força aérea brasileira — revelou, por sua coragem e eficiência, as mesmas virtudes guerreiras de nossos antepassados.

E, sob a pressão dos acontecimentos, prepararam-se, com o concurso técnico e financeiro norte-americano, as bases aéreas do Nordeste — o corredor da vitória — dotadas dos meios necessários à segurança do Hemisfério Ocidental, de cuja defesa se incumbiram forças aéreas dos dois países.

A contribuição das forças aéreas nacionais foi importante e eficaz. Na região instalaram-se vários esquadrões de bombardeiros médios, organizados durante a guerra, com material vindo dos Estados Unidos e pessoal brasileiro, treinado, para a campanha anti-submarina: em Natal e nos principais centros de instrução norte-americanos, no emprego dos engenhos mais modernos. Esses esquadrões, com base em Salvador, Recife, Natal e Fortaleza, cooperaram com as forças aéreas e navais norte-americanas no serviço de patrulhamento da costa, combóio de navios mercantes, busca e ataque a submarinos. Forças análogas, mas de menor vulto, encarregaram-se de igual missão nos setores Centro e Sul do litoral brasileiro. Constituiu principal-

mente a atividade da nossa aviação em proporcionar a necessária cobertura aérea aos combóios que se deslocavam da Bahia e Trinidad, e vice-versa, nos quais se gruparam, durante as hostilidades, mais de 10.000 navios, oscilando a composição de cada combóio entre 20 e 80 embarcações.

Tal como se dera com os elementos da esquadra brasileira, os esquadrões da nossa força aérea foram postos sob o comando do almirante Ingram, para as operações associadas com a 4.^a esquadra norte-americana, beneficiando-se eles, assim, com as vantagens do comando único. Nesse serviço de proteção e cobertura aérea dos combóios, contam os elementos componentes dos nossos esquadrões do Nordeste, em seu ativo de guerra, o afundamento de alguns submarinos inimigos.

Decidida a participação do Brasil na ofensiva geral contra as frôças do Eixo entrincheiradas na Europa continental, a par da Fôrça Expedicionária do Exército, — principal contribuição do país à formação da frente de batalha comum — tratou-se de enviar igualmente um contingente da fôrça aérea para colaborar na grande ação em preparativos. Não obstante encontrar-se a aeronáutica brasileira a braços com as dificuldades inerentes à sua expansão, e empenhada nas operações aéreas no Atlântico Sul, foi organizado e treinado um grupo de caça, para operações táticas, e uma esquadriha de cooperação com a tropa terrestre brasileira. Aperfeiçoada a instrução de suas guarnições nos centros especializados dos Estados Unidos; exercitados seus elementos combatentes no emprêgo do material moderno de que se iam servir, ficaram as unidades em perfeito pé de igualdade com as congêneres norte-americanas. E, em setembro de 1944, partia a cumprir seu glorioso destino, o contingente da fôrça aérea brasileira, decidida a ostentar com honra, nos céus da Itália, o pavilhão brasileiro, em desagra-

vo às ofensas recebidas na traiçoeira campanha submarina desencadeada em nossas águas territoriais pelas potências do Eixo. Os feitos que praticou, como parte integrante do XXII Comando Aéreo Tático, em benefício do 5.^o Exército norte-americano, pertencem à história da segunda Guerra Mundial e colocam a mais nova das corporações armadas do Brasil à altura da marinha de Riachuelo e Humaitá e do exército de Tuiuti e Lomas Valentinas.

São essas as fôrças armadas, instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina e a que cabe defender a Pátria e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, nos termos do art. 177 da Constituição da República.

BIBLIOGRAFIA

- História Geral do Brasil* — Visconde de Porto Seguro.
- Dom João VI no Brasil* — Oliveira Lima.
- Efemérides* — Barão do Rio Branco.
- O Brasil na administração pombalina* — Visconde de Carnaxide.
- A instrução e o Império* — Primitivo Moacir.
- História Militar do Brasil* — Tenente-coronel D. José de Mirales.
- História do Exército Português* — Major Cristovam Aires de Magalhães Sepúlveda.
- Portugal Militar* — Carlos Selvagem.
- História Militar do Brasil* — Genserico de Vasconcelos.
- A Batalha do Passo do Rosário* — General Tasso Fragoso.
- A Revolução Farrroupilha* — General Tasso Fragoso.
- História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* — General Tasso Fragoso.
- Osório* — Coronel J.B. Magalhães.
- Sangue e alma do Rio Grande* — Fernando Luís Osório.
- Seguindo a trilha* — General Pedro Cavalcanti.

Coleção das leis do Império do Brasil em 1824 — (decretos, Cartas Imperiais e alvarás) — 1886.

Organização da froça militar — (Memória apresentada ao Primerio Congresso de História Nacional, agosto de 1914) — General Moreira Guimarães.

Formação do Exército Brasileiro e sua evolução no século XIX — (Memória apresentada ao Congresso de História da América) — Capitão Nilo Val.

Exército do Brasil, da Independência à Maioridade — (Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, vol. II, 1931) — General F. de Paula Cidade.

O Exército de 1889 — (A República Brasileira, Bibl. Mil., 1939) — General F. de Paula Cidade.

Organização do Exército Brasileiro — (Revista Militar, Estado Maior do Exército) — Capitão Melchisedech de Albuquerque Lima.

Apontamentos para a história da Marinha de Guerra Brasileira — Teotônio Meireles da Silva — 1881.

História Naval Brasileira — Teotônio Meireles da Silva — 1884.

A esquadra nas lutas da Independência — Alfredo Baltazar da Silveira.

Através da História Naval Brasileira — Pedro Maia.

A Marinha de Guerra Brasileira — 1807-1931 — Lucas Boiteux.

De aspirante a almirante (1909) — Almirante Artur Jaceguai.

Formação da Armada Brasileira até o fim do século XIX (1900) — Almirante Artur Jaceguai.

A Marinha de Guerra na pacificação interna do Brasil — (Tese apresentada ao Congresso de História da América, setembro de 1922) — Capitão de Fragata Aníbal Gama.

Santos Dumont — Gondim da Fonseca.

A verdade sobre a história da Aeronáutica (1944) — José Garcia de Sousa.

A Fôrça Aérea Brasileira na campanha da Itália — (Conferência proferida em 20 de novembro de 1945. Clube Militar) — Tenente-coronel aviador Nelson Freire Lavanère Wanderley.

NA ANTIGA CASA DOS GOVERNADORES (*)

JUSTO PASTOR BENITEZ

A independência do Paraguai foi um processo de longa duração. A província mediterrânea de Guará, teve que montar guarda, concentrar-se, isolar-se, para se fazer reconhecer como República independente e plasmar-se como nacionalidade. Eis aí o que muitos historiadores não compreenderam em toda a sua complexidade, em seu sentido profundo. Não bastava proclamá-la; era necessário fazê-la reconhecer pela antiga metrópole espanhola e pelas nações limítrofes. Em relação à Argentina êsse processo durou de 1811 a 1844; a Bolívia reconheceu a independência em 1842, mas o processo só foi definido na guerra do Chaco (1932-1935).

Um desses aspectos constituirá o tema deste capítulo. O Brasil seguiu com atenção desde o primeiro momento os acontecimentos que se desenrolavam no Paraguai. Em 1811 teve lá, como observador, o Tenente José de Abreu, mais tarde General e Barão de Cerro Largo, morto gloriosamente em Passo do Rosário.

Junto ao Paraguai tinha a sua província de Mato Grosso; com êsse país confinava em grande extensão e perto lhe fica o Rio Grande do Sul. Interessava-lhe também que essa república não se reintegrasse no antigo Vicerinado do Rio da Prata. Em 1824, enviou em mis-

são Antônio Manuel Corrêa da Câmara; em 1844 Pimenta Bueno. Êsses plenipotenciários defrontaram-se com o doutor Francia e Carlos Antônio Lopéz, dois professores de Filosofia. Vamos examinar a vida filosófica de ambos, verificar como convertem em sistemas de governo seus sistemas filosóficos. Veremos surgir da cátedra, dois caracteres duros, inexoráveis, em lugar dos pregadores de tolerância e compreensão, como tem que ser os que investigam a razão de ser das coisas e a finalidade da vida.

Através de um século vamos evocar o quadro e os personagens que nêle intervieram, tanto em seus antecedentes quanto em sua etapa definitiva. Porque o diálogo de Carlos Antônio Lopéz com o ministro Pimenta Bueno, em 1844, foi o mesmo colóquio travado entre o doutor Francia e Corrêa da Câmara, 20 anos antes.

Em 28 de abril de 1824, o Imperador enviou Manuel Corrêa da Câmara em caráter de Cônsul ao governo paraguaio. Depois de uma longa viagem e de estudar detidamente sua missão, chegou a Assunção, um ano e quatro meses mais tarde, a 17 de agosto de 1825, onde foi recebido com honras extraordinárias (1).

(1) *Anais do Itamarati*. Vols. I, II, III e IV — Aurelio Pôrto, "*Os Corrêa da Câmara*" — Rio de Janeiro, 1938. R. Antônio Ramos, "*A Política do Brasil no Paraguai sob a Ditadura de Francia*" — Ed. Ayacucho — Buenos Aires, 1944.

(*) Tradução da Senhorita Maria Regina Amoroso Costa.

O Ditador Paraguai é protocolar e exigente. Devolve a primeira nota do cônsul brasileiro porque não continha o tratamento de S.E. o Ditador Perpétuo da República do Paraguai. Logo formula suas exigências: reconhecimento expresso da independência do Paraguai; que se impeça a incursão dos índios “imbayás”, que atacam as populações do norte; e que se reconheçam os limites “arcifínios” do Paraguai (2), o que implicava portanto a desocupação de Nova Coimbra e Albuquerque. Além disso interessava-lhe adquirir três mil fuzis, pistolas, espadas, munições e pólvora. Corrêa da Câmara promete conseguí-los de seu governo, e por isso regressa ao Rio de Janeiro. Daqui voltou em 1826 com as credenciais de Plenipotenciário. Chega a Itapúa e lá se detem. A esfinge de Assunção não se digna recebê-lo antes que ele satisfaça suas exigências. As armas prometidas foram embarcadas a bordo do “República” mas não puderam passar de Montevidéu por causa do bloqueio do Rio da Prata. O diplomata brasileiro além disso levava como presente ao Ditador cem bons cavalos para sua escolta, um chapéu de plumas para o Ministro da Fazenda, José Gabriel Benítez e um presente para o Tesoureiro Geral Pedro Nolasco Decoud. Os cavalos ficaram pastando nos limites do Uruguai; Decoud não pôde receber o presente por achar-se enfermo e Benítez foi destituído por aceitar o chapéu! Corrêa da Câmara teve que esperar em Itapúa a 80 léguas da Capital, 18 meses, sem conseguir seu intento. Francia era inflexível. Exigia o reconhecimento expresso da independência, apesar de estar êle implicitamente contido na nota do enviado brasileiro datada de 27 de julho de 1825.

Da mesma forma o ditador guardou silêncio quando o representante imperial pediu a liberdade do sábio Aimé Bonpland. A esfinge de Assunção não se

amansava com gentilezas. Em 1829, escreveu ao delegado Ramírez uma carta para ser lida ao representante do Império, que era um verdadeiro ultimatum. Corrêa da Câmara afastou-se resmungando. Mas manteve a linha. Os aborrecimentos pessoais não perturbaram seus pontos de vista de diplomata e patriota. Em 1839 tentou voltar ao Paraguai como Ministro da República do Rio Grande. O Ditador não o recebeu. Nunca se metia em brigas alheias e menos ainda com governos revolucionários. Era pétéreamente neutro. Nem com Artigas nem com Ramírez; nem com Rozas; nem em Ituzaingó, nem na Revolução dos “farrapos”. Seu zêlo terminava em suas fronteiras: “non plus ultra”. Sempre neutro.

O Ditador continuou de pé, absorvido por sua única preocupação: a independência do Paraguai. A essa missão consagrou 29 anos de sua existência. Poucas figuras tem sido tão deformadas pela lenda como a do Dr. Dom José Gaspar de Francia. Nasceu êle em Assunção a 6 de janeiro de 1766. Era filho de García Rodríguez de Francia, natural de Mariana, na região dos “Minas Gerais”, e de María Josefa Velasco y Yegros, da melhor sociedade paraguaia. Foi educado na Universidade de Cordoba. Chegou a tomar as ordens menores e usando traje talar regressou a Assunção, mas abandonou a hábito para dedicar-se à advocacia. Exerceu-a como um apostolado, reto, incorruptível, gratuito para os pobres, só aceitando causas justas. Desde sua juventude foi de uma fria e humana retidão. Fez-se conhecer pela inteligência e respeitar pelo carater; exerceu a tirania da honestidade. Foi fiscal da Fazenda Real, Assessor do Capítulo e designado como representante da Província ao projetado Congresso de Cádiz. Não foi um improvisado nem um aventureiro, senão um teorema em desenvolvimento, um sistema progressivo. Sua vida tem ló-

(2) Que chegam até o Jaurú.

gica, orientação e conteúdo. É um revolucionário que sóbe de degrau em degrau. Incorpora-se à política já na idade madura, 48 anos. Segundo Molas preparou a Revolução de Maio, foi seu conselheiro.

A 15 de maio esteve no pátio do quartel e fêz parte do primeiro Triunvirato como representante dos patriotas. Nesse dia já está em plena história, incorpora-se aos acontecimentos, para dar-lhes alento e dirigí-los com inflexível dureza. É a principal pessoa; nunca foi o fiel das datas de gala, nem conselheiro dócil. A 17 de junho preside o Primeiro Congresso Nacional; trata com os plenipotenciários de Buenos Aires, Belgrano e Echeverría, e faz aceitar seus pontos de vista; quando não lhe obedecem recolhe-se à sua fazenda de Ibiray para meditar; volta a presidir o Congresso de 1813; elege-se Cônsul; impõe-se pelo trabalho; sua inteligência reina; em 1814, é designado Ditador Provisório e em 1816, Ditador Perpétuo. É o teórico da revolução, o doutrinário do movimento emancipador e tem que ser seu consolador. Um revolucionário frio e austero como Robespierre, mas transcendente como Cromwell, José Bonifácio ou Mariano Moreno. Como subiu? Não é orador, não tem fortuna, não é militar, não usa a dádiva nem o dinheiro público para captar amigos, não se mete em negócios nem dá ouvidos a intrigas, não desperta simpatias nem usa sorrisos hipócritas; não perdôa nem atrai seus inimigos, a quem procura abater. O cárcere e o confisco são argumentos de seu governo. É acatado pela cultura, o caráter e a honestidade. Sua vida é sem manchas, fria, sem calor de humanidade. Solteiro, sem amores nem compromissos, estudioso e ríspido; sua alma é uma paisagem cinza, sua vida desumana tem um propósito enorme, um objetivo superior: a independência. Domina as assembléias, vence os seus émulos, faz-se forte no coração do povo, submete-se à

classe militar. As classes ilustradas do país nunca o acompanharam; êle se apoiava no campo e na classe popular. Interpreta o instinto, a ansia de ser livre do povo paraguaio. Por isso foi o paladino de um desígnio coletivo. Assim o viu Augusto Comte e pintou-o Carlyle: herói construtor de uma nacionalidade. Esse déspota teve uma missão transcendental na história; suas mãos cruéis assinalaram a rota definitiva de seu povo. Com razão fêz adotar em 1813 a bandeira tricolor e a denominação de "República do Paraguai", pois foi um republicano da primeira hora.

Como vivia êsse monje da política? Vamos tomá-lo já ao pé da obra, quando assume só a imensa tarefa, por volta de 1814. Um homem pequeno e enxuto; um punhado de nervos; testa larga, olhos verdes; nariz romano; queixo pronunciado; usa trança, e a roupa de um revolucionário francês; levita escura; talças até o joelho, meias largas, sapatos com fivelas de prata. Veste severa mas corretamente. Capa e chapéu de dois bicos. Sua fortuna consiste em uma pequena fazenda, uma biblioteca, um teodolito, dois escravos e dois cavalos. Não necessita mais; não lhe interessam os honorários, porque em sua vida ríspida, nem o amor, nem a gula, nem o dinheiro, nem a diversão têm lugar. É um introvertido: parece um ente abstrato; mas a realidade de sua existência toca-se no seu despotismo. Desumanizou-se. Não tem nenhum dos vícios que às vêzes adoçam a vida, nem as virtudes que a adornam por fora. Não tem piedade para com os outros nem para consigo mesmo. É uma idéia em marcha. Parece um rolo que vai esmagando o que encontra em seu caminho. Igualitário tremendo, para êle não há diferença de classe, raça, côr e posição; não teve filhos nem enteados; jamais empregou um parente. Sua irmã, a esposa do Coronel Larios Galván teve que ser professôra para ganhar a vida.

Esse homem nunca terá sonhado com a volutuosidade da fortuna ou do luxo. Era seco e escuro e forte como um alcece. Durante os 26 anos de sua ditadura levou uma vida monótona, isocrônica, desesperante. Levanta-se às 6 da manhã, toma alguns mates e passeia pelo corredor; depois um banho e um pequeno café. Vai despachar; trabalha até às 10 horas, quando começa a receber o público. Retira-se às 12 e almoça frugalmente um assado, pombinho ou frango, um copo de xerez, duas laranjas e fuma um charuto. Como filho do trópico faz a sesta; às 3 está novamente despachando. Às 5 trazem-lhe o cavalo ensilhado. Faz um passeio pelos arredores da cidade, precedido por um corneteiro e seguido de dois soldados de sua escolta. As portas se fecham à sua passagem. Volta às 7; toma um copo de leite ou come frutas e passeia lentamente; logo vai para seu quarto, recosta-se, lê à luz indecisa de uma vela de sebo, fecha pessoalmente as portas e dorme, com as pistolas debaixo do travesseiro. Seu único descanso, em um quarto de século, é ir caçar ou passar fins de semana em sua fazenda de Ibirá ou no quartel de Campo Grande. Única festa a que ia às vezes: os festejos populares de Reis, a 6 de janeiro, dia de seu aniversário, no bairro da Merced. Os ministros Benítez e Alvarez, o tesoureiro Decoud o administrador Medina, e o primeiro oficial Almirón não passam de amanuenses. Só se digna conversar com alguma intimidade com seu médico Vicente Estigarribia, única pessoa que pode entrar em seus aposentos. Tem duas velhas escravas e um negrinho que faz as compras no mercado. Às vezes se distrai com um belo cão chamado Sultán. Depois, o mundo é o expediente; sua paisagem, a administração pública, de que cuida em todos os detalhes; sua religião, a independência. Quando morre, a república está indestrutivelmente consolidada; não fez testamento; os únicos bens que deixa

são: uma fazenda que lega às suas duas criadas; honorários a receber que pede sejam repartidos entre os soldados que patrulham as fronteiras; uma tala e uma biblioteca. Para que, então, quiz o poder, este déspota sem controle? Para uma obra magna que resistirá aos séculos.

Duas esfinges se contemplaram, sem chegar a um acôrdo. O mesmo diálogo vai ser reiniciado 20 anos depois. Desta vez o Brasil enviou, como sempre, uma das primeiras cabeças de sua diplomacia, tradição que continuaram o Visconde do Rio Branco, Cotegipe, Rodrigues Alves.

José Antônio Pimenta Bueno nasceu em São Paulo a 4 de dezembro de 1803. Jurisconsulto, político e diplomata, tem o estofo dos grandes estadistas que garantiram a unidade e o progresso do Brasil. Foi presidente de várias províncias, deputado e senador do Império; Conselheiro de Estado, Ministro e presidente do Conselho em 1870. A administração de Mato Grosso de 1835 a 1837 e do Rio Grande do Sul em 1850, puseram-no em contato direto com os problemas do Rio da Prata. É insinuante, firme, conhece a tarefa que lhe incumbe e o objetivo de sua chancelaria e segue-lhe o rumo. De volta do Paraguai, escola que São Cristóvam empregou com eficiência, ocupou a pasta das Relações Exteriores. Entre outras iniciativas deve-se lhe uma proposição para a lei do Ventre Livre. O Império premiou seus serviços com o título de Marquês de São Vicente (3).

A 14 de setembro de 1844, o Presidente Carlos Antônio Lopéz, recebeu-o em despacho na antiga casa dos Governadores.

O representante imperial fêz entrega de um documento que assim resava: "O Abaixo assinado, Ministro de S.M. o Imperador do Brasil, em nome do mesmo Augusto Senhor reconhece a Inde-

(3) Dados fornecidos pelo Sr. Wagner Pimenta Bueno — Rio, 1944.

pendência e a Soberania da República do Paraguai, proclamada a 25 de novembro de 1842, registrada em Ata de seu Congresso Nacional e comunicada oficialmente ao Governo de S.M. o Imperador. Por tanto, reconhece igualmente que a República do Paraguai tem direito de exercer tôdas as grandes prerrogativas que são inerentes à sua Independência e Soberania. Para fé do que e para que assim conste perpetuamente, o abaixo assinado firma de seu punho, e em nome de seu Augusto Soberano, em virtude dos Plenos Poderes que o autorizam, o presente reconhecimento da Independência e Soberania da República do Paraguai; e o faz selar com as Armas do Império. Feito em Assunção aos quatorze dias de setembro de 1844. (L.B.) — José Antonio Pimenta Bueno, (4)".

Esse ato protocolar selava um processo de 33 anos. A independência do Paraguai iniciada a 14 de maio de 1811, declarada a 12 de outubro de 1813 e ratificada em 1842 recebia o solene reconhecimento do Império.

Em consequência o Presidente Lopéz expediu um decreto redigido nos seguintes termos: "O Presidente da República do Paraguai concorda e decreta: Artigo 1.º) Selando-se com o selo nacional, archive-se na Secretaria das Relações Exteriores para perpétua e grata memória de um dos dias de glória da pátria o ato original de reconhecimento da Independência e Soberania do Paraguai por sua Magestade o Senhor Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Artigo 2.º) Publique-se por decreto com a solenidade de estilo na capital e em todo o território da República uma tradução fiel do documento autêntico citado no artigo anterior com inserção do presen-

te decreto. Imprima-se e dê-se ao Repertório Nacional (5)".

O ato de 14 de setembro foi seguido pela assinatura de um tratado de aliança, comércio, navegação, extradição e limites, a 7 de outubro do mesmo ano, que não chegou a ser completado. A questão dos limites ficou sem solução; foi a causa de divergências nos anos seguintes e só se resolveu em 1872, na véspera da Grande Guerra (6).

A comunicação da declaração da independência dirigida a numerosos governos não teve boa acolhida em Buenos Aires. Rozas negou-se a ouvir o enviado paraguaio Andrés Gill. E ratificou essa atitude em sua mensagem à legislatura a 27 de dezembro de 1843.

A 21 de fevereiro de 1845, o enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário da Confederação Argentina General Tomás Guido, protestava em nome de seu país contra esse reconhecimento, em nota dirigida ao Sr. Ernesto Ferreira França, Ministro das Relações Exteriores do Império. Guido foi a primeira cabeça da diplomacia argentina naquele período histórico: Secretário e companheiro de San Martín nas guerras da independência, patriota culto e comedido, expressava admiravelmente as tendências de sua chancelaria. "Já havia tido a honra de manifestar com franqueza ao Sr. Carneiro Leão as razões que impediam seu governo de reconhecer a independência daquele território".

"O governo do Brasil não ignora que a divisão geográfica das Repúblicas da América do Sul tomou por base a divisão preexistentes dos vice-reinados e capitânias gerais sob a denominação espanhola, e que o Paraguai estava compreendido no de Buenos Aires, erigido depois

(5) Repertório Nacional n.º 23 — Assunção, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(4) Relatório do Ministério das Relações Exteriores pelo Barão de Cairú — 1846 (reedição) — Rio de Janeiro, 1944.

(6) *Coleção de Tratados*, publicada pelo Ministério das Relações Exteriores — L.A. Lugo e O. Perez Uribe — Assunção, 1934.

em República independente pelo voto universal de seus filhos.”

“Certamente o Paraguai isolou-se pouco depois de começar o grande movimento continental em defesa da independência; entretanto nem o Paraguai se resignou ao domínio metropolitano, nem declarou, durante a luta dos demais povos contra o poder espanhol, sua vontade de separar-se da comunidade política e que pertencia. O Paraguai permaneceu virtualmente como parte integrante da República Argentina, separada “pro tempore” por causas que não vem ao caso investigar”.

“O governo argentino, que não renunciou a nenhum de seus direitos, envidando esforços heróicos para conquistar a independência nacional, defendia com eles o Paraguai, apesar dessa província não participar dos sacrifícios comuns; e o destino daquele território teria sido envolvido nos desastres da República se a Providência não houvesse favorecido a justiça de sua causa e o valor dos Argentinos. Nem a situação excêntrica do Paraguai, de modo algum o desmembrava legitimamente da nação de que fazia parte”.

“O governo argentino considerava inoportuno o reconhecimento da independência do Paraguai por parte de S. M. I. e declarava que não lhe dá força nem valor algum”.

A 29 de julho de 1845, Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro das Relações Exteriores, contesta o protesto argentino, em forma digna de um fino diplomata e argumentador lógico. Para o Brasil esse reconhecimento constituía a ratificação de uma conduta adotada desde 1824, sem protesto por parte da Argentina. Em troca, a Confederação havia reconhecido essa mesma independência no tratado de 12 de outubro de 1811. A argumentação documentada de Limpo de Abreu consagra o Dr. Francia como o verdadeiro fundador da independência do Paraguai. Pois ele presidiu ao Con-

gresso de 17 de junho de 1811, que declarou a autonomia de Buenos Aires, foi o autor da nota de 20 de Julho, que contém toda a doutrina da independência paraguaia e foi quem redigiu e assinou o tratado de 12 de outubro de 1811. O artigo 5.º desse tratado diz: “Em consequência da independência da Província do Paraguai em relação à de Buenos Aires, conforme foi estabelecido na resposta oficial já citada (de Buenos Aires), de 28 de agosto de 1811, etc.”...

Com efeito o Congresso Geral de 12 de outubro de 1813, ratificou o desejo de Independência, sob a presidência do Dr. Francia, seu inspirador e alma.

Em 1844 o diálogo é entre dois estadista; o anterior havia sido entre duas esfinges. Frente a Pimenta Bueno encontrava-se um homem de governo, que se ensaiava nas tarefas públicas, depois de haver estado em contato com a realidade nacional durante 30 anos, e haver observado o mundo do quiosque de uma estância situada no interior da República, longe da agitação. É um homem maduro. Como o Dr. Francia, foi professor de Filosofia e usou toga. Também vestiu a sotaina e disciplinou-se no claustro. Não é um doutrinário formado na Enciclopédia, mas sim um estadista tipicamente americano, feito pela observação das coisas. Vai construir onde Francia deixou as bases; fazer reconhecer o que o outro proclamou em 1811, em 1813, toda a vida; independência do Paraguai, liberdade de navegação dos rios, livre arbítrio dos povos.

Nasceu em Assunção a 4 de novembro de 1792. Seus pais foram Miguel Cirilo Lopéz, alfaiate de profissão, e Melchora Insfrán, “Espanhois e cristãos velhos, reputados nobres e honestos, sem defeitos nem mancha” diz um documento da época. Foi aluno e professor do Colégio de São Carlos. Em 1817 sucedeu a Francia na cátedra. Era um latinista eminente, bom advogado e tinha uma fazenda de gado em V. Rosário. Sabe adap-

tar-se ao meio ou então devemos aceitar que tanto ele como o Ditador tinham a intuição do porvir do futuro sucessor.

Contraiu nupcias com dona Juana Carrillo, em 1825, e tiveram cinco filhos. Por aí mais vinculado à realidade humana que o Dr. Francia. Durante a ditadura guardou silêncio prudente; trabalhou; o Ditador nunca o molestou. Esperava sua vez. Sentia-se predestinado, este “carai-arandú”, para continuar a obra. E assim por ocasião da morte do Dr. Francia, em 1840, uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi chamá-lo e confiar-lhe a Secretaria. Logo se vê envolvido nos acontecimentos. Em 1842 é Cônsul com o Comandante Mariano Roque Alonso; êsse soldado sensato e desinteressado, tem o patriotismo de deixá-lo governar. Em 1844 adota-se uma Constituição e Carlos Antonio López é eleito Presidente da República por um período de dez anos. Aí começa o realizador. Vive pouco na cidade, quase sempre em sua fazenda da Santíssima Trindade. Viaja de carruagem; gosta de pompa. É um grande senhor que presa a tranquilidade e não quer que o perturbem em seu trabalho. Tem tipo espanhol com pronunciada calvície; gordo, de voz resmungona e gestos duros. Bom pai de família e muito amigo de favorecer seus parentes. Decretou o Ventre Livre, antes de Lincoln e deu cidadania aos índios dos povoados; duas medidas de transcendência humanitária que enaltecem sua figura. Gosta de fazer as coisas com as próprias mãos. Os ministros Mariano González, Nicoláz Vásquez, Pedro V. Gill, José Falcón, José Berges, seu filho Francisco, não têm sossego, porque o Velho é exigente e minucioso. Controla tudo. Recolheu os materiais informes, mas consistentes, deixados por Francia e poz-se a construir um país, em 20 anos. Criou o Estado Paraguaio; deu à nação armação jurídica, base econômica, sólida contextura e disciplina no campo; fêz reconhe-

cer sua independência. Não teve a personalidade enorme do Dr. Francia nem o seu desinteresse extrahumano, porém, foi mais construtivo; não pôde alcançar a sua moral de cenobita, entretanto foi mais humano e piedoso; não teve a sua formação doutrinária, mas soube traduzir o seu saber em forma de govêrno. Escrevia os editoriais do “El Paraguaio Independiente” em prosa correta; suas Mensagens são uma mina de sabedoria; corrigia as provas dos exames escolares. A sociedade de Antiquários do Norte (Suécia), o Instituto Geográfico de Berlim, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro elegeram-no sócio correspondente, por seus méritos.

Sôbre as bases deixadas pelo Dr. Francia, edificou um país trabalhador e ordenado; dotou-o de escolas, igrejas, oficinas, estradas de ferro, telégrafo, fundição de ferro, marinha mercante, e prospera agricultura. Contratou numerosos técnicos europeus para todos os ramos de atividade fiscal e enviou ao velho mundo muitos jovens para adquirirem cultura. A esta vasta oficina deu por sentinelas a fortaleza de Humaitá e o acampamento de Cerro León. Para não ser completa sua obra, não pôde definir as questões de limites com os três vizinhos, porque queria resolvê-las pelo direito e não pela força. Não se peça outra coisa a um país que está lutando pelo direito de viver. Francia e López, sem tiros, sem travar batalhas, prepararam-se para a guerra total. Seu povo é um todo, que naufragará em Riachuelo, se fundirá no incêndio maravilhoso de Cerro-Corá e voltará a ressuscitar na diana triunfal da guerra do Chaco... Deixou monumentos de beleza e obras de utilidade. O Oratório já está terminado; as fundições de Ibicui continuam de fogo morto. López teve fortuna e deixou herança. Foi enterrado na igreja da Santíssima Trindade que mandou construir. Ao contrário, Francia deu sua fazenda, ordenou que repartissem seus honorários

não recebidos; uma tala que usava ficou em poder do General Urquiza, que a deu ao presidente uruguaio Suarez; sua biblioteca foi dispersada. Nem sequer se conservam os seus restos; mãos sacrílegas violaram uma noite o sepulcro e atiraram os restos no rio. Perdeu-se na eternidade. Eis aí como atuaram à frente do govêrno êstes dois professôres de Filosofia. Ambos, usaram, na adolescência, o traje talar e disciplinaram-se no claustro; logo o deixaram para exercer duas profissões que habilitavam para o govêrno: a advocacia, o exercício do direito; e a cátedra de Filosofia, disciplina básica de toda a cultura. Entretanto o Dr. Francia é Dr. e Ditador, é filho da aristocracia colonial, de uma Yegros e de um Capitão; tomou o govêrno como missão transcendente, afastou-se do catolicismo, foi um precursor

do positivismo, com a sua teoria da ditadura esclarecida; foi só e solitário; Lopéz, é don Carlos Antônio, Presdiente e não Ditador; filho de um alfaiate, não abandona a religião de seus pais; em vez de ser um discípulo dos Enciclopedistas, segue a doutrina de Santo Tomás. Francia foi um filho da Universidade de Córdoba; C.A. Lopéz formou-se na Universidade popular de Itacurubí do Rosário. Um, filho do livro e da meditação; o outro, filho da observação e da realidade. Francia trabalhou para fundar a nação; o outro, o Estado. Aquele lhe dá a bandeira, êste o hino e sobretudo o regime jurídico, sem o qual uma sociedade não pode chegar à civilização. Nenhum dos dois amou e buscou glórias guerreiras; entraram na história sem atitudes, sem batalhas, sem louros, pela obra de organizar a República.

JOÃO ALFREDO ACADEMICO

PEDRO MONIZ DE ARAGÃO

Em 1852, matriculou-se João Alfredo no curso jurídico de Olinda.

Poderia tê-lo feito mais cedo, mas para isso se tornava necessário aumentar a idade, ao que se opôs o pai, que preferiu protelar a alegria de ver o filho acadêmico a consentir numa pequena fraude.

E entre zangado e surprezo, extranhou Manoel Corrêa que o seu "Joca quizesse começar a vida por uma falsidade."

Para um adolescente de 17 anos, evadido dos rigores de um internato que mais se assemelhava um claustro, deslumbrou-o o meio acadêmico, de que tanto ouvira falar.

Empolgara-o o aspecto de Olinda, austera e boêmia, em que se confundiam os arrebatamentos da mocidade e a circunspeção dos frades dos mosteiros, e em cujas ruas se cruzavam as procissões e os grupos turbulentos de estudantes.

Referindo-se a essa fase da vida, não se cansava João Alfredo de acentuar a luta que então se travou no seu íntimo, frente às impressões novas que se sucediam dia a dia, agravadas tôdas elas pelo seu grande acanhamento.

Queria expandir-se, fazer logo grande círculo de amigos, ligando-se a tôdas as manifestações de alegria, compartilhando dos sentimentos gerais.

O temperamento, no entanto, falava mais alto, isolando-o da maioria dos co-

legas. Algumas gotas de sangue índio coíbiam-lhe, talvez, certas atitudes, sofreavam-lhe certos impulsos.

Parco de gestos, concentrado e taciturno, como sempre foi, acompanhava embevecido as explosões folgazans que contagiavam pela espontaneidade. Quase impassível assistia àquelas demonstrações ruidosas.

Apenas de quando em quando, na intimidade de alguns colegas, arriscava uma pilheria, um epigrama, armas que apreciava e cultivava, e das quais, em alguns momentos dos debates parlamentares, tanto se serviria na tribuna.

Também no capítulo amoroso, premido ainda pela mesma timidez que o atormentou nos primeiros tempos da escola, diferia êle de maioria dos condiscípulos.

A êsse propósito, pelo ineditismo e pitoresco de que se cerca, vale a pena narrar o seguinte episódio.

Indo uma vez a um teatro, entusiasmou-se João Alfredo por uma atriz que, pelos seus encantos, havia despertado a adoração fácil da estudantada.

Os mais arrebatados, os que tinham a cabeça ardente e acreditavam nos amores à primeira vista, fizeram-lhe serenatas, dedicaram-lhe versos, ameaçaram, talvez, suicídios. Retraído por excelência, não chegou João Alfredo a êsses extremos.

Em silêncio, curtia a sua *paixão, profunda e sincera*.

Se tangeu a lira, não o sabemos, mas é bem possível que sim. As musas não lhe eram indiferentes e a inspiração sempre acode nessas ocasiões.

A homenagem, porém, que julgou mais tocante, aquela que reputou espezinhar melhor a *nobreza* de seus sentimentos, foi não aceitar o troco que o bilheteiro lhe deu quando adquiriu uma entrada para um espetáculo em benefício da eleita.

No arquivo de João Alfredo ou entre as notas coligidas para as suas memórias, quase nada existe relativamente a sua passagem pela academia.

Apenas num caderno, a que êle denominou "Miscelânea", encontramos pensamentos de Plauto, Terêncio, Salomão, trechos de poesias ou anotações como estas:

"O meu relógio Ricard Ursby (de Liverpool) tem o número 21.456. — No dia 26 de março de 1854 mudei-me da casa do padre Nogueira para a casa do colega Bandeira dos 4 cantos. No último dia de março dei lição de direito criminal e tratei dos abusos do poder."

Na *república* do colega Bandeira, que não pudemos identificar, e quando João Alfredo já se havia libertado do timidez que o isolara dos outros rapazes, integrando-o definitivamente na vida académica, tinha êle por vizinhas duas interessantes moçoilas, que viviam em companhia do avô.

A convivência diária, como era de esperar, gerou uma viva simpatia entre os jovens, e daí um namoro ferrado.

Tôdas as tardes, depois do jantar, Bandeira e João Alfredo, trocando a aridez dos compêndios pelos encantos da palestra feminina, iam para a casa do lado, onde se deixavam ficar horas inteiras, esquecidos de tudo e de todos.

Um único impedilho toldava a felicidade dos dois pares: a presença do avô que, pigarreando e falando sem cessar, era a nota dissonante daquele ambiente romântico.

A vigilância, evidentemente, era das mais desagradáveis.

Por isso uma das moças, a Virginia, astuta e expedita, resolveu lançar mão de um estratagema para se livrarem do avô importuno.

Uma noite, levantando-se abruptamente da cadeira, disse para o velho: "O senhor já viu, vovô, como êsse gatinho acompanha a gente. Experimente só. Chame-o lá para dentro."

Candidamente, sem suspeitar da marroscia, o velho se prestou à prova, e o bichano, como que adestrado previamente, seguiu-lhe os passos até o segundo pavimento da casa.

Do alto da escada, então, satisfeito com a experiência, ou cabeceando de sono, gritou para baixo: "Bôa noite, meninas. Já que aqui estou, aqui ficarei."

Dessa noite em diante, a cena era sempre repetida...

Graças a essas moças, pôde João Alfredo, em certa ocasião, oferecer um lauto almôço a um convidado de destacada posição social.

Pela janela do fundo, que dava para um telhado comum às duas casas, tudo foi transportado para a "república", desde a comida até talheres, copos, toalha, de mesa, etc.

Foi tão perfeito o almôço que o convidado, ao se retirar, não se cansou de elogiar o repasto e o magnífico serviço de mesa que nem parecia pertencer a estudantes...

Pelo conteudo da agenda acima mencionada ficamos sabendo que as mesadas de João Alfredo variavam de 50\$000 a 100\$000 e que as roupas lhe custavam 80\$000. Comentando o preço das mesmas, que reputou muito caro para época, escreveu ilustre conferencista (1): "Estava em embrião o dandi que sempre foi."

Cremos que haja engano nêsse juízo.

(1) Professor Couto e Silva, "Jornal do Comércio" de 1 de outubro de 1933.

O dandi despertára bem mais cedo, ainda de calças curtas, quando, rebelando-se contra a austeridade do meio, entrou envergar um fraque de côr verde, que scandalizou a pacata Goiana.

Se no curso acadêmico, não se distinguia João Alfredo como um desses brilhantes alunos que deixam atrás de si uma reputação jamais esquecida, não resta a menor dúvida de que nêle o político pernambucano se portou como estudante inteligente e cumpridor de seus deveres como o demonstra um episódio relatado pelo comerciante José Soares Veloso, correspondente de João Alfredo em Olinda.

Contava êsse comerciante que indo uma vez à faculdade, a fim de procurar o futuro estadista da abolição, lá se encontrou com o Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares, lente de Direito Eclesiástico, que o convidou para assistir a uma aula em que faria sabatina o seu melhor aluno, de quem não declinou o nome.

Foi, pois, com grande espanto que na hora da arguição verificou tratar-se de João Alfredo.

Apesar da surpresa, nada disse o negociante sobre as relações que havia entre ambos.

Mas o seu entusiasmo chegou a tal ponto em face da precisão e facilidade das respostas, que finda a prova, abraçando-o embevecido, disse-lhe paternalmente: "Tinha ordens restritas, só podendo dar-lhe a mesada marcada, mas de hoje em diante peça o que quiser, pois um estudante de sua ordem tudo merece." (2)

Se desde menino, conforme escreveu em suas memórias (3), a política o atra-

(2) De um trabalho de José Bernardo Alcoforado Júnior, existente nos arquivos de João Alfredo.

(3) Inéditas ainda. Serão brevemente publicadas na coleção "Documentos Brasileiros", da Livraria José Olímpio.

ia, na academia robusteceu-se-lhe a paixão partidária, que tantos desgostos causava ao bom padre Pedro, seu professor de primeiras letras.

No convívio dos colegas, imbuídos todos êles de idênticos ardores, despertou-lhe violento o desejo de lutar, e por isso, conquanto quartanista, disputou, em 1855, a eleição para deputado provincial.

Sorriu-lhe a vitória, mas o candidato adverso, alegando-lhe a condição de filho família e de menor de vinte e um anos, contestou-lhe a elegibilidade, sem que êle, convencido da procedência da impugnação, esboçasse o menor gesto de defesa.

Literato como todo acadêmico de então, João Alfredo fez parte de várias agremiações literárias, havendo ocupado os cargos de secretário do *Ateneu Pernambucano* (4) e de presidente do *Ensaio Filosófico* (5).

Datam também dêsse tempo os seus pendores para as obras de amparo social, tendo sido um dos fundadores do Montepio Acadêmico, instituição que, sob a presidência do lente conselheiro Trigo de Loureiro, se destinava a auxiliar os companheiros pobres.

No dia 6 de dezembro de 1856, no Recife, para onde se havia transferido a faculdade dois anos antes, juntamente com setenta e dois colegas, obteve João Alfredo o título de bacharel em ciências e letras.

De sua turma fizeram parte, entre outros, figuras como Francisco Pinto Pessoa e João Capistrano Bandeira de Melo, que seriam mais tarde professores, Heraclito Graça, consagrado filólogo, e o jurisconsulto Joaquim da Costa Barradas, que foi ministro do Supremo Tribunal Federal.

(4 e 5) Balduino Coelho, "O Conselheiro João Alfredo".

O PANAMERICANISMO E O SUPERESTADO AMERICANO

J. C. ATÁLIBA NOGUEIRA

I

Poucas ocasiões haverá em que seja tão oportuna, como neste ano, a comemoração do dia da América. Circunstâncias de vária ordem concorrem para tornar excepcional a efeméride festiva da fraternidade continental. Mal terminada a guerra, em que a América quase tôda tomou parte, desempenhando papel preponderante e, bem contra a nossa vontade, já pressentimos a aproximação de nova hecatombe. De tal sorte foram os efeitos da anterior, que as imensas ruínas de bens materiais parecem ínfimas em face dos profundos males de ordem e espiritual, das tremendas e inavaliáveis transmutações sociais e culturais.

Sente-se que a civilização não só abandona a Europa — último reduto em que ela se implantára no velho continente — como, ainda, que, aqui mesmo, ela há de transformar-se, inaugurando, pròximamente, o início de nova era. Tão grande a devastação causada na Europa pela guerra, tamanha a miséria, tão profunda a anarquia mental e política, tudo isto acrescido de ódios seculares e de problemas os mais complexos e insolúveis, que já ela olha para a América como a jovem filha, herdeira de suas tradições e cuja assistência já suplica, velha árvore que

vê crescer junto a si os verdejantes arbustos, nascidos das sementes que restaram de seus frutos.

É a civilização que, como o sol, continua sua trajetória do oriente para o ocidente. Como vimos, entretanto, não se trata apenas da deslocação das culturas, no espaço, nem tampouco de mera sucessão no tempo. Seguindo a lei histórica, traçada pela Providência, muda a língua, mudam os usos e costumes, muda o direito, porém não deve mudar o acervo de tradições, que constituem a nossa civilização cristã e são imutáveis os princípios da fé e o conceito de justiça.

É a nossa tarefa de povos novos transformar os valores culturais para aqui transplantados, dar-lhes não só feição nossa, vivificá-los com o sôpro do progresso, como nos cabe ainda, precìpua-mente, conservar intatos os valores imutáveis.

Somos ciosos dessa base da civilização nova, ciosos do espírito americano, da independência dos Estados, que a vontade dos nossos maiores, os seus sacrifícios, o seu sangue e a sua vida fundaram, neste hemisfério.

Há nisto tudo uma consciência americana, que rege os atos de nossa vida comum. É o panamericanismo tal idéia, que brotou na consciência do homem,

quando êle se pôs em contato permanente com as terras do novo mundo. É o panamericanismo, vínculo moral que une entre si todos os Estados do novo continente. Surgiu com o decorrer da vida dos novos Estados. Surdiram êles, no espaço de poucas dezenas de anos e o sentimento da independência de cada um confundiu-se com a idéia de que os ligam vínculos de fato postos pela própria natureza. Daí a vontade de se manterem unidos entre si e separado o seu destino da sorte dos Estados do velho mundo.

A expressão é nova, as comemorações do dia panamericano são recentes, todavia já data de mais de século êste movimento natural de vinculação dos Estados da América. A pouco e pouco foi tomando corpo e expressão e contamos certo que, em futuro não remoto, apresente estrutura inconfundível.

Desde 1933, pela palavra autorizada de seus sócios dos mais conspícuos, êste Instituto, celebrando a data festiva da América, tem apresentado trabalhos dos mais variados acêrca do panamericanismo, profundos estudos históricos de política e diplomacia, a ponto da série de conferências realizadas nêste Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na solenidade dêste dia, constituirem dos mais eruditos estudos sôbre o desenvolvimento da união dos países americanos. Este Instituto é bem a Casa das tradições venerandas do Brasil e da América. Não só as guarda carinhosamente, porém sempre procura celebrá-las com brilho e divulgá-las com amplidão.

Dois merecimentos ressaltam da operosidade do Instituto: a narração de como se tem desenvolvido o panamericanismo e qual tem sido a contribuição do Brasil e dos brasileiros para a larga obra, já hoje tanto política como econômica e jurídica. Os vários estudos históricos saídos da pena dos nossos consócios mostram bem como despontou a idéia de vinculação dos Estados americanos e a da preservação da paz na América, arre-

dando-os dos problemas dos Estados dos outros continentes, para se não envolverem em contendas a que deviam estar alheios. A documentação invocada assinala por vêzes a diversidade dos caminhos entrevistos, alude à prática por vêzes tateante, aos escolhos surgidos, a verdadeiros hiatos, que poderiam ter comprometido a realização do objetivo comum. Por último, o aceleração, com que se vai desenvolvendo o panamericanismo, nestes últimos anos, demonstra verdadeira ânsia de forma jurídica definitiva.

Todavia, as glórias do nosso sodalício vão além das duas já assinaladas, porquanto vários dos nossos ilustres confrades têm sido dos realizadores do panamericanismo. Dentre outros, recordemos Rio Branco, Rodrigo Otávio, Afrânio de Melo Franco e José Carlos de Macedo Soares. O nosso presidente perpétuo, que tanto engrandece o Instituto, com a sua sabia e ativa direção, quando ministro das Relações Exteriores, pela sua atuação relevante, inteligente e decisiva na guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, conquistou o título de "embaixador da paz" e deixou o seu nome para a gratidão da posteridade.

II

As condições de formação e evolução política, no continente americano, diferem profundamente da origem e desenvolvimento do Estado, na Europa. A própria formação dos povos, entre nós, quase reduz apenas a duas as raças que habitam a América: a hibernoamericana e a anglosaxônica. Por sua vez, quase que sômente são aqui faladas três línguas: a portuguesa, a espanhola e a inglesa.

Quanto à formação dos Estados, os do velho mundo resultaram da unidade nacional ou dos artifícios para a formação

de Estados nacionais. Na jovem América, bem ao contrário, a maioria dos Estados surgiu da divisão política. Assim, entre nós não há nacionalismos, porém, nações que, em maioria, passaram a individuar-se só depois da constituição dos respectivos Estados. Entre nós, consequentemente, também não há minorias raciais, mas tão somente imigrantes. Entre nós, por último nenhum Estado carece de aumentar o espaço vital.

Com uma ou outra rara exceção tornaram-se independentes os Estados americanos sem inicial ruptura jurídica com as metrópoles. Antes, foi justamente a continuidade da ordem jurídica, que redundou na independência de cada um deles. Assim, as colônias hispanoamericanas conservaram-se fieis a el-rei dom Fernando VII; recusaram obediência ao usurpador do trono de Espanha; assim sendo, deixaram de atender às ordens providas do reino e a não reconhecer novas autoridades, a não ser as que eles mesmos escolhiam. Continuaram fieis à organização jurídica, mesmo depois que se restabeleceu a legitimidade no trono de Espanha, porque já não era mais o antigo regime que vigorava e ao qual se sentiam ligados. Se a mãe pátria mudou o seu regime para o constitucional representativo, aderindo à democracia revolucionária de 89, também passaram eles a transformar autonomamente o regime político, tanto mais que rapidamente se haviam desabituatedo a receber ordens.

No cerne dos acontecimentos, não é difícil de discernir as mesmas analogias, no movimento da independência do Brasil. Foi ela uma questão dinástica e também de prestígio internacional de Portugal, resolvida com a sua elevação a reino e, posteriormente, segundo os conselhos e atitudes de dom João VI para com o príncipe regente, dom Pedro. O parlamento da democracia revolucionária, instalado em Lisboa, pretendendo a recolonização, é que determinou a rup-

tura dos laços entre os dois reinos, erigindo-se o Brasil em Império.

Malograram as tentativas dos Estados europeus de nova colonização em terras da América, para tanto havendo contribuído a atitude dos Estados Unidos da América do Norte, que expressaram claramente a sua vontade na mensagem do seu presidente e cujo enunciado passou a ser conhecido, daí por diante, como a doutrina de Monroe. Foi o Brasil o primeiro Estado a reconhecê-la e a aceitá-la, mesmo antes de reconhecida pelos Estados Unidos a sua separação de Portugal.

Conviria recordar aqui as vicissitudes por que passou tal doutrina, por parte de europeus — o que não é de estranhar — e por parte de americanos de todos os 21 Estados, inclusive alguns próprios cidadãos dos Estados Unidos da América do Norte. Tudo porém já foi exposto com precisão nos notáveis trabalhos proferidos nesta Casa, no dia da América, desde 1933 até o ano passado. Excusa repeti-lo.

Expuzeram também os brilhantes oradores, documentadamente, as origens do panamericanismo e o seu desenvolvimento até os nossos dias, esbatendo, num grande quadro de luzidos nomes da América, os grandes brasileiros que trabalharam por tão elevado ideal. Foram mencionadas todas as reuniões diplomáticas a que compareceram representantes de vários governos deste hemisfério; as que deixaram de reunir-se; enfim todos os movimentos organizados com aquela finalidade, até a primeira conferência internacional americana, em Washington, de 2 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890. Tal foi o sucesso da reunião, que a segunda conferência, realizada doze anos mais tarde, já passou a ser verdadeiramente panamericana. Daí até a oitava, reunida em Lima de 9 a 27 de dezembro de 1938, cada vez mais se foi acentuando a sua utilidade e, mais ainda, a sua absoluta necessidade para a

vida em comum dos povos dêste continente. A nona conferência panamericana deixou de realizar-se, em Bogotá, no ano de 1943, em virtude da guerra mundial e continua protraída *sine die*.

Concomitantemente, numerosas outras iniciativas conspiram para a realização do panamericanismo, como os congressos científicos, conferências econômicas, financeiras e comerciais, congressos de jornalistas, de artistas e de estudantes, reuniões destinadas às questões de higiene ou de pedagogia, reuniões para o estudo de tarifas aduaneiras, transportes, cooperação intelectual e numerosos outros assuntos de maior ou menor importância.

Importa não esquecer, acima de todas estas, as assembléias de influência imediata na política continental, além das já mencionadas oito conferências, que por isto mesmo que estatutárias, foram reuniões ordinárias. Referimo-nos às conferências panamericanas extraordinárias, convocadas para o debate de assuntos de relêvo, surgidos na vida internacional. Entre elas podemos mencionar a de 1927, no Rio de Janeiro, da Comissão internacional de jurisconsultos americanos; a de 1929, em Washington, de Conciliação e arbitragem; a de 1936, em Buenos Aires, de Consolidação da paz.

Com a aproximação da segunda grande guerra e em sua vigência, mais necessidade ainda tiveram os Estados americanos de estudar os assuntos de interesse comum, a fim de não serem surpreendidos mais tarde de maneira danosa e irremediável, se comprometido o seu bem comum. Daí, as quatro conferências consultivas dos ministros do exterior dêste hemisfério: Panamá (1939), Havana (1940), Rio de Janeiro (1942) e México (1945). O ato mais importante desta última conferência dos chanceleres foi a aprovação da Ata de Chapultepec (5 de março de 1945). Igualmente foram ali estudadas as proposições adotadas em Dumbarton Oaks (outubro de 1944) por

quatro potências, das quais apenas uma americana, proposições que contrariam as diretrizes internacionais do continente americano. Dentre outros assuntos tratados na mesma ocasião, importa salientar a profunda reorganização da União panamericana. Esta notável instituição, por seu conselho diretor e com a colaboração dos diferentes organismos continentais já existentes, ficou de organizar o anteprojeto da *Constituição geral do sistema panamericano*.

Dando de mão a outros assuntos ali tratados, como o da Carta econômica da América, e o da eliminação, neste hemisfério, dos centros de influência subversiva, criados ou apoiados pelas potências totalitárias, podemos dizer que ao cabo da quarta conferência consultiva se aquilata, num relance, do grau de adiantamento em que se encontra o panamericanismo e através dela e da transformação da União panamericana se divisa a ânsia com que êle aspira a constituir-se com feição orgânica, ultrapassando, assim, a fase até agora percorrida e que tem sido a da preparação para a sociedade de todos os Estados do continente, juridicamente organizada, *sociedade perfeita*, consoante a denominação técnica da melhor teoria de direito público.

Estamos vendo, de outro lado, que, se o panamericanismo pode levar-nos a esta organização superestatal da América, também é certo que se lhe apresenta novo caminho a percorrer, porquanto os últimos atos da nossa política internacional, a partir da quarta conferência consultiva, são a resultante da compreensão de que o panamericanismo já não nos basta e deve articular-se com a política universal, não sendo mais possível pensarmos na organização definitiva da nossa política americana, sem cogitarmos da sua necessária articulação internacional com os demais continentes. Da minha parte já entrevejo o superestado americano, a orgânica de todos os Esta-

dos da América, a que possivelmente há de seguir-se a tentativa dos superestado europeu.

Para o nosso movimento de aproximação e cooperação com os Estados da Europa muito irão concorrer, sem dúvida, os Estados hispanoamericanos, cuja gênese, segundo vimos, foi a fidelidade dos jovens países ao direito público oriundo de Portugal e Espanha. Aliás, esta decisiva influência e permanência do direito público hispânico, na vida local dos Estados americanos, somente em intensidade difere da influência que exerce até hoje o direito público inglês no localismo dos Estados Unidos, pois a vida municipal, em quase toda a América, repousa em instituições transplantadas do velho e sábio direito das metrópoles, instituições centenárias, porque são de lídima elaboração medieval.

III

A contribuição eficaz dos homens notáveis do continente americano, a atuação e experiência política de nossos grandes estadistas e a visão clara da nossa situação, no concerto internacional, maximé em face dos egoismos, das ambições, dos imperialismos de países não americanos, foram impondo a pouco e pouco a razão de ser do panamericanismo e este foi influindo de modo decisivo da nossa organização política, até o ponto que já assinalamos. Aliás, simples partida para a verdadeira organização da União panamericana, que possivelmente ainda venha a ser o superestado da América. O compromisso assumido para a realização de reuniões anuais (a deste ano ainda se não realizou) há de conduzir a América para o estabelecimento da única associação eficaz de seus Estados.

Não se trata apenas de nova direção a que seremos arrastados pela experiência dos fatos, porém do retôrno à boa doutrina jurídica. O princípio fundamental da ordem pública internacional não pode repousar nas soberanias dos Estados, limitada tão somente pela soberania igual dos demais Estados e pela regra *pacta sunt servanda*. Tal teoria tem assento no individualismo e no voluntarismo e data da era dos legistas e das monarquias absolutas. A base nos tratados é muito frágil, pois eles duram e se rompem segundo o simples interesse, pelo que alguém não teve pêjo de afirmar: “O tratado é válido somente durante o tempo em que não contradiz nenhum interesse de nenhum dos Estados contratantes; e já que isto não pode acontecer jamais, num tratado que impõe encargos ao Estado, tal tratado somente é válido enquanto exista força suficiente para constranger esse Estado a observá-lo, no caso de necessidade”.

Têm sido ineficazes todas as sociedades internacionais até hoje fundadas com a melhor boa vontade e com a sinceridade da maioria dos seus membros. Falhou a Liga das Nações, que foi a última delas, como falhará a Organização das Nações Unidas, não obstante melhor estruturada, ao menos com mais realismo. Não é preciso investigar-lhe a causa. Reside ela nos erros doutrinários a que estamos aludindo.

Impõe-se a criação do superestado, que será a sociedade natural dos Estados, em que se hão de articular os interesses de cada povo e os interesses dos próprios Estados. Gira tudo em torno da finalidade. Há um bem público internacional, colimado por todos os Estados. Ora, se há necessidade de se realizar este bem público internacional, importa buscar os meios para tal realização.

Quem quer o fim, quer os meios. Para que se alcancem os fins, importa haver regras de ação, normas, cuja observância se imponha. Daí, a necessidade da autoridade internacional, que edite as leis internacionais e vele pela sua execução. Há necessidade, consequentemente, de a autoridade internacional punir as transgressões das normas internacionais. É o superestado que se impõe e cujos membros serão os próprios Estados.

O governo do superestado ou sociedade de Estados há de ser o da democracia direta. “O princípio do governo democrático da sociedade dos Estados não postula necessariamente o regime da igualdade proporcional, contrariamente, parece preferível. É justo que os Estados mais importantes, cuja contribuição e responsabilidade societárias sejam maiores, gozem de mais forte direito na direção da sociedade e na gestão de seus vários serviços (J. Dabin, *Doctrine générale de l'État*. Paris, 1939, p. 473).

A autoridade internacional, como toda autoridade, irá agir em três momentos sucessivos: legislativo, executivo e jurisdicional. Assim será possível a realização do fim social. Até agora houve as maiores resistências para a constituição do superestado, precisamente porque ela exige essa constituição da autoridade, que compreende tesouro e exército superestatais.

Não é possível acreditar na forma democrática quanto à organização interna do Estado e descrever da democracia na organização internacional. Nos negócios internos, como nos internacionais, tudo há de girar em torno da finalidade. O fim é a norma e a medida. É o fim que determina a existência dos seres. O fim delimita a competência e, pois, a ativi-

dade do superestado, tanto positiva como negativa, será regida pelo seu fim.

Abrevie Deus o caminho dos povos americanos para a fundação da sociedade dos Estados americanos e também aplaine as dificuldades para que o mundo possa conhecer a sociedade dos Estados. Tanto maior é o nosso desejo quanto nos regosijamos com esses dias do futuro, em que, estamos certo, será restaurada a Cristandade e penso não incidir em demasia, dizendo restaurar a Cristandade, com Cristo.

IV

Em Verona, no último dos grandes congressos da Restauração (1822), deuse certo fato interessante e que convém ser lembrado na celebração de hoje do dia da América. Evitou-se ali toda e qualquer discussão em torno da intervenção nas colônias rebeldes da América espanhola. Isto não obstante, o correspondente do *Morning Chronicle* transmitiu ao seu jornal o texto do tratado secreto, que devera ter sido firmado em Verona e cujo assunto era precisamente o da recolonização de várias partes da América. Abalou-se a opinião pública, nos Estados Unidos, o que ainda mais influiu no ânimo do presidente Monroe para a redação da sua doutrina. Era o tsar da Rússia quem principalmente estava pretendendo colonizar o extremo noroeste da América.

A 17 de julho de 1823 foi dito de modo categórico ao barão Tuil, ministro da Rússia, que “os Estados Unidos contestariam o direito da Rússia a qualquer estabelecimento territorial no continente americano e que haviam de proclamar claramente o princípio de que o continente americano, desde então, já não es-

tava mais submetido a nenhum novo estabelecimento colonial europeu”.

Principiou a produzir os seus benéficos efeitos a doutrina de Monroe. A voz, que mais tarde seria a voz de toda a América, principiou por banir do nosso continente a Rússia imperialista.

Senhores, neste dia festivo, reunidos nesta Casa das tradições do Brasil, das tradições de um dos maiores e mais dignos países da América, rendamos a nossa homenagem a todos quantos resoluta-

mente contribuíram para estreitar os laços de união dos Estados deste hemisfério, buscando-lhes assegurar vida pacífica e próspera, em meio a uma civilização que procura ser nova, sem contudo abandonar as suas raízes, profundamente cristãs.

O panamericanismo há de contribuir para a organização eficiente da paz mundial. Antes de tudo porém, êle se há de afirmar americano e, precipuamente, não permitir que nos recolonizem os inimigos da América.

ROMA E A HISTÓRIA

FEIJÓ BITTENCOURT

A questão Internacional e o Grego

Internacionalmente os gregos oferecem contraste. No choque entre o Oriente e o Ocidente, foram a resistência da Europa, que se apresenta independente da Ásia. Mas vão eles perder na Europa o predomínio do continente, a favor de Roma, cujo império sobreveiu ao império grego.

Sobre a história da Grécia projetam-se pois duas sombras: uma é a ameaça do domínio persa; a outra é a perda da independência e submissão dos helenos aos romanos. Duas sombras que a pessoa, ao se voltar para a história do povo grego avista de longe, carregadas, querendo porém decipá-las a fim de saber o que encobrem.

Primeiramente se tornou proverbial que a invasão persa não teve êxito por encontrar, nos gregos, uma raça superior e resistente. Se os persas não se instalaram na Europa, foi então porque se lhes opôs um povo superior, de sangue ariano. Eis o racismo a dar explicações na História; e uma explicação que fez fortuna na imaginação de alguns.

Esta concepção de raça superior se repete, com algumas modificações, mas sempre em idênticas condições psicológicas, especiais. Deu-lhe então vulto Gobineau; depois Chamberlain; e por fim ela vem na sociologia de Spengler.

Racistas e racismo

Não é difícil encontrar nesses três escritores racistas um travo de pessimismo, uma fuga à verdade sincera, e um estado psicológico característico, muito especial.

O racismo não é uma teoria realmente bem assente. É uma exacerbação de sentimentos. É uma hipertrofia. É um desvio. Uma sublimação. É uma anomalia criada por um sentimento represado. É um complexo, uma deformação, em que se compraz a pessoa no vício de transpor um sentimento para a fantasia. É um estado mental originário de um mal estar psicológico. Algo de doentio. Conta sempre com o exagero. É uma idéia entorpecedora; é um estado de acalunhamento que deriva da alma enferma. É uma compensação para um mal. Porém não é mais o contato da inteligência com a realidade. Nêle se interpõe um estado psicológico deformador.

Como tal deve ser encarado.

Nos estudos linguísticos os racistas encontraram um não sei que que lhes deu a ilusão de provarem a sua fantasmagoria da superioridade de raça.

Entre as línguas faladas na Europa e em certas regiões da Ásia de fato há parentesco, há vestígio de um mesmo idioma que fôra de um povo, de uma raça de homens a andarem da Europa para a Ásia e da Ásia para a Europa. Dessa língua outras procedem. Os po-

vos que falam êstes idiomas devem, pois, descenderem dos que falaram aquêles, e são os povos que se fixaram na Europa para formarem as nações históricas, como a Grécia. Não digo que tenham sido os criadores do progresso que essas nações tiveram. Muitas civilizações do passado êles destruíram, como o fizeram os Dórios na Grécia. Mas, falando dêsses Dórios, escreveu Cohen: tiveram êles “a missão sagrada de guardar intactas as tradições de um glorioso passado transmitindo a uma Grécia definitivamente constituída, e capaz de os compreender, as recordações de um mundo desaparecido” (“La Grèce et l’Hellenisme du Monde Antique”, pag. 34.)

Houve diversas invasões de arianos, atraídos pela Europa que se desenvolvia e não porque estavam êles, os arianos, destinados a desenvolver a Europa: o fator econômico europeu é que provocava o desenvolvimento, e não as raças vindas a êsse continente europeu. Mas cada invasão fazia supor que estimulava nova civilização, ficando pois na crença de muitos que êsses povos invasores traziam energia revigoradora. Jogava-se então com a idéia de decadência e com a de *renascença*. Argumenta-se com a vinda do homem de raça superior, mais forte e selecionado. A História Natural, alegando ser a raça um selecionamento natural, era invocada para explicar a História Universal. Entretanto a reação à desordem implantada com a penetração de novo sangue nas nações decadentes, não provinha dêsse sangue novo mas do elemento antigo, e a penetração, como a dos bárbaros em Roma, foi motivo de uma reação dos que tinham ficado do mundo decaído: o ressurgimento da organização jurídica do velho Estado romano é prova disso.

Ao invés das raças invasoras serem o elemento de reconstituição do mundo europeu, elas traziam a desordem de que o elemento antigo emergia: isto sabe-se

bem; poudeser assás confirmado pelo que se conhece da decadência do império romano.

Invasões são pois crises e não propriamente vinda de força nova rejuvenescedora. Reação dos antigos elementos é pois o que ocorre com as invasões, e não assimilação de cabedais novos, de elementos capazes de impulsionarem a civilização. Racionarismo é a volta ao passado diante de elementos que o ameçam de desaparecimento. Sim, houve revivência e não evolução a custa de novos elementos, novo sangue, nova raça que aparece no cenário histórico. Na verdade êsse ressurgimento se dá no lugar onde ficaram elementos da civilização antiga que se encontrando diante de uma raça invasora, reage modificando-a: e a sua ação é inteligente, e não opera como fôrça cega.

O têrmo renascimento, ou mesmo a palavra renascença, tão conhecida da História, vai então melhor que evolução, para dizer de um momento dêsses. Mas é preciso compreender a reação de elementos sociais que ficam do passado ao lhes sobrevir uma intercorrência perturbadora. Um reacionarismo ao invés de uma evolução. Revivescência em face de uma ameaça. Mas uma revivescência em melhores condições. Na antiguidade êsse fato ocorreu com o movimento de povos a sobrepegar nas antigas civilizações gregas.

Volta às antigas instituições a reconstituição e readaptação delas a teoria de Fustel de Coulanges na *História das Instituições Políticas da Antiga França*, e também a de Toqueville em *Ancien Regime*. Fustel de Coulanges estudou essa reconstituição das instituições. Uma experiência desenvolvida e arraigada à consciência que ficou do passado eis o que há. Toqueville explicou, por exemplo, a Revolução francesa referindo-se às relações que ela teve com instituições do passado. Quer dizer: nada de evolu-

ção, inovação e revolução; mas a adaptação da experiência de um povo às novas condições de vida. De modo que, traído que seia o passado, ainda êle há de impor-se, há de valer pela experiência que representa.

Mas Fustel de Coulanges completou a sua teoria com mais outras afirmações. Na verdade é êle um dos primeiros oponentes à teoria das raças superiores, e mostra que elas nunca revigoraram por si as civilizações, no seio das quais penetraram: as civilizações é que tomam tento e se impõem aos elementos advindos.

De fato tôdas as raças que invadiram o continente europeu valem tanto para o seu desenvolvimento quanto os Persas que foram repellidos. Mas em todo caso estimularam êles aos gregos. Mudaram as condições materiais de vida dos gregos que estenderam em seguida os seus tentáculos de civilização sôbre o continente asiático. Jônicos, eólicos, e dórios foram invasores da Grécia; entretanto a civilização egéia tomou conta dêsses invasores, subsistiu para lucrarem com ela que não desaparece. Que foram êsses arianos gregos? Provocadores de uma espécie de idade-média em que os dórios (os mais perturbadores) assimilaram, lucraram a influência da civilização que se impôs a êles.

O que deve ter ocorrido na Grécia, havia de se repetir em toda a Europa. O romano por exemplo pesou sôbre o germano que lhe invadiu o Império. Mas já entre os romanos houve pois quem exagerasse o valor da presença do germano no império dos latinos, desprezando o fundo de cultura que o romano representava.

Fustel de Coulanges critica a importância que se dá a Tácito que aprecia a assembléia dos germanos reunidos para as deliberações gerais, e o historiador francês mostra que êsse órgão em que se reunia o povo não tinha significação a êle emprestada pelo escritor latino.

Tácito reagindo contra a degradação política romana exaltava os germanos apontando-os como exemplo, e como raça superior. Fustel de Coulanges combatendo essa suposta superioridade, contesta a superioridade da raça invasora, para cogitar da superioridade das tradições.

Tácito era um espírito amargo com a política romana que êle colocava abaixo da moral política do germano: censura de vexar os latinos!

Entretanto aquela assembléia rústica em que se ajuntavam homens habitantes das florestas, para deliberarem — aliás demorada em se reunir, rude nas suas manifestações, e apoucada no deliberar — não era exemplo que se confrontasse com as instituições romanas. Nenhuma superioridade havia pois no governo que Tácito de algum modo colocava acima do governo dos latinos. Entretanto essa apreciação do grande clássico serviu de argumento para o racismo, mas o próprio Thierry combateu êsse despauteério.

Nada dessa superioridade dos germanos. E veja-se em primeiro lugar a Fustel de Coulanges arrazoar no caso.

Os germanos é que sempre procuraram se valer dos romanos. Tentavam quanto podiam, incorporarem-se à civilização de Roma. A ordem política interna dêles era nenhuma. Cesar é estimado, é solicitado, e invocado a fim de pôr jeito entre essas tribus sempre em desavença. Temem elas o poder de um imperador que lhes surgisse do seio, razão porque Vercingetórix já não lhes representa uma aspiração nacional, pelo contrário. E em lugar de Vercingetórix, e para oporem a êle, querem muitos dos bárbaros a Cesar. Eis a história de um povo confusamente interpretada e que ficou como argumento das qualidades superiores de uma raça dita, influente na civilização. Um nada, uma descrição de uma assembléia pitoresca, foi arvorado

em indício de alto espírito político do povo que o não tinha quase, e precisava de estar se recorrendo dos romanos.

Mas a arte da palavra no incomparável escritor que foi Tácito deixou inescusável impressão de austeridade para fazer fé o que dissesse. Os romanos que Tácito descrevem, levam a crer em uma, raça superior. E no tempo de Luiz XIV, os nobres para se elevarem acima da plebe, apelavam para esta raça privilegiada de que se diziam descendentes. Eis o sangue dessa vez explicando os privilégios de um aristocracia. Quero crer que o argumento de Tácito para ferir os brios do romano foi a origem de uma prosápia duradoura a se apresentar por tantas vezes com modalidades diferentes.

Gobineau veio retomar esse argumento de superioridade de raça.

Há de fato no representante diplomático da França — o que foi este escritor — um orgulho ferido, e com isso um complexo proveniente de uma situação política dramaticada. Um drama, e não um espírito em posse da verdade. Os dramas são casos psicológicos pessoais.

Todo racista parte de uma situação política impressionante do seu país, que o deixa preocupado. E a raça é sempre o último argumento para que apela os que se perdem na imaginação torturada pelas perspectivas do futuro. Há povos estabilizados conscientes da sua situação; mas há outros que procuram viver das perspectivas do futuro procurando eles saírem das suas condições de vida no presente.

“A teoria de Gobineau, escreve F.E. Tajedor Spinola, é o produto do choque entre dois estilos de vida: o ocidental tão orgulhosamente ostentado pelo Embaixador de Napoleão III na Pérsia, e o oriental, de que tão altivos se mostram os povos ocidentais entrincheirando a consciência de sua superioridade no sorriso hermético dos que possuem o segredo das coisas universais.” (*O racismo*, pág. 33).

Mais de uma expressão se há de recolher neste trecho.

Orgulhosamente ostentado: eis o estado de espírito em que o francês teorista do racismo se empenhava impressionado diante do contraste dos dois continentes.

Sorriso hermético; segrêdo das cousas universais: eis um conceito enigmático, posto aquém da compreensão política da Europa, e que devia preocupar o diplomata imaginoso, como sendo o espírito ocidental.

E um *choque*: uma discordância irreduzível diante de uma comparação feita. Uma surpresa viva, obsedante, é que Gobineau, por sua vez, teve quando pôs em confronto o Ocidente com o Oriente.

O Oriente era então para ele cruzamento das raças; a sua estranheza vinha dêsse cruzamento. Daí o corolário das raças puras, êmulos da civilização. Mas êsse cruzamento era antes a fraqueza do povo, núcleo local, a se perder na confusão dos povos, verdadeira Babel, sem repelir os elementos pegureiros, que chegavam.

Spinola se referiu a choque. Porque é uma emoção que desperta sempre o sentimento de raça, que na verdade acaba por uma sublimação.

Fidelino de Figueiredo para expressar certa modalidade dêsse estado de consciência exaltada empregou a palavra *ufania*. E a encontrou pois no poema épico em que se releva um sentimento de raça, como nos *Lusiadas*, como na *Eneida*, como em *Homero* a dizer que os heróis descendem dos deuses.

Mas na *ufania* a pessoa não pode realizar o que sobreestima. E recorda-se de um passado que o obseda. Às vezes cria para si imagem exagerada dêsse passado. É pois inspirar-se num fantasma que traz consigo: mas isto é sempre confiar em um fantasma.

O racismo são tôdas as modalidades, foi criação de um estado psicológico especial, da natureza da *ufania*.

Acontece com os racistas, serem êles de uma psicologia especial. Há nêles uma inverdade, um exagêro, e um desvio do sentido real das coisas. Uma exaltação os acomete e empolga. Mas acontecia pois com Gobineau, que era racista, o que havia de acontecer com os homens do tempo de Napoleão III.

A êsse imperador chamaram Hamleto por ser portador de um estado de consciência que resultou na política de levar êle o seu país a desastres por causa das abusões que trazia em mente.

Por êsse Bonaparte viver com a preocupação de ser ou não ser igual a Napoleão I, lançou êle a França na Guerra. Mas a França de Napoleão III não era mais a França de Napoleão I, capaz de vencer a Europa ditando-lhe a política a seguir. Eis pois, com o segundo Bonaparte, uma política profligada e que todos arguíram de quixotesca. Mas política gerada por uma imaginação obsedada. Ora não foi assim apenas Napoleão III. Como êle muitos franceses de seu tempo. Gobineau, por exemplo, tinha obsessão tão obsessão quanto a de Napoleão III, mas nêle havia a cogitação da Europa. Não pôde resolver a interrogação do destino dos povos pondo em equação a França com os países europeus, e foi procurar a resposta na questão de raça. Apegou-se ao contraste entre dois estilos de vida, o ocidental e o oriental. Êste contraste serviu de resposta. Mas resposta vaga, abstrata, encontrada longe da realidade política, e resposta a um incongruente estado mental.

Outro racista é Chamberlain, que tentou mostrar todos os grandes feitos geniais como realizados pelos arianos. A Prússia teria sido o centro, que ficou com mais arianos puros: logo era a nação predestinada.

Embora fôsse inglês de nascimento, Chamberlain, genro de Wagner, estava sobremaneira identificado com a Prússia, que, vitoriosa na guerra de 1870, estacionara com o seu espírito militar. A guerra entretanto não é uma finalidade, é um meio. E a guerra tendo finalidades econômicas, precisa de alcançar certos objetivos: ora foi o que não atingiu a Alemanha plenamente, na guerra de 1870. Ganhou ela essa guerra de conseqüências políticas, sem entretanto atingir grande posição econômica. O século XIX continuou sendo economicamente o século de expansão e do primado da Inglaterra. A questão econômica ficou sendo a grave questão social interna da Alemanha, que se torna na terra do socialismo, e com Bismark vem o socialismo de Estado, a grande realização germânica. Mas nunca teve êsse país a ampliação do domínio econômico no plano universal, através dos Oceanos que já estavam compreendidos na circulação das riquezas na terra.

Digamos serem pois improfícuas as guerras que se travaram ultimamente, então dentro no continente europeu, e entre elas estão as de Napoleão, as de 1870, e as de 1914 bem como a de 1930, sendo que a Alemanha foi a nação que mais se empenhou nas duas últimas; nas outras, a França.

Mas tôdas deram o mesmo resultado, não indo além do alcançado por Napoleão, que jamais conseguiu vitória sobre os mares, não se apoderando, neste caso, da economia universal pôsto que é através dos mares que ela hoje se projeta. Neste caso não alcançaram o eixo do mundo.

Quando Spengler comparou a Inglaterra à Alemanha, procurou, no confronto feito, menosprezar os ingleses sem entretanto falar, com critério, nas razões que pesam nos destinos dos povos.

Procurou afastar para terreno sem importância a discussão que abriu, pon-do-a assim em falso.

Esse sociólogo então volta ao menos-cabo já repisado pelos racistas apontando a impureza de raça, lançada contra os latinos: raça de origem mediterrânea e mestiça.

Dizerem os racistas que acabou impuro o sangue dos latinos, é mostrarem abominação e repulsa por um povo que já fôra poderoso. E querem explicá-lo.

O latino se tornou para êsses puristas abominação e repulsa por um povo que viera até o Mediterrâneo. Ficou êle sendo desprezível, e a sua inferioridade é tida como proveniente da tara do cruzamento de povos, uns vindos do Oriente e outros já em pleno esplendor no Ocidente, porém encontrando-se todos no Mediterrâneo, considerado a região da mestiçagem. O que fizera a grandeza dêsse mar convergindo para êle toda a economia universal, e o fato de virem naturalmente no rastro dessa economia, para terem contato entre si, todos os povos assinalados na História Antiga, passou à causa de decadência, sob o argumento da mestiçagem das nações com o desaparecimento da raça pura.

E a essa mestiçagem consideram pior que tudo, mas vem ela com a confusão dos povos. A mestiçagem admitem que deixa uma tara e traz condenação definitiva; enquanto os que falaram em confusão, aludem apenas à balbúrdia, e foi pois o que ocorreu com a torre de Babel. A confusão tem que passar, se é que a tara fica para ser um estigma.

Uns comentadores da História se apegam à teoria da tara da mestiçagem, para explicarem o desaparecimento dos povos. A Bíblia fala em confusão, o que não significa um alcance igual. A balbúrdia, no caso, é um mal. Mas o mal inexorável em que os racistas tornam essa confusão, não apaga do solo de uma nação a primazia de um povo: isso o faz

o deslocamento da circulação das riquezas para longe das nações.

Fala-se muito em decadência da Europa; de fato decadência do continente europeu houve por diversas vezes, mas passada a balbúrdia de povos que trouxe crises, a reação se deu como durante a Renascença em que a Itália, o latino, vai levar de novo a velha cultura, o antigo espírito de organização, através da Igreja, ao velho continente, despertando a Europa do eclipse que atravessara.

A Espanha, país mediterrâneo, com ela se engrandeceram os povos centrais da Europa formando o Império de Carlos V. Dirão império de pouca duração se em breve desmoronaria com a revolução protestante. De fato tinha ela estado à frente da defesa da Europa contra os Árabes que vinham do Oriente. Porém além disso ficava ela num dos trajetos em que se articulava a economia do Oriente com o Ocidente, no tempo em que o Mediterrâneo interessava mais a Europa que o Mar do Norte. Acontece que na Espanha ficavam as minas de mercúrio, muito exploradas no século XVI, representando assim a grande indústria incorporada pelos banqueiros Fruggers, na verdade alemães, e que influíram na eleição de Carlos V, para imperador do grande império que se formou então na Europa.

Os Fruggers, para se apoderarem do comércio do seu tempo, instalaram o banco "Fondaco Tedeschi", em Veneza. Ora toda a Europa ia ter à Itália, se não era a Itália que ia ter toda a Europa. Os florentinos, especializando-se em mercadejar com a França, facilitaram aos Médicis entrarem, pelo casamento, para a casa real de França, à qual enviaram espôsas. Mas por sua vez a Itália estreita relações com a Espanha, e acolhe os Bórgias lhes cingindo a cabeça com a tiara de Papa. O mundo europeu inteiro permutando influências políticas com a Itália ia no grande trajeto eco-

nômico da circulação das riquezas. Até a religião andou nesse percurso, e se viu obrigada a êle. Mas a Itália, com isso, vinha sendo o centro a que chegara, e donde partia tôda a política européia. Não era então um povo decadente. Irrequieto, político, traiçoeiro: mas um povo. E enquanto a circulação das riquezas lhe favorecesse, um povo com expressão universal, sem que lhe tolhesse disso a mestiçagem por que tinha passado.

Desfeita a grande Espanha pela ação política de Richelieu, que se apoderando de Valteline desarticula as ligações políticas da Espanha com a Áustria. vai então, surgir a grandeza da França do Século XVII, aliás favorecida por estar no Mediterrâneo e sôbre o mar do Norte, para onde se encaminhara a economia européia depois de deixar o Mediterrâneo.

Logo, melhor colocada que a Espanha, para superar a êsse país.

Porém no tratado de Utrecht, e na Guerra dos Sete Anos perdem os franceses definitivamente a hegemonia em benefício da Inglaterra, que fica sôbre o Mar do Norte e sôbre o Atlântico, como a França; mas é a Inglaterra uma nação insular, o que talvez, em certo momento, represente a grande vantagem.

Competindo a França com a Inglaterra, a competição já era das nações atlânticas, e o eixo político universal não passa mais no continente europeu, e sim está no mar, e neste caso no Mar do Norte.

Razões de ordem geográfica fazem a nação mais poderosa da Europa continental ceder a uma nação melhor colocada, porque ficava insulada, e pode-se dizer que também situada sôbre o Atlântico, sôbre o qual se abriam as portas do futuro.

Spengler se insurge pois contra essa supremacia da Inglaterra proveniente de estar no mar. Quer lhe solapar os cercos. E como argumenta? Ora diz Spengler que o inglês é a ilha, e, estan-

do o homem insular confiante na segurança do seu isolamento, sabe que se defenderá externamente com o mar, deixando, entretanto, o maior desequilíbrio social se implantar internamente no país, desestimulado de o repelir.

Surge então a teoria do equilíbrio interno da nação como causa da sua grandeza, aliás já formulada pela França revolucionária. É pois uma teoria revolucionária. Que toma especial significação na Alemanha.

O mar é a defesa da Inglaterra. Porém adverte o filósofo alemão: êle é o motivo da degenerescência política interna da Inglaterra. Spengler então se reporta ao socialismo que sendo (é o que êle proclama), a verdadeira organização social, tomou desenvolvimento na Alemanha para ser a fortaleza do país. Apegando-se ao socialismo, abraçava-se a uma sedutora idéia de ocasião...

Entretanto sem essa disciplina social do socialismo alemão, a liberal Economia Política de Adam Smith conta, na Inglaterra, com a incalculável margem de ampliação sôbre o mundo inteiro. A Inglaterra é pois a economia universal, enquanto a Economia Política na Alemanha representa um horizonte fechado e é a questão social interna do país que não respira fora de si livremente. Para esta questão nacional surge então a solução socialista mas no seio de um povo que ficou sendo o ponto de partida do socialismo atual.

Da Alemanha circumsrita à exiguidade de recursos é que viria Carlos Marx, teoria revolucionária mas condizente com a especial situação econômica e política da Alemanha, que lhe emprestaria força política de que só as nações são detentoras para que uma doutrina social chegasse a uma projeção internacional. Voltemos nesse caso à distinção entre o político e o social, reportemo-nos à sua diferença de origem, e vejamos que o socialismo é hoje, na sua expressão extremista

de comunismo, uma expressão internacional, e está integrado na força política internacional, enquanto internamente nos países, onde fica a questão social. o socialismo já se tornou em uma questão de disciplina e polícia social, como acontece com o comunismo.

Ciente a Alemanha de que lhe faltavam os grandes recursos econômicos, procurou tê-los e fez do socialismo um meio de os obter ou através da revolução universal que lhe abriria caminho sobre as outras nações desfeitas com a revolução (e Carlos Marx foi o comunismo e a revolução a se projetar universalmente numa catástrofe geral), ou tornando o socialismo numa disciplina social interna (o nacional socialismo), levantando-se então no país uma organização militar que seria a força para a vitória, e para o domínio universal.

As questões peculiares à Alemanha somam-se todas até com o socialismo em todas as suas modalidades, para terem uma diretiva sempre a mesma e que representa a política de uma nação que procura se beneficiar.

Com isto a revolução na Alemanha se deslocaria da política interna (que o nacional socialismo disciplinaria); não seria mais a revolução dentro das fronteiras do país, como ficou sendo a de 1789 na França, em que interesse político internacional insulfou essa catástrofe. É precisamente outra a posição em que o nacional socialismo colocou a questão da revolução social, revocando-a para os outros povos. E então ela seria a catástrofe universal, como queria Carlos Marx, a se preocupar principalmente com a questão internacional, e seria a revolução no seio de todos os povos para afogar o liberalismo como afirmava Marx.

A Alemanha assim esteve sempre no mesmo caminho: o da revolução.

Entretanto é a revolução que se deve afastar do mundo para resolver as questões políticas. Ela nada resolve. São os

ajustes políticos de alcance universal, às vezes, firmados depois das guerras com que se definem de novo as posições de força das nações, que ficam valendo. As guerras definem essas posições de força, posições políticas em toda a sua plenitude; mas as revoluções não o fazem. São portanto inúteis e quando veem hão de ser removidas, na anarquia implantada, por uma reação imprescindível.

Fiquem essas verdades para o estudo da História.

Mas a concepção revolucionária alemã se aproveitaria (sem que ninguém esperasse por isso), das idéias de raça! O almejado domínio na política internacional o alemão deduziria das qualidades da raça. As raças puras teriam organização para prevalecerem sobre os outros povos anarquizados, e essa convicção de predomínio de raça chega quase que ao mesmo tempo na Alemanha e na Rússia. Na Alemanha vemo-la por fim com Spengler; da Rússia já dizia em 1876 Emílio Castelar: "A Rússia está dividida em dois partidos fortíssimos, a saber: o partido essencialmente russo, reacionário, e o partido avançado, inovador, comunista. Um, a cuja frente se encontra Rasthof, abraça o absolutismo moscovita e a ortodoxia grega; o outro, ontem dirigido por Herzem, mas hoje por Bakounine, professa o ateísmo, o materialismo em ciência e quer a anarquia internacional em política. Porém ambos pugnam pelo predomínio da raça eslava na terra." (*La Question de Oriente*, pág. 25.)

Eis pois a questão de raça, posta de pé na Rússia. E com todas as consequências que decorrem dessa concepção própria de um especial estado mental. As coisas chegam ao mesmo: o comunismo russo e o socialismo alemão.

Para condenar a Inglaterra, tinha Spengler denunciado que nesse país se implantou o capitalismo. A acusação produz efeito especial dentro na Alema-

nha como um povo de psicologia formada em uma crise social de ordem econômica. É do interesse do alemão convencer o seu povo de que o capitalismo inglês havia de destruir a nação, que dêle se vale. A teoria da luta de classes, da revolução nos países não socializados, a idéia de uma catástrofe que os extinguiria, eis o imprescindível das esperanças alemãs a dizerem que a Inglaterra sucumbiria por si mesmo.

Na Alemanha, povo unificado pelo socialismo, então se sobrestima a organização militar, o militarismo. A liberdade é que encaminha a Inglaterra para a anarquia — afirmam os alemães. Mas a Alemanha não deixa de ser um povo livre: a liberdade que o Estado alemão preconiza é aquela em que, abrindo todos mão, em parte, da liberdade que pudessem ter, o Estado lhes atribui, tal qual ela deva ser: a que faz a grandeza do povo, é a que haveria.

A Alemanha está na planície (e se pode então apontar principalmente a Prússia), logo ela é um povo que precisa de se organizar militarmente para se defender. Essa organização deve superar pois a proteção natural que lhe não oferece a Geografia, favorável à Inglaterra defendida pelo mar e acoitada em uma ilha. Mas eis que surge então o debate um tanto acadêmico em que de um lado se fala na organização interna do país, tida como força nacional; e, do outro, na posição geográfica, considerada como fator de relaxamento e fraqueza: dois princípios a se contraponem. Os alemães preconizam a vitória do primeiro.

A grande objeção a fazer é que a Inglaterra tem a seu favor os Oceanos, estimula o seu nacionalismo em formar o seu império, faz o inglês praticar na Índia o sistema de guerra com que venceu os franceses de Napoleão na Europa. Há sempre na Inglaterra o homem com que se opor a outros povos, à Alemanha, ilaqueando-a, levando-a a se estiolar em

suas presunções de organização social interna. A nação inglesa tem pois consistência. A ninguém passa então despercebido que a Inglaterra traz nas mãos a chave da política universal, enquanto a Alemanha se empenhava em desfazer o poder de uma nação oceânica que já tinha dado provas de si.

A fim de alcançar o mar em outro ponto que não é o Mar do Norte, muito policiado pela Inglaterra, Spengler pensou por certo em a Alemanha atingir as costas asiáticas do Pacífico por meio de uma guerra terrestre, e, para não deixar mal essa política alemã diante das outras nações, imaginou, com argumentação de sociólogo, uma luta fatal, nuvem pressa-ga já suspensa sobre o horizonte da Europa: a invasão da Europa pelos povos orientais, como outrora. Outra crise européia.

A civilização social do Ocidente, em decadência como tanto se proclamou, sucumbiria ante a superpopulação do Oriente, cada vez mais ameaçadora. Spengler quer então assomar as imaginações. Fala no papel de uma nação paladina, defensora do Ocidente, e da sua civilização. Essa nação, na Europa, seria a Alemanha. Eis pois ao que vem a teoria da decadência do Ocidente de Spengler, tão afamada e tão pregada!

A discussão fôra transposta para o terreno das suposições, e uma delas era que o desenvolvimento econômico inglês desencadearia um dia a catástrofe do capitalismo pela rebelião das classes operárias: eis o que fôra argumento de Marx, e é, essa vez, de Spengler! E dizia Spengler que o Ocidente estava ameaçado pelo Oriente. Engôdo para a política interna do Estado alemão, e para a política internacional. O sociólogo tomara o partido de defensor estrênuo da Europa, pois era como se apresentava.

Pensar que os povos de vida intensa, como a Inglaterra a se estender pelo

mundo, venham encontrar na intensidade de vida econômica o óbice em que resvalar: é fantasia. O senso que teve para o seu engrandecimento assim como serviu para engrandecer e ampliar-lhe a vida nacional, há de equilibrá-la, há de ajustá-la às necessidades sociais: um país há de ter consciência de si.

Não pensar dessa maneira é mais uma das teses simplistas a correrem mundo, e a ganharem terreno sob a irreflexão geral.

Pensar que a Inglaterra não tenha restabelecido o seu equilíbrio social diante das questões sociais que apontam, é não ter praticado os seus economistas, é não ter lido em *O Estado em relação com o operário*, de Stanley Jevons, para saber como esse país tem feito.

Mas regulamentação oportuna da vida econômica da sociedade quando necessária, não é a catástrofe, não é a revolução pela qual os alemães esperam no país capitalista: é o reajustamento.

É estapafúrdio pensar que o progresso, que a evolução obra da inteligência humana, se estenda aquém dessa inteligência e se perca numa catástrofe.

Dizer que virão catástrofes é argumentar com revoluções; e estas há nas crises econômicas dos povos que perdem a sua posição privilegiada no mundo, como aconteceu com a França do século XVIII. Mas isso é ser vencido, e não é se desenvolver. O deslocamento das forças progressivas é que pode trazer para os povos que ficaram postos à margem, o distúrbio e as grandes perdas, até mesmo o regresso: mas isso nunca é o progresso. Este nunca traz a revolução que é sempre a discussão de uma falência.

O povo que tomar a frente do progresso e se conservar em posição avantajada, terá sempre diante de si a porta aberta para o equilíbrio social.

O mal é sempre se prestar atenção nos povos que já se agitam, e é discutir o

destino da humanidade olhando então para esses que estão presos a uma situação especial. As teorias sociais de mais divulgação hoje em dia, vêm a ser as que se encerram nos horizontes fechados dos povos que se debatem; é o drama da existência desses povos, que aliás impressionam mais do que todo aquele que está pôsto a salvo, é pois o que se fica a ver das coisas.

Ora, enquanto se formulam teorias pessimistas, aparece na Inglaterra um Mac Lean que cogita de lugar da terra em que se concentrar o maior poderio do mundo, e ele aponta a incomparável extensão de terra seguida, a formar a Euro-Ásia.

A política que se forna nos mares, nos continentes chamados continentes-ilhas, precisa então de vigiar essa formação do poder continental. É os continentes-ilhas conservarem a liberdade de movimento nos mares, e conservarem a sua independência política no mundo. Não basta pois a um povo estar nessa maior extensão de terra seguida a que chamaram *coração da terra*. Cooperem pois para a sua independência os continentes-ilhas. É o suficiente. E saibam pois que a América, os continentes-ilhas, representam o velho tema: o mar.

Mas é bom considerar o mar na política do mundo. Leve-se em conta o fator objetivo que ele é, e não as místicas, as idéias revolucionárias, os subjetivismos, os racismos: porque a verdade é esse objetivismo, é clara e material!

Místicas são abusões, verdadeiras conjecturas, e não solucionam o destino dos homens, podendo entretanto perturbar a marcha do desenvolvimento das nações, de alguns anos: o que de fato representa sacrifício...

A América e o racismo

Com as Américas (já escreve Pedro Calmon): "criava-se um novo centro de

elaboração histórica". Há novo eixo em torno do qual girarão os acontecimentos. Eis o que já se disse e no que se deve insistir, e que se tornando verdade clara para todos acabará com abusões da mentalidade européia: sim, a raça é uma delas.

Por outro lado nós os americanos precisamos de responder ao que se concluiu dizendo o Ocidente estar em decadência (Spengler), ameaçado pelo Oriente. De fato o eixo da civilização não fica mais na Europa, mas se deslocou do velho continente. Pode-se dizer que ele passa entre a Europa e a América, os dois termos de equilíbrio universal, influyendo tanto a América como a Europa nesse equilíbrio universal que não se pode pensar em civilização sem influência americana. Mas eis pois ao que já se referiu o jesuita, grande pregador, Antônio Vieira quando alude a um novo centro de elaboração histórica no seu curioso livro, *A História do Futuro*. Entretanto êle era a voz que, ao enunciar uma nova proposição, vinha isolada. Não na companhia ainda quase que ninguém; nem o escuta a velha massa de cultura européia que não pensa em falar da América como elemento influente na cultura, muito embora o século XVIII, e ainda mesmo o século XIX de Chateaubriand, se inspirasse curioso no novo mundo, já tendo mesmo o velho Montaigne se interessado pelo homem americano, para saber da sociedade natural formada por êsse homem. Aceitem entretanto (e isto com Spengler), o reaparecimento da influência do Oriente, uma vez anunciada a decadência do Ocidente.

Mas pensar na influência do que ficou primitivo, esperar que o futuro venha de um mundo estacionário (a decadência do Ocidente e a invasão pelos povos do Oriente, como acontecera outrora na Europa), é contar, como o século XVIII, com o espírito social do selvícola da América, que foi assunto da atenção dos

filósofos europeus para perscrutarem o espírito social que restabelecer no velho mundo. Os sociólogos do século XX estiveram a pensar na invasão da Europa pelos povos asiáticos, como se o espírito de coesão política entre êsses povos não dependesse de condições econômicas e geográficas, que estão na Europa. Seguindo essas abusões de ciência social, ou melhor, essas utopias de se apegarem ao primitivo e rudimentar, deixavam de mão a América, na teoria do desenvolvimento da História Universal.

Esta América é pois força política atual, moderna, de que a Europa já está sob a influência. Não há de fato a decadência da civilização européia, há, isto sim, o deslocamento do equilíbrio político das nações mais para o Ocidente, para o lado do Atlântico, assim como já há sintomas do poder político de alcance incalculável a se desenvolver no sul da África. A futura política se fará então sôbre os oceanos.

Desde que a navegação dos Oceanos abriu, à civilização, portos na América, deixou ela atrás de si a Europa, e ainda muito mais o Oriente, que é o passado a não mais retornar.

De fato quando a consciência de que a civilização, e a História universal passou já em parte para a América, de fato, quando esta nova consciência das coisas despertar em todos, há de ficar do lado de lá do Atlântico, como que esquecida, a idéia de *decadência* como também a de raça.

Raça é uma sublimação que importa em um complexo, em um impasse psicológico: não se encerra nesses impasses a mentalidade americana com uma forma de pensar toda diferente. Os racistas concentram-se na idéia de recursos antropológicos, de qualidades excepcionais de certos homens: heróis, e grupo superior é a preocupação deles. O americano conta com a riqueza que tem, é o homem que tem diante de si um acúmulo de

bens, dos quais já está na posse imediata, e o seu sonho é de com êles arquitetar o que ainda não se arquitetou no mundo.

O europeu racista é o homem que se julga distante disso tudo, e pensa em si para chegar à posse dessas riquezas: ora isto implica a idéia de império universal.

No caso presente o conceito americano de civilização é um conceito que vem ajustado ao poderio político no mundo, formado no mar, herdado ao inglês, praticado lado a lado com a Inglaterra, mas transformado na doutrina de Monroe. O desenvolvimento desse conceito é que há de tomar à frente da idéia do declínio europeu, prognosticada por Spengler.

Apontamos a um Spengler, que decai para o passado, desorientado nas suas decepções de filósofo subjetivista. Voltamo-nos, porém, para o objetivismo do grande geógrafo Demangeon “a pôr em termos a mesma questão de Spengler acêrca da Europa atual. A identidade de título das obras que escreveram os dois escritores fêz supor identidade de vistas. Entretanto o leitor atento há de ver logo que é descabida toda aproximação no caso. A crise de produção, de intercâmbio, de natalidade na Europa, o poder financeiro, marítimo, industrial dos Estados Unidos, a expansão japonesa e americana, o despertar de povos indígenas são dados de que se utiliza o geógrafo para decidir se sim ou não a Europa chegou ao fim do seu predomínio, se ela está destinada a ser “um pequeno cabo do continente asiático”, ou se, decaída da sua posição na craveira das grandezas, ela merecerá o direito de conservar o preço de sua originalidade um lugar “muito especial na escala dos valores”. Muito outro é o problema formulado por Spengler que procura conjugar, de um lado, o traçado do caminho a percorrer no futuro e, do outro, os pontos de referência da nossa posição atual. Pensa no amanhã, trazendo então os olhos perdidos na história universal.

Mas como muito bem quer o geógrafo, é o presente da Europa que há de indicar o futuro. O estudo desse presente nos permitirá previsões melhores uma vez se esteja orientado pela nova “morfologia histórica”. (Oswald Spengler. *André Fauconnet*, pág. 13, ano 1925). Os estudos de geografia, modernamente refeitos, emanciparam a História das desesperanças a que ela foi chegando na hora do envelhecimento de povos europeus.

A crise da civilização da Europa já é um desvio do eixo político do mundo: não há pois declínio de civilização do mundo, mas deslocamento. Não se há de então voltar ao primitivo, aos misticismos (capítulo encerrado até mesmo na História da Igreja), às etapas ultrapassadas e que ficaram como que perdidas no Oriente. Vale agora o que se criou além dos Oceanos que circundam o velho continente. “Em flagrante contraste com o terrestre se apresenta o império marítimo” e (continua dizendo Mac Iver), um desses dois impérios provém de uma organização custosa, política, e o outro de uma formação espontânea, opulenta, econômica. “Açambarca êste o contrôle do comércio, instrumento da paz e da guerra, algumas vezes pela simples apropriação sem emprêgo de força. Sua riqueza é acumulada quase autonomamente no centro, e do centro move-se o seu poder rapidamente conforme a necessidade para qualquer ponto da circunferência. Pode portanto governar sem excessiva descentralização, sem criar um grupo de subordinados e proconsules, perigosamente investidos no poder.” (*O Estado*, pág. 48).

Mas eis com que cartas as duas espécies de império jogam a partida para ganhar o domínio do mundo. Uma a se valer dos elementos espontâneos da economia formada com o interesse geral, com os elementos que já existem; e que por isso mesmo é de espírito conserva-

dor. Mas a outra, tentando criar um poder não existente, e ainda por implantar à custa de um golpe de força, e como tal a ser mantido; é pois um poder, em última análise, expressão de força (sim, o que é para distinguir), poder posto acima dos elementos políticos existentes, e já organizados. E então absoluto.

O seu único prestígio é o de se valer da idéia de revolução, acariciada em toda parte, em todos os regimes, em todos os tempos pela falange dos descontentes de sempre.

Mas a verdade é que a diferença entre a Europa dessas novas concepções e o resto do mundo está na teoria da formação do poder. A Europa é a formação do poder na terra; o resto do mundo (e se há de conter nesse resto do mundo a Inglaterra), é a formação do poder no mar. Com isso as duas formas de poder político divergem muito.

Mas o poder da Europa, formado na terra e a se sobrepor ao poder formado no mar, é a história de Roma a sobrepujar a Grécia. Roma foi a terra, o solo europeu a valer contra a Grécia, o mar Mediterrâneo. A Grécia tinha sido em tudo, na sua civilização, nas suas formas de governo, a navegação a influir no continente europeu. Roma, o reverso disto. Ela foi as forças militares formadas à custa do solo europeu, a se lançarem contra a África (Cartago); e por fim contra a Grécia.

Voltemas, pois, à história da Grécia e de Roma, que representa a vitória da terra sobre o mar, quando o mar em que se decidia o destino dos povos era uma extensão pequena para as forças de terra predominarem sobre êle.

Ora êste não é o caso dos oceanos, que é o atual.

A Grécia e Roma

Temos a Grécia e Roma. O Império grego, e o Império romano. E porque

um se sobrepôs ao outro? Porque depois da Grécia se constituiu Roma, poderosa para se sobrepor à Grécia?

A própria constituição de império, antes de caber à Roma esteve, pois, à Grécia, onde andou de cidade em cidade. Mas dois imperialismos gregos, afirma Barbagallo, foram típicos, e diferentes ficaram sendo devido à sua formação: então me refiro ao imperialismo de Atenas, e ao macedônico, com Alexandre e Felipe à frente. Além destes, sabe-se do imperialismo de Esparta, do de Tébas, do helênico da Magna Grécia, e ainda de outros. Mas aquêles dois foram logo citados pela significação e renome deixados, e pelo exemplo em que os tornaram dois grandes historiadores modernos. Barbagallo, que doutrina a respeito do assunto, então escreveu: "Droysen foi piedoso apologeta do imperialismo macedônico assim como Grote o tinha sido do Estado Ateniense." (*La fine della Grécia Antica*, pág. 194).

Droysen alemão; e Grote inglês. Grote apontou a hegemonia de Atenas que exercera um imperialismo em parte predominio provocado pelos interesses do comércio e ascendência como a alcançou a Inglaterra no mundo de agora. Já Droysen estima em mais o imperialismo político macedônico, e diz êsse historiador alemão:

"Uma confederação comparável à germânica, e onde a Macedônia não tivera a hegemonia, mas fôra discreta componente com direitos iguais aos demais territórios gregos", é que houve no Império de Alexandre. (*La fine della Grecia Antica*. Barbagallo, pág. 195).

Quer dizer que os dois historiadores viram os próprios países espelhados no país antigo e cada um dêles, com isso, tinha uma apologia a fazer: mas apologia não é propriamente história.

Já Droysen, escogitando do imperialismo macedônico, que é o da sua preferência, faz dêle para o de Atenas, preferido

do historiador inglês Grote, a mesma diferença que Spengler estabelecerá discutindo tanto os dois povos, o alemão e o inglês.

Barbaggio, que se mostrou arguto a respeito dos dois grandes historiadores modernos da Grécia, chegou às últimas razões acerca de imperialismos dizendo: "Não mais que duas formas de imperialismo nos é possível distinguir, o militar e o econômico; um que consiste no confisco e sangria rude e brutal da riqueza dos vencidos; o outro, na ampliação dos mercados das nações dominadoras, sem interferir na gestão, desenvolvimento e organização dos recursos naturais dos povos dominados. O mundo antigo não havia de conhecer senão a pior forma de império: o imperialismo militar" (*Ob. cit.*, pág. 124). O que Roma implantou definitivamente. O que se vale de todo das forças constituídas na terra, e somente.

De fato, desde que a idéia de imperialismo tomou vulto na Europa, ela passou rapidamente por Atenas esboçando a coordenação econômica dos Estados gregos. Mas as grandes formações imperiais que se constituíram naquele tempo, e se impuseram, todas elas foram pois imperialismo militar, o que é o caso da supremacia de Roma sobre a Grécia. Mas mesmo para esse imperialismo militar se impor, as condições geográficas de Roma sobre o mar lhe facilitaram o êxito.

Entretanto, progredindo a Grécia segundamente na sua vida social, os que a vêem ceder ao império de Roma, se referem a seu eclipse; ora houve o eclipse político, que não impede o espírito social grego de apurar-se, ganhar terreno, e reaparecer se projetando no mundo antigo, depois mesmo dos gregos sujeitos aos romanos. Parece que os historiadores de outrora se perderam a especular a respeito da crise perturbadora da Grécia internamente, sem verem que a vida social

e a cultura grega continuavam florescentes. Não houve assim decadência, nem sinais de decrepitude no grego para ser tido como em um corpo a minguar envelhecendo. Os povos não teem pois idade para viverem. Mas a posição geográfica deles, a posição deles em relação aos outros povos na distribuição da economia universal é que lhes vale de muito em se tratando dos seus destinos. A posição da Grécia ainda tinha expressão.

A Grécia em consequência da balbúrdia interna de fato parou politicamente em face de Roma, isso mesmo desde a expedição de Alcebiades à Corcira, que Tucídides considerou um feito eivado de erros, não tendo essa expedição êxito pelo que claudicaram os gregos.

A solução que os macedônicos deram às agitações políticas na Grécia, invadindo Felipe o país a fim de Alexandre se lançar depois em região aberta a levar ao Oriente, não deu a Alexandria, na posição avançada a que chegou, meios de alcançar um domínio definitivo onde pusera o pé, e antes as discordias entre os conquistadores rasgaram em pedaços o manto desse imperador logo que ele morreu, desconjuntando-se assim esse império grego, desde que o poderio militar logo lhe faltou. Nem teve a Grécia uma posição geográfica vantajosa para algum dia refazer, pela força militar, o extenso império que ela perdeu.

A História se tem apegado à idéia de Império, atenta naqueles que se formaram no mundo.

De fato eles se explicam pelo movimento dos povos, pela corrente da civilização através da terra nos caminhos geográficos ponto de travessia das riquezas a circularem no mundo, e a História pode-se dizer que é as grandes construções econômicas do mundo.

A posse dos caminhos, da economia universal é que representa os grandes momentos dos povos. Um ato de conquista ou a improvisação da defesa con-

tra os que ameaçam de se aproximarem dêsses caminhos, eis a explicação dos impérios que houve. Mas isto não é o prêmio dos atos de heróis, e representa a propulsão da humanidade que se apóia nas posições geográficas.

Ultimamente a ciência, com Ratzel à frente, chama a atenção para o movimento de povos avistando nêle a causa das grandes datas históricas.

Gregos e romanos, é que dominam a porta da Europa aberta para o Oriente, em que êsses dois povos, cada qual por sua vez, e de diversas maneiras, se opõem à Ásia para depois estenderem sôbre ela o domínio. Já Carlos Magno estêve pois à frente da Europa que precisou de se reunir sob o seu comando, repelindo então os maometanos a virem em multidão ameaçadoras da Europa; mas depois a Europa é que se lançou sôbre o Oriente, com as Cruzadas: neste caso ter a Europa que se haver com o Oriente é que representa o império carlovingio.

Mas do confronto das grandes expansões universais dos povos, surgem os impérios marcando as épocas da História e noutra coisa não tiveram os olhos fitos os historiadores modernos, os que surgiram depois que a Grécia deu forma especial à História. Talvez mesmo não se possa desatender, na História, ao que deu origem a formação dos impérios.

Mas os dois primeiros impérios que se formaram na Europa decidindo, entre êles, o domínio do continente europeu são a Grécia e Roma. A melhor posição geográfica, militar de Roma fêz Roma superar a Grécia.

Sem que os gregos dominassem de um ponto estratégico preponderante a extensão atravessada por Alexandre, era impossível conservarem o que conquistaram no Oriente. Para fazê-lo precisavam de se forticar alhures, isto é, em tôdas as margens do Mediterrâneo, ora acabaria fazendo-o definitivamente a Itália.

A grande solução definitiva, que veio mais tarde com o predomínio romano no mundo, os historiadores hão de reconhecer no estudo da Geografia: ninguém irá pois dizer que o romano venceu o grego porque era povo mais forte, raça melhor, homem de mais têmpera e superior ao grego, já decadente, que é como o romano chamou ao grego, com a mesma facilidade com que o grego chamara decadentes aos cretenses, que lhe deram a civilização. Nem mesmo Roma logo se supôs mais forte que os gregos assim que os defrontou, pensando então em eliminá-los, por julgá-los um povo constituído de homens inferiores.

O ânimo dos romanos contra os gregos

A História narra como, recalcitrantes, os romanos chegaram à luta com os gregos.

Diz Carcopino que não houve um imperialismo “predestinado”, nenhuma idéia prestabelecida, por parte de Roma, incerta no que fazia quando já ia em caminho do grande domínio. Os gregos por sua vez não estavam tão abaixo de Roma para que Roma pretendesse dominá-los; antes, por uma medida de prudência de quem fôra tão experimentado nas derrotas infligidas por Aníbal, é que o romano, precavendo-se então contra os gregos, pensou em tomar pé no equilíbrio político da península balcânica, sabedor que era das importantes questões internacionais na Europa. E pode-se dizer que assim Roma se conduziu.

Carcopino, em seu livro — *Points de vue sur l'impérialisme romain* —, explica de que maneira Roma foi destendendo aos poucos o seu poderio sôbre a Grécia. “Depois do ano 230 antes de J.C. (diz êle), houve entre romanos e gregos apenas trocas de cortesias vagas, espaçadas, e sem conseqüências. Depois

do ano 230 antes de J.C., o Adriático deixou de cavar um abismo entre dois mundos diferentes, e as legiões romanas atravessariam as águas adriáticas, três vêzes: para levarem avante duas guerras com a Ilíria, e a primeira que teve com a Macedônia. Mas nenhuma dessas expedições se prende a um plano de ação longamente premeditado e largamente traçado. Tudo visa os perigos do momento e trai, por parte dos Patres, extremamente empenhados em terminar com êsses perigos, preocupações estritamente defensivas.” (*Ob. cit.*, págs. 22-23).

É verdade que Roma, conforme subjugava outros povos, procurava exercer uma política magnificente para com êles, e, para ela, útil. “No zêlo que vai ostentar a favor das liberdades gregas, Roma pensa em si, na sua segurança...” concluiu Carcopino.

Roma, diz por sua vez Fustel de Coulanges, caminhou receosa no dever da sua segurança, e o predomínio do mundo que ela teve mais tarde, resultou da prudência, da precaução, do receio. “Ninguém deve supor a Grécia, sem fôrças, sem energia, e uma presa fácil para o primeiro conquistador que se apresentasse. Tito Lívio nos faz ver que os Romanos empreenderam temerosos a guerra contra Felipe, contra Antiocos, e contra Perseu; a Grécia não era um país desfribado. Era mais rica do que a Itália; sobejavam-lhe braços: Políbio diz que a liga aqueia, tão sòmente, podia armar trinta e quarenta mil homens; ainda havia a cavalaria etoliana, a falange macedônia, a frota de Rodas. A Grécia além disso contava com um terreno favorável a ela.” (*Questions Historiques*, pág. 122).

Os romanos recobramos ânimo depois de vencerem Cartago, que os levou a tudo padecerem, mas a saberem que tinham de fazer política internacional. “De fato, um acontecimento fortuito

(escreve Robert Cohen), a intervenção cartaginesa em Messina, fêz Roma antecipar-se à hora que sem dúvida fixara para estender o seu domínio a tôda Sicília. Tal é o processo simples da conquista” (*La Grèce et l'hellénisation du monde antique*, pág. 618).

Mas poderiam passar a uma política de magnificência depois de terem pensado na segurança própria? “Esta política (escreve então Carcopino), não veio do nada e não apontou de momento. A História, como a natureza, não dá saltos.” No espírito dos chefes militares essa política despertou com a necessidade de defender Roma.

E “desde que, esgotados os Púnicos, se percebeu o triunfo final, houve Romanos que sonharam com um predomínio do Oriente ao Ocidente, por meio da conquista ou não, mas exercendo um papel imperialista de que puderam fazer idéia aos poucos.” (*Ob. cit.*, pág. 69).

Está-se a ver que em Roma tudo girou em tórno das guerras púnicas. De fato quando os romanos foram guerrear Cartago, Roma já era uma nação combatente no mar (a primeira guerra púnica). Em resposta à luta na Sicília, é que Aníbal vem de Cartago para combater às portas de Roma, talando o solo da Itália. Perder nessa guerra era perder no campo extenso a que se ampliou a luta; ganhar essa guerra seria se firmar no seio da política internacional. Mas Aníbal é que a perdeu. E as guerras púnicas é que vieram dar à Roma duas coisas importantes:

Primeiro — O domínio da Sicília. E diz Cohen: “daí em diante a ilha que conheceu tantos poetas e pensadores não teve mais por finalidade senão alimentar rebanhos e a plebe romana.” (*La Grèce et l'hellénisation du monde antique*, página 620). Não foi sòmente o romano instalar-se com os seus rebanhos em uma região onde floresceu um povo mercan-

tilista, no seio do qual viveram grandes poetas. O destino econômico dessa ilha ia ser outro. Veja-se a destinação que ela teve igual à das duas outras ilhas contíguas à península itálica — Córsega e Sardenha.

“Durante as guerras civis (escreve Victor Chapot), a Sicília foi sempre um centro de virtualamento, e quando Pompeu Sexto, transformado em pirata, se apoderou da ilha, estava certo de que a fome estaria às portas de Roma, por não receber os cereais da Sicília, e da Sardenha. Otávio e Augusto tiveram de transigir com Sexto, até que Agripa o expulsasse dali”. (*El Mundo Romano*, págs. 168-169).

Passemos agora a Córsega: — nessa ilha “pelo menos (ignoramos se coisa igual aconteceu na Sardenha, escreve Chapot), Mário e Sila, em Mariana e Aleria, reuniram grande número de veteranos. A quantidade de cereais disponíveis contribuiu em grande parte para a derrota ou para a vitória dos chefes dos partidos...” (*Ob. cit.*, página 178). A posição geográfica assim fazia pois a vitória se revelar nas conseqüências que sobrevinham. Eis o que as ilhas valiam. Mas a península é que centralizava essas ilhas.

Segundo — Veja-se finalmente a situação política dos romanos na África, uma vez vencida e destruída Cártago. Se não era já dos romanos o domínio do mundo, êsse domínio já estava pôsto em jôgo por eles.

Mas a Geografia é que explica esta grande vitória, como já elucida tantas, e ainda esclarecerá outras muitas. A explicação de ordem geográfica ainda a veremos ao apreciar *A guerra jugurtina*, que Salústio descreveu.

As razões de ordem geográfica se interpõem sempre. E mostram, na configuração geográfica local, a grandeza e a extensão dos acontecimentos. São razões definitivas e que por isso mesmo se

reproduzem de tempos em tempos, embora com elas concorrendo outras causas concomitantes, que de fato podem dar aparência diversa aos fatos históricos, e modificar os episódios; porém sempre se há de ver que, apesar das modificações, acabam impondo-se os motivos geográficos, finalmente.

Não é só Jugurta que cede à Roma, pelo fato de Jugurta representar a África e as suas desvantagens geográficas, ficando a superioridade do lado de Roma. A Geografia é que faz Roma sempre acabar vencendo a África. Ainda tinha de ser a Europa, a Itália continental que arrostaria os Árabes, para o comércio dêsse povo já senhor da Sicília, dos Baileares, ilhas em que cultivou êle o açúcar que comerciara, ser varrido do Mediterrâneo.

O poder de Roma

A História formulou teorias acêrca da vitória de Roma sobre Cartago; e, discutindo o assunto, Paul Lacombe escreve:

— “as batalhas como as de Canes não foram decisivas, têm-no sido as que se travaram nas condições da de Zama. Há razões profundas para isso”. Canes foi brilhantíssima vitória de Aníbal, mas não deixou resultados definitivos, faltando-lhe, o que traz êsses resultados. A vitória de Zama entretanto foi de conseqüências definitivas para Roma, porque representa circunstâncias favoráveis aos romanos, a operarem já depois dessa batalha ganha. Montesquieu adverte de que Roma foi um prodígio de constância e êle tem essa constância como qualidade dêsse povo, a influir-lhe nos destinos históricos. “É a constância (diz Montesquieu), que, de Roma, continúa a fazer uma força, enquanto Aníbal “depois de Canes sentia a vontade de ceder. Quis descançar com a vitória, ao

em vez de levá-la às conseqüências extremas. Na opinião de Tito Lívio, um erro é que salvou Roma.” Ora no caso encontrar um erro de Aníbal. E tudo a depender de um homem a baquear de cansado. Mas em Roma, tudo provinha da constância não de um homem, mas da própria Roma. E por que? Adverte Lacombe: “Tito Lívio laborava em erro, o que não é de admirar. Aníbal talvez foi forçado a proceder como procedeu. É possível que afinal reconhecesse nunca poder se apoderar de Roma por causa do seu povo e os seus baluartes.” (*De l’Histoire considérée comme science*, páginas 15-16). E por causa das riquezas a circularem em Roma.

Depois de assinalar porque Aníbal perdeu Roma, incapaz de ceder, enfurecida nos seus baluartes, mostra o historiador o exército cartaginês “devastando como a tempestade” em campo raso, não conseguindo entretanto separar Roma dos seus aliados, que se aterrorizam com o inimigo, “exército de bandidos a entregar-se a tôda sorte de excessos.” Acontecia que Cartago estava da outra banda do mar Mediterrâneo para acudir o general africano já sem meios. “Todos então compreendem a instabilidade em que ficaram as vitórias na mão de um guerreiro tão audacioso e temerário”. Na Europa ficara a tradição da audácia e da rapina praticada por Aníbal; mas na África, Aníbal chega numa região deserta de recursos. Um grande nome feito; porém um homem que se vê só: entende-se então o cansaço. Mas não se trata mais de Aníbal, e sim do meio, do regime econômico da guerra praticada pelos cartagineses, tão diferente do caso romano. Ainda é a geografia apreciada nos seus aspectos econômicos que o explica.

A História é a investigação das *causas gerais*; desvantajosas a Aníbal, escreve Montesquieu. E depois de assinalar por-

que Aníbal perdeu para Roma, Lacombe esboça uma teoria interessante. Ei-la:

“Os agentes reais da História não há dúvida que são os indivíduos; não há no terreno histórico o que não implique ações individuais. As grandes entidades fictícias a que chamamos povo, nação, exército, corporação, se reduzem em última análise a indivíduos; a contribuição no caso vem a ser de atos individuais; a atividade então é a atividade de indivíduos, mais ou menos em acôrdo e identificados entre si de uma maneira geral. Tal é o que se vê no caso. Mas é preciso então considerar que êsse indivíduo ou representa o que é individual, ou o que é temporário, e ou o que é geral: ei-lo como um triplice ator.”

“Quando êle opera *de maneira inovadora como ator histórico*, não tem precedente e fará o que faz somente aquela vez. Não se há de dizer que o elemento determinante de certas conseqüências certa vez, sempre as provocarão. A contribuição individual não é causa, como são as causas definidas pela ciência.”

“Quando o indivíduo opera acompanhando o que é geral, como ator histórico, nesse caso já êls tem todos os homens por colaboradores. E, havendo certas circunstâncias, que subsistem, os que nela concorrem, constituem, aos olhos de quem investiga atento na verdadeira causa, o antecedente que leve o fato histórico a se repetir.”

“Se uma circunstância se reproduz umas tantas vezes, há de se produzir regularmente determinado efeito; digamos em outras palavras que somente o homem geral é que pode se tornar verdadeiramente causa certa.”

“Podemos dizer outro tanto do homem temporário. Somente êle tem significação para influir eficientemente, muito embora em circunstâncias mais restritas que o homem geral.” (*Ob. cit.*, páginas 12-13).

Está aí pois a teoria das causas gerais. A causa geral é aquela que fica posta acima do indivíduo embora seja imprescindível a interferência d'ele para ela efetuar-se. O indivíduo é que não pode contrariá-la, a atuação d'ele é para ela efetivar-se.

“Não é a eventualidade (escreve Montesquieu), que decide no mundo: pode-se perguntar a respeito disso aos romanos, que se favoreceram com uma serie de êxitos quando se governaram de certo modo, e provaram ininterrupta serie de reveses quando mudaram da maneira de se conduzirem. Há causas gerais, quer físicas quer morais, a influirem na monarquia, elevando-a, mantendo-a, ou sacrificando-a; tôdas ocorrências têm as suas causas; e se a infelicidade de uma batalha (quer dizer uma causa particular), arruinou um Estado, é que havia então uma causa geral que ditava o perecimento do Estado em uma única batalha: em uma palavra, o aproximar-se o que é geral, arrasta consigo os incidentes particulares.” As causas gerais se tornam insistentes; e as intercorrentes, passageiras, serão por fim afastadas com os seus efeitos.

Montesquieu assinalou causas gerais, físicas e morais.

A sua concepção de causas gerais ainda está de pé. “É com essa concepção absolutamente científica (Alberto Sorel comenta), que Montesquieu está entre os grandes mestres da história moderna.” (*Montesquieu*, pág. 54).

Mas, muito mais que uma centena de anos depois de enunciada a teoria, já se pode fazer diferença entre as causas físicas e morais, preferindo considerar-se causas gerais somente às primeiras, muito embora o autor da *Grandesa e Decadência dos Romanos* não afirmasse isto e insistisse em considerar como causas gerais as de ordem moral: “Os romanos devem a vitória final (em se tratando das guerras púnicas), à superioridade de

costumes e instituições” — diz Montesquieu (*Montesquieu*, pág. 54).

De fato, feita certa restrição à teoria de Montesquieu, a sua concepção de causa geral é valiosa. As causas gerais são hoje as asserções de Geografia Humana. Exemplo de asserção assim: a influência das ilhas na formação das nações. E a influência posterior do continente envolvendo as ilhas.

Que foi Creta? «Uma ilha a influir na civilização que se desenvolveu na Grécia. Êsse receber uma influência vinda de fora e proveniente do comércio que se desenvolveu no lugar em consequência das condições geográficas favoráveis ao comércio, lucrando até mesmo a forma de govêrno, é elucidativo do que sejam as causas gerais traduzidas no fator geográfico da localidade.

Diz Léon Homo que “o etrusco duas coisas trouxe para as raças indígenas, que êle não asfixia nem extermina, contentando-se então com se sobrepor a elas: as suas instituições políticas e civilização. Em primeiro lugar, as suas instituições políticas, caracterizadas por dois traços fundamentais, e são o regime de cidade e o sistema de federação.” (*La Itália Primitiva*, pág. 139). Espalhando cidades no seio das quais firmavam o seu domínio, os etruscos estenderam a influência até Roma, cidade importante por dominar o Tibre. De diversas maneiras Léon Homo insiste na significação dessa influência etrusca: “Sob o ponto de vista político, os etruscos (diz êle), deram pela primeira vez a Roma um govêrno centralizado; e assim como fundaram a cidade de Roma, criaram o Estado romano” (*Ob. cit.*, página 152). Doutra feita escreve: “A obra dos monarcas etruscos em Roma fôra dupla: obra interna: fundação da cidade de Roma e criação do Estado romano; obra externa: os etruscos fizeram de Roma a base do seu domínio no Lácio, e, a título disso, a cidade exerceu uma

verdadeira hegemonia no país latino” (*Ob. cit.*, págs. 172-173). Quer dizer, o espírito que se encarnou em Roma e se tornou no espírito romano, veio de fora, soprou-lhe um povo criador que não era propriamente o romano. A unidade romana provém, entretanto, da interposição da Itália da civilização mercantilista dos etruscos: e uma influência que vem do exterior, é a mercantilista. “Não quer pois dizer que a cidade do Tibre desde cedo tivesse um programa de unificação nem sequer a mais vaga suspeita do porvir glorioso que alcançaria; do romano, espírito espesso, bisonho e falto de imaginação, não se podia esperar concepções de largo alcance e especulações ousadas.” (Leon Homo. *Ob. cit.*, pág. 170). Mas desfeito o império etrusco, subsistiu a experiência política implantada pela Etrúria, e mais que a experiência que a idéia havia as condições gerais, as causas gerais, complexas por natureza, aliás favoráveis à Roma. “Roma não olvidaria que tivera brilhante posição no seio desse Império, e que devia à sua dinastia etrusca, sob a forma de hegemonia exercida no Lácio, as suas primeiras impressões de glória.” (Léon Homo. *Ob. cit.*, págs. 170-171). Mas “Roma quer reaver, em seu proveito, a hegemonia no Lácio, a qual ela perdeu com a expulsão dos reis etruscos. Ademais, as suas recordações de grandeza passada, as suas necessidades econômicas provocadas pela superpopulação do solo (fomentada pela vida mercantilista etrusca), a impulsionavam nesse sentido.” (*Ob. cit.*, pág. 171). Roma de alguma maneira tinha de reconstituir a vida que tivera com outros elementos. O meio de reconstituir a unidade perdida, tinha ela como encontrá-lo. A verdade é que a cidade eterna estava destinada a voltar ao que fôra. “No meio de turbulências de toda espécie (escreve Léon Homo), durante o primeiro século da era republicana, e estando em jôgo

mais de uma vez a unidade nacional, Roma um instante não se esquece dela. Crescerá com os olhos insistentemente fitos no passado de glória que em outros tempos lhe facultou a Etrúria, e tirará, da religião das recordações, a força primordial do seu maravilhoso crescimento.” (*Ob. cit.*, pág. 164).

Mas, depois de ter meditado, concluir-se-á que a articulação do território romano com o continente europeu, de fato caminho natural de circulação das riquezas, e de movimento dos povos, caminho que já atraíra os etruscos a Roma, fizera que o lugar em que ficou Roma, valesse de vez.

A Grécia é a privilegiada posição geográfica da Europa sobre o Mediterrâneo que se afunda a tocar no Oriente, nas terras asiáticas; mas Roma é a melhor via de percurso na Europa. Roma é mais a Europa; está mais em contacto com o centro da Europa, com o coração da Europa. A sua posição se avanta à Grécia mais sobre o mar, envolta com os problemas do mar e na posse dos caminhos de penetração no continente europeu.

Quando a Europa toda se articula com o Ocidente, Roma se sobrepõe à Grécia; mas quando era ainda o Oriente que vinha sobre a Grécia, a Grécia era a região avançada mais que todos: eis contudo épocas históricas diferentes.

Para Roma, havia de se deslocar o poder proveniente da comunicação dos dois continentes: Ásia e Europa. Para a Grécia, o mar é que valera; para Roma superar a Grécia, a geografia continental é que se pôs em jôgo. A posição dos povos é que explica a substituição de uns por outros. E a causa geral fica posta em função do elemento humano: mas havia de chegar a vez dela se apresentar decisiva.

Historiadores romanos

A História universal, considerando mares, terras, e a economia universal, é que explica o poder das nações. “Não há pois fatos históricos por natureza (escreve Marnoco e Sousa), há... por posição.” (*História do Dir. Rom. na península*, pág. 11). Este é o caso de Roma, que sobrepuja a Grécia.

Mas é concepção um tanto falsa pensar que os povos formam o seu espírito por si mesmos, e que as nações veem a ser uma consciência rigorosamente formada por elas próprias. Errônea é também a convicção de que a decadência dos povos é o desaparecimento da consciência que elles teem dêles próprios, como se ela não dependesse do papel histórico a que elles são chamados para terem, entre os demais povos, um lugar na História Universal.

Essa concepção infundada não está muito longe da idéa de povo, aliás idéa considerada, na Revolução francesa, como no seu apogeu, na plenitude de consciência atingida pelo povo com a República, com a idéa de soberania nacional!

Se cada nação faz falar de si no mundo, é que o papel que ela teve na História, e até mesmo o fato de ela chegar a existir, há de decorrer de certas causas gerais, independentes em parte da sua vontade. As nações, como os homens, não decidem de nascer, nem, como as criaturas humanas, podem evitar o seu declínio; mas os que nelas vivem não pensam assim.

Vejamos os historiadores romanos, face a face com essa questão da existência das nações, e uns supondo que Roma é os romanos. Três nomes então nos interessam sobremaneira: Tito Lívio, Salústio e Tácito.

Tito Lívio traçou o quadro mais geral da História do seu povo; Tácito deu à História uma expressão significativa, especial e que é preciso sabermos como

levar em conta. Mas Salústio é uma personalidade de historiador particularmente curiosa.

Entretanto digamos desde já: talvez Políbio e Cícero sejam mais esclarecedores acêrca das condições internacionais da existência das nações, e da sua vida interna.

Embora Tito Lívio não tenha sido o primeiro na ordem de aparecimento, começarei por êle, mais amplo no assunto, porém menos insistente em certos pontos em que a História romana se torna expressiva com Salústio, afeito a descrever a história dos corruptos costumes romanos na época de plena florescência da cultura da sociedade em Roma, a história que assumiu, com Tácito, o tom de magnífica austeridade, da qual somente uma profunda imaginação podia naquela ocasião se imbuir.

Tito Lívio

O que Tito Lívio escreveu, documentou êle com os anais que Roma organizou minuciosa, e dos quais fez Tito Lívio apurados estudos. Foi um erudito. É dos mais remotos exemplos de erudição nas letras históricas.

Shotwell lembra que Cícero dizia: “ser do costume da maioria das famílias distintas, conservar as suas efígies, troféus honoríficos, e memórias, quer para adorno de um funeral se morria algum parente, quer para perpetuar a fama dos antepassados ou para melhor provar a nobreza de cada um dêles.”

Ao lado dos anais que eram o registo dos fastos nacionais, havia essa documentação dos romanos. Eis com isso uma concepção dos feitos extraordinários que os pais da pátria conservavam a seu respeito e que eram informações, ao mesmo tempo, a respeito da pátria: as duas coisas tidas como a mesma ordem de fatos. Pois, nestas fontes é que

Tito Lívio se abeberou em Roma, como em outros povos e em outras épocas se abeberaram os historiadores de outras nações. Estava, com Tito Lívio, lançado em Roma o grande gênero histórico.

Roma, para Tito Lívio, se explicava por si mesmo. Mas um historiador, com essa concepção, estreitava o horizonte da História, e daí aparecer em ambiente fechado a idéia misteriosa de Destino das Nações e a crença no gênio romano até hoje subsistente, e confessada por muitos, e a resurgir com eloquência extraordinária nas páginas de um Bossuet. Mas o velho historiador de Roma fechou, com isso, os olhos não procurando explicar o aparecimento da antiga nação pela sua situação internacional, pelas condições gerais do país, coisa aliás ainda hoje objeto de toda investigação.

Tito Lívio não fêz como Tucídides, que com os discursos postos na bôca dos personagens historiados, tornou a história em uma continuação da praça pública, revelando em parte com isto um espírito político indagador. O romano se capacitara de que era êle de um caráter excepcional no que valeu em parte a impressão deixada pelos escritores como Catão, apegados aos fatos que descreveram lembrando sempre excepcionais atitudes dos homens de Roma. Um exagero, um defeito havia nisto. Cícero querendo evitar até mesmo os oradores sofressem do mal dessa presunção, já recomendou a êles uma educação científica moderadora. O espírito da época de Tito Lívio foi o do romano presunçoso. “Os jovens, escreve Gastão Boissier, a quem se habituaram seriamente a aprenderem a retórica, põe, retórica em tudo: ela se tornou a maneira natural de todos escreverem. Daí aquela uniformidade oratória que infesta e compromete a literatura do Império. Os maiores espíritos dêsse tempo, quer sejam Lucano, Juvenal, e o próprio Tácito, não escaparam a isso; ela se impõe tanto ao verso como

à prova, e aos gêneros mais diversos.” (*La fin du paganisme*. I — pgs. 190-191). E entre êsses, está a História. E infestou essa História, o espírito de presunção com que o romano se julgava único.

Apegado a qualidades excepcionais do povo romano, a prodígios, a suposições incomparáveis postas em ordem do dia, pode-se dizer que Tito Lívio criou a ficção em história.

Diz Shotwell que “é de um estilo tão elogioso a história de Tito Lívio que há de entendê-la somente um espírito medieval posto que êsse historiador considera o sobrenatural como parte intrínseca da história humana, e mais especialmente por tratar de especial maneira as crises a se resolverem por evidentes milagres e portento dos deuses.” O que os deuses quiseram acontecesse, acontecia, e tudo se consumou em Roma de maneira extraordinária.

A dúvida que se levanta acêrca de certos prodígios, desaparece (mostra Tito Lívio) logo quando a história vem confirmá-los com outros! Foi êle o historiador que fêz, da história de Roma, um conceito prodigioso. “Não desconheço (então observa), que a indiferença que faz agora os homens não crerem nos prodígios motivados pelos deuses, é que leva não só a deixar de publicá-los como hoje a êles não se referirem os anais. Entretanto eu, ao escrever a história das coisas antigas, não sei de que maneira me sinto possuído pelo espírito antigo que um sentimento religioso me obriga a considerar dignas de registro as coisas que os antigos fizeram sempre por divulgar.” (Shotwell).

Tito Lívio representa a ascensão do poder pessoal do Imperador, poder que com Augusto se tornou eminente em Roma, deixando atrás de si, como coisa passada, inquinada de erros, as guerras civis, as lutas sociais acêrca das quais souberam escrever melhor os gregos,

quando elas tiveram lugar no país dêles. Este homem, inclinado a crer, e a considerar tudo como consequência do poder da religião, talvez então recomendasse aos romanos crerem no Império, no Imperador! É pois o historiador que escreveu na fase final da evolução das formas de governo, que teve Roma. A sua história já é uma história sem problemas políticos, e interessada em despertar uma fé profunda no êxito de Roma: história intensamente patriótica. Lembra então Shotwell que Tito Lívio admitia “O crescimento de Roma deve-se às autênticas virtudes do velho bom tempo, e sobretudo à piedade.” Há nisso não somente um reproche à crise moral, de que o império surgiu como reação, como há também a convicção em algo de superior a influir na formação de Roma, conceito que Bossuet repete.

Salústio e a história corrupta

Na obra de Salústio duas questões se devem apontar: o predomínio da Europa sobre a África, tema que ressurgiu com o decorrer da guerra jugurtina; e a corrupção da política romana nas vésperas do Império.

Teve êsse historiador a intenção de fitar os olhos na realidade a se mostrar abjeta com os máus costumes em que caíram os romanos. Mas Salústio como que descreve tôda a abjeção de um homem: Catilina, conspirador e político por fim decaído, já em tempo acusado e repudiado por Cícero. Ora dessa vez seria descrito por Salústio. Um, orador; e o outro, escritor: ambos porém a estigmatizarem a mesma personagem. Um magestoso no seu reproche; o outro terrível na sua análise especificadora de escândalos que correm a puridade, tudo no dizer aquilo que só é dito em particular, e que o homem evita, de face descoberta, lançar nos auditórios de praça

pública, porque afinal são desconhecidos os que o ouvem e a quem o orador não quer deixar, no tom da linguagem e dos fatos que arrola escandalosos, que o supunham com êles familiarizado.

Mas isso, dito com elegância, é entretanto a notícia que corre entre gente fina, indo adiante como novidade. Em sociedade se anda assim! Mas a sociedade já é roda de íntimos em que todos já se conhecem, e nenhum se compromete com o que narra de aberrante...

Em todo caso no livro de Salústio ainda há umas linhas, uma ressalva de elevação de espírito de quem escreve à feição das censuras que correm em alta sociedade; e escreve Boissier: “Todos se lembram de já terem lido nos prólogos de Salústio, as belas frases com que êle mantém a superioridade do espírito sobre o corpo: “O espírito (afirma pois), é o verdadeiro guia na vida... Deve êle imperar; o corpo obedece. O primeiro nos assemelha aos deuses; o outro nos iguala aos animais”. (*La fin du Paganisme*, I, pág. 182). Insiste Boissier em dizer que neste feitio de pensamento de Salústio há influência do pensamento grego haurido nas escolas dos filósofos socráticos. Há. Mas também há fidiúcia de aristocrata de se colocar acima da podridão que descreve afetadamente displicente. Orgulho. Há também intriga. Paixão. Desforra tirada por alguém que sem sucesso em política se retirou ao alto mundo para nos prazeres da sua convivência conspurcar os homens que invadiram e se apoderaram dos grandes caminhos políticos em Roma. A censura era neste caso o protesto feito entre os que tinham tradição e tiveram prerrogativas no passado: e tomava o ar de confidência entre os capazes de entender o que se dizia.

Ainda acrescenta, Boissier: “Quando o espírito é que domina, será a primeira das artes a que conferir ao espírito mais

consciência de superioridade, e uma arte assim é a eloquência, cuja magnificência mostraram Cícero, Quintiliano e Tácito nos admiráveis quadros traçados aos olhos do povo reunido em assembléa. Imagine-se então reunida na praça pública, ou em Atenas, ou em Roma, a multidão, quer dizer a profusão da gente endurecida no aturado trabalho dos artesãos robustos, dos campônios musculosos. E sabem elles que são pois a força e o peso do número: por isso é que debateram, ameaçam, e rompem em furiosos protestos. Eis que um homem se põe de pé: entretanto uma criatura pálida de tanto estudo e reflexão, quase sempre fatigada pela idade, e a mais fraca, a mais minguada entre todos daquele povoilêu. Fala: e pouco a pouco as cobras se abrandam, e se aplacam os dissentimentos até que em breve a assembléa dividida começa a formar uma só alma que é a própria alma do orador a se comunicar a todos ali a ouviram-no. Não é que se opera então o triunfo incontestável do espírito sobre a força material, da alma sobre o corpo? e não é verdade que a palavra vem a ser o encaminhamento do espírito? e não é verdade que essa modelação dos espíritos faz que o espírito do orador se manifeste de maneira tão visível? (*Ob. cit.*, pág. 183).

Certo que teve a aristocracia romana perfeita intuição dessa arte de se elevar diante da multidão, que ela via se condensar com a democracia. “É assim que a eloquência (conclui Boissier), teve lugar no ensino dos povos antigos, lugar ainda hoje por ela occupado entre os povos modernos.” Ora Salústio educou-se nessa arte mas representa uma fase em que o romano culto se desiludiu de descer à praça pública, e elle então se recolhe a si mesmo para falar de si, das suas reflexões, dos seus sentimentos, arguto e fino, apurado nas impressões pessoais, mas isso então com os seus iguais: a fina gente.

Pouco que ainda usando da palavra em público, o romano lhe dá o feitiço condizente com a vida que Roma leva, e em que elle é aristocrata e ainda patricio por tradição. O que escreve traduz o seu espirito de aristocrata. É reflexão. Reflexão como a de Montaigne a lançar no papel o que refletia, para elle mesmo ler, ou então para ser lido no meio fino das pessoas com que convivia. Seria isso um estado de espirito especial. Um prazer elegante. Um estado de consciência de se fazer diferente de uma sociedade nova que se levantava abstrusa, violenta, e ainda sem consciência formada. Mas a maneira de escrever já torna Salústio diferente de Cícero, ou antes, igual não ao Cícero dos grandes discursos mas ao Cícero das cartas, gênero tão diferente da oratória, mas gênero que o romano cultivou (lembra Montesquieu), já na fase final de uma aristocracia por fim sem função pública e a falar de si elegantemente.

Escreveu Salústio, como viu, e também como sentiu os acontecimentos que presenciou. Não era pois historiador de vocação mas um espirito capaz de ser grande escritor pela agudeza de vistas com que fitava os olhos nos acontecimentos, interessado em falar neles. O quadro histórico que traçou não é amplo, interessando-nos o escritor pelo discernimento com que viu, sem entretanto procurar, como Tácito, revolver o passado consultando anais; tudo para elle era o presente, a elle o presente é que interessava.

Cauteloso para se ater um tanto a parte das reviravoltas e das conspirações políticas, lúcido para receiar os revezes, mas sem o atrevimento genial para se lançar nos acontecimentos como fez Cesar, preferiu elle, parado que ficou na política, fazer um tanto displicente como quase todos que se atêm a meio da carreira encetada: falar, ostentar o que di-

zia, chamar atenção para si na elegante sociedade refinada, em que vivia, acolhendo-a Salústio com o luxo das suas vivendas de jardins famosos.

Sila voltou a viver como um aristocrata depois de uma carreira pública surpreendente em que culminou como general estendendo longe os raios da República romana. Salústio, quando tornou a Roma, não fizera tanto quanto Sila, mas ainda encontrou ambiente, em que vive uma vida apurada de grego, entre os romanos. Viveu êle mais preocupado com êsse ambiente a que também se recolheu Sila, do que com uma obra como a de Sila. Amealhou Salústio riquezas pagando-se, devida ou indevidamente, dos serviços prestados principalmente na África; mas não teve na vida o papel político de um Sila, e muito menos o que teria um Cesar. Falhando nos seus intentos escreveu com gosto principalmente acêrca daquilo em que falhara. A conjuração de Catilina fôra pois uma empreza falha; mas, assustando ela a todos, interessava a todos vê-la devassada como a devassou Salústio. Ora o mesmo seria, nos seus lances, a guerra jugurtina, que provocou a mudança da política de Roma. Assuntos, pois, não podia haver melhores que êsses dois para um escritor insatisfeito nas suas aspirações políticas; e que contudo se comprazia em escalpelar a falência da política romana.

Pergunta-se porque Roma venceu Jugurta? Perguntando-se assim, se causa surpresa porque ninguém admitiria em Roma, que romanos, povo da maior significação, sucumbisse diante dos nômidos, gente em parte andeja, chefiada por um bárbaro em que pese ser inteligente, audacioso, mas simples potentado africano em face de Roma a destruidora de Cartago. A guerra de Jugurta é o livro de Salústio, e lendo-se êsse livro é ver o espírito de penetração que há no romano aristocrata. E, lendo-se Salústio, vê-se

como Roma claudicou diante do bárbaro, vê-se então melhor como vivia internamente essa cidade antiga, e se vê quanto teve ela de se modificar para vencer o temerário africano.

Desrespeitava o ambicioso chefe nômida os demais reinos africanos, entre os quais Roma, na sua política internacional, já precisava de manter o equilíbrio. Compreendia qual devera ser essa política na África, a elite, os patrícios, e êsses é que incentivaram a luta contra Jugurta. A reação contra o africano vem então do Senado, depositário da alta tradição política romana.

Mas os soldados de Jugurta eram hábeis nas retiradas, rápidos em se moverem, prontos para de surpresa destroçarem o inimigo: e o terreno era favorável a espécie de guerra em que êles eram daninhos e traiçoeiros, esfalfando então os romanos a caminharem ora ao encalço do inimigo que desaparecia, ora atacados nas suas forças a vigiarem em posições avançadas, ora surpreendidos nos seus comboios de abastecimento, para estarem se exaurindo sempre, importunados por um inimigo diabólico. Teve Roma de arcar pois com decepcionantes perdas, para procurar se restabelecer sempre até que por sua vez esgotasse o inimigo de recursos. Uma guerra de que ninguém via o fim, é levada de vexame em vexame para Roma. Um mal estar criado por êsses vexames intermináveis. E uma surpresa, para os romanos, que nunca imaginaram aqueles seus desastres militares. As acusações então se levantam vindo sacrificar o prestígio do Senado. E a decepção geral trouxera a instabilidade política.

Roma fitava pois sem compreender porque Jugurta não era logo derrotado; e a plebe viu curiosa o general africano vir ao seio de Roma como figura intemerrata e que não deixa lhe pôr a mão em cima. E êle é que diz por quanto queria.

que Roma comprasse o sossego dela, para com surpresa geral, ninguém repeller o que ouvia. Jugurta era pois como que uma decepção, uma surpresa trazida ao país, para desacreditar os romanos uns com os outros; e essa é a fase da história de Roma em que Salústio apontou a corrupção, que afirma assalariar os chefes romanos ao africano ousado.

Mas a aridez do solo da África, a vida em opidos que é como Salustio descreve as cidades africanas espalhadas pelo interior do norte do continente negro, mostra por sua vez a dificuldade de se refazerem as fôrças em África, enquanto Roma do outro lado de Mediterrâneo, abastecida pela Europa, fazia chegar rapidamente ao solo africano, através da Sicília, tudo de que necessitasse a guerra.

Há pois uma especial economia romana em que é preciso falar, e que explica porque Roma dominaria até mesmo a Grécia, assim como subjugou Cartago, e finalmente o mundo ocidental. Para dizer-se dessa economia romana, é preciso antes do masi fazer diferença entre Roma e a economia etrusca a se firmar nas Itália, firmando-se na Sardenha e na ilhas que ladeiam a costa ocidental da

“A civilização etrusca (escreve Toucórsega, para depois se impôr na península itálica, onde entra pela parte do norte.

tain), foi essencialmente urbana.” Quer dizer: o comércio é que contribuiu para a formação das cidades, e, assim mesmo, um comércio muito especial, e feito por mar. Mas êsse comércio marítimo é de certas mercadorias. Equivalente ao comércio de especiarias praticado pelo português nas Índias, e que prevaleceria em Roma “entre os inúmeros objetos de extração dos minérios existentes na ilha da Córsega, retiravam madeiras. De fato os etruscos quanto se contasse apenas com a inter-bronze que compunham o mobiliário fu-

nerário que adornava os túmulos, havia sem dúvida aquêles que os etruscos compraram na Grécia, para depois fabricarem iguais”. Foi o comércio etrusco da mesma espécie do comércio grego, com o qual se confundia. Porém quer os gregos quer os etruscos caminharam para ficarem sobre o grande Império do mundo antigo. Os gregos esboçaram êsse império com Alexandre, mas, uma vez dividido, não se reconstituiu êle com a Grécia: não havia pois o que a levasse a insistir nêle. Mas levam os romanos insistência de fundarem um império, razões de ordem econômica.

Há mercadorias que, principalmente naquele tempo, não se transportavam embarcadas, e quero me referir às mandadas, aos rebanhos, às varas de porcos, às cavalhadas. Roma negociava pois com elas; e Roma é que as podia levar a África, valendo-se da Sicília. As vias de transporte são nesse caso outras que não o mar. Ficam mais por terra onde encontram pastos que alimentassem os animais de tanta serventia na guerra. A península da Itália, em tôda a sua extensão, é de alto a baixo o percurso da cavalhada que se destinaria às guerras em África.

Melhor que a península Ibérica atravessada de vales, e muito mais transitável que a Grécia, cuja topografia a torna, nesse caso, impraticável, a Itália, com uma facha de terra plana a se estender ao longo do seu território, era, das três línguas de terra lançadas do sul da Europa pelo mar a dentro, na direção da África, a mais propícia. E Roma, a cidade melhor colocada.

Entre tôdas as penínsulas mediterrâneas, tem a Itália ótimas condições para trafegar a mercadoria que na guerra lhe assegura a vitória, possuindo então Roma, além de centralizar as ilhas que circundam a península, o segredo de poder,

como nenhuma outra cidade, prolongar a guerra na África.

Primeiramente Roma venceu Aníbal que se removera para a Itália; depois o derrota na África. A cavalaria de que dispôs indefinidamente e que iria buscar a Turingia, e todos os recursos que a Europa havia de lhe remeter, fez que mesmo em terras africanas ela vencesse Aníbal, e finalmente Jugurta: vitória esta fatigante, mas certa.

A economia de guerra sempre lhe seria favorável: porque a contribuição que lhe chegava do continente europeu descendo no seu território, fazia que os seus contribuintes se interessassem pelo romano veiculador da produção deles. Não pôde, nem mesmo saberia servir-se dessa economia, e com esse regime econômico naturalmente não soube contar, paciente e demorado, Aníbal. Aquêlre regime econômico apoiado no latino, com quem se achavam em igualdade todos os povos vizinhos, tinha no povo romano um complemento para a atividade econômica desses povos europeus, que se retraíam pois diante de Aníbal.

De fato o cartaginês lhes era uma oposição, uma ameaça de força. Aníbal sendo só um exército, e não uma tradição econômica no seio da Itália, se viu isolado. Viveu da depredação. Da imposição de tributos: o que era uma situação insustentável. Porquanto Aníbal, com os seus soldados, tornara-se num consumo de recursos peninsulares sem prestar nenhuma retribuição econômica ao lugar. Ora este não era o caso de Roma: ela desde a sua formação foi uma cidade que se desenvolveu para servir o comércio etrusco, isto é, para ter função econômica peninsular.

Guerreando contra Jugurta, intrépido e astucioso, Roma dá os mais vacilantes passos na África, com surpresa geral. O livro de Salústio, acerca da guerra com esse terrível africano, havia de deixar claro, finalmente, os recursos com

que a Europa contava, ao fazer guerra no continente negro. As provações de Roma contra um régulo bárbaro, depois de ela ter destruído Aníbal e Cartago, deixam claro, mais uma vez, o que era, para a Europa, a guerra na África.

Mas dessa vez a consequência política da desmoralização dos generais patrícios, primeiro enviados à África, sem conseguirem logo uma batalha decisiva, fez entregar-se a direção militar ao povo. Mário, chefe do partido da plebe, vem general, e segue para a África levando porém como seu lugar tenente, a Sila, que em todo caso é patrício, fica encarregado das principais operações, e vai pois a Roma angariar cavalaria uma vez que, da facção dos patrícios que tinham a economia romana em mãos, obteria o que sabia levar a vitória na África, sim, aquêles recursos de guerra que eram os da Europa.

A pena que tendenciosamente descreve a venalidade romana na guerra contra Jugurta, acontece seja a mesma que descreveu a luta contra Catilina. Via Salústio em Roma, a corrupção, o descalabro dos costumes, sem talvez enxergar a política necessária naquele momento, fôsse ela qual fôsse. Na verdade Salústio descreve as pessoas com a acuidade de um grande psicólogo: daí o retrato de Catilina como nem Cícero pintou igual. Esse descrever com inimitável sutileza, vinha mais a propósito de uma vida mundana brilhante, refinada, embora de pouco valesse em política. O que não interessa ao político, está traçado no retrato do psicólogo; e o que está finamente traçado no caráter retratado por Salústio só interessa à finura de espírito, à sagacidade da alta sociedade sarcástica, e crítica de tudo e por tudo.

Mas o próprio Salústio que usara de todo veneno da sua imaginação com os homens, como que não quer ver entre-

tanto que a guerra da Numídia, como também a dos Gállos, em que se illustraria Cesar, fossem demoradas, cheias de imprevistos cuja importância não se pode desconhecer; não eram pois muito da sua intenção esclarecimentos nesse sentido. Ao contrário. Assim êle ia repetindo o que ia dizendo a malícia do povo acêrca da guerra com gauleses:

“Por êsse mesmo tempo os nossos capitães Q. Cipião e M. Mânlio pelejaram mal contra os Galos; com o que estremeceu tôda a Itália. E desde então, até hoje, tem ficado em provérbio entre os Romanos, que se prostrando tudo ante o seu valor, com galos se deve combater não pela glória, mas pela salvação.”

Salústio antes avivou uma chaga aberta com êsse dito, que foi buscar com o povo. Se tinha êle afinidades com a gente fina quando escrevia, quer dizer que criava literatura para essa gente. Um gênero que não desapareceria mais, e, naquêlo tempo, em Roma havia ambiente propício para êsse estilo de História.

Mas num ambiente elegante, corrompido, fazia-se mister uma reação: o “encantador” Cesar é que a trouxe. Era o homem indicado para naquele meio tomar em mãos a necessidade de moralizar um povo, uma sociedade que se tornou descrente e amoral. Paradoxo ou reversão de tudo ser êle que viesse fazer isso. Tinha, porém, as qualidades: imaginação, inteligência excepcional, persistência, golpe de vista para se aproveitar daquelle estado de confusão, abstruso. Era preciso restabelecer o poder em Roma pondo-o a salvo acima daquela corrupção elegante.

Mas em vez de encarar o problema do poder entre os romanos, naquela ocasião, interessa falar do historiador de inquebrantável austeridade: Tácito.

História grave, Tácito

Tácito escreveu a história a que podemos chamar gênero grave: mas a gravidade é então todo especial. É como que um desdém imenso do historiador pelos imperadores romanos: — “Augusto, para melhor segurar-se no poder (diz Tácito), nomeou pontífice a *edil curule* a *Cláudio Marcelo*, filho de sua irmã, apesar de seus poucos anos.” Há na maneira do historiador se referir a Augusto, o desprezo de um aristocrata por uma personagem usurpadora do poder, em que esta se quer segurar de todo modo.

Conclusão importante a respeito dêsse gênero de história: êle representa aversão.

Mas a aversão é aí um despeito, e já Montesquieu lembra como êsse sentimento existia no fim da República romana, ao decaírem os patrícios: aversão que se tornou maldizente.

Cesar, no poder, como imperador, a aristocracia patricia conseguia viver discreta e acomodada. Os que pensaram em rehabilitá-la, eliminando do poder o ditador que a constrangia, entretanto des-nortearam uma vez Cesar assassinado: “Brutus e Cássio (está escrito em *Grandeza e decadência dos romanos*) dão-se a morte com precipitação que não há quem desculpe... Catão põe termo à vida no fim da tragédia... Formulem muitas explicações para êsse costume de se suicidarem propagado entre os romanos, mas o progresso da seita estoica é que encorajava a isso... — enfim veja-se nesse heroísmo a grande comodidade da pessoa terminar, no momento aprazado, o papel que representava no mundo.”

Tácito, vindo muito depois dêsse momento de rude confusão, é ainda homem apegado ao passado, vive em uma sociedade afeita ao que se extinguiu. “As grandes famílias (descreve então Boissier), despojadas em parte dos seus pri-

vilégios políticos, pensavam entretanto em se distinguir do resto dos cidadãos, mantendo certa posição pelo fato de levarem uma existência opulenta.” Entre essa gente, Tácito sentia-se homem de imaginação em uma sociedade que o compreendia. Era êle de falar, diz Boissier, uma linguagem apurada, e como mais tarde falaria um Chateaubriand, na França considerado romântico, ficando conhecido nas letras como o grande vulgo do *romantismo*.

É Tácito de uma sensibilidade fina que o torna, por certo, pessoa elegante e agradável para os que convivem com êle. Um encanto especial há na sua altivez, uma serenidade e distinção, principalmente porque seguida de uma consciência elevada que o escritor tinha de si. Homens assim acabam de uma psicologia especial. Têm êles impressão grandiosa da solidão, em que se dizem abandonados quando na verdade vivem na mais agradável convivência, constantemente falando de seu isolamento. Daí um sentimento próprio dos inativos diante da Natureza. Falta-lhes na vida a atividade? Por isso falam pois em solidão, e na grandiosidade da Natureza, que para êles é a solidão.

A história de Tácito, um aristocrata supõe uma arte consumada de evocar o ambiente grave e misterioso em que os fatos ocorrem. Por vêzes Tácito se refere à lua que “torna a mostrar-se radiosa e brilhante”, para os germanos estarem reunidos em assembléa decidindo dos seus negócios maiores: “Reunem-se (descreve o historiador), a não ser que os convoque acontecimento súbito ou fortuito, sempre que a lua se dá a ver nova ou cheia... Êles não se guiam pelo número de dias, mas pelas noites, usando delas para tudo emprazarem, e assinalarem o que fazem.”

Ou então é ver Tácito a dizer a respeito de *Druso, filho do imperador Tibério*, acompanhado de algumas pessoas,

enviado por seu pai mas sem saber o que fazer diante das legiões de Panônia, sublevadas: “Um caso imprevisto moderou os excessos da noite, que já parecia ameaçar com horrorosas maldades. Estando o céu claro e limpo, começou a escurecer a lua de repente. O soldado ignorante olha êste sinal como infeliz agouro; e atribuindo sua causa aos sucessos presentes, persuade-se que só poderá sair bem de suas pretensões, se a deusa se tornar a mostrar-se radiosa e brilhante. Por tanto entram a fazer grande estrépito com instrumentos de bronze, e a tocar buzinas, e trombetas; e a proporção que a lua ou se tornava mais clara, ou mais se obscurecia, mostravam a sua alegria ou terror. Porém tanto que as nuvens mais grossas lhes roubavam a vista, e por fim se viam nas trevas (por isso mesmo que a imaginação uma vez aterrada, fica mais disposta para adotar tôdas as superstições), principiam a crer que eternos castigos lhes estão preparados; e se lamentam de que até os deuses se horrorizam dos seus atentados.”

Êste assunto, êste modo de escrever, esta impressão misteriosa que se tem da lua, algum dia estará nas páginas d'*O Gênio do Cristianismo*, linguagem de evocar grandezas passadas, e que se repetirá mais tarde no romance *Salambo*, princesa cartaginense de quem Flaubert fez a personagem de um livro de grande evocação.

Na literatura moderna há de encontrar-se o tom de Tácito desde Chateaubriand, de quem diz Nabuco: o seu estilo “tem escalas conhecidas, a severidade do Castelo de Combourg, os últimos esplendores de Versalhes, a Convenção e o Novo Mundo ainda selvagem e virgem, a glória deslumbrante de Napoleão, a beleza de Mme. Recamier, a admiração universal pelo seu gênio e por sua pessoa, o sonho da grandeza francesa reconstituída... Sua vida corre sempre

como o Tibre entre grandes recordações.” Quer dizer: tôdas as características do aristocrata; o orgulho extremado e o afêro incondicional ao passado. Mas dois grandes sentimentos então ostentam os dois escritores, Tácito e Chateaubriand: o de regresso a uma época que já se foi, lastimando êles por verem-na desaparecida, e como que uma grave soberba por serem de um tempo que passou e a que se sentem apegados. Com isso, uma censura ativa ao presente. Com isso, os aristocratas que perdem para uma revolução, terem uma linguagem significativa, linguagem dêles, em que o passado ainda se conserva de pé como que numa ressurreição para afrontar o presente.

Uma dramática e surpreendente descrição dos fatos passados e do ambiente em que ocorreram, então impressiona pela arte de descrever sobremaneira sugestiva. Isto já era romantismo no tempo de Tácito, e foi arte de evocação do passado. O romantismo pode-se dizer que surgiu dessa linguagem de aristocratas e passou êle para a História. Êle é, em França, diante do presente decepçionante que trouxe a Revolução francesa, a atitude de querer evocar, reconstituir o passado e sobrepô-lo ao presente. Ora o próprio Nabuco quando escreveu *Um Estadista do Império*, fêz o mesmo. Estava na mesma situação dêsse Tácito, ou daquele Chateaubriand. Daí traçar Nabuco os caracteres das figuras do passado com um vigor nunca visto no Brasil. Por vêzes manter um silêncio frio quanto ao presente. Daí, com a força de expressão em que se percebe maneira especial de recompor o ambiente em que transcorreu a monarquia extinta. A idéia de austeridade com que os monarquistas no Brasil se mostram, durante a República, reservados, sem se exporem à pequenês da política de todo dia, toma vulto, e esta é pois uma atitude como a que já tivera Tácito. O historiador bra-

sileiro também praticou o romantismo em História.

Há pois historiadores cuja linguagem é maravilhosa pelo tom altivo do aristocrata que perdeu o poder político, e ela se torna imbuída de um sentimento elevado mais expressivo do que quando êles falavam para exercer o mando: é uma linguagem refletida, uma linguagem sentimento austero e que não desce da elevação da altivez de quem a fala.

Ê uma linguagem a dizer mais das pessoas que dos acontecimentos.

Os historiadores assim manifestam uma deficiência: não acompanham o curso da História sempre em movimento, e que não faz pausa; e êles a fazem. Pecam pela soberba. Param diante do que ficou para o passado. Mais humanos, compreensivos, seguem o curso dos acontecimentos, em Roma, Cícero e Políbio, em que pese êsse último ter sido grego.

Cícero e Políbio

Os historiadores graves constituíram verdadeira oposição à política dominante no momento. Eram uma reação de aristocratas a subsistirem derrotados, ainda de pé sôbre os despojos das posições políticas. O mesmo que acontecia com os estoicos. A linguagem dêles é que toma expressão especial.

Tito Lívio, entretanto, já teve a respeito de Roma a idéia de uma excepcional predestinação, crendo êle na grandeza do povo que historiava. Mas o êxito das nações nunca se explica pelo povo que cada uma delas ostenta, e sim pelas circunstâncias gerais, pelas causas gerais, que favorecem os povos, pondo uns em face dos outros em situação propícia, explicando-se dessa maneira o desenvolvimento da História Universal.

Cícero e Políbio não quiseram exaltar a grandeza do povo romano, pelas quali-

dades dos romanos, mas pelo equilíbrio político que principalmente o romano representou a um dado momento no mundo. Com uma grande compreensão política, viram que nesse equilíbrio assenta o destino dos povos: Cícero atinou que seria êle, dentro de Roma; mas Políbio, internacionalmente. Dêsse equilíbrio é que fazem provir a formação nacional. Não foram malignos como Salústio, nem como Tácito.

Duguit se refere à nação dizendo que é a consciência existente em uma dada época, entre os indivíduos de um grupo social (havendo então, íntima e profunda interdependência entre o território e a população que o habita, pois somente a custa de um território próprio haverá nação); mas acaba advertindo existirem grupos sociais não constituídos em nação, embora haja, unidade de consciência entre os indivíduos. “Esta unidade nacional será tão mais forte, acrescenta Duguit, será (se assim é possível dizer) tão mais indefectível quanto as lutas mantidas para realizar essa unidade forem mais longas e mais duras.” Mas neste caso uma competição externa estimula a união interna das nações; então, a possibilidade de lutarem seguidamente (o que lhes faculta a posição geográfica) é que mais intensifica a consciência nacional.

A força política de coesão despertada nas lutas com outros povos, força essa que em Roma teve expressão como poucas vezes no mundo, se consubstanciou no exército, e estava representada de maneira geral no soldado. Êste exército romano se criou, pois, a par do desenvolvimento do espírito político dêse povo. Formado conjuntamente com o espírito político do romano, êsse exército por vezes se deixou arrastar nas questões sociais e se mostrou **revolucionário**, e político, mas subsistia os motivos internacionais que re-

faziam êsse exército depois dêle por diversas vezes sucumbir nas lutas sociais internas. Êle era em Roma um Proteu que retoma sempre as forças, ao cair em terra.

Com Sila e com César, vemos em Roma a transição do poder militar, que, deixando de ser revolucionário, se tornou no esteio das instituições políticas, e o título político máximo ficou sendo um pôsto militar: *Imperador*. Com os Gracos se dera o contrário: o poder militar fôra o elemento da revolução, principalmente quando prometem a redistribuição de terras entre os soldados, provocando assim a subversão da propriedade, e a desorganização social. “A repartição de terras (escreve Rostovtzeff, referindo-se à Roma), e consequentemente a restauração da classe campesina com o exército, constituia ao mesmo tempo o ponto de partida e a meta da reforma, tanto quanto a instituição de um governo popular, sob a chefia de um único homem; sequela necessária de um tal movimento revolucionário. Não seria de estranhar que os colonos e o proletariado sem terras prestassem aos Gracos entusiástico apôio.” (*História Social e Econômica del Império Romano*, cap. I, vol. I).

Resultado: “a grande crise do Estado romano não foi vencida pelos Gracos. A ação dêles não logrou sequer uma repartição satisfatória da propriedade territorial, e muito menos uma transformação do Estado romano e uma ressurreição da classe campesina romana. O Estado constituído pelos homens do campo, romanos, não podia ressuscitar: estava morto para sempre.”

Questões sociais, primeiro; e lutas políticas, que sobrevêm. Por fim se desajustam as duas, tornando-se como que independente a segunda. “Se há lutas civis (escreve Henri Sée), nitidamente caracterizadas, havemos de convir que são revoluções. Pois bem! Até hoje a

história não tem lembrança de nenhuma revolução que se mantivesse, para falar a verdade, como luta de classes antagônicas. Tôdas, mesmo as que se iniciaram provocadas por motivos econômicos e sociais, tiveram essencialmente um caráter político, visaram, logo de entrada, a transformação profunda do poder político existente” (*Materialisme Historique et interpretation économique de l'histoire*. Pg. 106). Mas Henri Sée acaba assim do lado dos reacionários, que brotam sempre das revoluções. Joseph de Maistre começou por dizer que a Revolução francesa se tornou na salvação da França e deixa ver que já era reacionário Robespierre. E Joseph de Maistre é o reacionário dos reacionários. É o reacionário-espécime. Não está longe dêsse espírito reacionário Tocqueville. A rease por em questão a salvação do poder político considerado em risco de desaparecer e posto em situação de salvação. Discute-se então êsse poder pelo que êle é imprescindível mas cuidando-se do estado de emergência em que se está logo se põe de lado a questão social. As revoluções são momentos que vêm para se por em questão a salvação do poder.

Os Gracos, querendo se valer das lutas civis, agravaram a situação de Roma. “Dêste modo “conclui Rostovtzeff), a luta que os gregos iniciaram como campanha para a restauração do Estado rural e que fora sustentada pela massa dos proletários e campônios pobres, sob a bandeira da “repartição das terras”, converteu-se em uma luta para refundir completamente o Estado, e para conservá-lo com uma organização melhor adaptada às necessidades de um Império universal.”

“L. Cornélio Sila, um dos grandes generais romanos da guerra “social”, foi o primeiro a perceber o novo aspecto da luta, e a se utilizar, em proveito próprio, do que havia de novo na vida política de Roma. Eis a idéia que abraçou fazendo

acirrada guerra contra os defensores de programa dos Gracos: quer “conter a Assembléia política de Roma, presidida pelos magistrados, mal dominada pelo proletariado da cidade”; quer “restaurar o antigo Estado de aldões” — o que era “a adaptação do governo da minoria Senatorial às necessidades do Império.”

Dois elementos então se associaram: o exército e o senado. “O novo Estado devia ser uma restauração do antigo, uma restauração do Estado constitucional de período republicano, porém, ao mesmo tempo, nêle incorporar-se-iam os instrumentos principais da revolução, o exército revolucionário e o seu caudilho.”

A solução ainda apresentava as suas dificuldades. “Os predecessores de Augusto propuzeram diversas soluções para o problema. Uma, a de Sila e quiçá de Pompeu, e consistia em devolver o exército ao Senado exercendo o mando sòmente o generalíssimo, na qualidade de magistrado ordinário do Estado romano. Outra, que parece ter sido planeada por Cesar, inclinava-se a suprimir todo vínculo entre Senado e exército, pondo êsse sob a autoridade do magistrado supremo do povo romano.”

Assim se firmou o Império com o Imperador interposto entre o Senado e as forças militares, e para isso surgiu Cesar, e depois Augusto que lhe adotou a política.

Assim houve um novo poder em Roma. Distinto. Necessário.

Dois homens então vejo que souberam pensar: Políbio e Cícero. Políbio que ficou sendo o historiador da sujeição da Grécia a Roma; Cícero que se tornou no espírito conformado ao poder de Cesar, em quem êle vê a salvação. São inteligências que, dominando com larga visão o desenrolar dos acontecimentos, vão ao encontro das coisas para aceitá-las como elas haviam de ser.

Cícero estimulou o poder de Cesar, atendendo a que êsse poder se fêz necessário, e diz:

“Qual é o homem tão ignorante das coisas (oração *Pro Marcello*), tão neófito em política, tão incapaz de refletir a respeito do seu próprio interesse e do interesse da pátria, que não compreenda a sua salvação prende-se à tua, e que da vida de Cesar tão somente depende a vida de todos os cidadãos?” — dizia êle dirigindo-se a Cesar.

— “Caio Cesar, é a ti somente que cabe restabelecer tudo que a guerra subverteu e extinguiu, recompor a organização judiciária, fazer voltar a confiança, repelir a licenciosidade, favorecer o repovoamento...”

Talvez para salvar as aparências, e com a intenção de recompor o seu caso pessoal de quem representava o passado, quis Cícero conciliar (tão somente conciliar!), com a república do seu passado, o novo poder político: falou em recompor a organização judiciária.

E que havia de dizer Políbio da — Grécia em situação interna igual àquela em que caiu Roma? Diria o que mais tarde repetiu Rostovtzeff compreendendo os acontecimentos: “Simultaneamente com as guerras exteriores ardia nas cidades gregas, tanto na metrópole como na maioria das ilhas, uma interminável luta de classes, consequência do crescimento de uma displicente classe burguesa e do correspondente empobrecimento das massas. Esta luta de classes dificultou o desenvolvimento e *emprego* são do *capitalismo* e chegou a impossibilidade de uma vida econômica próspera nos Estados-cidades... Ninguém fazia incrementar a produção por meio da melhoria das condições de trabalho procurando conciliar e regular as relações entre o trabalho e o capital, mas ambicionavam a redistribuição da propriedade, o que

faziam levando o país à revoluções. Redistribuição de terras e abolição das dívidas, era o imemorial grito de guerra, já tão abertamente lançado no fim da guerra do Peloponeso para que os atenienses introduzissem no juramento dos heliastas, no ano de 401, uma cláusula proibindo pôr em votação semelhantes propostas.”

“As revoluções que caminhavam para uma tal partilha da propriedade, foram desastrosas para a Grécia. Revolução e reação se sucederam ininterruptas e se caracterizam pelo assassinio e expulsão dos melhores cidadãos. Inevitavelmente, os desterrados, ou bem que tentavam voltar a pátria e tomar vingança contra os inimigos, ou então imigravam para as monarquias orientais, na qualidade de mercenários, como colonos das novas cidades que os reis helenísticos fundavam em todo o Oriente...” O grito de democracia já era pois a volta à seu país, respeitados todos os direitos do homem. Mas aquêle estado de confusão punha o povo grego a fazer mal a si mesmo.

A fim de pôr cõbro a uma situação assim, é que Políbio aceitou o poder de Roma sôbre a Grécia.

Explicando porque Políbio aceita essa interferência do estrangeiro no seio de seu povo, Fustel de Coulanges escreveu:

— “As revoluções na Grécia não eram políticas, mas antes sociais, deslocando, não só o poder mas também as riquezas.”

— “Mudando assim de mãos as riquezas subsistia entretanto a mesma desigualdade social”.

— “Com isso “povo e aristocracia conspiraram contra a pátria desde as guerras médicas até a conquista da Grécia pelos romanos.”

— “A riqueza que nas modernas nações desenvolve a atividade, o trabalho, até mesmo a inteligência e as artes, incrementava, entre os Gregos, a corrupção e a guerra civil.”

Em um país desorganizado, o trabalho não mais frutificou, e o dinheiro se multiplicava nos negócios corruptos. “Era preciso então já ser rico para continuar a enriquecer-se. O dinheiro que fartava, era vicioso. “E com o dinheiro assim gerado acontecia o que Rostovtzeff apontaria como sendo “capitalismo insano”: aquêle que divide os homens e é empregado para uns prejudicarem os outros. Dai:

— “Como consequência um extremo antagonismo com a série de sangrentas guerras seguidas. Mas guerra que jamais trazia a unidade.”

— “Ora, como nenhuma cidade se achasse bastante forte para impor um governo absoluto, a Grécia jamais pode estar unida.”

— “O cidadão (decomposto internamente o Estado, que ficou sendo nada), deixou de pertencer à sua cidade; e passou a servir o estrangeiro, e derramou, por aquêle que pagasse, o sangue que ficaria devendo à pátria.”

— “O exílio, de que as cidades gregas abusaram tanto, sem prever os funestos resultados, ensinou então aos homens a viverem sem a sua pátria, e, por fim, a combatê-la. As prescrições, as guerras civis, a volta a sua cidade por meio da mão armada, habituaram pouco a pouco os gregos a verem as suas cidades como a um inimigo.”

— “Chamar a si os estrangeiros, fazer-se ajudar por êles, envolvê-los nas lutas das cidades, dos partidos, então pareceu legítimo a Políbio e aos Gregos.” “Os gregos jamais tiveram idéia precisa acerca de uma pátria comum, e o patriotismo dêle não saía dos limites da cidade.”

Mas, envolvidas na guerra civil, que afogava as cidades, tiveram as aristocracias gregas, empenhadas em se salvarem de fazer como “a aristocracia dos Veios, que, por temer o elemento democrático,

se inclinou para os romanos.” Roma entrou pois na Grécia pela porta que lhe abriu a política grega. A idéia de Políbio de se submeter a um povo mais forte, é uma idéia finalmente aceita por diversas vêzes. Idéia histórica.

A respeito de um tal estado de coisa. Boissier escreve: “é de ver que (os gregos, Políbio) sentiam-se felizes por fazerem parte do vasto império romano, protegidos por uma administração vigorosa contra a anarquia interna, e garantidos por valorosas legiões contra o estrangeiro: ninguém há de duvidar dos depoimentos da gratidão que o mundo prodigalizava a êsses senhores do mundo, os quais instalavam a paz por toda parte. Eis entretanto vozes discrepantes dêsse louvor geral. Havia pois no meio dessa satisfação de todos, quem se lastimasse, quem aborecesse os Romanos, quem fizesse votos e suspirasse pela ruína da *cidade eterna!* Há de pretar-se atenção nessas queixas, mas para lhes dar pouca importância, se observarmos que os descontentes vinham da Síria e do Egito, quer dizer, países que Roma jamais assimilou bem. Eram dessa raça inquieta de “pequenos gregos”, que se lançou em todo Oriente depois de Alexandre passar por êle, e que tinham os defeitos dos países em que eram recém-chegados, sem se desligarem daquêles donde vinham: gente presunçosa e insolente. Como estivesse ela cônica das suas qualidades, sentindo-se tão confiante, tão disposta, e tão capaz, se fazia superior aos romanos pesadões, cujo jugo estavam forçados a aceitar. Ao mesmo tempo que os lisongeava muito, não os suportava, e não se privava do prazer de os menoscarar tôda vez que o podia fazer sem risco.” (*La fin du Paganisme*, pág. 23 — II).

Com os gregos que eram sensatos, é que Políbio acolheu o poderio de Roma, e isto não foi desdouro nenhum. “Que

êle tenha amado a sua pátria (escreve Fustel de Coulanges), ninguém há de duvidar; a honestidade e elevação do seu caráter põe-no a salvo de toda suspeita de traição. Não no confundamos com Diófane e Calicrato, a quem êle reprovou tão asperamente a conduta. Serviu a seu país, e também a Roma, ao lado de Cipião Emiliano. Ousou disputar, aos rancores do vencedor, a memória e as estátuas de Filopomeno. Depois de Corinto tomada, recusou-se a se enriquecer a custa da ruína dos seus compatriotas. Quer nas ações como nos escritos, mostra-se sempre desejoso da felicidade de sua nação, preocupado com o futuro dela, e acabrunhado com as suas faltas. Pode ser que não lhe votasse grande apêgo; porém mostra-se sincero para com ela. O seu livro respira estima pela Grécia ao mesmo tempo que admiração diante de Roma.” (“Questions Historiques” — Fustel de Coulanges).

Assim como o Império se impôs no seio de Roma, apoiado pela força que os

exércitos romanos tiveram a custa das conquistas alcançadas sobre povos estrangeiros, implantando então o seu poderio em uma cidade anarquizada mas feita capital do mundo, viu Políbio que êsses exércitos também chegaram a Grécia bem acolhidos dos Gregos, por sua vez desejosos de estabilidade social.

Cícero e Políbio, os dois, explicam o advento do Império, cada um por seu lado, declarando-se êles partidários do govêrno misto que é a fórmula hábil de intrometer, quer em Roma e quer na Grécia, um poder político mantenedor da ordem. Políbio não via, no caso, o aniquilamento da Grécia pelos romanos. E Cícero e Políbio encontravam nos acontecimentos a salvação da ordem pública, muito embora o romano tivesse de se conformar com o sacrifício da *república*, sacrifício êsse não menor que o do Grego ao se submeter ao poderio estrangeiro.

O Império foi, para os dois, a grande solução política.

A RENASCENÇA E A HISTÓRIA

FEIJÓ BITTENCOURT

Política Maquiavélica

Quando, em 30 de agosto do ano de 1527, Cardona conduziu uma corja de soldados espanhóis abrindo brecha nos muros de Prato, aquela multidão, sedenta de furto, se precipita sanguinária por toda a cidade então a mercê do saque e dos bárbaros prazeres da escória. Mas isso fôra acordado com os Médicis, e assentado na conjuração tramada em Florença para na hora do assalto acudirem dentro da cidade os partidários dessa infâmia, aos gritos de *Palle! Palle!* E assim ficaria comprometida a República, e restaurada no poder a afamada casa de comerciantes que eram os ambiciosos Médicis, sagazes e já poderosíssimos. O primeiro cuidado do cardeal João Médicis, mais tarde Papa Leão X, e também de Júlio, irmão daquêle, foi o de ir, consumada a traição à cata de Pedro Soderini e do seu Secretário.

Soderini ainda pôde refugiar-se em Ragusa, para mais tarde entrar em Roma exigindo lhe restituíssem os bens confiscados; entretanto a desgraça já lhe seguira de perto o Secretário, Nicolau Maquiavelo, que tinha caído na mão dos conjurados, para, acusado de conspirar, ter sido encarcerado, torturado, até que, depois de passados tantos padecimentos, a sua inocência fôsse reconhecida como límpida, restituindo-lhe pois Leão X a liberdade: mas isto depois de lhe descon-

juntarem os membros, seveciarem-lhe o corpo, e lhe humilharem a alma, para êle retirar-se discreto à cidade onde nasceu.

Convenceu-se certamente Maquiavelo, como todos que sabem das suas provações, de que a República, a que êle serviu, e com que sonhara, não era govêrno para aquêle tempo, e então o escritor florentino lançou em público um livro amargo a dizer a verdade, àcerca do que viu, sendo que nunca houve estilo mais preciso, e investigação mais apurada na pena de escritor. Aforismos desumanos eis que se encadeiam sem um hausto sequer de encanto: o que é próprio de um revoltado! Revoltado e não propriamente conformado; porque aceitou êle a sutileza do seu espírito a despertar a verdade para todos. O que disse resumem a política da época; mas era também a convicção do que escrevia acerca de uma fase de provações, que teve Maquiavelo de sofrer.

Ora êle, por dever de ofício, percorrer a Itália, a França, a Alemanha, e então se lhe descobriram, enquanto viajava, os negócios políticos com todas as particularidades, enxergando a índole dos príncipes. Compreendera pois com que contam os governantes para se apoiarem do mando, e estava certo de que se havia de alcançar o mando a qualquer preço: esta era pois a premissa para governar!

Que poder deveria governar o mundo? Um poder político derivado das circunstâncias; e é dizer-se quais essas circunstâncias para concluir-se acerca desse poder. O poder político já dissemos que há de ter formação distinta da situação social. Mas o que é social propriamente dito há de ficar diante do que é político, e em condições que tanto interessa ao homem saber. Um poder político que aponte, tornará o que é social contingente a ele. Mas que se não confundam as duas coisas.

Poder que se apresenta conforme o momento histórico, é esse poder político! Há sempre causa histórica que o prepara, e para qual já chamaram a atenção. Maquiavelo que não inventou a teoria do poder político dos príncipes da Renascença — o que não lhe daria o grande mérito de escritor — antes interpreta o que foi um tal poder em uma tal época. Mostrou ele pois ao que levavam as injunções históricas daquele tempo. Não impregnou a época de um espírito seu, a que chamaram maquiavélico; antes ele se inteirou das causas históricas da época.

Uma compreensão exata convence de que a História indica pois as coisas como vêm a ser de fato, e os homens que se agarrem, pois, às situações reais, pôsto que trá-las a História independente em parte da vontade deles. E é isso que fica para a ciência do Direito tirar as suas deduções: a ciência em que todos põem as suas esperanças de justiça, que nem sempre se registra na História.

De fato épocas há em que a História põe a claro o desaparecimento da justiça. Quis pois explicá-las Maquiavelo revolvendo-lhe a verdade crua de que todos se afastam a todo pano.

Pois nessas épocas se tornam ainda mais visíveis e distintas: a idéia de Estado, que é força política em sua essência, e a idéia de indivíduo considerado como elemento que se impõe necessariamente, mas chegando por vêzes a força daquêl

a constranger êste na sua legítima condição de ser respeitado na sua liberdade.

Querem pois, a fim de remover a coação, por parte do Estado, alijar com êle, desfazer a distinção existente entre Estado e indivíduo: como se tal fôra possível! jogar, à vontade, com os conceitos a respeito das coisas já o fizeram os sofistas. Querem repudiar o Estado como força que se impõe? mas quem o fizer há de perder-se em abstrações. E uns já falam em eliminar os Estados que existem realmente como expressão de força para substituí-lo por um Estado único, e que seja absolutamente uma situação de equilíbrio entre todos os indivíduos a viverem na terra. Por isso, um Estado universal. O indivíduo respeitado em sua integridade. Mas abolido o Estado força-política, uma vez que êle pode coagir o indivíduo, em lugar dêle imaginaram o equilíbrio entre todos os homens. É trocada assim a realidade por um sonho.

É dos sonhadores, que assim pensaram, o contemporâneo teorista do Direito, Radbruch, que no seu livro *Filosofia do Direito* escreveu: “A atual divisão do gênero humano em nações e Estados é uma casualidade histórica puramente transitória, porque da concepção individualista, logicamente, só podemos tirar um Estado cosmopolita que abrange tôda a humanidade, sem tropeçar no seu caminho com as nações. Portanto: “se o individualismo fôr coerente consigo mesmo, poderá chegar por ampliação das fronteiras do Estado, ao Estado universal; mas ao que êle nunca poderá chegar é a um direito internacional, concebido como uma “ordem jurídica”, que vigore entre os Estados ao acima deles”. Será possível, partindo do Estado universal, voltar às nações, concebidas como uma espécie de circunscrições administrativas ou como regiões linguísticas. Porém, para uma interpretação sistemática — e não diremos histórica — das coisas, a

nação assim construída só viria a ser uma realidade concebível depois de existir o Estado universal como obra dêle; nunca antes dêle, tal como atualmente acontece, por exemplo, com as municipalidades só concebíveis dentro do Estado atual. “A idéia pura do Direito nada se preocupa com a divisão da sociedade dos Estados”. (*Ob. cit.*, trad. port., página 281).

Ora a liberdade condição para o indivíduo, a liberdade que importa respeito ao indivíduo, ela por sua vez não desaparece senão em certas condições históricas. Uma condição histórica, uma causa histórica é que promoverá o seu eclipse. E uma causa histórica é sempre, em sua amplitude, uma condição capaz de afetar a sociedade. Uma causa histórica com sua feição de fenômeno geral que quando se reproduz traz tôdas as suas características, é que A. J. Carlyle assinala na razão dada por Maquiavelo para explicar a queda da liberdade nos Estados italianos da Renascença.

“Maquiavelo (escreve Carlyle), dissera que a nobreza territorial italiana levava uma existência incompatível com toda ordem autêntica de vida política (*vivere politico*), porque tal espécie de gente era inimiga de uma vida civilizada (*nimici d'oni civiltà*), tendo então acrescentado o escritor florentino que onde houvesse semelhante casta a solução tinha de ser a submissão a um rei absoluto. A história da Europa continental nos séculos XVII e XVIII oferece excelente comentário” (*Liberdade Política*, página 39).

A verdadeira razão da queda da liberdade no tempo da Renascença, Maquiavelo a apontou. Platão conheceu uma casta agrária em período de decadência posta em face de um elemento mercantilista a surgir: como na Itália. Platão ficou do lado dessa classe agrária tornando-se reacionário. Aristóteles não se apegara a ela e foi tomar posição his-

tòricamente já muito avançada, favorável ao mercantilismo. É que êle compreendia melhor a História.

Maquiavelo, como Aristóteles, compreendeu a sua época, e explicou o aparecimento do absolutismo na Renascença como a oposição a uma classe em decadência e que não podia mais se impor para que o Estado fôsse contra ela.

Como escritor êle o é de sua época; e tudo que disse de surpreendente convinha à época em que viveu.

Não fizeram pois justiça a êle, e culpam-no apontando aquilo pelo que não era êle responsável. Condenaram-no por condenarem a realidade dos fatos, que êle admitia. Condenaram assim a realidade, por êle abraçada e que êle assinava como significativa, e de que falava verdadeiro. Repudiaram assim a realidade e foram buscar o que não estava nela, para se abraçarem a uma tábua de salvação. Jogaram porém, assim a questão no vago.

Eis pois ao que chegam os que, fugindo do terreno em que Maquiavelo firmou o pé, ficaram na abstração, isto é, em um vazio tão longe da realidade.

A Itália da Renascença

A Renascença veio com Maquiavelo. Ela o trouxe; porém preparou o advento da nação moderna criando a denominação de ESTADO.

Na verdade se objeta que essa época a proporcionar grande transformação política, proporciona ao mesmo tempo o aparecimento de um espírito tão discutido, como o foi o secretário de Soderini.

Ora Maquiavelo era a Itália.

Mas enquanto a questão italiana, sendo local, ficou sem projeção fora da Itália, a Renascença sob o aspecto econômico, não deixava de se ampliar extensa, atingindo de um lado a Europa e se valendo, por outro lado, do Oriente,

cujas riquezas carregava. O desacôrdo político entre povo e Estado, se dava na Itália, lugar apenas de passagem de uma circulação econômica da qual se originou a força o poder político, daquêles que dominavam os Estados italianos. A palavra Estado surgiu em um meio onde vigorava êsse desequilíbrio, mas em que em todo caso, prevalecia a idéia de poder, pela qual o Estado principia a se manifestar; a necessidade dêsse poder se manifestar, Maquiavelo a pôs fora de dúvida. O seu livro pelo menos expôs um aspecto da questão. E é analisar *O Príncipe* para saber das circunstâncias históricas em que será pôsto o problema histórico da relação entre o *político* e o *social*, para se chegar a uma conclusão que ninguém há de desprezar. Maquiavelo explanou a solução que havia de ter êsse problema na Renascença, e na Itália.

Maquiavelo

Tácito fêz o mundo voltar os olhos para o passado de Roma, que êle evocava. Mas a História é transposição, é duração, é *elan* vindo do passado para atravessar o presente, continuando no futuro. “De fato (escreve Cassirer), uma nova compreensão do passado nos proporciona ao mesmo tempo uma nova prospecção do futuro que, por sua vez, se converte em um simples impulso da vida intelectual e social”. (*Antropologia Filosófica*, pág. 326). Mas não foi bem isto a compreensão de Tácito.

Ora a História encontra, no que já aconteceu, a explicação do que há de vir. Essa ilação que vem do passado para o futuro, é que Tácito não procurou estabelecer. Nem cuidou de corrigir os erros do presente. Enclausurou-se, com um altivo espírito de aristocrata, na tradição. É um dos primeiros escritores que fêz sem comedimento praça da tradição.

Cícero e Políbio vieram ao encontro do presente, que era para êles o Império; Tácito, não. Ora Maquiavelo é que foi escritor do presente.

Lembra Maquiavelo, por sua vez, que há seis formas de govêrno, sendo três más, e as outras, por si mesmas, boas: porém suscetíveis de se tornarem más. As três más são tão parecidas com as boas que se dá a passagem de umas para as outras quase que sem se perceber. E diz ainda êsse escritor: “A corrupção é tão factível que um legislador instituindo qualquer das três, o fará por pouco tempo se não usar de bastante precaução para impedir que degenera na perversão da boa forma de govêrno. Tal é a vizinhança do bem e do mal”.

Era entretanto preciso discernir as aparências, que se confundem. Talvez o princípio de que o fim justifica os meios, lançasse alguma luz no caso, e uma forma aparentemente má fosse boa. Mas o pessimismo do escritor que foi Maquiavelo, era a toda prova. Êle como que descrevia as formas de govêrno, que são tôdas “desvantajosas”, umas “por terem pouca duração; e as outras, pela malignidade da sua índole”.

A instabilidade de tudo, a perversão, e o desaparecimento de tradições, é que fêz Maquiavelo pensar assim diante do estado de coisas que êle conheceu na Itália.

“Um legislador prudente (êle em todo caso adverte), que saiba dos defeitos de cada uma das três formas de govêrno, interessar-se-á por tôdas três estabelecendo um regime misto de tôdas, o qual será mais firme e estável porque cada um dêsses três poderes vigia e serve de contrapêso aos outros para que não abusem”. O que êle conclui quando faz esta referência às formas de govêrno, êle conclui com todos os escritores que disseram o que êle repete, e cuja autoridade Maquiavelo, como erudito, toma em consideração.

Montesquieu daria um grande passo na teoria do equilíbrio, que êle estende até o Direito Público com a teoria dos três poderes harmônicos. Fala em equilíbrio formado gradativamente com o desenvolvimento das funções públicas que se definem com o tempo, e a que Montesquieu chama poderes. O autor d'*O Espírito das Leis* encontra essa formação na Inglaterra a medida que se desenvolve o governo e a administração pública inglesa.

Isto já representa uma afirmação especial âcerca do Direito e da sua formação: e importa uma circunstância além do fato político, a influir no desenvolvimento dêle.

Mas um equilíbrio então não havia na Itália: antes um desequilíbrio; o desequilíbrio de uma transformação. Maquiavelo, conhecedor do seu país, sabe que um fato político, isto é, uma fôrça a se impor de vez derivada das correntes econômicas a atravessarem a península irrefreáveis, tornando obsoletos os velhos elementos como a classe agrária: se faz aceitar irrecusável. Ora nesse caso chegava-se a uma política de violência, aliás violência na verdade transformadora. Mas essa transformação havia de representar um fim. Maquiavelo sabe, pois, que tinha de esperar que essa política na Itália esboçasse êsse fim no sentido do qual êle já procurava orientar.

Porém històricamente há épocas para tudo. Até há épocas de violência. E tem-se que as atravessar assim.

Nesse caso a violência para certos momentos é eficiente: logo se escrevesse um tratado lúcido a respeito dela. Foi o que Maquiavelo fez.

Voltando-se ela para o passado, e para colher observações que se entendessem com essas épocas de excepção a que passou a se referir, dizia Maquiavelo revolvendo a História de Roma: "tantos fo-

ram os sucessos ocorridos, com o antagonismo entre a plebe e o Senado, que o acaso lhe deu o que não lhe deram os legisladores". Deixar pois de lado os que legizam. Não esperar que se implante o que a sabedoria, a sensatez, o espírito pacífico e justo do homem há de ditar: porque nem sempre a época está preparada para o receber. Não esperar pelos homens assim, mas por outros que condigam com a ocasião; e dêles então esperar tudo, esperar o que viria sòmente deles a aparecerem para praticar a violência. E confiar em que, com homens assim, ainda volte a ordem social, feitas as contas a fazer na ocasião, solucionado o "caso" — expressão que anda na bôca de Maquiavelo.

Na confusão interna a que chegou a Itália de fato não havia mais tradição, justiça, prudência que subsistisse. Pensar então em alguém que tomasse iniciativa naquêle estado de coisas: Maquiavelo fala pois da psicologia e da espécie de homem que devia dominar.

Florença sem mais equilíbrio interno tinha de aceitar o que se recomendava no livro, *O Príncipe*. Fala Maquiavelo em reagir pela traição: olhem que digo reagir. De fato êle escreveu conselhos que se dão à puridade, e que trouxe êle à publicidade em um livro inesquecível: talvez o seu pecado seja o pecado de ter escrito o livro: o pecado de escritor...

Mas publicada uma obra que se crivou de tanta crítica no decorrer de séculos, ela pareceu a alguns a única confissão de métodos políticos incompatíveis com povos de vida normal. *O Príncipe* é de fato um livro violento, mas proveniente de um estado de coisas especialíssimo, em que se chegou a extremos. É um livro fora do Direito? É o livro mais grave acêrca de "medidas de excepção". Livro histórico. Um livro que se deve compreender para fugir ao estado de coisas que deu origem a êle.

Em um estado de coisas todo especial, o poder que êsse livro preconiza é um fato político irrecusável. É uma expressão de momento; e tira a sua força das circunstâncias da ocasião. Vale o que intercorre favorável a êle. No fato político pode sobressair o interesse pessoal de um indivíduo, o de uma casta: mas um interesse que se apresente com expressão de domínio. Será às vèzes o interesse de um povo por uma posição geográfica. Com os romanos, será o interesse de predomínio do povo romano a governar o mundo inteiro, domínio que se explica pelo poder das armas romanas dominantes sôbre todos os povos do mundo, atendendo-se à extensão em que a humanidade estava projetada na terra, na era romana.

Já na Itália da Renascença o grande domínio exercido, por exemplo, na Europa representa antes o advento de uma classe opulenta espalhada por diversos países e que trazia a mercadoria do Oriente levando-a à tôda a Europa. Um poder de uma casta de comerciantes que influa nos governos de Itália. O fato de expressão política é o advento dêsse comércio.

É preciso se ter como distintas, até mesmo na teoria do Estado tão intimamente relacionada com a História para prestar ótimos esclarecimentos, duas espécies de ocorrências.

Uma é o fato político, aquêlê que vale como expressão de força e já nos temos referido a êle para assinalar a sua expressão especial. Exemplo de fato político com a sua significação sobremaneira especial: o Império Macedônico. É o advento dêsse império fato histórico de ordem internacional e que dita uma nova expressão de Estado, como o é a monarchia de Alexandre. As condições gerais que num dado momento facultaram a vitória de Alexandre, é que explicara o poder do filho de Felipe da Macedônia. O momento dos elementos necessários es-

tarem reunidos é que explica êsse poder. Êsses elementos que permitiram a Felipe e a Alexandre fazerem a guerra como a fizeram, alguns de ordem material e que representam uma oportunidade, prepararam a ocorrência do fato político.

Será incluído como fato político o exército norte-americano da Independência com a soldadesca sem querer se desincorporar, depois de cessada a luta, alegando que, com tantos serviços prestados à pátria, ser-lhe-ia de miséria o dia em que, desligado o soldado da tropa, então se visse desajustado da vida civil, sem ter como ganhar o pão de cada dia.

A alegação era a ameaça de rebelião, e a rebelião seria a catástrofe da força insopitável, no momento, que submeteria a sociedade à sua vontade, ao seu capricho, às suas depredações.

Esta força que se manifesta de momento, que representa uma circunstância de momento difere muito do fato social, que passou a fundamento da chamada história social, e que talvez pela primeira vez fôra pôsto em pleno relêvo pelos juristas como Savigny, um dos fundadores da Escola Histórica do Direito a que tanto influiu em Alexandre Herculano, renovador completo da História de Portugal.

Efetivamente Washington, à frente das forças que êle continha ameaçadoras, teve de solucionar a questão de momento atendendo às circunstâncias especiais. Quer dizer que êssas circunstâncias é que se impunham.

Obteve um pacto com os Estados norte-americanos ainda a constituírem uma confederação: mas a promessa, por todos feita, de contribuírem com uma certa verba, meio com que manter a soldadesca, não foi cumprida.

A dificuldade em obter meios, e estando a faltarem com o prometido, levou Washington a um ato de poder absoluto, de soberania, e êle cuidou de que lhe

aprovassem uma constituição para arrecadar êle impôsto em todo o país, a pat dos Estados constituídos.

O ato de Washington, ato irrecusável de poder, é um fato político. Dêle decorreria tudo mais. Com êle se conformariam os Estados Unidos da América do Norte.

Esse ato de Washington representa uma intercorrência política a incidir na sociedade norte-americana.

A circunstância especial de uma fôrça, no momento incontestável, e que tinha de se impor em proveito próprio, era um fato político. Fato político: Tamerlão que se firma na Europa! Fato político é então aquêlo a que todos hão de respeitar pela sua significação casual. Vale pela situação. E é ver que êle se torna diferente do fato social, que se insinua, se implanta, se desenvolve de maneira muito diferente, interessando mais ao indivíduo, do que se valendo da situação.

Um tem a data do acontecimento pela qual se manifesta: pode-se-lhe as vêzes marcar até o dia e a hora. O outro representa uma necessidade social, a tomar expressão lentamente. Representa uma adaptação de fatôres de natureza diversa, uns de ordem material e outros humanos que se ajustam e se compõem no decorrer do tempo sem deixar ver em que dia, se êle, a se formar, atravessa a seqüência de tantos.

Os dias então como que ficam esquecidos para se ter em mente a imagem de um conjunto dêles: não se leva em conta um momento, porém, um lapso de tempo.

Porém a imposição dos soldados americanos foi um fato, com dia e hora.

Acontece que depois de Washington atender a êsse fato político, de que procedeu em parte a constituição federal norte-americana, é que a tradição, as instituições sociais existentes vieram do passado e se recompuseram com êsse fato político que instalou o poder nos Estados Unidos. Coisas de natureza diferente

então se encontram repondo-se umas ao pé das outras.

Façam-se então as seguintes considerações: — Há de fato um poder político, aí manifesto, e com que se ajustam e compõem os elementos sociais! Estava em vigor na época da independência dos Estados Unidos a teoria de Montesquieu, que avistou no govêrno inglês o equilíbrio entre os três poderes — legislativo, executivo e judiciário —, tomada como base da constituição norte-americana. Os Estados Unidos adotaram uma constituição em que ao pé do poder político conduzido por Washington à frente da soldadesca da Independência, ficaram os outros elementos de govêrno, que o país já conhecia. Muita coisa do Direito inglês, vinda do passado, integra-se na constituição escrita pelo fato de representar o costume. Nesse caso o passado, a tradição reviveu pelo fato do povo estar habituado a ela. E a formação histórica existente não desaparece. Nem se trata tampouco de um fato político a prevalecer sôzinho.

O poder político representa pois o Estado na sua expressão mais alta, traduzindo êle ocorrência mais importante, e que logo se impõe por si no seio da sociedade: daí relacionar-se a soberania, que é a expressão do Estado, com essa ocorrência máxima.

Poderes que representam a tradição, o costume; poderes que trazem a sua significação de uma ocorrência política. Burgess, publicista norte-americano de notoriedade universal, nota a expressão dos poderes. Dirá que em um Estado monárquico (em que a soberania estará com o monarca) pode haver poderes de origem diferente. E se refere êle à soberania do Estado atendendo à origem dos poderes que pode ser muito diferente.

Já se tinha a idéia de govêrno misto, em que houvesse o que fôsse próprio da monarquia, da aristocracia, e da democracia: elementos das três espécies de

governo juntos. Porém Burgess vai ressaltar ao pé dessa forma de governo composto, a idéia de soberania que não fôra posta com clareza desde a antiguidade.

Falou-se primeiro em três formas de governo, tateando-se a respeito delas e perguntando-se qual a melhor.

Depois já se admitiu que as três se recomporiam num sistema misto, preferível.

Mas por fim presta-se atenção a respeito da origem histórica de cada elemento desses, de origem diferente.

Burgess já teria atentado na diferença de situação dos elementos de governo, e via pois na distinção entre o político e o social, a origem da diversidade.

O órgão que se apresentasse com a força política máxima, no momento, daria expressão especial ao Estado a se caracterizar como soberano. Os outros elementos de governo proviriam da necessidade de existirem e teriam paulatino desenvolvimento próprio, acabariam representando o hábito da função que exercessem, e seriam criação do costume. Mas eis que a palavra Estado, antes empregada para designar uma classe social — *states* — passa a significar o poder político. Eis pois um termo que muda de sentido. E como, por sua vez, passa êle a se referir a órgãos de governo diferentes conforme a condição política do momento?

Quando se pensou em codificar o Direito Civil, o que deu origem ao Código de Napoleão, êsse Direito passou a ser considerado como criação da lei, como ato de soberania, e uma vez decretado pelo órgão da soberania, estava para ser cumprido. E supôs-se que a sociedade havia de ser o que decretassem. A obrigatoriedade do Direito, estava em ser decretado. Entretanto não basta um Direito se tornar obrigatório. Êle há de vir ao encontro da sociedade e das suas várias expressões. O Direito não é entretanto o que o legista supõe que seja o

melhor, o mais perfeito: será o que convier à localidade, à vida social no momento. Savigny repele um Direito privado que decorresse da lei, proviesse somente da Soberania, do poder político. Um Direito assim não representa pois a questão social que há de ter expressão própria, para que seja respeitada.

Savigny desfez confusões e mostra os verdadeiros fundamentos do Direito privado em um tempo em que o Direito público tudo confundia supondo a ordem social decorrer do que êle impusesse pela força política. Savigny é como que a grande ressalva a respeito da origem do Direito privado.

Êle dirá que essa origem está no costume, na tradição que a História revela, e se tornou num dos criadores da chamada "Escola Histórica".

Mas depois veio Thierry, conhecedor das idéias de Savigny, porém, imbuído da Revolução francesa, da teoria da soberania nacional e de que a grande força política está no povo. Sabedor de que as localidades são o povo e têm por sua vez espírito próprio, achou então de concluir que cada núcleo local era a célula que se inclui no organismo nacional formando-o para que tudo viesse das reações, das modificações dessa célula, não cogitando o escritor das injunções como as da política internacional, da eventualidade do predomínio de uma classe pela sua expressão econômica, o que aconteceu com a dos comerciantes na Itália da Renascença: enfim tudo que a História registra para que se tenha em conta, ilustra o fato político de expressão especial. Thierry criou pois grande confusão entre o político e o social.

Essa confusão é que tem levado a outras.

A Revolução francesa foi, pois, a confusão do social com o político, coisas que ela não vê mais distintas não percebendo a expressão própria do segundo. E a diferença entre Estado e Governo que

Burgess propôs se tornasse clara, está de fato no restabelecimento da distinção entre o político e o social.

— “Na Europa, Estado e Governo, escreveu Burgess, são idéias que presentemente estão mais ou menos misturadas e confundidas; e os publicistas andam com o pensamento comprometido na confusão que impera a respeito da exterioridade dos fatos.”

Diz mais:

— “Quem estudar com atenção o que se escrever nesse assunto, na Europa e América, descobrirá a meu ver que essa falha se deve: aos publicistas da Europa, por não distinguirem com precisão Estado e Governo; e aos escritores americanos que copiam demasiadamente os autores europeus” (*Ciência Política*, vol. I, pág. 88).

A existência do Estado se caracteriza por um fato político: êle surge com êsse fato e se firma com êle. As suas condições de equilíbrio social interno entram em ordem de consideração, mas primordialmente há de êle se estear em um fato político, o *fiat* que lhe dá vida. A par disso o equilíbrio social.

Para esclarecer como vem a confusão, Burgess escreve:

— Que os Estados se transformam com o decorrer das situações políticas. “Na transição de uma forma de Estado para outra, a base da soberania se substitui passando de um órgão para outro, acontecendo que o antigo corpo soberano, esteio do Estado que é soberania, não é mais no sistema novo que Governo. Serve de esclarecimento disso a História da Inglaterra a partir de 1066. Primeiramente o rei era o Estado ao em vez de ser o Governo. Logo em seguida os nobres é que foram o Estado, e o rei nada mais que Governo. Depois “os comuns” e que passaram a ser o Estado, e os lords e o rei simples partes do Governo. Pois bem: quando essa transformação da antiga para nova forma de Es-

tado se opera gradual mas seguidamente, não se pode marcar precisa e acentuada a linha divisória entre o antigo e novo sistema; e, como é natural, o que representa o antigo Estado fica sem ver a transformação, ou, pelo menos, não a percebe por muito tempo, enquanto então se vai submetendo a mil provas amargas. Expressa-se ainda com a linguagem de soberano. Ufana-se de sua púrpura, sem prestar atenção a que se lhe mudaram os trajes. Por sua vez a nova soberania se organiza lentamente acontecendo então que se organiza principalmente no governo, e só excepcionalmente fora dêle e acima dêle” (*Ob. cit.*, pág. 89).

E prossegue o publicista norte-americano:

— “A todo aquêl que estudar a ciência política é familiar a divisão de Estados, quanto à forma, em monarquia, aristocracia e democracia. Porém nem todos se lembram de os Governos na antiguidade estavam constituídos em correspondência absoluta com as formas de Estado, de modo que se confundiam, tomando-se uma coisa por outra”. Mas chegou o dia que Governo e Estado se apresentaram como questões distintas, “dupla ao invés de única. Devemos primeiro determinar a forma de Estado, em cada caso, para depois dizer da forma de Governo. Quiçá aconteça que Governo e Estado coincidam; mas nem sempre isso se dá, nem mesmo se deve desejar que aconteça, pois difícil seria na atualidade contestar-se a vantagem de um Estado democrático com um governo aristocrático, sempre que a aristocracia se fundar no mérito e não em qualidades artificiais. Se essa não é, chega a acrescentar Burgess, a verdade fundamental acerca de como devem ser os governos, por minha parte não sei como se deve praticar a República”. (*Ob. cit.*, vol. I, pág. 92).

Lembra Burgess que Aristóteles “falava da monarquia como forma de governo de um, da aristocracia como forma de governo da minoria, e da democracia como governo das massas”. De fato os gregos (e então os sofistas mais que Aristóteles) se apegaram somente à ordem interna da Grécia, à questão social, fazendo a pergunta de qual a melhor forma de governo. Do Estado propriamente não se cogitou, quando entretanto ele representa uma circunstância histórica se é um fato político que se impõe por si. Não há o que discutir diante do que há de ser, e vem na sua época. E para se referir a essa expressão de inevitável de um fato que se impõe, Burgess alude às formas de Estado dizendo: “Circunscrevendo-me ao Estado e tendo em vista ser ele diferente do Governo, definirei a monarquia como a soberania de uma só pessoa, a aristocracia com a de certa minoria, e a democracia como a da maioria”. Sim: questão de soberania não é por sua vez a da melhor forma de governo, e soberania é força política que se impõe com as condições históricas do momento, não é pois matéria optativa, como a melhor forma de governo. Uma ressalva: quanto à melhor forma de governo ainda se pode ter preferência, entretanto tal é descabido quanto a forma de Estado, desde que neste caso há o determinismo das circunstâncias históricas. A forma de Estado é pois determinismo do momento histórico; a forma de governo é que será adaptação, e o arbítrio humano pode contribuir para ela. Ora os gregos jamais vislumbraram essa distinção entre Estado e Governo, para falarem em preferência.

Mas Burgess se refere às revoluções como fator histórico da forma de Estado, e como expressão de força. “Na América, diz ele, existem condições muito mais fáceis para o publicista determinar a forma de Estado. Nosso Estado conta apenas com um século de existên-

cia e se estriba inteira e conscientemente sobre uma base revolucionária. A organização anterior ao ano de 1774 foi destruída de todo e não reapareceu na seguinte como parte do Governo continuadora das suas tradições de soberania. Então vimos o Estado se organizar fora e sobre o Governo”. (*Ob. cit.*, pág. 90).

Ninguém entretanto, perca de vista a distinção entre fato político e fato social, deduzindo dela tôdas as conseqüências elucidativas da História. De fato houve confusões a respeito. A própria Escola Histórica de Savigny, tão atenta no fato social de que provém o equilíbrio interno da sociedade, é porém uma corrente de pensamento do tempo da Revolução francesa, que subordina o político ao social, sem prestar atenção nas circunstâncias internacionais que cercavam a própria França em 1789, o que fez Alberto Sorel modificando então muito o sentido da historiografia sobre aquela época.

São pois coisas visivelmente distintas:

- equilíbrio social interno;
- equilíbrio político com a sua extensão internacional;
- e equilíbrio, ou antes, o ajustamento entre êsses dois elementos distintos, o político e o social, dêle surgindo o governo distinto do Estado.

A escola francesa errou levando em conta a vida local do município que Savigny devassara, mas para lhe dar expressão revolucionária e não evolutiva. Queria nela avistar a eclosão da revolução, a expressão de força do povo. A escola histórica alemã estivera adstrita a expressão de necessidade que representa o fato social, a se insinuar, a ter uma formação toda diferente. Ela encarou pois o município de maneira muito diferente. Viu as contingências que ele

atravessa. Essa escola soube aí acompanhar o desenvolvimento do fato social. Ponha-se, pois, o fato político em face do social, incluindo os dois em um sistema que compreenda ambos.

A Itália e Maquiavelo

O país em que viveu e escreveu Maquiavelo é pois a Itália em que vivera um Imperador como Frederico II, a quem chamaram um oriental; porque, voltando-se esse monarca de todo para o Oriente, de cuja economia se valeu para a sua independência política, fez que o repudiassem como europeu. Reprocham-lhe a moral corrompida pelo sensualismo e costumes asiáticos. Muito sutil é esse reproche feito: ora eis uma conduta de príncipe com explicação para quem descer às profundezas da História.

Esse príncipe e político irreverente com a política e com o pensamento europeu, estava esteado no sistema econômico oriental, então significativo para a Europa.

Ele sabia se valer do que tinha em mãos, estando entre a Europa e o Oriente, desfrutando dos dois continentes, valendo-se de um mas para irritar ao outro, independente que ficava entre eles.

Corrompido, interessado no Oriente; porém não submisso ao jugo oriental. Apenas lisongeador. Chegando entretanto com isso a interessar a Europa, que já o não tinha em mão: eis ao que ele chegara.

Quer dizer que os potentados italianos, como esse Hohenstaufen, podiam prender a Europa aos seus interesses, entretanto não dominá-la: apenas irritá-la.

A Renascença é de fato o brilho de alguns Estados italianos que se enriqueceram à custa do comércio com o Oriente, abastecendo a Europa. Com isto opulentos como ninguém, e a acudir

pressurosos aos seus clientes. Luxo e moral de mercadejantes apurados. Uma aparência solícita, amável; mas um caráter em que não confiar.

Ora já havia uma Europa com expressão própria aquém dos Alpes. Uma Europa com economia superior, embora cliente do comércio oriental. No tempo de Roma antiga é que ela se achava em condições muito diferentes, freqüentada por povos bárbaros capazes economicamente de viverem de qualquer maneira. Era uma região para receber o domínio do romano, que lhe usufruía as utilidades econômicas, e lhe não prestaria serviços de ordem econômica, imprescindíveis para viver. Também impotente, nesse seu rudimentarismo, de repelir o jugo de Roma.

Aquela Roma fôra um império; esta Itália de agora era, prestativa e diga-se assim sem que se pense no sentido pejorativo deste termo: prestativa!

As preocupações com a política internacional é que essa Itália precisava de manter, passando mesmo essas preocupações a frente da política de governo interno nas suas relações com o meio social do povo italiano.

“Aos soberanos e a seus partidários chamavam *lo stato*; mais tarde é que este termo tomou a significação da existência de um todo, de um território.” (A. Burckhardt. *La Civilisation en Italie au temps de la renaissance*). A Itália já inventava um termo que se applicaria mais tarde ao equilíbrio interno das nações modernas. Mas por enquanto ao equilíbrio que precisava de haver na Itália daquele tempo é que esse termo se referia. Havia, sim, o equilíbrio, o acôrdo entre o potentado e os seus asceclas. Um partido político e não propriamente um Estado. Mas o Estado deve ser mais que o partido. Porém não o era na Itália. Os partidos devem estar no Estado, devem se conter dentro do Estado, e não

absorverem o Estado, reduzirem o Estado a um partido, enquanto que o Estado e o equilíbrio maior, o equilíbrio da sociedade, no qual toda ação intercorrente deve se integrar: as razões de Estado podem assim decidir dos partidos, e nunca os partidos decidirem da sorte do Estado.

Mas como se dava o nome de *estado* ao que era o predomínio dos partidos políticos italianos, por sua vez eles eram considerados a expressão máxima de organização do povo. É que a Itália era toda partidos políticos. E por sua vez esses partidos italianos eram o movimento político que atravessava o país, eram a conquista de posição para usufruir da situação econômica internacional italiana. Ora nada do equilíbrio social interno do povo, a que se refere o Estado em nossos dias!

Encontramos documentação melhor da história social, por exemplo, na Bélgica, na Alemanha, onde o fato social aflora por si na vida nacional, e isto mais do que na Itália em que a política passava a frente e por cima do social, com os interesses pessoais dos que a chefavam. Uma literatura política em que se aponta o absolutismo, e mesmo a tirania, é então que nos legou a Itália, enquanto nos países do norte da Europa estava um povo burguês, sem escritores políticos mas com agitadores das massas, oriundos do próprio povo. Isto põe hoje então mais em contraste um Pirenne de agora, a escrever a História que escreveu, e um Maquiavelo de ontem a deixar livros de um espírito especial, e que de fato se imortalizaram.

A Itália teve de ser o que foi, abandonada ao seu destino.

A um dado momento a Itália não era um povo a impor internamente os seus interesses econômicos, mas a suportar que passassem por ela os interesses internacionais: vinha a Itália sendo uma entrada na Europa, para os mercados asiá-

ticos. Neste caso a Europa não na tratava como uma expressão política mas em parte como uma praça comercial em que melhor seria haver concorrência de comerciantes, atentos todos em competirem entre si, e melhor servirem.

Na única expressão moral que existia na península, o Papado, que era uma tradição a se projetar na Europa, esta Europa procurava interferir envolvendo a Igreja. A Espanha, quando poderosa, leva um espanhol ao Papado: Alexandre VII, que era Bórgia. Os países da Europa interferindo na ascensão ao Papado, espalham, acêrca dos Bórgias, a história mais tremenda, mais denegrida que a verdade. Ora são todas as influências da Europa a fazerem, perturbadoras, da Itália o que ela foi lastimavelmente!

A Itália prendia-se à política internacional que lhe vinha toda de fora, e ela era uma hipertrofia provocada por essa política. Mas enquanto isso no Mar do Norte já se formava uma sociedade produtora, industrial, e também navegante. Uma sociedade que centralizava toda a vida comercial da localidade. Impunha-se ali a política local.

Kurt Kaser, referindo-se ao mercantilismo que tomou pé nos países como a Itália, mostra a relação que há entre ele e o absolutismo, a que ele dá origem. Mas é preciso ver que condições envolvem esse mercantilismo. É lembrar-se de que põe ele o país às expensas da circulação internacional das riquezas. Essa vida econômica que torna o país mais dependente da economia internacional que da vida social interna, é que impõe um governo apoiado nela e antes a se valer do que vem de fora a representar ocorrência internacional. Então, esta hipertrofia de uma política de bases econômicas vindas de fora do país, essa subordinação do país a ela é a característica do mercantilismo.

O ouro que é a moeda da vida internacional é que permite êsse govêrno desligado da vida social interna dos povos, fazer se valer no seio dêles: mas se torna efetivamente um poder estranho, criado acima da vida interna do país, em parte independente dêle. A origem e função que tem êsse ouro é que o torna estranho, egoísta, independente, pesado ao povo entre o qual êle representa o mando, o feitoria, e não interêsse social. Mas por sua vez ninguém fale em absolutismo sem êsse suporte que lhe é o mercantilismo, nem se vá dizer que êle vem a ser um govêrno no ar, sem fundamentos poderosos.

Em Portugal, por exemplo, vemos duas fases políticas.

Uma é de política real, de um mercantilismo, esforço desesperado em manter a balança do ouro. Fase subseqüente que ficou da precedente, tida como um êrro, um prejuízo que não se justifica em face do que se tornou a época a que se passa. De fato, esta é a verdade; e a outra a ilusão que não se manteve, isto é, de uma situação que de fato não persiste.

Uma é a política fundamentada no ouro, que vem de fora e serve mesmo para D. João V querer implantar em Portugal (e esta é a explicação do seu luxo), indústrias como na França (o mercantilismo à Sully), pretendendo o rei português concorrer nisso com a industrialização francesa. Realmente é uma fase em que se pode falar no absolutismo em Portugal, porque essa forma de govêrno estava então escorado no ouro que vem do Brasil.

A outra fase é aquela em que se pensa em reter, o ouro na vida social interna do país, visto a sua má economia. É a fase em que ainda se dá uma expressão excepcional ao ouro a incrementar a atividade interna na nação, argumentando-se, que não há economia, produção sem ser incentivada pelo ouro.

Dizendo que o ouro faz produzir, acrescentam que Portugal estava com a produção decadente porque o ouro lhe fugia. Daí a violência para retê-lo. Anda-se à cata do ouro dos judeus, e começa a expulsão dêsse povo para que êle não se transferisse com o seu ouro rumo à Holanda, em pleno florescimento. E isto era, o drama histórico em Portugal inspirado na alusão de que o ouro deixando o Portugal era a morte da economia interna do país.

O fato é que o mercantilismo lançou o absolutismo, idéias errôneas, dramas, extremismos políticos incalculáveis, nos países aonde por êle passou.

Em Portugal, de fato, se defrontaram amargas duas sociedades antagônicas: a rural, que era agricultora; e a navegante, que era mercantilista. Aquela a mal-dizer esta:

Ó glória de mandar! Ó vã cobiça...

.....

Dura inquietação da alma e da vida,
Fonte de desamparo e de adultérios,
Sagaz consumidora conhecida,
De impérios, de reinos...

Eis o quadro do mal estar da sociedade portuguêsã, arrastado o país no gôsto pelas riquezas adquiridas no Oriente para serem mercadejadas na Europa. Situação interna lastimável. Comentando êsses versos de Camões, se disse que "duas regiões distintas pela índole especial das populações — uma, a do norte, de gente agrícola e conservadora na maior parte, e outra, a do sul de gente muitas vêzes aventureira e propensa à vida do mar — explicam bem o aplauso e o desagrado simultâneos", com que acabaram olhando os empreendimentos no mar. (Dissertações Camonianas, Rebêlo Gonçalves, pág. 99). Mas êsse é bem o quadro do mercantilismo

com as suas misérias sociais, a ficarem na imaginação do povo português. É um quadro vivo para sempre nas páginas da História de Portugal. Assim pois é que José Bonifácio de Andrada e Silva o vai encontrar em tudo que anotou a respeito da navegação portuguesa, para lhe ajuntar a reflexão: “Do canto de Débora se vê que os da tribo de Dan se ocuparam da navegação; e dêle se vê a pouca união entre as tribus”. Sim, a mesma inquietude e violência política dos homens da Renascença, na Itália!

Mas, revendo a História de Portugal, José Bonifácio admitiu enfim a navegação que se mantivesse equilibrada e não queria emprêsas como a tomada de Ceuta: uma decepção para o governo! “Note-se (eis um apontamento do Andrada), que apesar da tomada de Ceuta, no Conselho, houve votos sobre que era melhor arrasá-la para poupar assim o custo que traria consigo o presidio e socorros”. Além disso nenhum êxito que os historiadores modernos, como Bensaúde, assinalam nessa cidade posição comercial na África, verdadeira desilusão para os portugueses depois de se apoderarem dela!

“A efusão do sangue Português (ainda comenta o Andrada) regaria debalde as areias africanas e o modo de fazer guerra por correrias só serviria de estragar a agricultura e diminuir a povoação de ambas as partes, sem dar lucro algum de si. Quando a conquista não serve de corroborar as molas de um governo justo, e não traz consigo melhoramento definitivo, e riqueza ao corpo inteiro da nação, é sem dúvida o maior flagelo dos Estados. A honra estéril de ganhar nome não escusa os reis... — E, para terminar o trecho, vem a mesma acusação de Camões: era, pois, a maldição popular!

Mas eis uma política que nem sempre ia ao encontro do povo, para beneficiá-

lo: a política da Renascença! Política às vezes distante da vida social do povo. Quando essa política incrementou paixão no povo como artificial que ela se tornou! — E advertiu a propósito o Andrada:

“Desconhecia-se então que a riqueza de um Estado é proporcional à povoação e indústria maior em um dado país, fatores do trabalho cujo produto sempre é igual à massa de dinheiro representada por êles: que todo dinheiro que não circular pela mão do povo com o curso rápido, capaz de aumentar as compras e vendas, é como água estagnada que só gera doenças morais e políticas no corpo do Estado: que para vedar o prejuízo dêste instantâneo aumento de numerário era preciso aumentar de todos os modos a ocupação útil pelo aumento da povoação dependente de subsistência fácil e barata, do bom governo e legislação, e da facilidade de achar emprêgo, de ganhar comodamente a vida. Assim a riqueza da Índia adquirida pelo monopólio Real, rapinas, piratagens e extorsões, servindo de alimento de indústrias de estrangeiros, só servirão de fonte de males para Portugal”. Sim: o exclusivismo com que foram essas emprêsas criadas pelo mercantilismo! E o artificialismo se daria com a intromissão do ouro que elas proporcionaram. Argumentar somente com o ouro como fator econômico (o que foi próprio do mercantilismo, e era do seu modo de ver), serviu para agitar o povo em vão. Causou abalos morais e políticos no organismo do Estado. O ouro que entra em bruto no país não lhe traz o equilíbrio econômico: pelo contrário!

De uma classe econômica rica de mercantilistas, independente na sua riqueza, pode-se repetir o que Plekhanov afirmou das classes intrusas no seio de um país (por exemplo, etruscos entre sabinos, e antes sabinos entre latinos, na

antiga Roma, e normandos entre saxões. na velha Inglaterra), a representarem o poder, mas o qual vinha então de fora. As questões políticas passam neste caso à frente das questões sociais, e “a história interna da sociedade toma um caráter belicoso, as relações ficam tensas, as instituições e as classes sociais adquirem uma expressão muito extremada”. O político neste caso sacrifica o elemento social, ao em vez de se ajustarem os dois.

É possível que o desacôrdo entre certa força política na Itália e o meio social italiano fôsse desagradável para que não estivesse exposto à luz do sol (mesmo porque dominava no caso uma casta política cujo poder lhe chegava com as riquezas provenientes de fora da Itália e a se projetarem fora dela, com os negócios mercantilistas, que não estavam condicionados ao meio social italiano). Força política vinda de longe com negócios que de passagem pela Itália se destinavam alhures, era talvez para estar radicada ao que ficava fora da Itália, e não à Itália mesma. Daí uma reação contra ela, e haver com essas circunstâncias históricas dois partidos: Guelfos e Gibelinos. Num ficariam os correligionários da política do Império, estrangeira na Itália (o Império, no seio da Europa e a que se destinavam as mercadorias negociadas pela Itália fazendo bandearem-se italianos, infletia assim no seio da política italiana); mas, no outro, os italianos focavam apegados aos interesses sociais italianos para quererem a autonomia deles, e com isso a questão social estava integrada na idéia política.

Neste caso Império contra Estado, que é como chamaram aos governos italianos. E de fato um grande contraste de idéias políticas!

E a palavra *Estado* dessa vez entrava para o Direito Público com nova significação para integrar no governo a ques-

tão social. Mais tarde é que no tempo de Luiz XIV, e com as teorias de Direito Público de Bodin, passou a significar soberania.

Em um país em que os fatos políticos passam a ter significação tão especial e em que as transformações tornam-se extraordinárias, é que viveu Maquiavelo.

Mas antes de se perceber o que era a Itália politicamente, só se fazia referência ao poder político tido como iniciativa individual. Época do individualismo, que Burckhardt procurou definir para escrever *A Civilização da Itália no Tempo da Renascença*, livro em que faz ver todos os aspectos, tôdas as manifestações do individualismo na vida social! Mas então na História? Retratam-se homens, traçam-se perfis, e Burckhardt deixou modelos que encantaram a Joaquim Nabuco. Neste caso a História ficava sendo a história dos Medicis, dos Ferrara, e dos Borgias...

De fato é pela vida política dêsses homens que se ficou guiando o historiador. Do que êsses homens fizeram pela sua iniciativa, pela sua coragem e mesmo pelo seu inescrúpulo para se manterem no governo e para que houvesse governo: quanto se dirá em abono? O “príncipe”, a quem Maquiavele aconselhou, seria um dêsses homens de iniciativa. e o livro que escreveu, a história política daquele tempo, a qual tanto custaram a compreender.

É uma história agitada e de que o povo tem consciência, tomando nela parte arastado pelas lutas com derramamento de sangue. Mas com isto se decide a sorte dos potentados. E se decide como? Empenhando-se eles até a morte e arriscando a vida ou para se manterem no poder, ou para alcançá-lo se não no já têm e o ambicionam.

Dêsse tempo ainda diria Burckhardt: “As cidades italianas de outrora já ti-

nham desenvolvido até o mais alto grau a força que faz da cidade um Estado". Eis aí empregada a palavra Estado que tomou expressão especial na Itália da Renascença! "Bastava então uma coisa para a grande transformação; é que as cidades formassem, diz o célebre escritor, uma vasta federação, idéia que, de maneira ou de outra, sempre surge na Itália". A idéia de federação encaminhava pois a questão política distinta da social. Em todo caso, com êsse seu aparecimento, se associavam a idéia social (que está compreendida na cidade e formação desta), com a idéia política, em que o italiano se tornou experiente. Quando fala em federação, se refere às negociações políticas com que sempre os Estados italianos puderam se defender de toda a Europa: a união dêles que era a força política italiana.

Ainda foi essa prática política, que definiu o tipo de negociador: o indivíduo com qualidades pessoais diante do qual a História se ateu procurando retratá-lo.

Mas como influiu essa verdadeira casta de ambiciosa gente opulenta no pensamento humano? Fêz que surgisse um Maquiavele, escritor de primeira ordem. Com espírito amoral Maquiavele falou de tais pessoas? Não se responda a esta pergunta sobre quem foi uma das maiores inteligências, mais penetrantes, e homem que atravessou com provações o meio em que viveu. Mas também diga-se que êle para afastar os olhos do presente e para mostrar que tudo não era aquilo, escreveu comentários a Tito Lívio, para tratar da vida política e da origem das cidades, e para dizer o contrário de tudo que se pensava:

— "É inegável que à fortuna e à disciplina se deve o poder que teve Roma. Creio em todo caso que onde há boa disciplina, há ordem e rara vez não se prospera. Mas passemos a outros assuntos

relativos aquela cidade (Roma). Sustenho que censuram os conflitos entre a nobreza e o povo, aqueles que condenam o que foi a primeira fonte de liberdade em Roma, para que se tenham mais em conta os tumultos e desordens ocorridos do que os bons exemplos que houve, esquecendo-se pois que em toda república há dois partidos, o dos nobres e o do povo. Tôdas as leis que se fizeram em favor da liberdade nascem do desacôrdo entre êsses dois partidos, e facilmente se verá que assim aconteceu em Roma." (*Discursos acêrca da Primeira Decada de Tito Lívio*, Cap. IV).

É uma observação original aquela de Maquiavelo acêrca da origem da Liberdade. Assinala êle o contraste e reação do povo contra a nobreza. Mas êste antagonismo era muito característico da Itália da Renascença esperando-se ali que desta divergência viesse a liberdade, questão posta naquela ocasião. E o Estado, concepção dos italianos, já traria essa questão resolvida. Entretanto, os *Discursos acêrca das Décadas de Tito Lívio*, imbuídos dêsse espírito, é o livro de meditações de Maquiavele. Livro de uma expressão atenuada. Eloquentemente, vivo, emocionante pelo que aconselha aos homens do seu tempo é *O Príncipe*.

A idéia de Estado e a idéia de Império

No tempo da Renascença não levaram mais da Itália a idéia de Império, transportando-a além dos Alpes, como fizeram os romanos com Cesar à frente. Porém mercadorias e a idéia de Estado, para se utilizarem dessa idéia mais tarde, e consumindo logo as mercadorias. Num caso ia o interesse econômico, e no outro o interesse político.

Havia de fato antagonismo entre os dois povos: italianos e germanos. Antagonismo que não deixava de se acirrar na luta entre o Papa e o Imperador.

O Papa representava a Itália, a situação dos povos do Mediterrâneo; o Império, o poder que se formou no centro da Europa e ambiciona se estender até a Itália, que é de formação comercial, enquanto aquêle é organização militar, e essa organização parte sempre do centro da Europa.

Mas passada a última luta entre a Europa e o Islão, o Império cada vez mais estimulado pela vida econômica, caminha para Itália que tinha a chave da economia européia então projetada sobre a Ásia por intermédio do Mediterrâneo, e quer absorver os Estados mediterrâneos, sob o pretexto de pacificá-los politicamente. E foi então preciso que essa Europa imperial se dividisse nas nações modernas tomando as partes do Império em desagregação partido a favor da Itália. Isto fez que protegessem o Papa perpetuando-lhe a liberdade.

A idéia de Estado penetra no seio dessas nações modernas, e ela supõe o povo. Já surge com a reação dos povos da Itália ao *Sagrado Império Germânico*, e entesta divergente com a idéia de Império, plano político de estender o poder de um monarca ao mundo todo, sob o pretexto de pacificação política, e alegação de que o mundo se perturbava.

Entretanto a perturbação em que a Itália insistia era a social. Esta é que ela propunha resolver com a sua concepção de Estado. Eis dois problemas que se afastam, um do outro; e que, se voltam a encontrarem-se para estarem em antagonismo.

“O ódio ao Império, que destilou no fundo da política guelfa, Toste o verde; implacável e concentrado, através uma vida monacal, à toda a história da Itália. A unidade da Itália sendo para êle o mesmo que o despotismo, torna-se imperdoável não só à velha Roma ambiciosa de algarém o Universo, como a dinastia carlovíngia desejosa de realizar,

por meio de um poder material, a unidade do cristianismo.” (Renan. *Essais de Morale et de Critique*, pg. 202).

Isto êsse monge beneditino escreveu em 1848, tomando partido nas questões contemporâneas, mas fazendo ressuscitar as duas correntes partidárias. Gueffos e Gibelinos. As idéias dizia êle que estavam então de pé. Entretanto se as quisermos examinar melhor, podemos dizer que ainda são as da Renascença e que se explicam pela História, e pela posição geográfica da Itália.

“Jamais houve, nem pode haver país nenhum unido e prospero, escreveu pois Maquiavelo, se não se tornar em uma república ou em uma monarquia como aconteceu com a França, e com a Espanha. E a causa da Itália não estar nessas condições para que não seja uma República nem se ache sob o poder de um príncipe, é tão somente a Igreja; porque, tendo adquirido e mantido o seu poder temporal, não chegou a ser assás poderosa, nem teve qualidades que a fizessem dominar o resto da península”. (Discorsi, I, op. XII). Mas essa Itália dividida entretanto representa um princípio que haverá quem saiba comentá-lo, lembrando que êle representava o feudalismo.

“O feudalismo na Itália, então, comenta Renan, punha o poder face à face com a nação; o povo podia respirar mais livremente através dos poros desse tecido sem junção. Tudo que levava a desunir, a multiplicar os senhores, a enfraquecer os liames imperiais, favoreceu a causa dos italianos fazendo o poder escapular das mãos dos imperadores, passando aos duques e condes, das mãos dos duques e condes caiu nas dos vassallos, e dos vassallos foi ter ao povo. O individualismo extraordinário que foi tornando impossível, no solo da Itália, toda federação durável, e que mal permitiu efêmeras ligas, êle é que aos olhos dos es-

critores neo-gueifos constitui a glória da nobreza italiana. Os povos estrangeiros então afirmam orgulhosos a sua unidade artificial imposta pela exteriorização da vontade de um homem, mas apiedam-se da incapacidade da Itália para chegar à unidade. Hipocrisia e lastimável piedade! Regozijam-se aqueles de estarem acorrentados a um trono. A Itália, logo de vez, realizou a obra-prima da perfeita civilização, o governo civil, a República. Florença, Milão, Veneza, um cento de outras cidades, eram repúblicas, quando a Inglaterra, a Alemanha, eram monarquias. Os Italianos, por ainda estarem imbuídos do espírito romano, não passam de aventar a grande idéia de um governo comum, enquanto que todos os outros povos expiravam sob o pêso da massa germânica. Paris, Londres, não passaram de cidades; contudo cada uma das nossas cidades foi um Estado, porque no âmbito dos seus muros vivia em espírito, uma alma, e não a matéria afetada a um principado. Essa coisa santa a que chamamos pátria, somente a Itália a conhecia enquanto o resto da Europa era propriedade dos seus senhores e lhes encontrava, na vontade, a sua norma de conduta e a sua lei". (Ob. cit., págs. 220-223).

Mas êsse jugo sob o qual a intelligência é lançada, não impede que a idéia de Estado venha se firmando longe daí. Ela é que transporia ao Alpes. Adquiriria expressão própria. Tomaria feição especial quando se aproxima da idéia de nação, na França. A França é que ainda se diria nação, e afirmaria que o Estado é a nação politicamente organizada, ou então, — é a nação juridicamente organizada. Será a primeira a fazer essas duas afirmações, unindo em cada qual duas expressões significativas à palavra nação. E acrescentando em ambas a palavra organização, que passa a ser política ou jurídica.

Duas idéias com êsse variar de definições se interpolam, e se repõem. O melhor é compor uma com a outra dizendo que o Estado já representa uma recomposição do político com o social (que é o que há de significar o *juridicamente organizada*). É êle de fato o ajustamento dos dois elementos, das duas idéias que os dois termos representam distintos nas duas definições a divergirem por uma só palavra.

A idéia de Estado, êsse ajuste entre elementos diferentes, não deixa de ser a recomposição entre os dois elementos orinariamente distintos — o social e o político — cada qual com significação própria. Um que emprestou por fim ao outro o que lhe faltava.

Mas a idéia de Estado, mais antiga, emprestou o seu sentido de equilíbrio social, à idéia de nação soberana; a idéia política de poder que é a soberania nacional, foi buscar no seio da nação, no aspecto de conjunto do Estado, a expressão de equilíbrio e de estabilidade.

A idéia de Estado e de Nação tiveram elaboração junto ao povo, tiveram gestação no seio dêle. O mesmo não se há de dizer com as palavras soberano, príncipe, império, magestade: umas dessas palavras são pois superlativos e supõem então um processo de seleção, de diferenciação: fazem pensar no que se torna exceção. Representam casos excepcionais, e nunca o geral. Imperador já procede da palavra latina — *imperator* — que significou função militar especial, função que em condições históricas particulares se sobreleva, e se destaca poderosa sobre todos os subordinados a seu mando. A idéia de Império foi preciso que os favorecidos com o poder máximo na Europa, a sustivessem, porém ela era Roma, a grandeza romana que os romanos exportavam para que todos a reconhecessem no mundo.

A Renascença representa um grande movimento individualista: quer dizer, ninguém mais seria computado em um grupo de homens a formarem exclusivamente uma sociedade local, a que estariam as pessoas radicadas para sempre. Na Renascença o homem se pondo em relação com todos os indivíduos viventes, os laços de relações não ficam sendo locais, restritos, porém gerais. E ele então amplia a sua situação de Direito em face do mundo. Universaliza-a. O título de indivíduo é universal. É compreensível, que esse indivíduo, emancipado como ficou, queira a sua condição de indivíduo integrada em uma esfera mais ampla, se lançando ele fora da restrita extensão de um núcleo feudal, como o é o município, mas para estar compreendido no Estado, em a nação, chegando por fim a alçar-se internacionalmente.

Nessa alta esfera ele se coteja com as nações e com os maiores grupos políticos que se formarem no mundo. Com eles se compara querendo seja ele, o indivíduo, o poder máximo com que elas se identificam. Esta maneira de pensar é como que o estado psicológico próprio do homem emancipado pelo comércio da Renascença, já querendo, ao sair do mundo feudal, ajustar-se por si a todas as esferas políticas mais amplas que se forem formando, e às quais ele pensa em se transpor com a impressão de bem estar de uma libertação que lhe conferiu a condição de comerciante da Renascença onde se estendeu o seu comércio no mundo.

Isso entretanto é uma psicologia, um estado psicológico especial decorrente de uma especial circunstância. Um estado psicológico em que a impressão de individualismo toma vulto excepcional. É entretanto assim a Revolução francesa. Mas nela a realidade política tomara pé com o Terror, ou com Napo-

leão, havendo pois um revide da realidade que é a História, e essa realidade política então deixaria de lado um estado psicológico que era uma hipertrofia.

Há concepções políticas fictícias que são estados de consciência próprios de certos momentos. São um incidente psicológico e nunca uma força política. Sempre alegam a exageros quando se sobrelevam em um estado de euforia não se devendo levar em conta a consciência que assim perde o equilíbrio. Entretanto representam um estado desses os filósofos da Revolução francesa, os enciclopedistas, os chamados espíritos superiores do século XVIII: aqueles que tiveram de se calar diminuídos quando viram estalar a Revolução em toda a sua realidade.

Representam eles, de um certo modo, um estado muito subjetivo: o prazer de cultura de um povo rico qual houve na Grécia no tempo dos sofistas. E a emancipação do indivíduo decorrente da vida comercial confundem eles com o que é ampliação da consciência humana causada pela cultura, identificando assim coisas díspares.

A cultura, passando a ser uma impressão especial que tem de si um povo a aspirar um exagêro, se torna contudo em objeto de preocupação geral, e, neste caso, vão procurar tudo que dê alento artificialmente a esse estado de espírito. A preocupação não é pois aprofundar o conhecimento acerca do que ele representa, e sim tornarem-no predominante.

E como se utilizam da Filosofia para explicarem o que almejam nesse estado de espírito, volta a Filosofia à balha mas com uma popularidade que lhe não é peculiar. E que Filosofia?

Ora há dois filósofos antigos que se vão buscar por causa da antiguidade deles, para valerem como depoimento remoto, logo para dizerem de uma ver-

dade de sempre. São êles Platão e Aristóteles.

Sim: os dois que deixaram obras escritas e que hoje podem ser lidas e comentadas. Porém mostram-se completamente nos livros que escreveram.

Aristóteles, pela sistematização dos conhecimentos científicos de que trata, serviu para cientistas.

Platão expressando-se de maneira imaginosa acêrca das idéias, estava ao alcance dos que sem terem avançado muito nas ciências, agradam-se sempre da Filosofia.

Na Renascença Aristóteles já estaria no interior das Universidades, e Platão vai ser lido entre gente fina, gente a que a situação econômica deu prosápias intelectuais; mas o caso é que a sua mentalidade tem projeção, projeção indisciplinada que entretanto se torna em um estado de espírito de mais divulgação. Platão! é bem possível que Vitória Colona discutisse o platonismo com Miguel Ângelo; e Platão é que deixou sinal de si na linguagem do povo a falar sempre em amor platônico.

O homem da Renascença lia facilmente Platão pelo feito literário dêsse escritor. Com lazeres e gôsto, que lhe proporcionava individualmente a situação econômica firmada no comércio, e com tempo para conversar, êle ia colher num autor de diálogos as idéias e a maneira elegante de conversar. Êle não entenderia bem a linguagem especializada de Aristóteles. Mesmo não tinha afinidades com essa linguagem sêca. Platão serviu-se de imagens impressionantes para traduzir o pensamento; Aristóteles firmou o sentido do termo técnico, que escapa à compreensão do leigo. Os leigos preferiram Platão, que foi comentado e apreciado nas reuniões mundanas.

Tinham êles pruridos de reflexão filosófica: as idéias hauridas em Platão se lhes tornariam em recreio de espírito.

Com isso um espírito filosófico que se cria.

Eis então já na França do século XVII êsse espírito filosófico em que pontifica um cientista de quem Joseph de Maistre retrata o caráter um tanto espetacular e equívoco no que diz respeito à sua fama de autor de descobertas científicas, mas escritor admirável: refiro-me a Pascal. O autor dos *Pensamentos* será mais atitudes, mais impressões e emoções deixadas por êsse grande vulto das letras do que propriamente Filosofia. Porém a impressão que tais atitudes causam na sociedade de sensibilidade apurada, é tudo! Então vale causar dúvidas e confusão e não ajustar idéias com serena reflexão! (Joseph de Maistre *L'Eglise Galicane*, Liv. I, cap. IX).

Mas Pascal é a França. Ora o mesmo fôra a Itália com Pico de Mirandola, de quem se escreve que “sobre certa metafísica eivada de incertezas, edificava a moral de caráter religioso, de inspiração ascética e mística. Entretanto as suas poesias latinas e sonetos toscanos decantavam a alegria de viver e o esplendor do universo; o culto da beleza já lhe abrira o caminho da imortalidade. Redigindo em 1486 novecentas teses, as suas aventuras amorosas faziam ao mesmo tempo grande rumor em Florença”. (*La Fin du Moyen Age*, vol. II, página 177 — *Histoire Generale* — Halphes et Philippe Sagnac). Quer dizer que Pico de Mirandola tinha a seu favor a falange de mundanos espalhados por toda parte e curiosos da sua vida.

Um mesmo estado de espírito se estendeu, pois, na Itália e na França.

Certa mistura de vida mundana e de assuntos sérios. Não deixa pois de haver uma necessidade de refletir mesmo por parte dos que desfrutavam as vantagens materiais com que a Economia Política os favorece. Mas eis gente de

idéias vagas, e que procura expressão para essas idéias que ela tem sem o apuro da precisão. Eis pois as asas de um movimento agitador que parecia uma inovação, um Renascimento.

E o descuido com que se deixam levar pelo sentimento.

Essas idéias lançadas com a linguagem imaginosa que aprenderam com Platão, punha o platonismo na moda, embora tornando-o com isso equívoco. E havia academias como as reunira Platão na Grécia, mas na Itália da Renascença. Academia, já êsse título, lembra Platão. Ora as mulheres faziam parte dêsses cenáculos de mundanismo. E o platonismo acabou comprometido por êsse elemento social, impregnando-se de um espírito que lhe não deu precisão.

Tôdas as idéias que a Itália lançou na Renascença tiveram a mesma imprecisão. Isto aconteceu, em parte, com a palavra *Estado* que é um termo em evolução semantica, e uma idéia posta à prova. “A necessidade de uma palavra geral que compreendesse tôdas as formações de Estados fêz encontraram-na na Itália, diz Jellimeck. Aos muitos Estados italianos não cabia a palavra *reino*, *império*, *terra*, nem bastava a palavra *cidade* para expressar o caráter dos Estados de Florença, Veneza, Gênova e Pisa, etc. Foi então que se começou a usar da voz *Estado* que se empregava juntamente com o nome da cidade: Estado de Florença etc... Estava assim criado um termo “Data da Renascença applicarem-no a todos os Estados, quer monarquias quer repúblicas, grandes ou pequenos.” Era uma concepção nova que surgia. Na sua imprecisão, solucionava a necessidade de uma significação a que ainda se não chegara. Estados. cidades ou Estados territoriais: J. Buckhardt opina para que se designassem todos com a expressão *o Estado*, que precisamente queria dizer o govêrno com seus parti-

dários, passando êsse nome mais tarde a compreender todo um território.” (Jellimeck. *Teoria General del Estado*, página 105).

Sugestão de que a idéia de Estado andava ainda imprecisa, mas já avultava, suggestionava, seduzia. Aquela palavra da linguagem da Renascença equivale ao que se disse do espírito platônico, na Renascença, aludindo-se-lhe à *fôrça de expressão das idéias imprecisas*. As imagens correntes no estilo de Platão em todo caso têm a virtude da sugestão.

Chegariam pois juntas à Europa central, e a se valerem mutuamente: o platonismo e a idéia de Estado. E, não mais podendo o Império manter a sua posição de poder absoluto em tôda a Europa central, a idéia de nação, de Estado, se apresenta com significação nova enquanto se desarticula a idéia de Império. A um dado momento a idéia política de Império, formulada pelos romanos e nêles mais tarde por diversas vêzes haurida de novo, contrasta com uma idéia que representava já a cultura greco-romana filosófica da Renascença, e de que em parte proveio a idéia de Estado. Mas é que também a realidade se foi definindo politicamente de forma diferente, passada a fase histórica da Idade-Média. Dados próprios que não eram mais as condições política em que se formou o Império, se integram na expressão social e política que se traduz na palavra nação. O império não havia de valer pelo fato de representar uma tradição histórica. Os elementos novos que se impunham, por serem uma nova realidade social a despontar, é que se integravam na concepção de Estado.

Mas houve tempo da elaboração completa da idéia nova. Platonismo e a idéia de Estado são uma concomitante impressão de impreciso, que a poesia exprime e o mito traduz, para aparecerem até mesmo com Herder, mentalidade tão

significativa e de tanto vulto, já na Alemanha nacionalista, aliás de espírito filosófico popular. O Estado, em certo momento, representou tôdas as aspirações de uma Europa que se modificava e por isso mesmo falava a linguagem especial de certa filosofia e do misticismo. Quando o Estado alemão procurou se firmar na Europa, depois da Idade Média, êle representa novo impulso de recomposição dos povos e de formação de cada nação separadamente. E “assim como subsistiam o pietismo e a religião (que eram forças constituídas no mundo medieval), também surge com aspecto dúbio, escreve Meinecke, a idéia de Estado, ainda a traduzir de maneira inautêntica uma força criadora.” Eis entre o povo um certo vago, imenso e confuso, que vai porém se revestir de precisão jurídica, e há de acabar sobremaneira pormenorizado, destrinchado pelos juristas. Todos os direitos, todos os poderes estarão representados na sua nitidez. Esse foi finalmente o Estado concepção a que se chegou partindo-se de uma idéia difusa, havendo momento em que lhe dessem o nome de Leviatan (Hobbes).

O Estado, “alma nacional”, é expressão ainda imprecisa, igual àquilo em que se tornou o platonismo com as suas “idéias”; era uma meia compreensão. Porém uma inovação, um Direito novo.

Eis pois o que a Renascença remeteu para além dos Alpes: um estado de espírito; e não propriamente uma idéia.

A formação das nações modernas

Vimos a influência do regime econômico do Mediterrâneo sobre a vida política da Itália na Renascença; sobre a História da Renascença; e finalmente sobre a obra de Maquiavelo, o grande escritor político da Renascença.

O Mediterrâneo representa pois a civilização a vir do Oriente e a entrar no

Ocidente. Primeiro ela transforma o sul da Europa e isto no período da História romana e grega. Depois se dá o deslocamento da civilização do sul da Europa para o centro, o que representa uma outra fase histórica.

Na antiguidade quem transpusesse os Alpes, como os cartagineses com Aníbal à frente, ou como Cesar que leva os romanos às Gálias, tinha pois em mão a Europa. O desenvolvimento do centro da Europa já impede a penetração no continente europeu. E quando os árabes tentam pisar no interior desse continente, forma-se com os povos europeus o Império de Carlos Magno, a união da resistência.

Povos formados na interior da Europa a representarem resistência. Mas depois povos formados porque terão especial expressão econômica: são êles diferentes. Aquêles então representam o Império; êstes, as nações. A França está pois neste último caso.

Ela é pois o país que tem um rio de penetração no interior da Europa e este rio, que é o Rodano, criou com a circulação de riquezas ao longo do seu curso uma civilização na Borgonha, com projeção na Europa inteira; mas neste caso era uma civilização de espírito mercantilista. Depois é que se faria valer o Sena como caminho para o Mar do Norte, mas antes ponto de reunião das forças destacadas que ainda ficaram combatendo contra os árabes a ameaçarem a Europa.

O rei de França ficara radicado ao período militar; mas o duque de Borgonha, que representa a fase mercantilista da História de França, por vêzes sobressaía mais que o velho rei que entra em competição com êle: são pois os tempos da luta de Luiz XI com Carlos, o Temerário.

O Ródano leva à bacia do Reno porque os dois têm nascentes próximas, e

fazem através da Europa caminho único entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte. Enquanto ainda não se navegava pelo oceano Atlântico mesmo para sair de um daqueles dois mares entrando logo no outro, como fizeram os normandos, originários da Noruega, e que chegaram a Sicília onde se instalaram: a França estava em posição privilegiada.

Bastou que o trajeto se modificasse e seguisse pelo oceano para logo surgir Portugal. Qual a sua significação? Ter na História papel surpreendente por diversas vezes. Ele que tinha sido um valente povo na luta contra os mouros invasores da Europa, vai se tornar um porto de passagem necessário à navegação que se destende longa entre o Mar do Norte e Mediterrâneo. Mas a história do continente muda bruscamente. As riquezas que se iam buscar no Oriente e vinham pelo Mediterrâneo têm o percurso interrompido pelos turcos invasores que entopem o fundo dêsse mar. Mas para buscarem essas riquezas por um outro trajeto, vão através de oceanos, contornando o sul da África, e o ponto sul da Europa mais avançado sobre o Atlântico, para dêle partirem por um caminho palmilhado com exatidão: é Portugal.

Portugal chega ao Oriente. Mas em que condições? Embarcado em naus que são incomparáveis máquinas de guerra capazes de firmar domínio, manter feitorias no Oriente distante onde desembarcam os portugueses.

Esta chegada aí e em tais condições em que andam os portugueses no mar, traz completas modificações para a História.

O comércio que é o objetivo dessa navegação não se opera mais apenas com as transações mercantis entre dois povos: porém importa no domínio, na idéia de Império que renasce de novo com essas nações que se lançam no mar. O mar, a nau são a causa do poder exercido.

É pois o mar e a maneira de o trafegar que facilita uma nova manifestação de força política.

A França entretanto fica por muito tempo dando a nota de nação moderna enquanto vê o comércio europeu correr através dos seus rios.

É uma nação que tomou vulto com a ativação do comércio.

Porém as outras nações da Europa criadas pela incentivação do comércio, tais como Portugal, Holanda e Inglaterra, que se valem do aparelhamento poderoso de navegação de alto mar, irão lançar a idéia de império até onde chegarem com as suas naus.

Mas cedo Portugal se desiludiu dessa história marítima. Camões que traduz o senso nacional, é a desaprovação da aventura nos mares, como está escrito nas maldições lançadas sobre a frota de Vasco da Gama, pelo velho da praia do Restelo, uma das figuras impressionantes do célebre poema.

Os historiadores, os cronistas, os escritores portugueses já tinham todos discutido o que Camões achou por fim de condenar.

De fato a um dado momento a História de Portugal se projeta no mar. Porém a Portugal faltava um rio de grande penetração e que levasse ao coração da Europa toda a mercadoria que os portugueses trazem do Oriente. Rios assim estão pois alhures, e ficam no Mar do Norte.

Camões voltou então os olhos para a raça que representava a gente portuguesa. No seu poema ficou em todo caso o problema da raça, para explicar a formação do país. Daí a sua fantasia de criar a denominação de *lusíadas* para os portugueses. Mas recai em uma espécie de romantismo em História, o poeta épico: primeiro investigando no passado os vultos que se destacaram e se engrandeceram pelas armas e feitos valorosos; e

depois criando uma consciência de raça como não há em nenhum poema inglês ou francês.

Alexandre Herculano, que não chega a se debruçar sobre os documentos da história da navegação portuguesa, porque escreveu a respeito do seu país ainda na Idade-Média, deixou logo de lado a questão de raça, e desfez ilações, rompeu com fantasias de prender Portugal a tempos imemoriais em que alguns foram encontrar o cerne, a força do país a se criar a si mesmo como raça forte. O grande historiador português diante de um racismo lendário achou de dizer verdades bem assentadas:

— “Portugal, porém, nascido recentemente, incluído dantes no todo de várias sociedades peninsulares, fundado em fragmentos do solo das antigas divisões territoriais da Espanha céltica, púnica e romana, tronco enfim arrancado da árvore leonesa, não achava um só parentesco legítimo exclusivo nos tempos anteriores aos da conquista goda, ou mais rigorosamente aos da restauração cristã. Podia dizer que também de algum modo se prendia ao passado; mas tecer com verdade e exação a sua árvore genealógica especial, isto é, que lhe era impossível”. (*História de Portugal*, I, páginas 29 e 30).

Vejamos, porém, as nações de portos marítimos e não propriamente as que servem apenas ao trajeto das mercadorias: nações acessórias. São as que ficam no Mar do Norte, ligadas por grandes rios a todo interior europeu: mas também navegam em alto mar. E estas já distribuem a mercadoria.

Incomparável assembléia de portos, representando a Europa reunida, está pois no Mar do Norte. Nela figura Londres, a que se chega pelo Tâmisia vindo do interior da Inglaterra. Nela fica Antuérpia, Amsterdão, Haia, Havre, Hamburgo: todos êsses portos em

que desaguam rios a levarem ao interior do continente. Próximos um do outro. E uns estimulando os outros. Entre êsses portos é que se decidem as novas questões internacionais, as modernas, talvez as primeiras que mereçam êsse nome. Discute-se acerca dos mares livres para a navegação de tôdas as nações: e essa discussão a respeito dos mares, provoca-a um espírito imperialista, porque já vimos como fez Portugal se estendendo além dos oceanos. Há uma competição de potências, de soberanias. Os holandeses dizem querer os mares para a navegação de tôdas as nações: os mares livres (Grócio). Já os ingleses pensam em fechá-los aos outros povos: *Mare clausum* (Selden). Questão do interesse de cada um dêsses povos em discussão; mas a qual envolve o destino de todos os povos, do mundo. A Espanha iria falar a respeito dela pela boca dos jesuítas, e entre êles estaria um jurista, como Suarez, “que, com serenidade de espírito, proclama a solidariedade das nações, isto é, a necessidade do apoio mútuo como base do direito internacional”; ou se faria ouvir, de Salamanca, o dominicano, Francisco Vitória, “internacionalista em um mundo nacionalista”, denunciando apaixonado que o emprêgo da força para dirimir as contendas entre nações, está condenado pelo Novo Testamento. (H. E. Barner y H. Becker. *História del Pensamento Social*, páginas 300 e 301, vol. II).

Mas daquela assembléia de portos, ficavam longe o de Palos, na Espanha, e o de Lisboa, em Portugal, para serem postos de lado, embora nesse último país se instalasse com êxito a empresa de navegação que primeiro se ampliou a todo globo terrestre: o que significa a ida até a Índia.

E a França, que chega ao Mar do Norte? a França é um país em condições especiais. É o país com situações

econômicas das mais diferentes. Com recursos próprios, e vários. País agrícola, não acontece com êle o que acontece com a Inglaterra, e principalmente com a Holanda, essencialmente mercantilista, e vivendo do mar porque não tem campos para cultivar. A França, só com o que planta, se basta a si mesma. E se além disso possui os rios que lhe trouxeram o comércio ao longo do curso dêles, êsse comércio que se desenvolvendo internamente na França, lhe dá um novo espírito, uma concepção mercantilista da sociedade, e também, a idéia de Estado, concepção moderna. A França entretanto, ficou sendo ao mesmo tempo, um país de vida agrícola influente, ainda com uma arraigada tradição feudal mantida pela nobreza dona da terra em que se intensifica a produção do campo, e a existir a par do desenvolvimento comercial intenso que estimula a nação inteira para se transformar. Duas correntes políticas se contrapunham nesse país.

A França é pois no Ocidente da Europa o eixo Ródano-Reno, em que as riquezas econômicas circulam do Mediterrâneo para o Mar do Norte: é então o povo excepcional da Europa pelas suas circunstâncias então incomparáveis, no tempo de intensa atividade mercantil. Já no lado oriental da Europa, se ia pelo Diniéper e pelo Riga, depois de partir do Mediterrâneo, chegar ao mar Báltico. O Diniéper foi caminho para a circulação das riquezas, e Kiev, cidade ribeirinha a êsse rio, era, no caminho de circulação das riquezas, o centro de comércio; e se engrandece; e unifica a Rússia em torno de si. Mas o regime do país fica sendo outro que o da França.

Comparados os dois povos, a França é região em que prevalecem de algum modo, as idéias mercantilistas, o que não será o caso da Rússia posta diante das estepes onde há povos nômades sempre em movimento, para o russo estar orga-

nizado e afeito às operações de guerra, o que modifica muito a índole social de um povo.

Logo a França seria a região em que predominaria primeira a idéia de nação, em parte devido à sua condição de povo mercantilista.

Enquanto isso, a Rússia ficaria sendo um império.

Mas o panorama dos povos se desdobra através da História para irem êles ficando com fisionomia própria, condizente com a significação que tiveram através dos tempos. Essa significação é que não passa ao esquecimento, não se apaga, e fica sendo um halo para sempre, quer em época de grandeza quer de decadência dos povos. Subsiste para ser aquilo a que Fidelino de Figueiredo chamou ufanía, espírito de ufanía das nações, aliás de grande significação principalmente no estudo da literatura dos povos.

Mas êsse fenômeno de ufanía como que se radica ao ambiente, ao local em que ocorreram os fatos de que os povos se ufanam, e o espírito de ufanía se apresenta como uma sugestão de natureza todo especial, presa à História, para ser um aspecto dela que se confunde já com os fenômenos de ordem psicológica.

No tempo de Carlos Magno, a Europa a reagir contra os maometanos é uma civilização à cuja frente vinha o Papa “por vêzes antes desservido do que ajudado pelo imperador germânico para suportar quase que só o peso da organização social da cristandade”, como afirma Oliver Martin (*Précis d'Histoire du Droit Français*, pág. 91). Sim: porque Carlos Magno fôra a questão militar da Europa unida contra o Islão, e assim fôra a questão política. O Papa vinha sendo a organização social, a questão social, o cristianismo.

Mas desfeito o Império de Carlos Magno, a idéia de Império subsiste como

expressão de ufania, e haja em vista Napoleão a investir-se da corôa de ferro que cingiu Carlos Magno.

É assim que o passado fica sendo um halo que subsiste através da História, e nela se há de investigar êsse estado de consciência, essa impressão psicológica que se apodera dos povos.

A História deverá abrir um capítulo de psicologia que há de estender-se bastante. Terá de investigar essa ufania. Terá ela êsse estado, essa consciência histórica que fica com os povos para ser objeto dos seus estudos.

Vejamus que um espírito militar, ou então um espírito mercantil pode ser objeto de ufania, enquanto razões maiores em que o homem não pode influir muito, é que levam de uma época militar para uma época mercantil, influindo na psicologia dos povos e principalmente nessa sua ufania.

Os dois espíritos juntos no mesmo estado psicológico de ufania de um povo, é que não se pode admitir. Eles, isto sim, se substituem.

O comércio que atravessara e dominara o Mediterrâneo, ficou durante o tempo aureo de Carlos Magno, interrompido, operando-se a regressão à vida do campo. “Seja como for, é de todo exato (escreve Pirenne), afirmar que desde o ponto de vista demográfico, a cidade da Idade Média é essencialmente agrícola.” (*História Econômica da Idade Média*, pág. 147).

Passaram os tempos carlovíngios, outros fatores influem. “Nessa altura (diz então Pirenne), encontramos nas praias, ou melhor, nas cidades praiieras do continente, uma atividade marítima comercial a oferecer contraste com a economia agrícola.” (Ob. cit., pág. 7).

Com isso muda a psicologia do povo: com essa mudança de regime político e econômico, êle passa a sentir de maneira diferente.

Psicologia dos povos

Em uma época dominou a questão militar na História. Mas depois, e em contraposição a essa época que fôra militar, a atividade comercial passa a formar o espírito das nações.

A Espanha, por exemplo, ficou sendo um país em que prevaleceu na mentalidade do povo a idéia militar. Na sua ufania prevalece então o espírito militar.

De fato não teve ela condições econômicas primordiais que lhe fossem favoráveis, e valessem o que fôra a Espanha militar. Mais o fato militar que o fator econômico, ficou nítido na imaginação dos espanhois, como sinal de grandeza do povo, para ser a expressão da sua ufania. Tinha sido a Espanha uma região de passagem entre a Europa e a África, e por ela, mais que as riquezas, tiveram de seguir as forças militares de dois povos, que, de fato ambicionando se apoderarem do trajeto de um grande comércio, tiveram de se encontrar na península Ibérica para o choque das armas.

Precisou de ser militar, precisou de ser uma força que se opunha a outra, invasora. A Espanha não se desenvolveu politicamente a custa da punjança econômica interna, que não era muita; mas tinha de ser uma força pela missão militar que lhe coube na História. Tinha ela internamente de organizar-se para a luta; mas êsse era então o grande destino dos Estados do Mediterrâneo. Enquanto isso economicamente a Espanha ficou a braços com os judeus, que tomavam a mercadoria trazida pelas caravanas árabes para levá-las como comerciantes aos europeus, e isso enquanto êsses estivessem em guerra com os árabes, não podendo estar em contato direto comercial os dois povos em luta. De permissão a eles ficou pois, a raça maleável e latina de Israel, e é nessa ocasião que

começa a história moderna do povo judeu.

O judeu foi a nação que se imiscuiria com os povos da península Ibérica, mostrando-se então distinto de todos por não tomar o partido político de nenhum, também não dexiando ver se tinha neste caso expressão própria; e com isso a sua lenda histórica estava feita.

Expulso o árabe da Europa, ficava o judeu na península Ibérica traficando pelas vias comerciais em que andaram os árabes. Mas a circulação de riquezas por esses caminhos terrestres havia de diminuir muito, uma vez se navegando livremente o Mediterrâneo para sair-se pelo Atlântico desde que terminara a guerra. Daí se iria navegando até o Mar do Norte. Com um resto pois de comércio ficara pois o judeu, povo auxiliar, e isto mesmo enquanto não emigrou da Espanha para a Holanda, onde teria grande expressão. Mas não passara de grupo humano secundário e auxiliar dos povos peninsulares que pensaram em tirar proveito da vida econômica apoucada, mas ainda mantida por esses semitas.

Resultado: uma realidade econômica decepcionante com que ficou o espanhol a braços; e uma exaltada ufanía militar. A Espanha ficou representando na História essa ufanía. A guerra então posta acima das questões sociais internas; e uma política religiosa (e já eu não digo a religião), posta acima da questão social.

Isto aconteceu com Florença cuja expressão política Maquiavelo descreveu. Assim sucedeu com a Espanha que se sobrelevou nas lutas de guerrilheiro, a fim de por término a estadia do mulsumano na Europa. Grandezas que passaram para o Mediterrâneo acabar com o cenário impressionante de épocas extintas!

País a contar com força econômica própria (com a qual se concretiza e aparece o povo francês): somente a Fran-

ça! — país em que a idéia de povo se torna em uma ufanía, e numa idéia convincente.

Pois difere muito a França da Espanha que ficou antes do lado dos Estados do Mediterrâneo. Nesse Mediterrâneo é a Espanha um país que historicamente ficou sendo a guarda avançada da Europa.

A literatura espanhola já é o atestado, é o reflexo disso. É militar como fôra militar o espanhol. Militar é que ela se revela até na poesia com Cid, figura de soldado, e poema da maior significação para os espanhóis. O mesmo se pode dizer de Dom João, o *bulrador*, e figura de que se diz: “No Renascimento, o donjuanismo ressurgiu na Europa com novo brio. Desde o momento em que nasceu, este movimento formidável teve a característica de unir à sua potência juvenil um elemento de decadência moral procedente da alma antiga, que parecia morta mas que estava apenas adormecida, a qual, ao despertar enxertou, como um veneno subtil, a sua corrupção na grandeza daquela alvorada do mundo. Não é certamente exemplo único na humanidade, uma força renovadora nascer já com a alma pervertida...” (*Dom João Tenório*. Marañón, pág. 145).

Nessa figura lendária de sedutor de mulheres, figura que se tornou atraente, substituíram, pois, o soldado expansivo, altaneiro, amoroso das mulheres de todo lugar por que fôsse passando com as forças em que vai incorporado, pelo homem viajante da Renascença,^a cosmopolita, inquieto, sutil, insinuante, ardiloso, e já gastas as finuras sentimentais para êle andar a cata de novas sensações. Ficou pois uma coisa por outra; um homem por outro de época tão diferente: sem que percebessem a transformação artificial que sofreu o tipo popular de amoroso espanhol.

(*História de Europa desde las invasiones al Século XVI*, pág. 188).

Mas este é o Dom João em que a Europa inteira ficou falando: um Dom João que se confundiu no espírito da Renascença. Contudo esse Dom João, hoje universal, conserva resquícios da vida militar que foi a grande vida da Espanha a lutar com os Mouros.

O Dom João espanhol é militar, e é espanhol como a Espanha militar. Com a sua infinidade de conquistas amorosas, ele é o tipo militar medieval. É como o Leonardo d'Os *Lusiadas*, intemerato nos seus amores passageiros de quem os vai tendo de lugar em lugar em que chega, como acontece com todo soldado.

Não queiramos pois dar uma solução psicológica ao caso de Dom João, como é do vesio dos inventores da Psicologia.

Ele é espanhol, e da Idade-Média.

Não esquecer pois que na Espanha ficou a última sombra erradia da Idade-Média com o cavaleiro andante, Dom Quixote. A Europa toda se refez com o Renascimento; mas a Espanha empobreceu ressalvando a sua grande recordação de glória do passado, representado no tipo assás espanhol, e taciturno, um pouco treloucado do cavaleiro da triste figura. Grave. Mas Dom João ainda se prestara mesmo na Espanha a dar curso à linguagem alada do verso, e à linguagem viva do teatro. Pôde se tornar leviano, principalmente quando se evadiu da Espanha. Já Dom Quixote, figura espanhola de absoluta fidelidade à sua época, aceitou austero o destino com todas as suas inexoráveis misérias. Quero crer que no Dom Quixote de Cervantes (e não no Dom João Tenório, a se requintar pelo mundo, mas fora do seu país, como um cosmopolita), está o espírito de nobreza e ainda o requinte de uma raça veemente, mas em uma figura envelhecida, caduca, a subsistir qual caricatura de uma época de fato atraente pela maneira que o cavaleiro da triste figura avulta na sua grande estatura.

Pequeno de estatura é Sancho Pansa, homem interesseiro de pequenos recursos econômicos, e como os tinha que haver em um país pobre. É Fausto. Sim: quer dizer que aquele Dom João amoroso ainda conservou o porte espanhol. É de raça militar. Desembaraçado. Mas Fausto é burguês. Pecado. Leva consigo o diabo para que o auxilie nas aventuras amorosas. Dom João tem prestígio próprio!

Fausto é contudo a complicada vida moderna, vida tolhida: cheia de *recalque*! De fato já inventaram o termo que a traduz com perfeição. Vida cheia de complexos!

Ora a Espanha antes da Europa se inteirar dos descabros da economia moderna, conheceu-os angustiada. Quando o espanhol passou a escrever literatura social, deixou páginas que hoje surpreendem pela sua atualidade.

Juan Luis Vives (1492-1546) é "quem muito antes de Francisco Bacon (1561-1621), declarou que a observação da natureza era o caminho do saber, ao em vez da literatura de Aristóteles e dos Padres. E que observou? Observando é que antecipou em muitos assuntos o programa de São Vicente de Paula. Vives bosquejou no seu livro acerca da assistência aos pobres — *de subventionem sive de humanis necessitatibus* (1526) — o que é impressionantemente moderno pela importância que atribui à assistência necessária nos casos de miséria." (*História del Pensamiento Social*, H. E. Barnes y H. Becker, vol. II, pág. 298).

Quer dizer: um livro provocado por uma situação de emergência.

Não tenho pois a impressão de que esse escritor seja um "audaz reformador social", mas antes um homem de um país em péssimas condições econômicas e tendo que resolver a questão social. A obra de Vives denota a situação da Espanha. Revela injunções especiais a

reclamarem medidas de exceção. O estado social de origem econômica na Espanha é o mesmo da Itália quando surgiram as ordens mendicantes como a dos franciscanos. Estas são de fato criações inspiradas na pobreza, que era o estado social daquele país. E recomendavam aceitar o estado de penúria como uma condição inevitável a requerer o espírito de conformação. Esta era a grande lição de moral da gente mediterrânea empobrecida pelo desvio das riquezas econômicas para longe. Quando a Itália, quando a Espanha decaía economicamente ficando a braços com a crise social, com o pauperismo, de fato os Estados do Mar do Norte progrediam na abastança tomando a si a atividade econômica que os povos mediterrâneos perderam.

Enquanto na Espanha há a penúria, e na Itália a abstinência dos franciscanos, na Inglaterra (ou mesmo em outro país do Mar do Norte como a própria França, a pátria de Rabellais, criador de Pantagruel), tudo é a mesa farta, fantásticamente farta. É o bordel que frequenta Falstaff. Os homens são borrachos, o que não acontece com Dom Quixote e Dom João, porquanto êstes não falam em comida.

Mas a Inglaterra?

A literatura inglesa em que domina a figura de Shakespeare, revela contraste absoluto com a de Cervantes.

A Inglaterra de Shakespeare é a Inglaterra do tempo em que o país se torna mercantilista, e como todo país mercantilista a Inglaterra recebe e acolhe tudo que lhe vem de fora, como aconteceu com a Grécia e com o seu direito político e constituições. Mas as sugestões literárias é que a Inglaterra importa do estrangeiro. Fixam-se, pois, nas letras inglesas, as relações da Inglaterra com os outros povos com que ela comercia. Assim vem da Itália (de quando a Itália

era prospera no comércio), assuntos italianos para o teatro de Shakespeare: *Otelo*, *O Mercador de Veneza*, *Romeu e Julieta*. De fato, os ingleses antes se tinham identificados com o meio mediterrâneo, e por sua vez os Lombardos se instalaram em Londres, na rua onde foram surgindo os bancos ingleses.

Mas relações assim não eram apenas com a Itália.

Tinha-as a Inglaterra também com a Dinamarca, país centralizador da circulação de riquezas no Báltico, num vulto que não era pequeno.

Hamleto, drama de Shakespeare, é um príncipe da Dinamarca, quer dizer que a literatura desse dramaturgo, se fez toda sob uma influência mercantilista que lhe deu o tom.

A burguesia é a classe comercial, ou melhor, é a classe mercantilista. Ora no teatro de Shakespeare a burguesia é de grande significação. O poeta porá o burguês lado a lado com o aristocrata. Falstaff d'*As Alegres Comadres de Windsor* é de ascendência fidalga, mas toma os folgasões hábitos burgueses e por isso mesmo é do agrado do rei.

Não direi que êsse grande borracho se tivesse revelado um caráter apreciável; porém foi um temperamento, uma expressão social, expansivo que era!

Tornou-se uma expressão de vida diante da qual haviam de se descobrir respeitosos. "Shakespeare (escreve Saint Victor), faz então sentir bem a atração singular que inspira essa personagem de farça e de vida alegre". Mas Falstaff era *Sir*? Em que importa o título? Homem de estúrdia vida burguesa, beberão e figura de taberna, parlapatão, aparece êle denotando a aproximação entre a burguesia e a aristocracia inglesa, as duas que andam já em convivência jocosa e vivaz. O futuro rei Henrique V, que frequentava a alegre gente comerciante sem as responsabilidades maiores

da fidalguia, gente faladora, — o príncipe de Gales talvez não tenha em boa conta Falstaff, porém não pode passar sem êle, sente falta do seu alegre convívio, e, quando o encontrou, certa vez, estendido no chão como morto, é para, no tom de sincera pena, lhe dizer um último adeus:

— Qual! um velho conhecimento... Tôda essa carne não pôde reter um pouco de vida! Pobre Tiágo! Adeus. Mais facilmente ter-me-ia separado do melhor dos amigos que de ti.”

Estava assim manifestado o sentimento da Corôa, do Poder, para com a burguesia, e para com o homem estouvado a viver no seio dela.

Ora sendo êsse o teatro de Shakespeare, tinha o poeta inglês de fato se voltado para a boemia da rua, porém não se diga que êle abriu mão dos reis!

É à maneira de que vivem os reis ingleses que se refere Shakespeare. Falstaff, depois de figurar em diversas comédias, entra no drama Henrique IV para que se veja como são os reis ingleses, o príncipe de Gales: os monarcas dos quais o absolutismo logo resalta mesmo para que seja camarada do rei, conviva dêle, o povo da Inglaterra, espontâneo, como todo elemento mercantilista. E é pois o rei que se dirige a Falstaff, o homem montão de carne, chamando-lhe: “Meu caro *roast-beef*!” Ora êsse “caro *roast-beef*” não era o povo de França recolhido a si, respeitoso do monarca. A circunspeção dos reis de França, que ainda é de uma circunspeção da figura militar do monarca feudal, certo que ainda se vai ver, embora que muito atenuada, em Luis XV, uma figura de decadência que contudo é assim:

— “Na realidade, a custa de fazer que Luis XV tivesse uma atitude de projecção pública, Villeroy fêz que êle adquirisse horror pelas multidões e pelas caras des-

conhecidas, aversão que o rei conservou por tôda a sua vida. As aclamações, as grandes manifestações de povo, o constrangem. Em público, êle se intimida, torna-se mudo e frio. É preciso que se esforce para chegar a dizer alguma frase que lhe ensinaram. Quem o viu nessas condições tem a impressão de que era criança intimidada, e informam: “Êle não se familiariza com coisa alguma”. Porém Barbier que o avistou quando o rei passeava despreocupado em Versalhes, nota que era outro de fisionomia e que não tinha mais “um rosto merecedor de tudo que se disse dêle: morno, indiferente, bobo.”

“Essa duplicidade de aspectos ficara sendo a marca mais profunda do seu caráter. Há um Luis XV desconhecido, de quem sabem somente os seus íntimos e amigos, um Luis XV simples, acolhedor, boa pessoa, carinhoso, alegre, espiritual, às vezes pueril e a distrair-se com as mínimas coisas. E houve um Luis XV público, magestoso, intimidante, com grandes maneiras, mas acaanhado, silencioso, fechado, liberando-se em algum improviso com repercussão, soltando mordacidades estranhas que passaram por crueldade ou cinismo.” (*Le siècle de Luis XV*, Gaxote, pág. 81).

De modo algum foi como os reis ingleses, retratados por Shakespeare.

Em suma: o povo inglês é de gente mercantilista em parte, mais ou menos confiada, independente, com iniciativa própria e a todo momento (que é como essa burguesia aparece no teatro de Shakespeare): enquanto o povo francês é o homem do campo em um país amplamente agrícola. Concentrado e discreto, podendo às vezes dar a impressão de que é um poder.

O inglês é o povo que com ar de familiaridade fica lado a lado com a nobreza como na ocasião da Magna Carta de que conta Pirenne: “Poder-se-á cha-

mar a ela a primeira declaração de direitos da nação inglesa, porque é tão nacional como a rebelião em que teve origem. Os barões que a ditaram ao rei, não iam esquecer-se dos seus aliados e nesse diploma não incluíram apenas o que fôsse do seu interesse, mas principalmente o que favorecesse o clero e a burguesia."

Ora havia de acontecer na Inglaterra o que afirmou Kurt Kasser: "A burguesia sente-se solidária com a Corôa, e apoia o absolutismo." (*L'état dell'assolutismo*). Mas é esse absolutismo que interessa a Shakespeare descrever assinando o povo em pleno entendimento e familiarizado com a tradição do poder do monarca.

De modo algum era assim a França.

E a literatura francesa traduz coisa muito especial. Nela não domina o espírito burguês mercantilista, como na literatura inglesa. Na França influi o espírito espanhol militar. *Le Cid* de Corneille é a prova disto.

Diz-se de Corneille que está êle imbuído do espírito da Fronda. Mas a Fronda é um movimento da nobreza que se sobreleva ao rei. E êssa atitude da nobreza é uma atitude à parte do povo; é aristocrática, como a do *Cid*.

Logo tira o teatro francês a sua significação das particularidades históricas da nação, como acontece com a literatura de cada povo.

Pela França a dentro entram as questões religiosas com os Huguenotes, e os Huguenotes eram os protestantes, a gente de espírito mercantilista.

Mas Corneille escreveu *Polyeute*: quer dizer tomou partido político. A reação do catolicismo pelo reavivamento do seu espírito, é que essa personagem dramática representa no teatro de Corneille. E isto deixa ver em que ambiente desfavorável ficou o elemento mercantilista subversivo na França.

Também nesse país se fêz sentir a influência da cultura clássica, mas, para em uma sociedade que atravessa muita agitação política, acabar interessando não o agitador, porém Augusto de espírito moderado, estável, que é como esse imperador aparece em *Cinna*, de Corneille.

O teatro dêsse poeta já exprime o espírito de evolução da aristocracia francesa a se acomodar com o rei. Depois do prurido de agitação, o acomodamento, a benignidade, a concórdia.

— Prends un siège, Cinna, prends...

Para Bodin, que seria o escritor dessa época, o Império (e como um Império pode-se compreender na linguagem dêsse escritor o governo francês, mas todo governo de espírito feudal), não tinha sido uma verdadeira monarquia, porém uma aristocracia. A novidade seria pois a Monarquia. O teatro de Corneille representa os sentimentos deveras dramáticos da era de transição de uma forma de Estado para a outra.

Todo o teatro de Corneille anda em torno dêsse assunto. É totalmente diferente do teatro inglês, no espírito, na maneira de se apresentar.

Mas a burguesia se apresenta no palco de França, pela mão de Molière.

Há tipos de burgueses em sua comédia. Porém Molière é de formação intelectual muito fina: aproximou-se da aristocracia para lhe absorver o espírito, o que é precisamente o contrário de Shakespeare.

O burguês! com os defeitos de caráter do burguês, com a presunção dêle, de origem comum, e ainda mais com pruridos de intelectual com que entra se fazendo respeitar na casa de todos; é o médico. Pois Molière é a sátira aos médicos, aliás profissão liberal que na França do século XIX tomava, depois de 1789, o caráter de autoridade universal, se em tudo êle se imiscui, nos costumes,

mes, nas leis, na capacidade para as funções públicas: em nome da Higiene que é mais que a saúde pública, e sim o bem público, talvez mesmo a *república*, entendendo-se essa palavra no sentido em que a empregaram os romanos, ou mesmo um Bodin monarquista com profissão de fé.

O médico substitui o padre, comenta Daudet.

Tipo intermediário entre a burguesia e a gente aristocrata é pois o médico, que presta serviços e entra na intimidade da classe nobre: só por isso é que elle passa ao teatro francês tão aristocrata.

Esse teatro tem os seus tipos de figuras intermediárias entre duas classes sociais, como o inglês o possui com Falstaff.

Mas no teatro francês não haveria apenas o médico como figura intermediária na sociedade, satirizado por Molière: depois surgiria Fígaro!

Falstaff fôra um *sir*: significa a aristocracia que se aproximava do burguês; Fígaro é um tipo do povo, que se intro-metterá entre gente classificada, dando jeito aos negócios, perturbador.

Os dois teatros estavam no sentido histórico em que iam os dois países!

Porém o refinamento da alta sociedade, o ridículo de um mundanismo em que se quer meter a burguesia, se critica em *Les précieuses ridicules* e em *Femmes savantes*.

A mulher como tipo central, e a significar sutileza: isto só nos povos dirigidos por uma aristocracia, com os seus centros de reunião, de conversa entre gente de espirito e talvez mesmo afetada.

Ora não êste o caso de

Lady Macbeth, âme puissante au crime,
Rêve d'Eschyle éclos au climat des autans;
— do teatro de Shakespeare!

Mas eis então que surge, com Racine, a figura trágica de mulher, no teatro francês. Uma originalidade!

A ostentação da sensibilidade (mais sensibilidade que paixão grosseira), toma vulto no teatro com esse grande poeta.

Um afinamento dos sentidos que há de compreender a gente sutil.

A surpresa, o momento máximo no teatro de Racine, o mais impressionante na tragédia *Athalie* não é um fato, um desfecho, como Lady Macbeth levando o marido pela mão para a prática do nefando assassinio: mas a descrição do sonho!

— C'était pendant l'horreur d'une profonde
[nuît.
Ma mère Jéshabel devant moi s'est montrée,
comme au jour de sa mort, pompeusement
[parée...

Um estado psicológico especial: o horror de uma noite profunda! De fato o pêso que faz na consciência uma noite assim! O mal estar que deixa! tudo isso no verso raciniano anda expresso pelos adjetivos e o poeta como que renovou a fôrça dêles na língua francesa.

É um outro teatro. O labirinto psicológico em que se perdem as paixões, Racine vai penetrá-lo.

— “É a psicologia de Racine que succede à lógica de Corneille”, atalha Brunetière. — “O desaparecimento da intriga, e a transformação da tragédia em ópera!” Mas a ópera é afinal o espetáculo de grande luxo. Ostentação! Mas ostentação é apuro de sensibilidade! Eis aparelhamento para tornar visível a olhos vistos grandiosos espetáculos mitológicos. “Pomposas maravilhas.” E ... “uma elegância mole das personagens e uma fluidez de estilo...”

Mas isto foi a refinada gente de França, o gôsto francês. (*Les époques*

du theatre français, pág. 172). É também uma sutileza “pomposa”, que se sabe ter sido a dos salões de França.

Peça sem enrêdo, costuma-se dizer do teatro de Racine. E não há então o jôgo de paixões nem a ação do teatro de Corneille. Isto porque Racine é essencialmente francês do seu tempo, e não espanhol, nem recebe influência da Espanha como Corneille, a traduzir em suas personagens decisões excepcionais, despreocupado o escritor de criticar pessoas, costumes caracteres. Mas Corneille por sua vez perde de vista a situação política, o que o torna subjetivo. É romântico com isto. E Hugo e os românticos o tiveram pois como precursor deles. Escapa então a Corneille o senso histórico.

Racine foi historiador?

Ele escreveu *Abrégé de l'histoire de Port-Royal* procurando as intrigas em torno da vida e das atividades nessa casa religiosa. Não cuida de uma consequência histórica que liga os acontecimentos, isto é, da História propriamente dita, do desenvolvimento da vida dos povos. Mas a sua atenção para diante de um panorama que se rasga dentro do ângulo aberto sobre uma vida social, mundana, cheia de sutilezas e preocupações pessoais.

Racine é, pois, o interesse de espírito aristocrático, cultivado nos salões em que se presta aguda atenção constante nos vultos femininos, em torno dos quais, e também a custa do interesse que despertam, da inteligência que têm, se desenvolve uma intriga política. Para ser lida por gente dêsse meio, é a história de Racine. Um meio restrito. Um meio como o que se formou em parte com os políticos do parlamento da Monarquia brasileira, gente fina, e coíbirda, e posta de lado com o advento da República. No Brasil chegou a se esboçar uma reação a êsse gênero de História.

Naquele meio francês é que se discutiram as questões de governo na França: o que ficou tradicional nos salões franceses até mesmo muito depois da Revolução. — Mas as tragédias de Racine são um refinamento dêsse ambiente de quinta essência, como, em parte, também o foram as tragédias de Sófocles. Um espírito sutil, inquieto, vivo, que da tragédia passa para a comédia, e isto quer na Grécia, quer na França. É, pois, lér Aristofanes e Molière, e então verificar que papel êles dão às mulheres. O poeta das *femmes savantes* se diverte “a custá de três pobres criaturas que não cuidam senão da futilidade de discutir se o sol é que gira em torno da terra. e se devem preferir os versos de *Monsieur Trissotin*: isso em vez de olharem as panelas no fogo.” (Brunetière, ob. cit., pág. 244).

Ora atitude diferente, não seria, na Grécia, a da mulher gregá. *Estrepiades*, da comédia *As Nuvens*, de Aristofanes, era sobrinha de *Mégacles*, filho de *Mégacles*, mas foi criatura “a rescender essências e açafrão, terna no beijar e não poupando despesas, sentando à mesa de finas iguarias, inclinada aos devaneios sensuais”, e de quem dizia o marido: — “Sou eu dos campos; ela, da cidade. É mulher altiva, indiferente aos gastos, verdadeira Cesira.”

É sobremaneira a mulher pedante sem ouvir a ninguém, e querendo discutir com o marido que educação dar ao filho! Uma preciosa ridícula. Como as de Molière...

A par das *Femmes Savantes* se há de colocar a *Assemblée de Mulheres*: outra aproximação entre Molière e Aristofanes. No teatro de ambos muito feminismo. Superafetação. Isso então na Grécia e na França. Mas o pedantismo a aparecer de calva a mostra.

O pedantismo é entretanto flor muito fina da estufa da aristocracia. Como na

França. A Grécia, porém, encerraria o seu destino político prês a idéia de cidade; e a França acabaria de todo entregue à idéia de nação. Os dois países de muito literatura acabariam tendo concepções muito correlatas, e muito dêles.

Quando veio a Revolução francesa, êsse espírito mundano que cuidou se aproximar do movimento subversivo, era êle muito superficial, supérfluo, e foi tido como sem afinidade com a Revolução. A gente dos salões, tôda ela de espírito muito avançado, ficou sendo uma classe para ser guilhotinada, e a Revolução ficou vindo da rua.

A França tinha ficado um país de expressão sumamente literária: o mesmo aconteceu com a Grécia quando ficou face a face com o Império romano. Faltou por fim à França uma grande significação política na História Universal, e ficou ela entregue à sua questão interna, para não representar, no momento, algo como o mercantilismo propulsor da Inglaterra então próspera no caminho da maior nação do mundo.

Eis o aspecto fundamental da História naquela ocasião: O mercantilismo inglês com uma projecção universal. Na França a expressão mercantilista não era dominante nem internamente. No tempo do feudalismo a França ainda se ostentara vitoriosa no mundo expelindo o elemento feudal inglês do seu território, na guerra dos Cem Anos, para que a Inglaterra, entretanto, tomasse pé na História de outra maneira, valendo-lhe de muito a crise interna a que chegaria a França.

No século XVIII, a França a sentir a desorganização que se operava na sua estrutura interna, ela, presa à idéia vaga do que seria essa modificação, agarrou-se aos têrmos Estado, Nação, procurando ver nêles a salvação nacional, enquanto o inglês concretizava um grande porvir em tôrno do seu rei.

Mas a idéia de nação que a França havia de definir e divulgar, sendo nova, tinha de entrar em choque com o resto da gente feudal, já decadente, sem mais significação no presente, para desaparecer, seródia, ridícula nos salões de França, preciosa, desprezível, a subsistir até então enquanto na Inglaterra desaparecera com a guerra das Duas Rosas. Guerra vantajosa para êsse país! e que veio após a dos Cem Anos, e que dela resultou, sendo que nessa guerra das Duas Rosas, se empenhou, em luta de competição e de destruição, os nobres que vieram da França à frente dos soldados batidos pelos franceses. Essa guerra terminou com a exterminação dêsse elemento militar e feudal. “Um rei forte, um baronato fraco, um reino homogêneo, eu tenho pois os três elementos”, computa-os Boutmy, e são êsses elementos, que vão dar a expressão de nação moderna à Inglaterra. Logo não foi para a França, em tudo e por tudo vantajosa, a vitória na guerra dos Cem Anos, se ainda susteve em parte a nobreza de França, em que pese as grandes extensões territoriais e o velho regime social económico instituído nas dilatadas regiões agrícolas ainda a manterem o nobre no país.

Ela, a França, que viveu sob a influência mercantilista dos burgueses no tempo da Revolução, que implantou a idéia de soberania nacional para fazer desaparecer todo regime político e social antigo, ainda havia entretanto de se tornar Império, e de maneira muito diferente da Inglaterra.

Está certo que ficassem os povos com os assuntos históricos que servissem para êles.

A França, que depois da Revolução teve de se refazer na política internacional européia, salvou-se e se impôs com os exércitos de Napoleão para retomar a idéia de Império, como uma revivescên-

cia histórica e como uma ufania de seu restabelecimento como povo, e como nação: daí Thibaudet dizer que a idéia de nação tomou vulto, se definiu de vez, com Napoleão.

Conviria a idéia de Império também à Alemanha, que julgava se reconstituir com Bismarck à frente.

Um halo do passado se aviventa sempre nessas reconstituições, e levaria dessas duas vêzes a defender a nação; idéia que se insinua a par da idéia de Império, e que se definiria como um todo formado pela a tradição: e a História abre então as suas páginas para recolher essa tradição.

Nêste caso a idéia de Império é como as velhas raízes de que ainda brota um caule temporão. Ficava sendo de fato como uma sugestão do passado, para resuscitar em ocasião de abalo decorrente das lutas políticas. E apareceram historiadores a se encarregarem dessa sugestão, principalmente na Alemanha em que a duração do Império foi mais longa, e deu tempo para isso. Mommsen escreveu pois a *História Romana* tornando-se famoso da noite para o dia. "O mundo, escreveu então P.G. Gooch, possuiu pela primeira vez um estudo da República, completo. A firmeza das pinceladas, a variedade de saber, a palpitante vida e o colorido veneziano dos retratos deixaram inesquecível expressão em todos os leitores. Quase ao mesmo tempo Grot e Mommsen incutiram na mente do homem culto moderno, a idéia de Atenas e de Roma. Enquanto isto o público acolhia o livro com entusiasmo e os eruditos confirmavam a profundeza dos seus conhecimentos sem falha, enquanto alguns se mostravam irritados por verem desfeitos algumas velhas concepções e apresentadas novas de maneira que se não podiam contestar. Outros lamentavam a carência de serenidade e dignidade; a obra daqueles historiadores era

realmente de um jornalista tanto quanto de um político." (*História e Historiadores do Século XIX*, pág. 455).

Mas Richelieu, Napoleão, Bismarck, tôdas essas figuras lembram a Europa que se une, divide, reúne e redivide. A Europa que se contrapunha a ela mesma em antagonismo. E a denominação de Império de reaparecer por fim como uma sugestão histórica! Nessa competição entre as diversas nações da Europa a palavra Império talvez fosse retardatária em se retirar da língua viva falada pelos povos da Europa.

A Europa que se une e que se divide!

Primeiro a Europa se une no Império de Carlos Magno (depois de ter havido Roma), para reagir contra os islamitas. A competição dos povos se apresentou como luta religiosa. Nessa luta da Europa contra os povos que vinham do Oriente atravessando o norte da África percorrido pelo comércio, estendendo assim o comércio e o Império maometano, estava a Igreja empenhada. A Igreja lhe dava expressão.

Mas a religião que se firma no seio da Europa, que se infiltra na sua organização social, que está na sua grande competição política, essa mesma religião, por outro lado, vai surpreender-se, entestar com a rebelião protestante saída do próprio seio da Igreja com frades dominicanos. Um choque no seio da Igreja era pois, um choque no seio da própria Europa. Mas a Igreja, principalmente com os jesuítas, ia retomar a sua posição social buscando novos horizontes que se abriam, para apontar a América, o Novo Mundo. A Igreja tinha, pois, onde ir, chegaria até a China, com as missões. E em um plano de reagir de fora da Europa contra a Europa, que se mostrava ameaçada pelo protestantismo, em um plano de formar uma sociedade, um novo povo cristão, que combateria contra o protestantismo, se vê um programa em

que aponta logo o jesuíta com a sua largueza formidável de concepções, para tomar nos ombros tal empresa que seria uma das maiores transformações do mundo pela antecipação de um futuro remoto e do equilíbrio político universal estabelecido em nossos dias: digo que nesse empresa estaria o jesuíta empenhado. Aliás eis uma idéia que há de reaparecer sempre com êles: por exemplo, com Vieira.

Uma solução para uma questão européia, mas solução nova e a envolver a descoberta da América e os seus destinos políticos. Uma solução que se alarga e abrange o Novo Mundo, então devassado totalmente aos olhos europeus. Entretanto já fora da política estrita da Europa, e a compreender os mares a se decidir nêles.

Depois de Portugal e Espanha percorrerem e disputarem primeiro as terras descobertas além dos oceanos, que primeiro êsses dois povos atravessaram, firmariam o pé naquela política de dominar nas terras descobertas, a Holanda e a Inglaterra.

O predomínio de um povo navegante em todo o mundo foi ainda a ambição de Império, e com um absolutismo que não se pôde manter, e que afinal a Inglaterra pôde transformar em "império econômico".

Cortou logo o passo à idéia primeiramente formulada, o aparecimento do Direito Público Internacional, originado na competição das nações diante do novo campo de expansão no mar e no que estivesse no mar que era para elas de ninguém.

Em todo caso nas terras em que cada uma foi se firmando, surgiu o problema de administração, o espírito político interno de organização, inspirado no Direito romano cujo vocabulário se restaurou logo para valer quanto as colônias que se firmaram, e mais uma vez Roma ditou o Direito ao mundo!

Colonização do resto do mundo pela Europa: foi motivo para, de um modo surpreendente (como surpreendente foi a descoberta do novo mundo e a navegação dos oceanos), reaparecer o Direito romano, o Direito do Império romano, logo, a idéia de Império!

A HISTÓRIA E AS NAÇÕES MODERNAS: FRANÇA

FEIJÓ BITTENCOURT

O que a humanidade tem procurado saber apresenta significações diversas, e não andou ela pensando sempre a mesma coisa.

Há problemas diferentes de época para época, quase que até de um dia para o outro, e nos quais se empenha a inteligência humana. Assim, em certas ocasiões se cogita mais de política. Na Grécia surge, pois, uma filosofia, que, com o que mais se preocupa, é a política, e ela aparece com os sofistas, com Platão, com Sócrates, e com Aristóteles: a ocasião era de grandes acontecimentos políticos.

No tempo de Santo Tomás de Aquino não é muito outra a tendência do filósofo e do teólogo, que se tornou um dos diretores do pensamento da sua época.

Mas que é a política? que discutia a política?

A política é a rivalidade entre Guelfos e Gibelinos: os dois interesses contrários que se chocam.

E nessa competição, de um lado, está o poder dos imperadores alemães, a sua tendência de expansão; mas do outro, a Itália, a reação a êsse poder.

Carlos Magno que não pensou em se intrinsecar na Itália, havia, como fundador do Império Germânico, de dizer: "É certo que mais valem as boas ações do que o saber; mas é indispensável saber antes de atuar. Cada qual deve, pois, aprender a lei que pretende seguir, de

modo que a alma compreenda tanto melhor a extensão dos seus deveres quanto mais capaz estiver a língua para erguer, sem erro, louvores a Deus." (*Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Fernando da Silva Correia, página 177).

Mas para orientar as boas ações, ensine-se o que é a moral. E prove-se que a moral recomenda praticá-las. Isto é o que recomenda Carlos Magno?

Nada disto. Queria o Imperador mostrar na sociedade quais eram as boas ações.

A ação social que o Imperador recomendava, reconhecia-a todo espírito arguto que soubesse da sociedade, e das condições dela naquêlo tempo. Ela era boa assistência social.

Essa boa ação social seria, por exemplo, aquela em que, poucos séculos depois de Carlos Magno, a Igreja (estupenda atividade a dos religiosos!), se empenharia vindo ao encontro da sociedade com as suas instituições de assistência social, com as irmandades criadas para cogitar das obras públicas, em uma época em que o govêrno (ou melhor, o Estado), conserva ainda, quase que somente, a sua expressão militar.

Ensino de moral? Trata-se antes da maneira de fazer a sociedade se organizar por si, espontaneamente, por iniciativa própria. A esmola entretanto, faria o que ainda não faz o orçamento inexis-

tente, logo sem verba para a assistência social. A Igreja é que intervém na sociedade se ainda não o faz o Estado. E daí a sua discussão da usura. Os montepios criados para regularizarem o empréstimo de dinheiro. E com isso uma interferência oportuna na vida social.

Mas época houve em que se discutiu a origem divina do poder do Imperador: a Filosofia por certo que interferiu nessa discussão. Mas nesse Direito divino, um fato político da época é que se sobrepunha à Filosofia. O poder de fato do Imperador é que tentava sobreestimar-se com razões filosóficas.

Quando surgiu a questão política do Estado a se organizar, ou a se reorganizar por influência de elementos sociais formados no seio d'ele, é que surgiram as Universidades. Universidades há na Itália, e na França, em Paris: correspondiam a povos que se transformavam. Tanto assim que estavam radicados ao Direito romano, aplicável a certo novo elemento social que se formava. As Universidades eram, pois, a renovação da sociedade.

Mas ainda iriam adiante. Estabeleceriam, algum dia, confronto entre o político e o social, querendo uns fazerem o político se submeter ao social, estar condicionado a êle. Daí a concepção de superestrutura apoiada no elemento social sem nenhuma expressão própria, para dizer o que seria o político. Exagêro!

Esse exagêro se agrava e se instala de vez no tempo da Revolução francesa em que o social tomou expressão de soberania nacional e, perde então, a sua significação distinta.

O poder máximo, o poder superlativo, o poder que governa, passa a ser o povo pelo que dizem; e não se cogita de ver a expressão de força que o governo representa no equilíbrio internacional das nações, irrompendo contra as oposições que lhe puderem advir.

Mas antes da França pensar que ela era a soberania do povo, houve primeiro a França de Bossuet com a sua concepção histórica dos Impérios no mundo; depois viria então a de Voltaire, historiador que trouxe a público, por sua vez, uma concepção de História que fêz época, e em que se descrevem as nações como retratam mundanamente as pessoas, ou ridículas, ou graves, ou levianas, ou prudentes, enfim como se fala de quem se apresenta diante de nossos olhos sem maior significação histórica.

Bossuet dá relêvo à concepção dos Impérios. Encontra nêles um poder fundamental cuja expressão considera da maior transcendência. Vê o pregador a Deus fazendo nascer e morrer essa força máxima, êsse poder sem contraste, que são os Impérios. Poder que vai passando pelos povos. E a História na concepção de Bossuet é essa passagem: a teoria dos Impérios.

Voltaire, como todo parisiense, havia de querer definir as nações como seria do agrado da gente mundana de Paris, cidade dos comentários maliciosos. E de fato foi essa vida mundana que se agitou, que se arvorou em árbitro a ditar conceitos nos salões das preciosas ridículas, esperando, pois, orientar a Revolução. Resultado: acabou quem pensava em orientar, na guilhotina.

Nação e história

Bossuet apontou a seu Rei uma França unificada e católica, conjugada à Igreja na política europeia. Uma França, filha diletta da Igreja e neste caso com um papel histórico especial. Uma França a que tinha o rei de servir e respeitar. Mas era a França de que disse Gibbon — “Comprimida entre os ultramontanos e os protestantes, esteve, pois, ameaçada de tomar um dos dois parti-

dos.” Era assim uma França talvez inclinada a desgarrar da Igreja Romana, e já com uma Igreja Galicana própria, instituída independente, e em que procurava insistir o historiador protestante. Veio então advertir Joseph de Maistre acerca do que diz Gilbon: — “Longe estou de tomar esta frase ao pé da letra: muita vez tenho feito profissão de fé contrária e venho desta vez dizer que de maneira geral a Igreja galicana sempre seguiu nas pègadas do Santo Padre em que pese uma ou outra atitude sua, accidental e passageira.” (*Eglise Gallicane*, págs. 1 e 2).

No caso se trata então da França envolvida em questões religiosas que eram então questões internacionais. O rei é neste caso apontado a serviço da questão internacional: eis o que significa a política explicada por Bossuet à luz da Escritura, definindo êle os deveres do rei em relação ao Papa, à Roma, ao Cristianismo, à Igreja, que era uma expressão universal. Ora dessa política proviria a idéia de nação a expressar um dever, uma atitude, um pensamento nessa política internacional, para a qual eram chamadas as nações.

A idéia de nação só estêve definitivamente assentada depois da Revolução francesa — arguiu Thibaudet querendo aludir a que antes o ponto de referência era o rei, que unificava o seu povo, pelo que os franceses ao seguirem para a guerra clamavam sempre: Pelo Rei! Porém não se havia de pensar somente no rei.

Bossuet já colocara a nação acima do rei, definia a nação com vocação própria. Vocação católica seria pois a de França, adverte Baudrillard. E o rei serviria a essa vocação. A idéia de nação tomava assim certa significação no século XVII; o século XVIII já a encontra esboçada, e a completa pela idéia de soberania nacional.

Com aquela França unificada e católica, havia de estar a idéia de nação esboçada. O termo ainda não tinha significação tão precisa, com que vem a ficar. Nação concebida como um todo social passou a se impor à Ciência Política, e a ter expressão assinalada, na história do Direito, tempos depois. De fato a nação seria considerada como uma expressão psicológica. Seria o espírito, a consciência coletiva de todos aqueles que a formaram. A expressão espírito do povo (*Volksgeist*), de que usou mais tarde Savigny, no século XIX, já despertava, e em parte estava referida nessa consciência coletiva a se impor, e que diziam ser a nação. Análogas eram as duas concepções. Fundamentavam-se na mesma concepção de consciência social tomada pelos juristas para explicar a formação do Direito; abraçada pelos escritores políticos para justificarem o aparecimento das nações, tais como o Império alemão, o Reino de Itália; e ainda invocada para explicar a origem das instituições jurídicas, que é quanto significa a palavra “esprit” no livro, “De l’esprit des lois”, de Montesquieu. Quis êsse escritor ligar a um espírito especial de cada povo, a existência das suas instituições. Uma época a se referir ao estado de consciência em que as coisas têm origem. A época que começou a se firmar com o século XVII e vai até o século XIX.

Os sociólogos de agora já provam que essa consciência social está condicionada, ao invés de condicionar. A política internacional então condiciona a consciência das nações, estimula-a. E condiciona o aparecimento e criação da consciência nacional para as nações nunca abdicarem dessa consciência. A posição econômica de uns povos em relação aos outros, faz o mesmo. Mas foram idéias que tomam vulto com a Revolução francesa, as que vinham afirmar que a consciência do

povo se firma, e se impõe, e rege até os acontecimentos políticos internacionais: está-se vendo que, hoje, a tendência não é mais para dizer bem assim. É antes para contar com uma multiplicidade de dados de ordem material (como os aponta a Economia Política e a Geografia Humana), dados êsses que influem na formação dos grupos políticos existentes, e a nação é um desses grupos. Mas com isso quero dizer que, também, sejam influentes na formação do espírito desses grupos, as razões de ordem moral.

Mas Bossuet já esteve a procura da questão moral que envolve os homens que constituem povos. O grande orador sacro entretanto não fazia diferença essencial entre nação e Império para colocá-los para solucionar essa questão histórica: um a suceder o outro, seja nação ou Império, cada um se tem traçado o papel moral na sucessão histórica dos povos neste mundo.

Não difere, pois, o espírito de que Bossuet faz animar as nações para representarem o seu papel. Montesquieu atribui as instituições do Direito, um espírito que as faz existir: explica a vida das instituições. Bossuet, a dos povos. Bossuet ajusta-se à idéia de nação e ao papel histórico que as nações e os impérios representam; Montesquieu apega-se às instituições dando, pois, a elas a força de sustermem as nações. Um é bem um espírito do século XVIII; o outro, a antecipação de uma reposta a êsse espírito.

Bossuet é um moralista, é um historiador, com uma concepção própria da História, dando êle as nações um papel histórico e moral; mas Montesquieu é um jurista, um pesquisador das instituições jurídicas, dando, pois, a elas a força de que as nações se valem. Bossuet insiste no papel histórico das nações, que às faz surgir, crescer e passar; Montes-

quieu apega-se às instituições e a sua força: e só!

Mas razões psicológicas os dois autores buscam para fundamentar as concepções que lançaram. O doutor da Igreja, com o estudo que êle faz do espírito do romano (L'Honneur des Romains et la Constitution de leur république), aponta nesse espírito do romano, que Bossuet diz se traduzir no estoicismo, tôda a solidez do povo romano, tôda a força de sua unidade manifestada pela identidade dos homens desse povo, que não discrepam do espírito que todos têm igual.

Já Montesquieu não se apega a um conceito moral, nem a moral nenhuma. Cogita das instituições jurídicas, que para êle reúnem tanto os homens em torno de si, como a moral, e a religião.

De fato Montesquieu é um cético do século XVIII, um pouco desapegado das religiões, talvez mesmo da moral; mas nunca das instituições jurídicas pelo caráter utilitário que elas representam.

Instituições! “Convém logo distinguir duas categorias de fenômenos (assinala Henri See): os fatos acidentais, fortuítos, e os permanentes, as instituições” (*Materialisme Historique et interpretation économique de l'Histoire*, pág. 77).

Cada autor teve o que encontrar na História: Bossuet o destino dos povos; Montesquieu, a força das instituições. E Roma, disse Montesquieu, “fôra salva pela força das instituições”! tanto nelas tudo se concentra.

Mas o livro mais famoso do século XVII, no qual Voltaire enxerga a primeira obra em que se firma a prosa francesa, são *As provinciais* de Pascal. Explica-se porque Voltaire o dizia. As provinciais eram o panfleto, daí ser redigido na língua nacional, e não em latim. Era, pois, o começo da utilização da língua do país o que se daria nos

demais países. O alemão se firmou na prosa, quando Lutero traduziu a Bíblia para divulgá-la pelo povo. O escrever para o povo já deve ser tido como expressão aparecimento das nacionalidades modernas. De fato já havendo o povo, que se tornou no substrato das nações modernas, é para êle que escrevem na língua nacional, por êle falada.

Mas *As Provinciais* eram o panfleto, a língua de Voltaire, e versavam um assunto — política religiosa revolucionária — que era o assunto de Voltaire: daí a sua preferência por êsse livro, em que Voltaire já encontrava algo do seu espírito de escritor.

Mas na verdade, o primeiro livro moderno na literatura histórica francesa é *A História das Variações* de Bossuet. É livro em que o autor analisando a época, lhe põe a claro a significação histórica em toda extensão. Uma forma especial de pensamento a respeito de ocorrências históricas: eis o que Bossuet deixa expresso com toda clareza de estilo:

A tese histórica especial, por êle formulada ao apreciar o movimento protestante, é que êsse movimento não é novidade. É um veso do espírito humano manifestado por diversas vêzes: daí o título — *Variações*.

“Se os protestantes (começa dizendo o bispo de Meaux), soubessem a fundo como se formou a religião dêles, tivessem em mente com quantas variações e a custa de quanta inconstância as confissões dêles se foram pondo de pé; como primeiramente de nós (católicos), se separaram, e depois entre êles mesmo divergiram; através quanta sutileza, rodeios e equívocos andaram a recomendar os seus rompimentos reunindo os elementos espalhados da sua reforma desunida: essa reforma de que se gloriam, não os agradaria muito; e, para dizer

francamente a minha opinião, ela não levou a êles senão à decepção.”

Dizendo assim Bossuet verificou um aspecto da História. Formulou uma tese a respeito de toda divergência em história religiosa: o estado de variação, da instabilidade que é a mesma sempre; “Não é, diz Bossuet, somente os arianos que variaram de maneira tão inesperada: todas as heresias, desde o começo do cristianismo, tiveram o mesmo caráter”... e citando Tertuliano, conclui: “a heresia traz em si uma novidade, velha que seja; que entretanto para manter o título de novidade, ela se reforma todo dia; e todos os dias muda de doutrina.”

Eis um particular estado de coisas, que a história reconhece. Bossuet toma-o como tese do livro de história, motivo por que êle merece o qualificativo de primeiro autor francês que apresenta um livro moderno.

BOSSUET

Mas se pode assinalar, na obra de Bossuet, três aspectos distintos:

- 1 — a política de Bossuet e a discussão da Bíblia;
- 2 — os romanos estoicos e a formação da nacionalidade;
- 3 — a teoria dos impérios.

Passemos à primeira questão: a política de Bossuet e a discussão da Bíblia. Verdade prevista na Bíblia e confirmada depois pela História que passa a ser comprovante da Bíblia: eis o argumento de Bossuet. O antigo e novo testamento, um servindo de prova do outro (Brunetière). A História a revelar a verdade. Argumento histórico nesse caso usado em prol da religião. É ver como Bossuet converteu a discussão da Bíblia em uma questão histórica.

Cita-se muito o seguinte trecho de Bossuet: “Deus apòs na sua Escritura a marca divina que nunca se há de apagar: *é a relação que existe entre os dois Testamentos...* Pela conexão entre os dois Testamentos, prova-se que um e outro são divinos. Mostram os dois a mesma predestinação e a continuidade na mesma ordem de acontecimentos: um prepara o caminho da perfeição e o outro no-lo mostra palmilhando, um lança os alicerces, o outro mostra o edifício que se havia de construir... Assim os tempos que passam, vão sendo um tecido que continua, e *os desejos eternos da divina Providência assim nos ficam revelados.* (“Literature française classique”. Brunetière, vol. II, pg. 511).

Eis a prova histórica, a confirmação histórica do que um Testamento enuncia para ser confirmado pelo outro. Esta prova histórica é que Bossuet distinde às questões da religião, que não será mais sòmente o pensamento do homem elevado acima da terra, mas é a intervenção divina nos acontecimentos do mundo. Daí se confirmar Deus por esta ordem sobrenatural dos acontecimentos, que Deus impõe ao mundo e que representa a sua divina intervenção. Isto dá um caráter especial à história, uma vez que os fatos denunciam êsse princípio, essa ordem superior, essa ordem divina das coisas. A história confirma assim a interferência de Deus na do mundo. “Em resumo (escreve Brunetière), trata-se, para Bossuet, de provar que há o divino na história, ou melhor, que, de um certo modo, a história é tóda divina, e que aquilo que há nela de universal, é precisamente êsse caráter de divindade. Retiremo-lo dela, tudo se embrulhará, tudo cairá em confusão, tudo se há de obscurecer; e o conhecimento que o homem tem de um longo passado não lhe está servindo senão para convencê-lo da sua perversidade, da sua fraqueza, e da

inutilidade da vida. Entretanto restabelecamos o verdadeiro caráter da história, tudo se esclarece, tudo se coordena, tudo na história aponta um fim que se torna, pois, na nossa razão de ser e na lei a que estamos obrigados.” (Ob. cit., págs. 515 e 516).

Eis, pois, a consideração que faz Brunetière acêrca das grandes provações sociais a criarem dúvida acêrca da vida que se torna uma inutilidade se nela sofremos sem finalidade alguma. Eis o que por sua vez será a confirmação do divino se como intervenção de Deus considerarmos todos êsses sofrimentos. Mas da prova histórica é, pois, que Bossuet quer tratar. O pregador quer provar um Testamento com o outro, referindo-se a confirmação existente entre êles. Essa confirmação se refere aos fatos extraordinários da Bíblia, aos dogmas do catolicismo, a respeito dos quais Bossuet disputou com os protestantes, e à ordem em que se sucedem os Impérios: pois nada ficará fora dessa intervenção divina.

Bossuet já tinha lançado mão das verdades da História para contestar os judeus que repudiaram Cristo, e dizia contra êsses que para saber-se que o Messias estava em Cristo, bastava fazer a prova histórica mostrando “no novo Testamento a confirmação do que se prometera no primeiro.” (Ob. cit., página 511).

Mas discutindo com os protestantes o argumento histórico de Bossuet era principalmente o seguinte:

“Enfim o império romano cedera; e tendo encontrado alguma coisa mais invencível que êle, recebeu conformadamente em seu seio essa Igreja a que já fizera guerra tão longa e tão cruel. Os imperadores empregaram o seu poder em tornar a Igreja obedecida: e Roma ficou sendo a sede da chefia do império espiritual que Jesus Cristo quis se estendesse

por tôda a terra. — Quando veio o tempo de declinar o poder romano, e que o grande império que em vão se afirmara eterno, para se submeter ao destino de todos os outros, Roma, caíndo como prêsa dos Bárbaros, conservou à custa da religião a sua antiga majestade. As nações que invadiram o Império romano, vieram então a conhecer adotando aos poucos a piedade cristã, que lhes poliu a barbaridade; e os reis delas, recolhendo-se cada qual à sua nação para ficarem em lugar dos imperadores, não encontravam título mais glorioso do que o de protetor da Igreja.” (*Disc. sur. l’Histoire Univ.* Troisieme partie. Cap. I, páginas 447-448).

Estava no Discurso acêrca da História Universal, lançada por Bossuet a reprovação dos protestantes: êles desapoiam a Igreja! Pode-se dizer que êles se opuseram ao Império e a sua unidade. A pena de Bossuet vinha retomar como argumento, a realidade política, a realidade histórica, tornando essa realidade em argumento contra a orientação dos protestantes. A reprovação dos protestantes vem como um argumento político, fundamentado na história, embora relacionado a uma questão religiosa.

“*À História das variações* (que é o livro contra os protestantes), é preciso juntar, escreve Brunetière, as *Seis advertências aos Protestantes*. Não lhe estudarei o fundo dêsse escrito, porque depende de saber muita teologia. Quanto à forma, a eloquência de Bossuet muda muito de feição, nessa obra: de lírica e majestosa, torna-se então palavra-política. Torna-se nervosa e impaciente, mais despojada de imagens e rápida; fica assim irônica e escarninha; nessa altura Bossuet avanteja-se em uma dialética que consiste em cercar o adversário com as suas próprias contradições.” (Ob. cit., pág. 497).

Mas é a mesma maneira de argumentar. A concepção, que não varia. Desde o que disse no *Discurso acêrca da História Universal*, lição ministrada ao Del-fim de França, até os livros escritos contra os protestantes, a maneira de ver não muda. Quando rebate os protestantes, Bossuet já argumenta com o que era a sua obra já extensa, com o que já era o seu pensamento, já firmado com o que enfim era êle: o seu gênio. Isto lhe dá uma grande força moral. É o homem sem contradição contra os homens que êle dizia estar em contradição com êles próprios. “Quem sabe (pergunta Brunetière), se afinal de contas Bossuet por assim dizer morreu trabalhando na *Defesa da Tradição*, a qual, não sendo mais que uma resposta à *História Universal crítica do Novo Testamento*, de um certo Ricardo Simão (subtil hebraizante), não passava de um apêndice ou de uma continuação do *Discurso acêrca da História Universal*?” (Ob. cit., págs. 513 e 514).

Agora passamos aos *romanos estoicos e a formação das nacionalidades*.

Bossuet incutindo o exemplo dos romanos, apreciando-lhes o espírito, ensinava aos franceses a se tornarem nação.

“De todos os povos do mundo, o mais ativo e mais ousado, mas ao mesmo tempo o mais avisado nos seus conselhos, o mais constante nos seus axiomas, o mais prudente, o mais trabalhador, e finalmente o mais paciente” era, dizia Bossuet, o povo romano. Ainda acrescentava: “Estamos a nos referir a êsse grande Império que absorveu a todos os impérios do mundo e de que hoje procedem os maiores reinos, na atualidade por nós habitados, império aquêle cujas leis ainda respeitamos e de que por certo devemos melhor nos enfronhar que nos demais impérios.”

E concluía: “Mas para compreender perfeitamente as causas da ascensão de Roma, e as grandes modificações de que

advieram à sua grandeza, considerai atentamente, além dêses costumes dos Romanos, a época com que se relacionaram tôdas as modificações do grande Império.” (*Dis. sur l’Hist. Universelle*, pág. 513).

Mas o espírito estoico de um povo, estava sendo encarecido na sua pureza de sentimentos e grandeza, estava sendo dado como exemplo por um pregador da Igreja, espírito avisado nos seus conselhos, e ao mesmo tempo prudente. Como povo trabalhador e paciente, o romano tinha virtudes cristãs, citadas então conjuntamente com a grandeza de sentimentos políticos elevados de um povo altivo e ousado.

É o espírito que se divulgava entre os francêses e transparece na história de França. E’ também o espírito que nas definições modernas de nação, tão apuradas e refeitas pelos franceses, se assinala como sendo “uma alma, um princípio espiritual”, mas ao mesmo tempo um “espírito de sacrifício e de devotamento.” Renan que usou destas expressões para definir nação, subentende nelas o que Bossuet encontrava nos romanos, e preconizava aos franceses. É êsse espírito estoico que enche a imaginação de todos em França, no século XVII, preparando já o século XVIII, em que a Filosofia tornou o estoicismo um utilitarismo. Está o espírito estoico em Corneille, como aponta Albert Sorel a dizer que o poeta através do teatro o lançou na imaginação do povo, para depois êle invadir a História. Se Corneille é o espírito de patriotismo, como os homens da Fronda a que de algum modo êle pertencia, e se era o estoicismo que se impôs aos derrotados do grande partido político que lutou até mesmo com o rei, o espírito nacional e o estoicismo de certo modo foram a mesma coisa. E o fizeram ser o cimento da nação. Está aí a significação do estoicismo de Bossuet!

Falta ainda considerar a *teoria dos impérios*, nesse escritor.

“Primeiramente (diz a grande pena da Igreja), os impérios têm quase sempre ligação com a história do povo de Deus. Deus serviu-se dos Assírios e Babilônios para castigar êsse povo (os judeus); dos Persas para restabelecê-lo; de Alexandre e dos seus primeiros sucessores, para o proteger; de Antioquio, o Ilustre, e dos seus sucessores, para o submeter a provações; dos Romanos, para lhe sustentar a liberdade contra os reis Sírios que procuravam como destruí-lo”. (Ob. cit., pág. 447).

Em seguida Bossuet pôs a prova o que diz citando como os profetas já anteviram o que aconteceu. Um “se referindo a Ciro, duzentos anos antes dêsse rei ter nascido.” São João predizendo que os bárbaros se apoderariam de Roma “essa cidade bêbada de sangue dos mártires.” Cita Bossuet a Daniel, que Vieira citou; e disse que “em uma das suas admiráveis visões, o profeta fez passar... o Império de Babilônia, o dos Medas, e o dos Persas, e ainda o de Alexandre e dos gregos.” Mas a quatro impérios assinalou então Bossuet. O quarto é o de Roma, e o último. E diante dêsse se atém para refletir acêrca das qualidades que formariam o reino de França.

Mas Vieira é que falaria em um quinto império, e êle o indicava no Brasil — quer dizer, na América — depois de se confundirem as nações européias — por certo que na anarquia.

Cada historiador tirava, pois, a história a limpo de uma maneira. Bossuet a favor da França poderosa no século XVII, então a grande nação do mundo. Vieira a favor de Portugal; mas o seu argumento era impressionante: a força do isolamento da América no meio dos Oceanos.

Mas na Europa, depois de Bossuet, apareceram, na França, Voltaire e Jo-

seph de Maistre. Voltaire se apresentou como contrário a Bossuet, para depois vir Joseph de Maistre combatendo Voltaire e se pondo do lado de Bossuet.

De Maistre é um escritor inspirado na Revolução francesa. Hoje escreve Babinville a respeito dêsse movimento ocorrido na França:

“A história não conhece partogêneses e a continuidade é a sua grande lei. Com a sua complexidade, com a profusão de elementos a fazerem parte dela, a política é como tudo na Natureza. Não anda aos saltos. A tomada da Bastilha que ficou no transcorrer dos acontecimentos como um símbolo e que não fôra mais do que a emprêsa de alguns motinadores pouco recomendáveis, não fizera que Luiz XVI não fosse à caça nem que os Parisienses deixassem de ir ao teatro. Ela não impediu os acontecimentos mudarem de curso no resto do mundo, nem fêz tábua rasa da Europa” — “Negócios do Oriente, negócios da Polônia, negócios dos Países Baixos continuaram a preocupar os governos. Não viram nos acontecimentos da França mais do que uma nova questão que se lhes oferecia e que de modo algum os desnordeou. Com efeito nem as revoluções, nem as quedas de se admirar com que acontecia na Europa, e o estrangeiro não tinha razão de se admirar com o que acontecia na França, se, antes dela, a Inglaterra, os Países Baixos, Portugal, a Suécia, a Polônia e outros países, passaram pelo mesmo.” (*Hist. de Deux Peuples continuée par Hitler.*, págs. 132 e 133).

Mas de Maistre achou de afirmar que a Revolução francesa era um dano universal caíndo sobre a França. A França era o país predestinado do mundo e de mais expressão para as suas desgraças ferirem o mundo em que tinha de mais alto.

O espírito de Bossuet fazia que de Maistre dissesse assim da França. Bos-

suet considerando o apoio que a França era para o catolicismo, considerava-a *a filha diletta da Igreja*: o que Joseph de Maistre havia sempre de lembrar. Ele é, pois, um escritor da Igreja que considerava a Revolução francesa um castigo imediato de Deus ao país predileto pelas mesmas razões que Ele castigara os judeus, como Bossuet mostrara.

O que Joseph de Maistre então apura na História é o mesmo que Bossuet já apurara. Escrevem os dois no mesmo sentido, em épocas diferentes, argumentando cada qual com mais fatos. Contra Bossuet se levantara Voltaire; pois contra Voltaire surgirá de Maistre, usando, de Maistre contra Voltaire, dos argumentos, da dialética de Bossuet ao discutir a História com os protestantes.

Encontrava de Maistre a Voltaire com um argumento artificial que êsse aliás haurira em Bossuet, e a dizer que o espírito do povo francês, a civilização francesa era a causa da França estar dominante no mundo pelo que se lançara no mundo a expressão característica: de que a França era o país do século das luzes.

Vieira estava mais certo usando para fundamentar o aparecimento de um quinto Império, de um argumento tirado do que se chamou geografia humana: e pôde prever então qual seria o papel da América, a razão da grandeza das nações. Questão mais distante e muito do porvir seria êsse poderio, porém, certo.

História do futuro

Ainda no mesmo assunto, versando, pois, a questão dos Impérios, o Padre Vieira vem depor a respeito das nações destinadas a existirem na História, e não cogita tanto de explicar as que existiram, como o advento de um quinto império por existir.

Até aqui vimos historiadores do passado; o padre Vieira entretanto escreveu a História do Futuro, discorrendo a respeito do que havia de ser, e isto já de fato não era explicar o presente como sói fazer o historiador em geral, mas prever particularmente o que aconteceria na História, tentando acertar, sagacíssimo, a respeito do porvir.

Do futuro era-lhe, entretanto, possível falar documentadamente como teólogo, valendo-se o jesuíta dos profetas, a respeito dos quais escreveu durante muito tempo uma obra que não publicou, intitulada *Clave Profetarum*, a chave dos profetas, isto é, o livro da ciência de lhes entender a linguagem, e lhes praticar as profecias: — e parece que objeto de ensinamentos do pregador e professor de teologia aos que ingressavam na Companhia de Jesus.

Referindo-se Vieira a Daniel, que ficou prisioneiro com o seu povo em Babilônia durante o cativoiro do povo de Israel, conta o pregador inaciano como êsse profeta acertou com o sonho de Nabucodonosor.

Sonhara o Imperador com uma grande estátua de cabeça de ouro, peito e braços de prata, a parte do ventre de bronze, as pernas de ferro, mas os pés de barro.

Uma grande pedra rolou de montanha próxima chocando-se com essa frágil base partindo-a, para a estátua cair no chão espatifada. O ídolo de imensa estatura era tão vultoso que, impressionando o sonhador, o deixou desassossegado. De indústria, não relatava o monarca o que sonhara, e interrogando os advinhos, nenhum nem lhe acertava com o sonho e muito menos o explicava, para que, desesperado, Nabucodonosor se revoltasse contra todos mandando matar os estultos sábios. Atrito com o que vira dormindo, o Imperador soube que estava encarcerado, nos presídios do seu Império, um

judeu muito atilado, o qual, inquirido, não só advinhou o sonho de Nabucodonosor como foi dizendo perfeitamente o que êle significava.

Tartamudeou o monarca diante do prodígio, e quis logo Daniel a seu lado para de tudo o informar. Mas na adivinhação tomara o profeta judeu as cinco partes da estátua e foi explicando uma por uma.

De cabeça de ouro, que é como a tinha a estátua, Daniel deu explicação a Nabucodonosor: era o império dêsse imperador. Representava o império formado com os Assírios e Babilônios. De ouro devia ser o mais nobre de todos os impérios: o de Nabucodonosor. A prata queria dizer os Persas, que vieram em seguida ao Império de ouro. Os dois primeiros impérios ainda foram dos tempos em que fala a Bíblia, no antigo testamento; mas diz Vieira que se Daniel, na sua interpretação da história, não nomeou gregos nem romanos, adiantou-se tanto no futuro que já viu as ruínas em que se tornou Roma e Grécia, e isso como se fôra hoje.

Mas o ferro que é metal mais duro, e de que se fundira Roma, limou os outros impérios, para que Roma, ficasse como a quarta grande época, a época considerável, que se prolonga desde a antiguidade, continuando com o Sagrado Império Germânico até chegar à época moderna.

Usar da expressão império a fim de explicar a história como se ela fôra a continuidade de impérios, ficou sendo um recurso dos historiadores, que não sabiam do sentido das nações modernas. Considerar o mundo uma série de Impérios assim ainda fêz Bossuet. Depois de Bossuet não é preciso citar Tillemont, a quem ainda seguiu Voltaire, escrevendo êste uma copiosa história do Império em que incluiu vasta documentação, partindo de Roma até chegar a idade moderna,

atravessando a Idade Média. Considerava Tillemont a todo êsse tempo como a um só Império, como também o fazia Vieira olhando assim tão longa época histórica.

A história dêsse Império tinha feito Voltaire, retomando o assunto de Tillemont, enquanto não reformara a história escrevendo o célebre *Essai sur les Moeurs des nations*. E a palavra nação já aparece, nessa segunda obra de grande extensão, que Voltaire escreveu.

“Progresso, desenvolvimento, sucção de fases de maior ou menor aperfeiçoamento, não era (pergunta Huizinga), que havia uma antiga necessidade de esquema geral para abarcar os sucessos mundiais, necessidade essa que se faz sentir até para se fazer referência aos primeiros tempos históricos? De fato desde a Antiguidade se vinha falando em quatro reinos mundiais, o que serviu de base para Santo Agostinho, traçar uma grandiosa representação do transcurso dos tempos. A doutrina cristã da salvação permitia somente a idéia de um desenvolvimento único da História humana e um único direito a reger a formação dos povos até a consumação dos tempos. Porém, era cabível uma certa particularidade nesse todo único: a decada, a volta ao verdadeiro caminho, mas isso através um processo de nascimento-florescimento-decadência e declínio, considerado em particular relativamente a costumes, povos e instituições e de um modo geral abrangendo, às vezes, a humanidade para que atravessasse ciclos históricos de generalidade universal. Tendiam já para êsse modo de ver as culturas orientais, professaram-no os estoicos, e, com êsses, Maquiavelo. Reviveu tal concepção no século XVIII na teoria de Vico a falar dos *Ricorci*, o precursor sempre a se repetir mas isso a modificar a imaginação e impetuosidade dos homens a abranger a inteligência e a cor-

rupção do Direito que por vêzes recai na barbaridade e anarquia”.

“A época em que predominou o Racionalismo não deu tréguas a essa concepção; tão pouco nela consentiu o século XIX. Mas ressuscitou de novo com Osvaldo Spengler de maneira sobremodo ilusória.” (*Sôbre el estado actual de la Ciencia Histórica*, pgs. 29 e 30).

Ficou entretanto um quinto império para Vieira decifrar melhor que todos, e já não digo só melhor que Daniel e Bossuet. Bossuet aponta o último esplendor do mundo no reino de França sob o monarca do tempo áureo dos franceses, para o orador sacro envolver nas pompas da sua linguagem os esplendores da glória de França.

Para Vieira, o quinto império, o quinto poder no mundo, surgiria com a América, estaria na América: ou não era de desavisado dizer assim no século XVII.

Tinha o Jesuíta muito senso da realidade para apontar êsse quinto império e aconselhar o rei de Portugal se valesse dêle, e concorresse para êle mudando-se para o Brasil, onde o quinto império estava para se fundar.

Atendendo-se à posição geográfica, aos elementos de defesa e de força com que contar em uma América uma vez povoada e organizada, vê-se como pensava certo o jesuíta.

Mas dizer assim era uma subversão da política européia. Era contar com o isolamento do oceano que concorreu para as nações americanas lançarem algum dia a doutrina de Monroe. Já não cito os estadistas portugueses que insistiram na vantagem de estar no Brasil; mas lembro um Aranha na Espanha a querer transportar os príncipes de Espanha para à América, a fim de os proteger das lutas dos reis na Europa.

Vieira dá explicação muito significativa dos impérios do mundo. “Belo (diz êle), filho do gigante Membrot, redu-

zindo à sujeição e obediência política a liberdade natural com que todos até aquele tempo nasciam, foi o primeiro que ensaiou ao mundo e traduziu nêle a tirania, e que depois com nome menos glorioso chamaram império.” Logo êsse império é a fôrça, o domínio, a tirania: curiosa explicação histórica dada pelo jesuíta que não regeita o elemento material, o poder na sua expressão rude para a formação das grandes entidades históricas, e a que se refere empregando o térmo tirania.

O jesuíta que tanto serviu o Brasil no Século XVII afirma do império o mesmo que afirmou Bossuet, o pregador francês do século XVII: é uma *expressão material de fôrça* compelindo povos e *secretamente orientada por Deus*, para fazer justiça aos povos.

A expressão material de fôrça era, pois, tomada em consideração na História do século XVII. O império, como expressão de fôrça, é um mal que consideram necessário, os escritores do século XVII. E que se corrige (interpretam os filósofos do século XVIII), pela instauração do equilíbrio social em que pesam até os indivíduos, átomos a entrarem na composição do todo. Duas idéias novas surgem então com essa concepção de fôrça material imanente na História: a de equilíbrio e a de indivíduo, ambos a traduzirem o pensamento do século XVIII. Um equilíbrio entre os indivíduos considerados como expressão de fôrça passou a ser a História Universal.

Mas a idéia de fôrça dirigida por uma decisão superior e a castigar os homens, ainda é a doutrina histórica tão debatida por Joseph de Maistre, escritor já dos fins do Século XIX, e que a reavivou então applicando-a à Revolução francesa por êle considerada nos seus horrores, como sendo o castigo do povo francês, desfechado por Deus. Castigo a que?

Dêsse castigo dos povos também cuidaria Vieira.

“Aquela pedra (pedra em que falara Daniel e que estava no Sonho de Nabucodonosor), que viste arrancar, e descer do monte e que derrubou a estátua e fez em pó e cinza todo o preço e dureza dos metais, significa um novo e quinto império, que Deus, do Céu, há de levantar no mundo nos últimos dias dos outros impérios.” Eis o que disse o jesuíta.

Não falou êle em que o mundo acabaria; passariam, isto sim, os impérios.

Pedra que arranca e desce do monte! eis uma impressão de fôrça se manifestando no universo e incidindo entre os povos para lhes decidir do destino e criar o império que seria o quinto.

O Império, fôrça que irrompe exabruta, é que Vieira explica como sendo dos desígnios divinos: “Deus, do Céu, há de (com ela), levantar” então o quinto império: o Império da América a se contrapor aos outros que existiram no mundo.

De fato, depois dos quatro impérios, houve a confusão política do velho mundo que o jesuíta apontava na subversão implantada com os protestantes a se firmarem na Europa. Vieira, com isto, encerrava de certa maneira a História da Europa. Para um jesuíta que viu se levantar no novo mundo descoberto a possibilidade de criar um Estado para combater a situação protestante com raízes lançadas no continente europeu provocando a dissolução do cristianismo, a concepção do novo Império, chamado quinto império, é pois, uma teoria histórica que não se deve considerar apenas concepção exclusiva de um professor de teologia e pregador imaginoso. É êsse quinto Império uma concepção política que em verdade já eu não digo só de Vieira, mas dos jesuítas.

Referimo-nos a que a Igreja em face dos maometanos a invadirem a Europa,

representa a repressão, a repulsão e a vitória. Na fase política que a Europa voltava para o Oriente e para o Sul, o êxito foi completo, e a Igreja estava a frente do movimento político. Na face política interna da Europa, a Igreja a irradiar a sua influência da Itália, sofreu um confronto desvantajoso. Irrompeu a revolução do próprio elemento da Igreja, e com agitadores que se sublevaram entre as novas falanges do cristianismo, que eram as ordens de frades. Alguns deles, é que se transformaram em protestantes, em protestantismo, em revolução religiosa.

Vencer essa revolução que afetava até os Estados constituídos, era reconstituir o Estado: no que pôs mãos à obra o jesuíta. Porém, ampliava-se o problema consideravelmente. Ia além da Europa. E partem os jesuítas, na qualidade de missionários, principalmente para a América do Sul, a fim de reconstituírem um Estado que oporiam à situação política revolucionária europeia, rebelde a Igreja, ao Papa, em tórno do qual se constituiu a Companhia de Jesus.

No Brasil e na América espanhola, a atuação dos jesuítas vem logo adaptando-se aos fins que eles abraçaram. Querem desde o início criar um Estado, e por isso vão promover aquilo com que um Estado há de contar: a cultura. As “escolas de ler e escrever, fixas e ambulantes”, que eles espalham atraíndo a elas o índio, isto é, o homem americano, instalaram-se ao lado de instituições que logo vão além da catequese. Ultrapassa então à catequese, o que eles põem em prática. Cuidam logo de um ensino superior em que lecionam a filosofia: imprescindível no Estado que visam fundar. Criar um Estado! refere-se Vieira a um quinto império, e que estaria na América, preferindo o termo império, aliás antigo, a Estado, nação, que rão tinha foros de cidade. Quer reforçar o

que já houvera e impor, ao mundo, a tradição. É, pois, Vieira que tenta convencer D. João IV de vir para o Brasil, refazendo em terras da América, deixando as europeias, o Reino português, forte, protegido pelo mar que o separaria da Europa: o esteio de um novo equilíbrio político universal, e o baluarte para reiazer o catolicismo reagindo contra os protestantes na Europa, seria êsse reino.

O *quinto império* é, sem dúvida, a criação do Estado em terras novas. Estado êsse que retomaria a tradição e opor-se-ia à Europa rebelada. Transpunha o jesuíta a questão religiosa para o novo equilíbrio político que êle previne se daria no mundo.

Mas era isto história do futuro, sim, a que Vieira procurou formular. Por enquanto vinhamos vendo os historiadores que cuidaram do passado, e foram essencialmente europeus; o que não acontece com Vieira, uma das primeiras figuras destacadas, de homem americano.

Já se viu Bossuet, historiador de uma nação moderna como o é a França; vimos-lo a expor uma teoria dos Impérios do mundo. Mas passemos a Voltaire que contraditou Bossuet, para ainda chegarmos a Joseph de Maistre, que contestou Voltaire, nêle desfazendo de todo.

Voltaire

Primeira questão: lembrar que Bossuet se apegou à autoridade e reflexão dos romanos para fundamentar a grandeza do Império, para explicar como os povos se firmam por terem um espírito estoico. Nada disso haveria em Voltaire, que, na apreciação dos costumes frouxos e descuidados, cogitou penetrar sagaz na psicologia dêles, ao em vez de cuidar da necessidade de educar. Ora nem foi êle pedagogo como Bossuet, que escreveu *Discours sur l'Histoire Universelle* para

educar o Delfim de França; nem como Rousseau que teve filhos (Voltaire não os teve). Rousseau não educou os seus, que levou à casa de expostos, mas para talvez ficar pensando em como os educaria. E, cheio de sentimentos românticos, então escreveu *Emile*.

Ora a responsabilidade de educar a ninguém nunca a teve Voltaire, preocupado em fazer os homens rirem.

Mas seguiu a Montaigne, no dizer de Sainte Beuve, “delicado epicurista da inteligência”, e nunca estoico. E seguia não só a Montaigne, como também a Beyle.

É curioso saber porque Voltaire se deu ao estudo dos costumes das nações: o que não é mais o estudo das instituições com seu caráter de força nacional, como as apreciou Montesquieu. Mas com uma bulhosa curiosidade acêrca dos costumes é que Voltaire perscrutou seguindo a pista do que é falaz, ineficiente. Apreciou a História pelo lado negativo.

O que para Montaigne é motivo de curiosidade, e que êle investiga como quem cata o exótico, para Voltaire é motivo de riso. Foi, pois, ao enalço do que é deletério que andou Voltaire, espírito antes emoliente que proveitoso, e por isso vai êle, nos costumes das nações, encontrar o que procura para escarnecer: isto não é corrigir.

Mas Voltaire é, pois, uma contestação a Bossuet em tudo e por tudo; uma contestação em toda a linha, ponto por ponto. E as mesmas três faces já analisadas na obra de Bossuet sofrem contraste na obra de Voltaire.

Primeiro aspecto da obra histórica de Bossuet: o espírito estoico apontado nos romanos. Com Voltaire aparece em lugar desse estudo grave, a leviandade da crítica motejadora dos costumes. *Essai sur les mœurs des nations* é o título da sua obra mais significativa, e Brunetière a aponta entre os mais famosos livros de

França. Escreveu êle êsse livro para opor ao *Discours sur l'Histoire Universelle*, de Bossuet. Para opor a subtileza de apreciar costumes, ao cuidado de indagar do espírito estoico das nações. Livro sem objetivo próprio; mas divertido. Descrevendo assim os costumes, surge então o pitoresco da História. E esta maneira de escrever, e êste veso de escrever assim, está bem em tôdas as obras de Voltaire. É o homem.

Compôs êle um *Dicionário Filosófico*; depois um *Sottisier*. Êste completa aquêle, acaba dizendo o que de todo não se disse no primeiro. O estilo de Voltaire entretanto corre mais rápido no segundo. Ora ainda não é muito outro o estilo de Voltaire quando trata da história em *Essai sur les mœurs des nations*; é que êle se preocupa com a tolice humana até mesmo na História Universal.

Os costumes têm uma psicologia toda especial e divertida para se tornar no passa tempo dos leitores de Voltaire. E saber dessa psicologia dos costumes é para Voltaire saber da psicologia da tolice. Todos, a custa dela se riem, cuidando penetrar na alma da humanidade que para Voltaire é cheia das tolices por êle já descritas nas suas novelas, a começar por *Candide*.

Mais significação vejam nessa tolice que Voltaire espirituoso encontra nos homens, e a tolice serve para êle substituir por ela o sentido da História.

Há insistências peculiares a cada época, e elas são mais o veso da ocasião que propriamente e descoberta de uma verdade, de um conceito profundo, realmente bem formulado. Hoje, por exemplo, se fica a meio caminho da verdade embasbacado com a teoria dos complexos psicológicos, dos recalques, sem se aprofundarem muito no que têm êles origem, e que lhes serve de formação.

E como hoje se apegam aos complexos psicológicos, Voltaire se apegava a tolice

humana. A análise, a psicanálise que elle fazia, era da tolice, e encontrava muita tolice na alma da humanidade.

Mas como tinha a faculdade de fazer rir, levava os homens a se rirem das tolices humanas, convencendo-os delas. Hoje freudismo; ontem tolice humana e esquecimento da gravidade do temperamento dos povos, em que Bossuet fundamentou o Império romano.

Porém, não é Voltaire que encontra, por si, essa ingenuidade na alma humana, se já existia um pouco de referências a ela na obra de Montaigne. Em Bayle que se sugestionou com Montaigne: a mesma coisa. Mas Pierre Bayle tinha outro caráter, diferente do autor dos *Ensaíos*. Era um agressivo, com a intenção de combater, de demolir, em uma geração, diz Brunetière, “em que alguns dêles eram bem uns debochados, e também fanfarrões do vício e da incredulidade.” Voltaire não era tanto assim como Bayle; porém não era tão leve de espírito, tão sem intenções como Montaigne. Já era um espírito político, de ação na sociedade. Ficou elle entre Montaigne e Bayle. Não se conservou como Montaigne no encanto do comentário descuidado mas arguto; não foi propriamente um libertino como Bayle, mas um vaidoso empenhado de seguir a sua época, combatendo com espírito o que nela estava sendo combatido. Nisso tudo talvez entrasse elle com a vaidade: o espírito que tinha.

Espetacular. De fato, como teatrólogo, foi melodramático. Ora as personagens do teatro clássico francês, eram estoicos. Assim os vejo nas peças de Corneilles. Racine de fato compôs figuras de uma psicologia dramática impressionante. As de Voltaire não passam então do melodrama: nada de estoicos. Sem psicologia profunda, antes vulgares.

Nunca Voltaire se compenetrrou da gravidade da vida, nem na soube descrever assim, não compreendendo as

grandes tradições. Mas a tudo se referiu. Tudo tentou focar. Foi prodigioso de atividade, em tudo se imiscuindo.

Os costumes, as ingenuidades que elle transpôs para o seio da história universal, já os encontrou apontados e se aproveitou do que caíra no gôto do público francês, razão porque talvez seja o mais francês dos escritores. Mas usando da pena atirou-se de tal maneira intrometendo-se a toda literatura francesa, copiando-lhe todos os gêneros que não pôde ter um lugar destacado na literatura e na História.

Já escreveu Beyle no seu *Diccionario* (o de Voltaire chamou-se *Diccionario-Filosófico*; a diferença do título não é grande em obras tão do mesmo gênero):

— “Êsses senhores de Londres estão em cêcegas para publicar livros. Atribuem-lhes um *Comentário filosófico* que, parecendo combater as perseguições papistas, caminha para estabelecer a tolerância dos socinianos.”

Ora comenta Brunetière:

— “Voltaire há de lhe tomar emprestado, mais tarde, êsse processo, essa tática; não será ela, com isso, mais honrosa.” (*Hist. lit. class.*, pág. 62, vol. III).

Brunetière tratando de Beyle como escritor diz que “elle sabia perfeitamente que reatara uma tradição do século XVI, passando por cima do século XVII, por elle combatido. Sentia-se Beyle herdeiro de uma tradição que ficou muito decaída, que entretanto não desaparecera, e para a qual elle serviria de ligação através do século de Pascal e Bossuet, partindo assim de Montaigne para chegar então a Voltaire. Durante o século XVII, toda uma literatura afeita a *libertinagem*, como se dizia naquele tempo, de fato uma tradição direta, e ininterrupta, conforme observou Sainte Beuve, continuou, pois, tendo nas ruas, no palácio, os seus adeptos e representantes: Lionne, La Roche-

foucauld, Retz, Condé, la Palatine, Saint-Pavin, Hasnault, Du Barreaux, Mme. Houlières, Saint Evremenot, Méré, La Mothe, Le Voyer.” (Ob. cit., págs. 50 e 51). Sem dúvida Brunetière, não quis aplaudir uma coleção de libertinos, de “fanfarrões do vício e da incredulidade:” foi dessa família espetaculosa que surgiu, pois, Voltaire, inquieto e espetaculoso.

Os costumes que êle anotou nos povos através da história, aprendeu a descrevê-los com essa gente da leviandade e do chasco. Na verdade essa maneira de apreciar os costumes das nações, levou Reinach a dizer de Voltaire, tal é a graça e a limpidez com que êle escreveu: O Ensaio acêrca dos Costumes das Nações é “a mais legível, a mais espiritual, a menos prudente das histórias gerais.” (Orfeus).

Segunda questão. — Voltaire historiador. A sua obra é copiosa, e escrever muito é o que o sugestiona. A história já fôra escrita por Tillemont, homem do documento, e que faz de Voltaire um atarefado e nervoso remechedor de documentos. Nervosismo e não meditação. Competição e não doutrina.

Bossuet se preocupou com os impérios cogitando do fio da história universal através dêsses impérios. Voltaire é a novidade: a história documento, a história variedade de aspectos. Pormenores. Antes o repositório encontrado acêrca do que é pormenor. E escreveu Voltaire:

1731 — História de Carlos XII.

1751. — Século de Luís XIV.

1753 — Anais do Império.

1756 — Ensaio acêrca dos costumes das nações.

1759 — História da Rússia.

1769 — História do Parlamento de Paris. Relance acêrca do século de Luís XV.

“A História de Carlos XII, diz Brunetière, é livro de um autor dramático que se deu ares de filósofo ou que talvez mantivesse a intenção de o ser.” (Ob. cit., vol. III, pág. 282). É um livro que já vai no caminho das históricas dramáticas e a provocar a emoção como as histórias romance.

O livro Carlos XII era de 1731; já em 1753 os *Anais do Império*, e é a obra de Voltaire que devera se chamar erudita. A palavra *Anais* apenas serve para marcar etapas de uma grande caminhada em que se faz parada de tempos em tempos, marcando as etapas. Uma história sem problemas; mas assás trabalhosa e insípida. Uma história de seguidas tarefas de erudição e pesquisa. Repositório de fatos que ninguém consegue ficar sabendo: uma espécie de lugar para o esquecimento. Foi, pois, a história que de fato já palmilhara Sebastian Le Main de Tillemont, de quem se lembram dizendo que nas suas excentricidades de quando viajava “cantava doces cânticos enquanto caminhava”, ou recitava as “pequenas horas”, mas isso fazia da mesma maneira que o Sr. Hamon lia ou tricoteava enquanto ia percorrendo distâncias imensas, na sua peregrinação cristã. Tillemont ia recolhendo os dados com que escreveu os *Anais do Império*, para investigar desde Roma até a época de *Port. Royal*, casa de extremada austeridade e de grande atividade intelectual, para a qual Tillemont entrara, a fim de ter uma vida edificante. O livro que êle escreveu, ficou sendo um relato com precisão e conciso, de que dizia Bossuet que lido um trecho era como ter lido tudo. Mas ninguém pode desmerecer nos trabalhos de pesquisador incansável e que atravessou a idade média de princípio a fim, colhendo, de fato, em toda a parte a documentação que fizesse dizer Gibbon, o historiador do Império romano: “Servi-me das suas *memórias* cuja inimitável exatidão assume quase o caráter

de genial." Ainda lembra Sainte Beuve que principalmente Joseph de Maistre gostava de citar a respeito de Tillemont est'outra frase de Gibbon: "É a mula dos Alpes; põe o pé firmemente e não escorrega nunca." Mas é a mula; e não é a águia.

Imagem pitoresca a do historiador inglês a respeito de Tillemont. Imagem que dá a impressão de pobreza do historiador, o aspecto de trabalho seguro e certo, que foi tão útil para um historiador como Gibbon. Pois Voltaire, nos seus pruridos de escritor quis fazer o mesmo, e tomar o caminho das investigações mostrando então a todos que era um ledor incansável. Isto para escrever os *Anais do Império*, mas depois viria *Ensaio acêrca dos costumes das nações*. Aqueles ninguém mais lê; mas o *Ensaio acêrca dos costumes* é um livro que todos abrem para sorrir da humanidade, a custa da malícia de Voltaire.

Referiu-se Bossuet ao Império romano para apontá-lo à França, como exemplo.

Explicava o que era o espírito estoico dos romanos para se consolidar com êle a nação francesa.

Voltaire ao invés de recomendar que se tornasse sólida a formação nacional, deu ao século de Luiz XIV uma feição de esplendor em que confiar.

Ali um pensamento grave; aqui uma preocupação mundana.

Bossuet pronunciou a oração fúnebre de Condé, e também a de Turenne, duas obras primas; e na primeira faz um famoso paralelo entre os dois generais de França. Voltaire, ao escrever o Século de Luiz XIV toma a Bossuet o assunto para dar impressão de que refazia o que Bossuet já fizera. O pregador traçou êsse paralelo para esmiuçar profundamente o caráter dos dois cabos de guerra que representavam na ocasião as duas principais fronteiras de França, um a fronteira do lado da Alemanha, e o

outro, a do lado de Espanha. Voltaire para dizer que a França contava com dois generais.

Era muita a gravidade com que o orador sacro revolvía o íntimo dos homens procurando nêle aquilo com que concorreram para a formação da França. E fosse Conde que claudicasse, êle censurava, êle advertia, êle reprovava emocionalmente! Já em Voltaire, nada disso. Tudo nêle é admirar grandezas de que vive imbuído, e de que imbuía o povo, e de que prosapiavam os grandes do país.

Voltaire deu então ao século de Luiz XIV uma feição literária com que ficou êle sendo o século das luzes, de um iluminado espírito, o que faz o famoso escritor do século XVIII ser apreciado pelos positivistas como sendo o causador da transformação do espírito humano que se torna por fim esclarecido. Voltaire é tido como representante dêsse esclarecimento.

De fato, êsse esclarecimento do espírito é que Voltaire, eivado de literatura, encareceu. E o Rei-sol era como que a figura mitológica a presidir uma côrte que contava grandes gênios na literatura,

Voltaire descrevendo a côrte ilustre, realça o brilho da inteligência francesa, na época; e a todos os franceses isso agrada. Agrada o povo. Agrada o rei. Era então Voltaire um cortejador. E assim cortejava a todos e a tudo, para tirar partido. Musset, se referindo ao estado enfermício que Voltaire sempre aparentava e em que andava com o organismo na verdade combalido, disse que até a própria morte cortejava êle para que ela o poupasse; e pergunta Musset a Voltaire, já morto:

Dors tu content, Voltaire, e ton hideur sourire
Voltige-t-il encore sur tes os decharnés?

.....
La Mort devait t'attendre avec impatience,
Pendant quatre-vingts ans que tu lui fis la
[cour...

Emendando Voltaire o estilo tradicional da História, não se emendou a si mesmo. Bossuet ministrou aos reis a história; Voltaire envaideceu-os com ela. Criou o tipo de história cortejadora, história envaidecedora, e se tornou Voltaire com isto no tipo de literato de espírito oportunista, denunciado por Burke ao escrever:

— “Logo que declinou a vida e a grandeza de Luis XIV, os escritores deixaram de ser tão requestados quer pelo rei, quer pelo Regente, quer pelos sucessores no trono, e não mais foram atraídos à corte com os mesmos favores, com tanta regularidade quando no período esplêndido do reino faustoso e que não pecou por impolítico. O que eles perderam da proteção da Corte, procurando se reunirem em uma espécie de corporação que lhes pertenceu de todo, e para o que a academia de França, e, mais tarde, a vasta empresa da Enciclopédia, precedida de uma sociedade de homens de letras, não contribuíram pouco.”

“A cabala literária, e isso havia alguns para a destruição do cristianismo. Prosseguia nesse intento com um zelo que, até o presente, jamais se viu igual a não ser com os apóstolos, de alguma nova religião. Os seus membros se mostravam possuídos do mais fanático espírito de proletoismo, do que resultou, por uma consequência natural, o desejo de perseguição que puseram em prática através dos meios facultados pelas letras. O que não realizavam de maneira pronta e imediata, tramavam de maneira lenta, atuando na opinião pública. Para dirigir essa opinião, o primeiro passo a dar seria ter controle nos que a conduziam. E fizeram-no, com muito método e perseverança, ocupando as posições estratégicas nas avenidas que levam a nomeada literária. Muitos deles, na verdade, achavam-se nos lugares mais evidentes da li-

teratura e da ciência. O mundo lhes compensava disso, e, em troca das suas contribuições científicas lhe perdoava as más tendências e os credos aberrantes. Mas dessa maneira é que praticaram o seu liberalismo. Responderam a isso, esforçando-se por confiscar em proveito próprio, ou de seus continuadores, toda reputação de bom senso, de saber e de senso estético. Ouso dizer que um tal espírito estreito e exclusivista, não foi pouco prejudicial não só à literatura e ao gosto como à moral e à verdadeira filosofia. Esses “padres” do ateísmo são, também eles, beatões: tomaram o feitio de monges para gritarem contra os monges. Mas há o que os torna homens do momento: valem-se da intriga para suprir a sua fraqueza de argumentação e falta de lógica. A esse sistema de monopólio literário, acrescentaram uma infatigável atividade em prejudicar e desacreditar, de todos os modos e maneiras, os que não lhe são da opa.”

Voltaire não quereria ser desacreditado, nem perseguido, nem pôsto de lado!

Não orientou: Voltaire acompanhou. Não criou um estado de coisas: mas seguiu como lhe convinha seguir o que havia. É conhecê-lo para saber a quem ele acompanha. Ora Voltaire tinha tanto do homem de letras quanto do homem intimamente interessado nos negócios de dinheiro, e daí enriquecer como prodigiosamente enriqueceu nos negócios do trigo. E estava ele então as voltas com a burguesia, com a classe que deflagaria a revolução francesa para solapar toda tradição.

Ele seguia a gente de fortuna, de opulência que trouxe a revolução pleiteando para si o poder, egoisticamente. Voltaire acompanhava o novo advento econômico que preparava a queda do antigo regime. “Não era em um país esgotado (diz Mathiez se referindo a Revolução francesa), mas, pelo contrário, um país florescente, em pleno surto de de-

envolvimento que irromperia a Revolução. A miséria que determina, às vêzes, os motins, não pode trazer as grandes transformações sociais. Essas vêm sempre do desequilíbrio das classes sociais.” (*La Revolution Française*. Vol. I, página 13).

Voltaire acompanhou interessado a uma das classes: a que manejava o dinheiro. Ora diz Burke: “O dinheiro, por natureza sempre anda muito perto de toda aventura, e os que o manejam estão mais dispostos que ninguém a se lançarem em qualquer empresa. O dinheiro, por se refazer a todo instante, ajusta-se a toda novidade: a ele é que recorrem todos que sonham com transformações. — Ao mesmo tempo que se criaram novos interesses do dinheiro, uma nova classe de homens teve ascensão, e os interesses logo se uniram de maneira estreita; quero falar dos homens de letras políticos unidos naquele tempo à burguesia em ascensão.

Sendo essa a época, e Voltaire vindo ao encontro dela, podemos falar de Voltaire homem de letras político, como homem às expensas da política.

Terceira questão. — Política de Voltaire. Voltaire se contrapôs a Bossuet campeão da Igreja por ser anticlerical. E por que anticlerical?

O clero fôra a grande organização social. A Igreja se entrosara, pois, com o Estado: daí não haver separação entre eles, e o Direito de família, documentado nas sacristias, ser um capítulo do Direito canônico e estar sob a guarda do padre.

Os combates dados a Igreja entretanto não foram sempre contra a religião, e daí Voltaire perguntar: “Se há ateus, a que os devemos se não é aos tiranos mercenários das almas, que nos revoltando contra as suas traficâncias, levam alguns espíritos fracos a negarem o Deus que alguns desonram? Quantas

vêzes não é os sanguessugas do povo que levam os sobrecarregados de extorções à revolta contra o rei?” (*Dictionnaire Philosophique* — Athée, athéisme. Vol. I, pg. 61).

Mas isto passa como crítica aos costumes; e não às instituições, à Religião, à Igreja.

O mesmo diria Taine, a respeito do tempo de Voltaire e nomeia pessoas, aponta o hábito de se dar “aos mais ricos prelados as mais ricas abadias”, e em seguida cita a relação de um almanaque a especificar rendimentos. (*Les Origines de la France Contemporaine*. Vol. I, pg. 101).

“Por fim o rebanho tosquiado saberá o que lhe fizeram da lã!” — isso basta para acender a revolta. “E sentimentos dêsses até no baixo clero, então exacerbado”, fizeram que uma parte da própria Igreja se enfileirasse com os revolucionários de 1789. (Ob. cit., pg. 113).

Do lado da grande força social dos descontentes é que se colocou Voltaire. Ele é o escritor que sempre procura essa posição!

O combate em que Voltaire se lançou a fundo, não era pois criado por ele: já lastrava no espírito público, e, com isso, Voltaire já se pareceria com uma literatura que viria depois dêle: o jornal. Deu Voltaire forma literária ao que já estava latente, ao que já era uma questão lançada em público. Foi ele, com isto, apenas um literato, nada tendo do gênio de estadista. Não foi um grande escritor político. A sua glória é então outra; é a da sua repercussão, sendo ele como era.

O movimento que Voltaire seguiu sem lhe imprimir sentido, era causa antiga, movimento como o que se operara na Inglaterra dos Tudors. Tudors, Renascimento, Reforma, poder marítimo: são expressões correlatas, são consequências que o mercantilismo traz. O século XVII na França é o do mercantilismo

francês; no século XVIII, ainda na França andavam à tona as idéias provenientes do século anterior. Voltaire não as criou. Sim, cortejou-as!

Uma particularidade de Voltaire era saber cortejar. Para o que lhe valia o gesto, o porte amável, simples, prazenteiro, vivaz.

Mas inteligente, que era, e tendo visão da oportunidade, não só cortejava os homens como os compreendia bem para ficar acima deles. E cortejava. Cortejava idéias. Cortejava as correntes de opinião. Cortejava a popularidade, e sagaz para fazê-lo com espírito. Ora da humilhação de cortejar ficava-lhe sempre um complexo, uma ânsia de se sobrepor ao cortejamento, a de ser cortejado. E o conseguiu ser com a grandeza, com a repercussão com que cortejara a tudo, ao Rei-Sol, ao povo. Um dia se viu, pois, um escritor entrar aclamado em Paris como nenhum homem o fôra: era Voltaire. A sua atitude se tornara em um estado geral de coisas.

Escreveu George Macaulay Trevelyan:

— “A passagem da sociedade medieval para a sociedade moderna no que diz respeito à religião, consistiu sobretudo em uma redução do poder do sacerdócio, e no acesso dos laicos, primeiro coletivamente através da ação do Estado, depois individualmente graças à liberdade de consciência privada.” (*História Política de Inglaterra*, pg. 206).

.....
“Na Babel das vozes soantes durante o reinado (de Henrique VIII), a nota predominante foi um anticlericalismo católico e nacionalista. Só depois da morte de Henrique a lógica da situação dentro e fora do país levou os ingleses anticlericais e nacionalistas a defenderem-se contra a reação católica mediante uma aliança com os protestantes, a cujas

doutrinas se converteram mui sinceramente durante o reinado de Isabel!”

“De fato, o anticlericalismo não estava destinado a converter-se em bandeira de partido permanente, na Inglaterra, como o chegou a ser na França, e na Itália desde os tempos de Voltaire.” (Ob. cit., pgs. 206-207).

Voltaire interessou-se por êsse partido anticlericalista ganhando com isso a celebridade que repercutiu na Europa inteira. Compreenda-se então porque a fama desse homem de letras foi maior que a de todos os reis da época: travara êle combate contra o que estava profundamente arraigado na organização social, para todos sentirem a luta contra a tradição.

Assim ficou êle sendo a figura principal no momento. Entretanto era um poeta. Um satírico. Um novelista. Um dramaturgo. Um historiador. Um comentador pérfido dos assuntos históricos. Um exímio contador de anedotas. E foi levado à política; mais ainda: foi levado à questão social.

Quem há de retomar os assuntos históricos, e ao mesmo tempo políticos, depois de Voltaire malbaratá-los?

A propósito. Houve na França, há um quartel de século, um ator afamado, de nome Segnoret. Boêmio que foi, depois de pisar os melhores palcos do mundo decaiu e andou pela enxovia dos espetáculos públicos mais baratos. Ali dialogara com leveza e finura; aqui não tinha mais que fazer que alguma careta com que divertia os espectadores. Temperamento indiferente à grandeza passada e à miséria presente, punha, espirituoso que era, o seu humor, acima de tudo. Envelhecido, rosto emagrecido e maltratado, pele enrugada, mas olhar vivo, fisionomia fina, apareceu, sem mais esta nem aquela, em um espetáculo de segunda ordem, num teatro de revista, causando surpresa a todos por êle estar ali tendo sido quem era. Mas estava repre-

sentando, entretanto, o Voltaire da estátua de mármore da Comédia francesa com quem aliás ficou muito parecido. O Voltaire da Comédia está sentado em cadeira grega, vestido à grega, busto nervoso inclinado para frente em movimento, braços postos nos braços da poltrona a que se agarra e a rir para o público, com que se depara. Voltaire era aquilo mesmo: o interesse de se deparar com o público para fazer que elle ria. Aquelle Voltaire de mármore ri através do carrara esculpido com uma finura extraordinária para retratar sagacidade e vivacidade; e o Voltaire do espectáculo de baixa extração ri com expressão de um rosto esqualido a revelar decadência e penúria, zombeteiro do próprio estado de miséria física, mostrando Voltaire tal qual elle fôra motejador. Sim; com um riso canalha!... Que me perdoem o adjetivo! Elle me escapou: porque é verdadeiro...

Mas para se opor a um Voltaire tão popular, foi preciso vir alguém que tivesse muito espirito.

Encarando a Revolução, face a face, diz de Maistre, que se opôs a Voltaire: "Refletamos bem que ver-se-á o movimento revolucionário uma vez desencadeado a França e a Monarquia não se salvariam senão pelo jacobinismo." Quer dizer: época há em que o país terá de ser policiado por esses partidos, que aterrorizam, constroem a sociedade na sua incontinência: evitemos, pois, as revoluções, que os trazem sempre!

"O rei (escreve de Maistre), jamais conseguiu ter aliado; e é um fato assás evidente para que não se veja nenhuma imprudência em o dizer, que a colisão não quisesse, pois, a integridade da França. Ora, como resistir à colisão? Que fôrça sobrenatural impediria o grande esforço da Europa conjurada? Somente o gênio infernal de Robespierre poderia realizar esse prodígio. O governo revolucionário fortalecia as fibras da

alma dos Francêses, aceirando-a no sangue derramado: elle exasperava o espirito dos soldados, e lhes multiplicava as fôrças a custa de um feroz desespero e do desprezo pela vida, que se parecia com a raiva. O horror dos patíbulo, fazendo os cidadãos correrem às fronteiras, alimentava a fôrça exterior, à medida que aniquilava no interior do país tôdas as resistências. Tôdas as vidas, tôdas as riquezas, todos os poderes se entregaram assim nas mãos do poder revolucionário; e esse monstro de poderio, bêbado de sangue e de êxito, fenômeno pavoroso jamais visto, e que certamente nunca mais se verá igual, era, ao mesmo tempo, um castigo medonho e único meio de salvar a França." (*Considerations sur la France*).

Joseph de Maistre mostra que os francêses depois de abrirem mão de tôdas as idéias tradicionais, acabam voltando, na Revolução francesa, à idéia de pátria, que é, pois, o retôrno à grande tradição, diz elle, a sugerir aos homens para então elles ainda se salvarem abraçados a Revolução. Idéia que se impõe por si mesmo, sem necessitar de nenhum método filosófico, de nenhuma dialética para chegar a ella. E Joseph de Maistre queria que essa idéia fosse filha da experiência geral, aliás o grande fundamento em que assentam até as concepções religiosas.

Deixo de comentar esses trechos de um poder de expressão impressionante; mas o que Joseph de Maistre afirmou a respeito da Revolução francesa, há uma porção de historiadores a subscreverem. Macaulay quando traçou o famoso ensaio retratando Barrere, tem o mesmo espirito de Maistre. Na verdade é de Maistre como que o primeiro a assentar a concepção que Tocqueville lançou a respeito da Revolução no seu livro *Ancien Regime*, e que modernamente Bainville repete a dizer: — "É preciso compreender o "princípio de continuidade" que Alberto Sorel lançou na sua

grande obra histórica que lhe deu reputação e em que estabeleceu, fôra aquêlleciprincípio a diretriz tomada pela Revoluçãofrancêsa. Na verdade, a Revoluçãoo repercutir na Europa, não perpetuou o antigo regime: ela pretendeu continuá-lo, corrigindo-o. Quís, pelo mais curioso dos fenômenos, voltar às tradições puras da política francêsa, alterada pelos últimos reis depois de desfeitas as alianças do país. Nesse sentido a revolução foi reacionária.” (*His. de Deux Peuples continue jusqu’à Hitler*, págs. 136 e 137).

Assim Jacques Bainville. Depois de Bainville, Gaxote. Por fim Léon Daudet. Todos a procederem de Joseph de Maistre. De Chesterton já disse Maurois que êle se filia a De Maistre: êste escritor nos fundamentos da crítica feita às religiões primitivas segue o escritor francês. Influindo De Maistre em tantos escritores dessa maneira, não há, pois, escrito mais atual.

Joseph de Maistre

E a surpresa do nome que se opõe ao de João Baptista de Arouet, que poucos conheceram senão como Voltaire: é Joseph de Maistre.

Vejamo-lhe, de relance, a vida. “Nasceu em Chambray, em 1754, sendo de sangue nobre, membro da magistratura hereditária, de Sabóia, e imbuído, como observa justamente Faguet, de um forte sentimento patricio e portador de um espírito de casta, aliás sentimentos êsses superiores ao comum da nobreza. Sua educação escrupulosamente feita dentro nos princípios dos jesuítas, foi de intensa aplicação aos estudos, árdua, caracterizando-se por um espírito de obediência absoluta. Sendo estudante da Universidade de Turim não leu um só livro sem prévia autorização de sua mãe. Uma vez terminados os estudos jurídicos, desem-

penhou diversos cargos oficiais no governo de Sabóia, esperando fazer carreira na magistratura. A sua vida de burocrata firmou, em De Maistre, o amor à ordem, à estabilidade, e à obediência, o temor à variação e a iniciativa do poder soberano e exclusivo da coasão legal para governar os homens e manter a ordem social, já era homem entrado na classe dos trinta anos, com responsabilidades de família e com idéias completamente firmes quando estalou repentinamente, a Revolução francêsa, negando-lhe tôdas as idéias que mais amava, destruindo o sistema de vida que tinha, e enviando ao destêrro. Durante muitos anos, êle e a sua família passaram às mais amargas privações, chegaram até a estarem a ponto de cair na miséria. Posteriormente foi nomeado embaixador em Ardenha, na Rússia, e esteve separado da família quinze anos.” (*Hist. del. pens. social*).

Êste é, pois, o homem. Mas ponhamo-lo em confronto com Voltaire que também foi educado pelos jesuítas: se tudo nos dois é precisamente o contrário. Escrúpulo em ler; leitura de libertino. Um funcionário zeloso; um mundano irrequieto. E Voltaire enriquecido com os negócios de trigo; e Joseph De Maistre estêve a ponto de cair na miséria. Joseph de Maistre tendo atravessado a Revolução francêsa; Voltaire nem por sonhos sabendo o que seria a Revolução. Tinham, pois, de ser dois temperamentos diferentes.

De novo aparecem em confronto os três pontos em que Voltaire se opôs a Bossuet. Mas, desta vez, o oponente é Joseph de Maistre; e o confronto é então com Voltaire.

Há uma particularidade em Joseph de Maistre: é um adversário do que há na Revolução. E por ser um adversário do que há de mau na revolução que êle conheceu a fundo, o é de Voltaire, que não a conheceu.

Entretanto Joseph de Maistre não é um contrarevolucionário; da inutilidade das contrarrevoluções disse êle o que tinha de dizer: “Enfim, quanto mais se analisam os personagens aparentemente mais ativas na Revolução, mais neles se vê algo de passividade e de automatismo. Ninguém há de proclamar suficientemente que não são os homens que conduzem as revoluções; é a revolução que se utiliza dos homens. Dir-se-á uma verdade afirmando que *ela caminha por si mesmo*. Esta frase significa que jamais a Divindade se revelou de maneira mais clara em nenhum outro acontecimento histórico. Se ela emprega os meios mais vis é que pune para regenerar”. (*Considérations sur la France*).

Joseph de Maistre é preciso colocá-lo acima da categoria dos espíritos contrarevolucionários. Fica êle em esfera superior à das conspirações políticas para jogarem as instituições políticas por terra. Diremos de preferência que êle é um reacionário, havendo grande diferença entre reacionário e contra-revolucionário.

O reacionário fica no terreno das idéias. Volta às que existiram sempre e por isso, às vêzes, o accusam como tradicionalista conquanto abracem êles essas idéias já venham elas com quem vierem. Combate êle pelas idéias em tôdas as ocasiões, e jamais contra os homens do momento. Faz crítica superior, e nunca uma política como as políticas de sempre. Está no terreno das idéias que hão de sempre implantar-se, dadas as idéias universais, necessárias a todos os homens: não pleiteia posições políticas. Não é um político: é um publicista.

É por isso que adversário dos que preparam as revoluções, Joseph de Maistre aprova a Revolução francesa como um castigo necessário. É êle o homem que eleva êsse castigo à altura da provação, e o diviniza até na figura que a todos repugna: o carrasco, cuja missão passa a ser, para Joseph de Maistre, sagrada!

Eis o impressionante, o surpreendente pensamento de Joseph de Maistre todo vivacidade, e que se não é a ironia, toca à irrisão a se contrapor a Voltaire, jogral a falar, a se rir da ingenuidade humana.

Uma visão apocalítica a substituir uma cêna de jocosidade.

Mas devo dizer que Joseph de Maistre se opôs a Voltaire: precisamente nos pontos em que Voltaire se opôs a Bossuet.

No que a obra de Voltaire contrasta com a de Bossuet, a de Joseph De Maistre combate a de Voltaire.

Apontou Bossuet, na Bíblia, qual a prova histórica da interferência do poder divino na sociedade dos homens, e com isso um tal poder ficou sendo fato histórico e tão de verificação histórica pela maneira dêle se confirmar que aventou a idéia da sua significação, em face dessa maneira dêle se repetir.

Os fatos históricos da religião passaram então a ser *verdades universais*. Insiste, pois, Brunetière no seguinte trecho do pregador francês em que se argumenta com a prova histórica da confirmação da verdade: “Deus reservou à sua Escritura uma característica divina, que não sofre contradita possível: *é a relação que ficou entre os dois Testamentos*.” E acrescenta: “Assim todos os tempos se mostram seguidos, e uma intenção constante da divina providência nos foi revelada.” A história e a verdade ficaram assim intimamente relacionadas.

Os tempos se mostram seguidos: êles confirmam o que se repete. *Uma intenção nos foi revelada*: quer dizer que se nos apresenta algo que não pode mais ser recusado em si. Alí a contribuição histórica a provar; aquí a crítica a perceber a revelação, algo de mais.

Bossuet lançara, pois, uma nova verificação de idéias transcendentais, feita através da História Universal. Assim

como o pragmatismo formula o seu método de verificação, e o próprio ceticismo não deixa de ter o seu, Bossuet recorreu, tem o seu processo de recorrer, à prova histórica. Criou, pois, uma crítica histórica especial.

Ora Joseph de Maistre quando vai tocar em questão contestada por Voltaire anticlerical, êle se eleva algo a indagar do fundamento transcendente da instituição do Papado, que é a procedência, o núcleo de formação, o centro, a causa de todo o clero, da Igreja.

“Não sei (escreve então Joseph de Maistre), se já estão convencidos dessa grande questão que é a infalibilidade do Papa assim como se convenceram de tantas outras, isto é, de que as verdades teológicas são verdades gerais, manifestadas e divinizadas.” *Manifestas*: concorre para ela a prova histórica; *divinizadas*: analisadas se vê que são elas *algo de mais*.

E conclui: “de modo que não se atacará nenhuma delas sem ofender uma lei do Mundo.” — “A infalibilidade na ordem espiritual e a soberania na ordem temporal são duas palavras perfeitamente sinônimas. Uma e outra exprimem o mesmo alto poder que domina a todos os outros, do qual todos os outros derivam, e que governa e não é governado e julgado.” (Du Pape). O poder centralizado de que todos hão de decorrer.

Eis a prova contingente do fato histórico que é a soberania, comprovando a questão transcendente que é a infalibilidade. De Maistre acondiciona, pois, uma questão à outra. Esta àquela. A questão de ordem prática se consubstancia assim com a questão de ordem transcendental, uma descendo até a outra.

Mas neste caso: êle torna a questão religiosa numa questão política, e significativa para o comentário e compreensão dos fatos políticos.

E ei-lo então político, e como não o era Voltaire.

A prova histórica foi assim proposta por De Maistre para explicar uma instituição imanente na história universal, tal como o Papado. Observando a instituição, levando em conta o que ela tem de manifesto, de imanente, de necessário é que Joseph De Maistre firmou a idéia de que ela é uma “verdade geral”: verdade então imprescindível como toda verdade.

Mas neste caso as verdades assim Joseph De Maistre as encontra como um “princípio natural” confirmada por todos os povos, embora comprometida por muitos: mas sempre esteriotipada.

Para confirmar essas verdades gerais consubstanciadas no cristianismo, e verificadas através da História, Joseph De Maistre apela então para o próprio paganismo, que associou mal as idéias e comprometeu as verdades religiosas.

Voltaire via no paganismo as bizarrarias que êle, satírico investigador incansável das tolices humanas, levava a todas as religiões. Bastava que êle as visse em uma para generalizar a todas.

De Maistre subverte a argumentação de Voltaire. Mostra que no primitivismo, “nas abusões” das primitivas religiões estava não o ponto de partida do cristianismo, mas a decadência, a desviação. Tratava-se de involução e não ponto de partida de evolução. Havia, nesse caso, inversão, regresso, decaída das grandes verdades universais. Com isso êle distinguia as religiões, o que de fato Voltaire não fazia. E é assim que êle comenta costumes, práticas religiosas pagãs para mostrar transparente nela o princípio religioso, mas em sua expressão degenerada. A religião seria, pois, um fato universal, mas para ser apurado comentado sob a influência política e social, do meio assim como deve ser comentada e apurada a História Universal a contar na evolução política dos povos.

Daí Joseph De Maistre dizer que se devia “cristianizar o paganismo”. Ao

invés de ridicularizar o cristianismo introduzindo nêle as aberrações religiosas pagãs (o que fazia Voltaire), mostrou no paganismo comprovações da verdade religiosa. Praticou assim a crítica religiosa no terreno da história, já esboçada por Bossuet.

Cristianizar o paganismo: esta expressão surgia a par de uma percepção das verdades religiosas para a qual já caminhava o século XVIII com a concepção de religião natural. Mas De Maistre submeteu a questão a uma crítica mais cerrada, em que o argumento de ordem prática e de expressão política, o argumento histórico é pôsto em jôgo.

Henri Sée discutindo as idéias de Emile Meyerson a respeito do que seja a ciência, lançou muitos esclarecimentos acêrca do que há de ser a história, como disciplina do conhecimento.

A primeira advertência feita a respeito dos conhecimentos científicos é a seguinte: “O Sr. Meyerson mostrou muito bem que a ciência não consiste sòmente na investigação e na instituição de leis; ela precisa, e sobretudo, procurar para os fenômenos uma explicação, além da lei.” (*Science e Philosophie d'après la doctrine de M. Emile Meyerson*, página 161).

O espírito de análise dos séculos XVIII acêrca da natureza dos conhecimentos humanos, para que dêles deduzamos, uma atitude prática, já caminhava muito nesse sentido. Nêle já estava a *Crítica da Razão Pura*, de Kant. Mas perguntava então Henry Sée, particularizando o caso dos conhecimentos Históricos: — “É verdade que a história, mesmo a de nossos dias, deva oferecer a previsão do futuro, conquanto já se dissesse espiritualmente que ela fôra a “predição do passado?” (Ob. cit., página 161). Acrescenta Sée: “O Sr. Meyerson admite conosco que uma real previsão é impossível em história, e que esta não será então objeto de leis, com-

preendida a palavra no sentido em que tomamos a lei nas ciências físicas. (Ob. cit., pgs. 161 e 162). Sée diz ainda mais: “Essa falsa impressão imperdoável do legal em história — eis o que afirma com precisão e profundidade a afirmação desse escritor — então faz que compreendamos a necessidade do explicativo.” (Ob. cit., pg. 162). Novo têrmo lançado, cria nova questão: a questão do *explicativo*. Que explicativo é êste? Pois dêste explicativo em história é que cuidou De Maistre a adivinhar o passado, percebendo o que êle tinha de intrínseco: ora quando Joseph de Maistre desencavou o sentido “histórico do passado”, fazendo então que lhe chamassem a êle “o profeta do passado”, êle como que adivinhava, êle como que *induzia*, êle como que *acertava com o sentido dêsse passado*. Jogaram, pois, com as palavras, usaram do verbo predizer por *acertar* com o sentido dos conhecimentos históricos.

A palavra “predição” está, pois, empregada no sentido de revelação feita, de desvendamento da natureza daquilo que a história conserva consigo: no caso se quer saber da natureza dos conhecimentos a haurir. Mas isto para interpor entre êles a consciência que o homem tem do sentido em que deve operar, para assumir atitude prática acêrca de que deve deliberar, atitude pragmática, e há assim um dever, uma necessidade de proceder num determinado sentido, há então a necessidade de uma atitude política e social.

Mas Joseph De Maistre no falar do Papado, aludiu entretanto a que êle representava as leis do mundo. Leis do mundo! A expressão está empregada no sentido de tendência obrigatória, de ordem prática, e se refere a uma obrigatoriedade, a um pragmatismo e não é o que Montesquieu definiu como lei — a constância através dos fatos da natureza, a relação sempre mantida entre as coisas.

Nada dessa constância insuperável, dessa exatidão: mas a necessidade de acertar então com certas regras de conduta convenientes à humanidade, e que ela formula para si mesmo, dirigindo-se na vida. O sentido da expressão usada desta vez é antes o de causa final, moral, regra de ordem prática, condicionada à consciência de ação do homem, do que de “causa eficiente”, “relação necessária e que deriva da natureza das coisas”, — referida por Montesquieu.

Os conhecimentos históricos serão, pois, elucidadores dos fatos históricos. Serão as investigações para ver o que êsses fatos têm de intrínseco sabendo-se então o que são êles em si. A investigação histórica será, pois, um método apropriado à verificação dos fatos históricos para distinguir o que êles tem no íntimo, e daí deduzir uma maneira de os compor, de os ajeitar, de os condicionar melhor ao homem.

Eis o terreno em que ficou firme De Maistre. E que dizer? “A coisa é sobremaneira impressionante (já escreve Séé), quando encaramos a história com os tão complexos fenômenos que ela estuda à mercê dos acidentes da ação dos indivíduos a influirem, ficando assim êsses fatos históricos a dependerem das eventualidades e das contingências.” (Ob. cit., pg. 158).

Se, neste caso, ver, na sua constituição, os fatos históricos, é o mesmo (querem dizer), que prever, nessa previsão histórica não está, pois, a revelação de uma expressão intrínseca dêsses fatos diante das aberrações que ocorrerem os homens nada terão que dizer, e hão de aceitá-las e só. Mas ver os fatos históricos é pôr os homens diante dêles e lhes despertar a consciência da situação histórica. Mas sendo assim, que se dirá da história? Que se fará na História?

— Há de idêntica. E “*identificar*” (comenta Séé) é de fato uma das pre-ocupações do historiador porque “não

compreendemos verdadeiramente o passado senão pelo presente”; falar assim tem muita significação”. (Ob. cit., página 164).

O velho Arouet, pretendia precisamente lançar no rosto do cristianismo o que era a tara tão gritante nas religiões “primitivas”, rudimentares, absurdas, aberrantes, e assim deu início à atitude intelectual que o século XIX abraçou contra as religiões se levantando contra elas tôdas.

Voltaire alude às abusões religiosas e não nos explica senão inventando um estado abstruso no fundo da inteligência humana, da qual moteja sempre para que o homem saia daqueles abusões afastando-se do ridículo, entretanto, êle considerou o homem não como um ente que evolui e não a regredir a cada momento, para que se cogite não da evolução da humanidade mas da decadência, tão somente. E neste caso não condenar a religião, mas as decadências religiosas.

A respeito de Voltaire a falar de conjecturas religiosas muito se tem escrito. “Os filósofos do século XVIII, notadamente Voltaire (comenta Salomão Reinach), opunham de bom grado a razão a conjectura, e não concebiam — a idéia de evolução estando ainda para ser lançada — que a conjectura já tivesse relação com a verdade”. (*L’avocat du Diable*. J. G. Frazer, pg. XI).

A conjectura pode ser um erro. Mas no erro (e as superstições não deixam de ser um erro), a verdade pode estar implícita, embora deformada, comprometida: porém, não deixa de existir. Corrige os erros, as desvirtuações das superstições, que tereis o benefício de encontrar a verdade, o princípio acêrca do qual a superstição representa uma degradação. Joseph de Maistre já se referiu assim às religiões aberrantes que são para êle o afastamento do verdadeiro espírito religioso. Uns esperam vir do erro por um processo, por uma crítica que de-

pure enfim a verdade na sua expressão superior; outros, porém, querem chegar a verdade, em religião, por uma evolução, que leve do inferior ao superior, por um processo de seleção — como é do gosto de evolucionismo que fêz moda.

Não é de evolução que trata Joseph De Maistre; mas de explicar as religiões regredidas, mas de apontar a decadência do espírito religioso.

Frazer fêz qualquer coisa assim a respeito das abusões.

“Depois de o lerem (adverte Reipach), não se há de repetir sem reservas o verso de Lucrécio: *Tantum religio potuit suadere malorum*, verso em que convém, como eramos obrigados a fazer no colégio, traduzir *religio* por “superstição”. Não se há de mais dizer com Montesquieu: “Julgar-me-ia o mais feliz dos mortais se pudesse corrigir os homens das suas superstições,” uma vez que é certo as superstições terem trazido em si o germe, senão a verdade, sendo êles em todo caso de certa utilidade social”. Pode afirmar assim quem concatena as superstições como um elo de uma evolução; mas êste não é o caso de De Maistre a falar da decadência religiosa. Frazer entretanto, mostrou que se deve, em todo caso, levar em conta as superstições, porque foram esteio, e desenvolveram:

o governo,
a propriedade privada,
o casamento,
e o respeito à vida humana.

E acentuou quatro afirmações:

I — Que, entre certas raças e em certas épocas, a superstição firmou o respeito pelo Governo, particularmente pelo Governo Monárquico contribuindo, assim, para o estabelecimento e manutenção da ordem social.

II — Que, entre certas raças e em certas épocas, a superstição firmou a propriedade privada contribuindo, assim, a lhe assegurar o uso.

III — Que, entre certas raças e em certas épocas, a superstição firmou o respeito ao casamento contribuindo, assim, para uma estrita observância das regras da moral sexual, quer entre os indivíduos casados, como entre os solteiros.

IV — Que, entre certas raças e em certas épocas, a superstição firmou o respeito à vida humana, contribuindo, assim, para a confiança na existência.

Diante disso, James George Frazer se fêz, pois, advogado do diabo em relação ao que Voltaire difamara.

E o século XVIII, imbuído do espírito de Voltaire, não soubera investigar o erro, a sua natureza, e não viu a apôio a que êle se acosta.

Joseph De Maistre combate o terreno em que Voltaire colocou a questão. É neste caso homem que consegue apanhar algo do adversário, do próximo, para o ter a jeito em proveito próprio; mas isso então a vista dos que prezavam a luta, e pode-se dizer que a luz do sol: eis o que levou Anatole France a dizer da habilidade dêsse savoniano — tirava as lunetas ao nariz do adversário!

Na verdade Joseph De Maistre volta com brilhantismo a uma questão já posta pelo cristianismo, no Século IV, com Minucius Felix, no terreno das religiões comparadas, pondo-se em comparação até os filósofos que interessava que fossem explicados. É a prova do bom senso que se faz a respeito da religião de Cristo: “todos os homens, sem distinção de idade, de sexo, de posição, são capazes de raciocinar e de ter bom senso, podendo chegarem por si mesmos à sabedoria”. (*Fim do Paganismo*, Boissier, I, 281). É então a reflexão da pessoa em matéria religiosa. Esta é, pois, a força psicoló-

gica que a obra de Joseph De Maistre desperta de novo, não contra o paganismo como no século IV, mas contra o espírito libertino do século XVIII. Uma vez se combatera contra a frouxidão de espírito que fazia admitir o paganismo, pela sua utilidade: pragmatismo religioso: “Uma religião tão velha, tão útil, tão salutar.” Cerrar então as portas a ela? Mas outra vez se procura combater a frouxidão do espírito religioso, implantado no século XVIII. Joseph De Maistre é a reação enérgica a isso tudo, e o seu espírito impressiona pela impressão de energia que êle dá.

Dois combates interessantes trava a religião cristã desde os seus primórdios: um contra o relaxamento de espírito em matéria de crença, de pendores filosóficos, o outro acêrca da História Universal e o sentido em que ela caminha. Esse cristianismo que combate de perto o relaxamento do espírito em matéria de crença; que toma parte numa efervecência da época: é, pois, acusado (exemplo, Horácio), de trazer infelicidade e discórdia entre os homens. Isso é levado ao terreno dos abusões, serve para o povo interpretar as desgraças de uma época de crise social.

Mas o cristianismo, nestas situações a que o levaram tem de pôr a questão a limpo. E repõe de novo a idéia de regeneração e de elevação moral na História: idéia que subsiste, que continúa, que se exagera alçando-se a uma concepção de um progresso sem limites, indefinido, tecla em que bateu muito o século XVIII, concebendo uma sociedade Utopia, uma sociedade sem necessitarmos de institutos para repelir êrros, condenar crimes, corrigir costumes.

Teve Voltaire tanto espírito que para contestar Voltaire se precisava de alguém que usasse do espírito, da sagacidade, da sutileza, principalmente do sarcasmo que é mais ácido que a ironia.

Joseph De Maistre opositor de grande estatura, igual a Voltaire para dar expressão a luta: é um sarcasta.

“A opinião corrente é de que o século XVIII é um século especificamente “ahistórico”, como afirmou Cassirer. Voltaire de fato deixou a história no pé, em que a recebeu a fecunda intuição regeneradora de Joseph De Maistre.

O século XVIII criando uma grande confusão na disciplina que é a História por querer nela envolver idéias perturbadoras, principalmente lançadas no momento revolucionário, ainda desnortou os trabalhos históricos do Romantismo, contudo, diz Cassirer: — “incomparavelmente superior ao século XVIII” é esse romantismo já do século XIX, “pelo que ampliou êle o horizonte histórico, e, pelos dotes de simpatia e penetração histórica, com que se entregou de todo às verdadeiras forças da alma e do espírito”, embora ainda falseando “o pé ante o passado imediato com que se encontra em relação imediata.” (*Filosofia de la Ilustración*, pgs. 191-192).

A Revolução Francesa e a História

Que dizer das “verdades gerais” alegadas por De Maistre?

Podem ser o mesmo que as instituições apontadas por Montesquieu. Expressões diferentes para a mesma coisa. “Verdades gerais”, nos casos em que De Maistre emprega essa expressão. São instituições, são referências à mesma coisa. Significam o mesmo. Provam-se da mesma maneira. Justificam-se da mesma forma. Uma só natureza de fatos apontados por essas duas expressões usadas na pena de dois escritores. Quer dizer que De Maistre não deixou de se aproximar do século XVIII, sofrendo-lhe a influência; porém lhe modificando o espírito. E deu às instituições o espírito que elas não tinham.

Mas o teórsta afamado das instituições ficou sendo Montesquieu. “Contudo nêle (escreve Freiderich Meinecke), se manifesta com grande clareza e na verdade com mais fôrça do que em Hume, o sentido institucional do passado como raiz das instituições modernas e do seu lento desenvolvimento, às vêzes, imperceptível, desde a sua imperfeita forma primitiva de obscuro embrião até elevar-se aos mais altos graus de perfeição. Tanto Hume com Burke estão, nêste caso, sob a grande influência de Montesquieu. Burke o exalta como sendo o maior gênio dos nossos tempos e em problemas que êle formula, pode-se perceber o espírito, o método montesquiano” (*El histoicismo e su gênesis*).

O Papado com a sua infalibilidade é para Joseph De Maistre uma instituição tal qual se deve entender que sejam as instituições.

Montesquieu tem a respeito uma concepção muito especial. Vê nelas mais que uma cristalização simples da vida local geralmente consumida em interesses comerciais e na acumulação de meios para o bem estar individual. Dessa vida intensificada pelo comércio, dizia Montesquieu: “As potências criadas pelo comércio podem subsistir por muito tempo na mediocridade; mas a grandeza delas é efêmera.”

Entretanto, diz Montesquieu, “Roma salvou-se pela fôrça da sua instituição.” As instituições terão assim fôrça própria, com a maneira de se constituírem, de se tornarem poder, poder êsse que procede de coisa muito diferente que a atividade social. A instituição é um poder político que não se confunde com o social. Mas o social é a reunião de homens levados pelo interêsse imediato de permutar utilidades, de ampliar e desenvolver a vida local. Nêle as relações se particularizam e se consumam entre indivíduos e indivíduo. Mas o político se define com o ser uma expressão precípua de poder

(e a instituição o há de ser): poder êsse que não procede donde se deriva o social. Assim, nas instituições há em certos casos algo mais que na vida social.

Mas eis Montesquieu a dizer:

— “Objeta-se que os impérios fundados sob a lei dos feudos jamais foram duráveis e poderosos. Mas nada há no mundo tão contrário ao sistema dos romanos como o sistema dos bárbaros; e para dizer o que de fato é incontestável, acrescenta-se que o primeiro é obra da fôrça, e o segundo fruto da fraqueza: em um a sujeição era extrema; mas no outro, a independência. Nos países conquistados pelos germanos o poder ficava na mão dos vassalos; o direito sômente na mão do príncipe: com os Romanos acontecia precisamente o contrário.” (*Grandeur et Décadence des Romains*, págs. 31, 27 e 59).

Ora de um lado Montesquieu aponta o Direito norma de conduta social, porém do outro, distinto, como instituição, o poder de domínio, o poder político: os dois com origem diferente. De fato os assinala distintos: o social e o político. Num caso a fraqueza dos costumes dos bárbaros; no outro a fôrça das instituições romanas.

Eis, no caso, instituições e instituições, podendo-se dizer que umas nascem das condições políticas e outras representam as circunstâncias sociais. Condições e circunstâncias. E há instituições que representam o poder político, o fato dêse poder existir; outras há que não encarnam êsse poder e exprimem fato social, são instituições sociais, essencialmente.

Mas definindo certas instituições como sendo o suposto da soberania, De Maistre estabelece a relação que há entre elas e as demais. E aponta duas, como sendo máximas: A soberania e o Papa. Ad-

verte que são semelhantes: “são duas palavras perfeitamente sinônimas.”

De fato o poder há de ter alguma coisa de absoluto. O poder, corrige-o quem o exerce; mas sem quebrar o poder, sem o ferir no âmago, sem o apagar no momento. Corrige-se com o critério no escolher quem o irá exercer; porém na ocasião que estiver no exercício do poder e em face das questões vigentes a ele afetadas, ninguém o sobrepuja. O exercício do poder nesse caso é absoluto.

“A história ciência (escreveu mais recentemente Paul Lacombe), abraça pois: 1.º As instituições, as quais constituem o seu principal objeto; 2.º Os acontecimentos na medida que são a causa de novas instituições, e também na medida que, sendo a expressão da temporária intervenção do homem, revelam em todo caso o poder das instituições vigentes.” (*De l'Histoire considérée como Science*, pg. 11).

Mas a Revolução francesa é o grande debate aberto a respeito da soberania que é por excelência o exercício do poder. A origem dela é então fonte de mil investigações até que surge a aplicação do conceito de instituição ao estudo da origem da soberania.

Surgem os que lhe explicam a formação com a história das instituições; e a palavra instituição se torna, pois, em um dogma. Posta em voga, multiplicam-se as instituições apontadas. Mas todas são tidas com força própria, todas tidas como obra e graça do poder próprio para se imporem por si. Nenhuma diferença estabelecida entre elas, como poder. A História e a Política européias se apegaram assim a essa concepção das instituições. O governo do país, o Poder, a Soberania ficou sendo o vértice, a convergência do poder que partiu dessa pluralidade de instituições todas iguais como poder: e neste caso o poder, assim, proveio do povo! Mas o Governo se sobrepunha a todas as instituições, pren-

dendo-se contudo a todas. Alicerçado nelas é que se erguia a pirâmide em cujo vértice estava o governo proveniente do povo.

Sim: entretanto é preciso não comprometer, com essa descrição, a questão nela envolvida. E pergunta-se até que ponto o Poder se prende a essas instituições que ficam na base da sociedade. E não será ele instituição própria? Não passa a ser de algum modo força própria?

Mas sem discernir, vai a História se apegar ao documento jurídico da vida real, ao núcleo de vida social formado espontaneamente em cada localidade, esquecendo-se de fato da vida política dos povos, do poder como tendo origem na vida universal das nações. Era, pois, a História que se tornava história da vida social de cada localidade. Uma história muito especial, muito restrita. Ora, assim é que, andando ela na Alemanha, e já tendo vindo da Inglaterra, voltou à França para se instalar em Chartres, donde saíram afinal os *Fustel de Coulanges* com o famoso livro a respeito das *Instituições da França*, e com *A Cidade Antiga*; mas veja-se nesse movimento todo Montesquieu a falar das instituições.

Não quero deixar de dizer que criaram assim um novo capítulo, um novo estilo de História. Na verdade escreveu Savigny o *Diriето Romano na Idade Média* para assinalar uma unidade política e social no município, na sociedade local, tida, neste caso, como célula máter de que muito deriva. Eis o que diz em parte Savigny quando escreve: “Para sermos breves, designaremos com a expressão *elemento político* do Direito a dependência em que ele fica da vida social do povo, o demais, isto é, ele considerado como fato especial e científico, denominaremos como *elemento técnico*.” (*De la Vocacion de Nuestro Siglo par la Legislacion*. Trad. Posada. Editorial Atalaya, pg. 47).

Está assim apontado:

- dependência em que deixaram o Direito da vida social do povo: o Direito nêsse caso por certo se refere a ela;
- referência especial a vida social assinalada distintamente do Direito como questão técnica;
- e, especialmente, o que Savigny chama *elemento técnico* distinto do *elemento político*, não deixando assim de estar feita a diferença entre o político e social. Definindo-se de modo especial a relação entre êles.

Não deixam as instituições de serem em parte — êsse *elemento técnico*.

Firmado assim uma teoria especial das instituições, a história da Inglaterra então se desenvolveu em determinado sentido: buscou esclarecer as instituições que se estabilizaram no país, no decorrer da sua vida jurídica.

Mas uma coisa ficou sendo a política inglesa no século XVIII, em que a Inglaterra apontou qual seria o domínio que ela almejava no mundo passando a frente da França que decaía uma vez encerrado o século XVII; outra coisa era então a história inglesa em parte mostrando que contrastava com a Revolução francesa. A História inglesa é, pois, a das instituições, com finalidades políticas. Entre elas, o rei. A política internacional a Inglaterra ditará e não os rebuscadores do passado; eram contudo os políticos que lhe traçavam verdadeiras diretrizes, o futuro histórico do país, a sua História do Futuro. A fórmula da política inglesa foi, pois: quem tiver o domínio dos mares tem o domínio do mundo. A verdadeira história inglesa entretanto ficou por muito tempo sem historiador que o dissesse. A história que se escreveu nesse país é especial e está nos Stulbs, nos Hallan, nos Macauley: é mui-

to pouco a história que se inspira no porvir.

Aliás essa é a história que descreve a vida social na Grã-Bretanha. É uma história de curiosidades. É um quadro para ficar no museu; porém a História Universal, abrindo diante de si o destino dos povos no mundo, é coisa muito diferente.

Mas desde que subiram ao trôno os Hohenzolern, reis da Prússia, há grande simpatia da Inglaterra pela Alemanha, há entre os dois povos, isto é, entre ingleses e alemães, afinidades políticas, afinidades internacionais, que são a grande política a decidir da sorte das nações no mundo. Dando-se um entendimento entre a Inglaterra e a Alemanha, na guerra dos sete anos travada entre a França e a Prússia, a Inglaterra teve de se interessar pela Prússia. O resultado dessa aproximação entre anglos e saxônicos, viria, porém, mais tarde em um historiador inglês, como Carlyle, identificado com a Alemanha para escrever volumosa obra acêrca de Frederico, o Grande, obra em que tôda a ação do grande condutor da guerra é explicada de maneira surpreendente, enquanto que, em relação à França, escreveu Carlyle a sua famosa Revolução francesa, livro sobremaneira dramático e que dá idéia da confusão geral da França sublevada para surgirem figuras memoráveis, diante dos quais o estilo do historiador passo a passo freme lançando trágicas interrogações que como que despertam a idéia de fatalidade. Não explicou entretanto Carlyle, porque preferiu êsses dois assuntos para tratá-los assim tornados célebres entre os ingleses.

No interesse que a Inglaterra mostra nêsses dois livros pelas duas nações estrangeiras, está muito mais a sua história do que no que ela descreveu a respeito da sua vida social interna.

Eis nesses dois livros a atitude de um povo em face dos outros, e eis também algo da sua política internacional. Esta

é um poder que através das instituições que ela firmou internamente, pôde ela exercer no mundo.

Mas como então apreciar as instituições se elas são o meio de exercer essa grande ação de projeção universal? Têm assim as instituições uma significação tão ampla na vida do mundo?

Para entrar no espírito dêsse poder de projeção tão ampla que representam as instituições, passou Joseph De Maistre a tratar delas, estudando com extraordinária lucidez o que são as instituições. Referindo-se ao Poder, Joseph De Maistre tratou como uma intuição até mesmo a *infalibilidade* do Papa, comparada por êle, à outra instituição, que diz igual à do Papa como infalível: quero então aludir à *soberania*. E escreve: “A *infalibilidade* na ordem espiritual, e a *soberania* na ordem temporal, são duas palavras perfeitamente sinônimas. Uma e outra exprimem o poder mais alto que domina todos os outros, do qual êsses outros derivam, que governa e não é governado, que julga e não é julgado.”

“Quando dizemos que a *Igreja é infalível*, não queremos para ela, isto é, essencial que saibamos, nenhum privilégio especial; queremos goze ela do direito reconhecido a tôdas as soberanias que possam existir uma vez que tôdas operam como soberanas; porque todo governo é absoluto; e no momento em que se possa invalidá-lo sob o pretexto dêle ter errado ou se mostrar injusto, não existirá mais governo.”

“A soberania apresenta-se, sem dúvida, de maneiras diferentes. Mas há de ela falar em Constantinopla como em Londres; mas quando ela falar seja aqui ou além, o *bill* é sem apêlo como o é o *fefta*.”

“A mesma coisa há de se dar com a Igreja: quer de uma forma ou de outra, ela tem de ser governada da mesma maneira que qualquer uma outra associação;

de outro jeito não haveria, pois, agregação, nem mais conjunto, muito menos unidade; significa isso o *absoluto*; de outro modo não se governaria.” (*Du Pape*, pgs. 21 e 22).

Plausível o que escreve De Maistre. *Infalível* é de fato o Papado para o que passa a ser governo. Essa sua *infalibilidade* é, pois, uma necessidade para governar. Conteste-se a infalibilidade: mas para o Papa existir precisa de ser *infalível*. O mesmo se dirá da situação precípua de toda soberania, e de quem a exercer.

Entretanto das instituições Joseph De Maistre tem concepção muito especial, distinguindo êle umas das outras: as que têm poder próprio e as que não o têm. De umas dirá que são “poder mais alto que há de dominar as outras, mas do qual essas outras hão de derivar”, valendo-se dela.

Essa comunicação do poder das instituições entre si a se valerem é coisa que se vê no Estado federal moderno: a União é que acoberta e assegura a instituição local do Estado membro. O poder há de transcorrer entre elas: ao passar de uma para outra se esclarece na atmosfera do Direito. Mas aquela é que impõe finalmente, e que por isso acaba sendo soberana.

Mas esta forma de Estado, aliás moderna nas particularidades que passou a ter, é criação do Direito inglês em que o político, como instituição, se tornou tão preciso, que a consciência nítida dessas diferenças está, pois, no espírito público da Inglaterra, mais que o espírito de subversão.

O espírito do Direito público inglês a emergir para dar ensinamentos à História! Enquanto tudo que veio então da França pelos caminhos da fantasia para então conduzir os historiadores, quer dizer, o espírito francês do século da Revolução, entrou finalmente em confusão. Já com o espírito fantasista, a que cha-

mariam filosófico, os francêses não olham mais para si, nem vão tirar da sua formação como povo, as bases da sua vida política: longe se está de um Bos-suet. É na humanidade que teve êle os olhos. Um Francisco II interessou tanto na História da França quanto um Luiz XIV, e talvez para que se veja, pois, quanto as circunstâncias históricas influem no destino de um povo.

Passem então a cogitar do *homem social* e não mais do francês e sua situação no mundo: que desastre!

Encantaram-se, pois, os francêses (e o digam os positivistas!) com Frederico II da Prússia por aprêço à cultura, ao “espírito filosófico”, do rei da Prússia. Isto, imbuídos que estavam do advento da era filosófica, das idéias do século XVIII. Absortos nas abstrações do *homo economicus*, do *homem natural* que preconiza Rousseau, ao invés de compreenderem o que tinha de ser o *francês*. O esquecimento dêsse conceito se deve à Revolução, com as suas preocupações filosóficas. Ora êsse homem-econômico, êsse *homem natural* serviram de anteparo a tolher que se visse o francês, e através do francês a formação da França, e com a idéia da França a verdadeira idéia de nação que Napoleão tomou a peito e que é alguma coisa que pode figurar na História Universal. O mérito de definir a nação, teve-o em parte Renan com a definição que dera; e Napoleão com o espírito nacional que desenvolveu.

A idéia de Nação todos sabem como a repudiou Voltaire dizendo: é a maneira de fazer os povos inimigos.

Ao invés de se afirmar que os costumes são a consequência das condições políticas de um povo, houve então quem pusesse os costumes (essa questão pessoal), acima de tudo, e acima da política. Estando do lado dessa segunda afirmação a escola de Voltaire e escola filosófica da França, praticou-se a tolice de

agarrarem-se a um erro crasso que prestigiou Voltaire com a sua ironia redondamente perniciosamente negando o que se firmara e já tinha consistência.

Em todo caso a idéia de povo, muito viva durante a Revolução em que pese a indefença dos filósofos por ela, ainda serviu para salvar a França e a um historiador, homem de emoções, homem de sentimentos, imaginoso e não homem de idéias se deve a mais bela descrição que dêle fizeram na França.

E a Revolução francêsa, imbuída da idéia do povo sublevado, ainda provocou o aparecimento de um dos maiores escritores de França, o célebre historiador Michelet.

Um historiador popular

É Michelet o historiador dos movimentos do povo; deixando êle de lado as figuras dominantes da época, procurou descrever o povo como personagem principal na História: mas o povo soberano, o povo que reivindica os seus direitos, o povo que se levanta em grandes movimentos. A personagem que aparece em cena durante as grandes lutas: uma entidade dramática. Daí Michelet descrever as lutas do povo em 1789; mas também, antes, na época de Luiz XI, quando Dinant é cercada pelos borgonheses, e cai vencida no mais deplorável estado de exaustão. História passional. História que, descrevendo o movimento formado em torno de Joana d’Arc, mostra como o povo se movimenta para que a santa apareça no meio dêle, e como figura popular. No seio da confusão política em que se misturam nobres, clero, e a multidão, na frente dessa aluvião, principalmente, a figura de uma rapariga camponesa, aureolada do prestígio de milagrosa. Naquela época de superstições: ela é tudo! E descrevendo êsse vulto de moça rústica, tomou Michelet o partido que se

interessou de tomar na História de França: o do povo.

Mas a história de grande efeito cênico é a de Michelet a descrever o povo com os seus sofrimentos, e nos seus heroísmos anônimos. Mostra tudo que surge com os movimentos do povo, e não é mais do tecido feito pela política nas mãos dos reis que êle procura a fiação. Êle, para isso, não precisaria de descer pessoalmente aos arquivos.

Não importa acusar que o precederam outros historiadores a desencavarem documentos para Michelet se aproveitar até mesmo do assunto sôbre o qual já escrevera um Lebrun de Charmettes que Henri Sée aponta como inspirador de Michelet, e como já tendo estudado a figura de Joana d'Arc para depois Michelet conceber o livro que é obra prima de eloquência. (*Science e Philosophie de l'Histoire*). Hoje não fazem assim um Zweig, que compulsou Madelin acêrca de Fouché, e Doff Cooper, que se aprofundou no que Lacour-Gayot escreveu da vida de Talleyrand? E não foram Zweig e Cooper, os que tinham mais talento de escritor?

Que arguam alguns à pouco sabida falta de originalidade do historiador universalmente conhecido e admirado! Êle, por outro lado acusado no que escreveu, de uma visão fálha, deformadora da História de França, é de uma orientação talvez nova com que passa por cima da crônica da política dos reis de França, para compor o quadro geográfico do país, e se imiscuir com as questões sociais em que a França se imiscuiu nos Países Baixos.

Renan se refere a realeza capetíngia como sendo “uma das grandes forças” da França, ou se quiserem dizer: a grande força da França. Dupont Ferrier, referindo-se à realeza dos Capetos, começa a falar em govêrno central, justiça do rei, finanças do rei, exêrcito dos reis. Enfim tudo na mão do rei. O historia-

dor ainda se destende falando em vitórias capetíngias sôbre as antigas forças feudais, como a nobreza, o clero, as cidades, tôdas compreendidas na organização da unidade francesa, concorrendo para a significação centralizadora do govêrno do rei: isso então depois de estudar os elementos locais como forças componentes.

Mas Bainville diz, pois, qual a força do elemento centralizador e ao mesmo tempo estabilizador da política interna de França para que ela fôsse então se intrrometer na política interna da Alemanha impedindo que essa se fortificasse. Os reis de França tinham no trôno a sucessão hereditária, cada imperador germânico tinha de se eleger para subir ao trôno enfraquecido com as dívidas políticas da sua eleição em que tôdas as nações vizinhas se intrometiam e pesavam. Qual a força dos reis de França? a da instituição da monarquia tal como era em França: eis o que terá a História de dizer.

“Entretanto a monarquia capetíngia, cujo modesto comêço não despertou a inveja nem a atenção de ninguém, conseguiria já a se emancipar da eleição. Desde a quinta geração, os sucessores de Hugo Capeto conseguiram firmar essa contagem. Vendo-se então seguro na sala, voltaram os Capetos os olhos para Flandres, Lorena, e as terras do Império que por alguns motivos êles consideravam francesas. Ao mesmo tempo um instinto vivo os punha de sobreaviso sabendo que se um Hohenstaufen entrasse igualmente na posse de privilégio do direito hereditário então a tornar-se na força que êles tinham, a jovem França estaria ameaçada de um grave perigo e o futuro da dinastia criada pelos Capetos estaria para sempre comprometido.” (*Histoire de Deux Peuples*, pg. 17).

Mas, adverte Pirenne: “tôda possibilidade de se fundar um Estado dinástico análogo aos que a oeste se constituíam

na França e na Inglaterra, como que desaparecera. Já era tarde para pensarem nisso. Nem o Papa, nem os príncipes que dispunham da situação, nisso consentiriam. Atar as cidades a causa monárquica seria ainda maior químera. Era preciso que elas necessitassem de um protetor, mas tal não acontecia: em caso de perigo, as ligas por elas formadas constituíam uma força bastante para manterem a sua independência.” (*La fin du Moyen-Age. Peuples et Civilisations* — Vol. VII — 1.^a, pág. 7).

Só quando a França, reino de “modesta origem” se distraiu e a política alemã, a Alemanha, teve para se apoiar algum elemento interno que tivesse a estabilidade e a força que tinha a França (êsse então foi a Prússia constituída reino hereditário com os Hohenzolern), a Alemanha pôde arrostar a França. Mas isto explica uma história das instituições escrita com clareza: foi precisamente a que se não quis fazer inspirado na ufanía da Revolução francesa.

Já Luiz XV de fato, exprobou os seus ministros no que consentiram no êrro de permitir se estabilizasse com os Hohenzolern a política da Prússia, constituída então a monarquia hereditária, para influir na Alemanha. A instituição dessa monarquia é que mudaria o Rumo da História. Porém Luiz XV é a decadência. Não valia nada êle censurar. A falta de energia para reagir e a carência de perspicácia para acudir em tempo era sinal dêsses tempos do enfraquecimento da França. A convocação dos Estados gerais completa a inutilização da monarquia hereditária na França, que é posta de lado. É já o preparo para ela desaparecer de todo com Luiz XVI: o regime que fortalecera a política francesa acabava na guilhotina, para não valer mais nada na política francesa, externamente. Não censuro: interpreto a história. Os acontecimentos têm sua razão de ser a que ninguém pode opor-se.

Mas falei do êrro de Michelet, aliás o êrro de quase todos os escritores franceses da época, do positivismo, e que está em aclamarem Frederico II como o rei folósofo. Mas êle é o monarca com quem se iniciaria a força política própria para atacar e enfraquecer a França. O monarca com quem se acamaradou Voltaire. Quase ninguém tinha compreendido os franceses se aproximando primeiramente da Prússia. A favor de Frederico, “campeão da Reforma, e, por conseguinte, do liberalismo e das luzes” os grandes advogados se apresentam. “No XV tomo da *História de França*, Michelet desenvolve êsse tema exacerbando-se até a cólera. Michelet não se contenta em apontar “o grande rei da Prússia”, “verdadeiramente grande”. Êle celebra — que essas palavras saíam com ironia no momento presente —, os “resultados morais, imensos” do seu reinado. Frederico foi, pois, o criador da Alemanha, o Siegfried que despertou essa Brunhilda, e a Alemanha idealista, virtuosa, cuja renascença como nação devia se dar para ser instrumento do progresso, promessa de regeneração da humanidade, por que se enfeitçou Michelet.” (Ob. cit., pág. 113).

Mas esta é a história da decadência da França dentro no continente europeu. Há uma outra face a considerar, a da França, país europeu a se projetar no mar, no Oceano. Esta França, lançada nos mares é a que foi sacrificada, pelo descalabro da política interna.

Mercantilismo e proteccionismo

A primazia que a França perde para a Inglaterra de vez, está relacionada com a história do mercantilismo, que se há de resumir nas seguintes palavras: “O que faz surgirem as primeiras relações firmes entre a política e os elementos econômicos, é o mar, o mar por ordem de

antiguidade é o primeiro a facultá-las, e nêles é que se fundamentam tôdas as supremacias econômicas duradouras pôsto que o primeiro passo dado nesse sentido foi ter em mão as operações de crédito, isto se conseguindo plenamente vindo a ter o domínio do mar.” (*Mercantilisme et Protectionisme*. J. Morini-Comby).

Êsse domínio que a França não conseguiu pleno, ou antes, êsse domínio para o qual não desenvolveu ela tôda a sua política muito empenhada que estava em parte nas questões políticas internas da Europa, ficou destinada à Inglaterra. “Não é senão tarde e de maneira incompleta (insiste em dizer Morini-Comby), que a política francêsã se inspirou nos mares, enquanto que a opinião dos holandeses, primeiramente, e depois a dos ingleses, era que tôda a vida nacional devia subordinar-se à política da vida marítima.” (Ob. cit., pg. 41). Sim: era o pleno mercantilismo.

A grande posição política da França no continente europeu, a extensão do

solo francês, a capacidade de consumidor do povo que deu para tornar o mercantilismo francês protecionista, independente da exportação e importação com que a Holanda e Inglaterra conquistaram o mundo, fêz a França independente dos mares: um mal! Tudo separava a França dos mares muito embora o seu programa de colonização no Atlântico tenha sido digno de uma grande nação.

“Nos séculos XVII e XVIII (escreve o mesmo autor), a política mercantilista foi estimulada na França que começou a andar melhor dirigida; a doutrina do govêrno se revela o contrário da doutrina mercantilista inglêsa que proclama o liberalismo. Na França há, entretanto, um expediente tardio e passa êle as realizações já fora do tempo e sob o estímulo inglêz.” (Ob. cit., pg. 44). A Inglaterra já estava com os seus recursos econômicos organizados. Que se há de dizer da França? A história é que vai seguindo adiante. Não mais no sentido da França; porém, da Inglaterra.

UM MÉDICO DA MONARQUIA (*)

ALCINDO SODRÉ

José Martins da Cruz Jobim, foi um grande médico da Monarquia. E a sua relevante atividade se deu no campo da medicina pública, sendo ele o principal fator das maiores iniciativas de seu tempo, — o início do Segundo Reinado, — quando tudo estava ainda por fazer, no terreno da medicina oficial.

Formado em Paris, Jobim regressa à Pátria em 1828, e logo se faz fundador da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, atualmente Academia Nacional de Medicina.

É designado médico do Hospital da Misericórdia, e em 1831, por José Bonifácio, é nomeado médico de Sua Magestade o Imperador. Autor do projeto de criação das Faculdades de Medicina do Rio e Bahia, passa a ser, por concurso, o primeiro professor de Medicina Legal da Faculdade do Rio de Janeiro, e pouco depois, assume a direção da mesma Faculdade pelo dilatado período de trinta anos.

É o fundador espiritual do Hospício Nacional de Alienados, e como membro de várias comissões de salubridade pública, trata dos mais palpitantes assuntos de higiene e assistência social, apresentados na sua época.

Teria ainda Jobim importante papel na esfera política, como deputado e senador, mas, dêsse seu aspecto, nos furtaremos a tratar, de vez que o nosso objetivo nestas linhas, é apenas o perfil do médico.

A sua formação

José Martins da Cruz Jobim nasceu a 26 de fevereiro de 1802, na cidade do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, sendo seus pais o tenente José Martins da Cruz, natural da freguezia de Santa Cruz de Jobim, no bispado do Pôrto, e D. Eugénia Fórtes, oriunda dos Açores.

Seus primeiros estudos foram feitos no Seminário de São José, do Rio de Janeiro, aquêle educandário fundado pelo bispo Guadalupe, sob os auspícios de Dom João V, e que por tão largas décadas grangeou fama singular na instrução da mocidade. Foi por certo nesse Seminário que Jobim viu despertado em seu espírito o gôsto pelos estudos humanistas que mais tarde tanto relevo dariam à sua atividade pública e profissional.

Em 1823, está Jobim em Paris, matriculado na Faculdade de Medicina. As idéias liberais, de 1789, refletidas na nossa Conjuração Mineira, e depois na emancipação das colônias americanas, avassalará todos os espíritos, e sobretudo os da mocidade. Em 1825, ali estão, exilados, revolucionários da Confederação do Equador, seguidos de perto pela polícia francesa, que de tudo dava ciência às nossas autoridades. Assim foi que aquela polícia, a 24 de janeiro de 1825, referindo-se a José da Natividade Saldanha, escrevia ao nosso Ministro do Interior: "Cet individu s'est mis en relation avec une grande quantité d'étudiants Brésiliens, parmi lesquels on a remarqué le sieur Decastro Rodrigo et Martin Ducrux, Joseph" (1). Este último, Joseph Martin Ducrux, é o nosso Jobim, que só acrescentaria mais êste sobrenome, depois de formado, e em homenagem a terra natal paterna.

Segundo informa J.B. Calógeras, falando de Manuel Teodoro de Araujo Azambuja que desgostoso com o desenlace da Constituinte de 1823, se exilara voluntariamente em França: "Constituiu-se em Paris, em 1824, o centro dos Brasileiros ali existentes. A sua casa era para elles um ponto de reunião. Do número dêsse: Paulo Barbosa, Itaboraí, Cândido de Oliveira. Jobim", etc. (2).

Em 1826, Jobim deixa de receber, remetidos de sua Província natal, os recursos para sua

(*) Alberto Rangel. "Textos e Pretextos" n.º 38.

(2) Revista Popular — Tomo Sétimo — Julho e Setembro 1860.

(*) Palestra proferida no Instituto Histórico.

manutenção no estrangeiro. Resolve-se a lecionar latim, mas os proventos obtidos são insuficientes. A 31 de maio envia então uma petição a Dom Pedro I, narrando a sua afliitiva situação:

“Os arrendamentos e o mais que estava a realizar-se da terça de seu Pai e Avô”, deixaram de lhe ser mandados como regularmente acontecia, atribuindo o fato, conforme mesmo se déra, a circunstância produzida pela guerra entre o Império e Buenos Aires. E por isso, rogava a Sua Magestade um empréstimo de “hum conto e quinhentos mil réis”, por intermédio de nosso Ministro em França, collocando seus bens no Rio Grande como garantia do favor pedido.

O estudante brasileiro, é atendido pelo seguinte despacho: “Deu-se a providência que se julgar precisa. Veja-se o officio do Presidente da Província de São Pedro”. E no processo, havia este informe: “Parece-me que fariamos hum beneficio á este moço, e remotamente hum serviço ao Brasil, se lhe escrevesse para ir pelo proximo paquete, certificando-lhe que por ordem de S.M.I., tomando o maior interesse na sua sôrte e subsistencia futura”.

Bem grande é o deslumbramento de Paris para as inteligências sedentas de illustração como a do moço brasileiro. Durante o prazo necessário do curso superior, ali permaneceu Jobim, á sombra do reputado casarão do boulevard Saint-Germain, que devera ter recolhido em herança toda a profunda sabedoria das clássicas lições de Aristóteles pronunciadas sob o propício acolhimento das oliveiras de Atenas.

Joaquim Nabuco haveria de escrever mais tarde sobre a “impressão de arte que corre por cima da velha Paris como um friso grego”. Essa impressão, não abrange apenas a beleza eterna das linhas helênicas de arquitetura. Entra pela multiplicidade dos aspectos da vida intellectual e requinta-se nas fórmulas de aperfeiçoamento do espirito, que mantêm o gênio francês e a grandeza latina. Estar na Faculdade de Medicina de Paris, é estar na margem esquerda do Sena, em pleno “quartier latin”; e achar-se nesse quarteirão da grande metrópole, é encontrar-se ao lado da Sorbonne, avistar a Santa Capela, ouvir o classicismo literário das peças de Molière no teatro Odeon, meditar nas alamedas de Luxemburgo, coordenar os ensinamentos dos mestres do Instituto. Esse “quartier latin” representa Paris que pensa. No primeiro quartel do século XIX, corria por ali uma transformação de métodos. Já não era o sistema do século XIII quando Dante fôra escutar as lições dos mestres, nem o século XVI em que o Rei Cavalleiro fazia surgir os estudos greco-latinos.

A Revolução dissolvera as velhas universidades, criando as grandes escolas autônomas: Faculdades de letras, de ciências, direito, medicina, teologia, politécnica, Sorbonne, Escola normal superior, Colégio de França. Independentes, essas entidades moviam-se sob um novo ritmo pedagógico que seria conservado durante todo o século dezenove, suscitando debates de imprensa e manifestações de estudiosos. Essa foi a atmosfera renovadora que respirou Jobim estudante. Nessas Faculdades atuariam nomes como os de Claude Bernard, Bichat, Laenec, Broussais, Michelet, Berthelot, Renan, Villemain, Guizot...

Em 1828 obtinha Jobim o gráu de bacharel em ciências naturais e doutor em medicina. Os progressos manifestavam-se em todos os ramos da atividade intellectual. Na literatura surgia o romantismo com Chateaubriand, Lamartine, Vitor Hugo, Alfred de Musset, Balzac e os contemporâneos ingleses Byron, Macaulay, Carlyle; a pintura dava Ingres e Delacroix; a música revelava Berlioz, Chopin, Meyerbeer, Rossini, Beethoven, Schubert, Weber, Mendelssohn; as ciências acrescentavam os nomes de Laplace, Ampère, Gay-Lussac, Lamarck, Cuvier, Champollion. O espirito do século determinou á ciência médica novos rumos com a especialização dos conhecimentos. Perdendo o aspecto de amadorismo, a ciência exigiu dos estudiosos, a formação de discípulos, a criação de escolas doutrinárias. O sábio deixou de ser o trabalhador isolado, por deleite pessoal, para se tornar mestre, professor. Jornais, revistas e publicações científicas multiplicavam-se, já especializadas. Sociedades sábias, reuniões acadêmicas, exprimiam as novas correntes de idéias. A ciência passava a ser prática, de interesse coletivo, com função pública definida e mesmo caráter universal na sua applicação ao aproveitamento das riquezas da terra e benefícios gerais das sociedades humanas. Doutorando-se nesse ambiente, Jobim trazia seu espirito inclinado á especialização, que foi a medicina pública. Sua tese foi uma “Dissertation sur le vaccin”, assunto palpitante que em breve haveria de abrir largos horizontes ao problema da vida, com as revelações de Pasteur.

Essa tendência e essa escolha de Jobim para o ramo da medicina pública dentro da sua profissão, é expressiva, e seria marcante na sua personalidade. É a especialização preferida por todas as inteligências propensas á cultura geral. Ela excede ás noções da medicina e invade os conhecimentos generalizados, sobretudo a sociologia e o direito.

Uma formação que amadurecia assim, em meio dessas novas diretrizes, não podia aproveitar apenas no terreno da ciência. A socie-

dade política evoluía também. Jobim estudara em França enquanto dois reis se sucediam: Luiz XVIII e Carlos X. Governos agitados por idéias novas. As conquistas mestras da Revolução impunham-se. Estes dois reinados tiveram que ser constitucionais, avançando para o liberalismo. A liberdade de pensamento e de ação sacudira várias vezes o Parlamento, disposto a apagar os últimos vestígios dos governos absolutos. E a Europa entrou num largo remanso de paz e trabalho, que foi de 1814, do equilíbrio estabelecido pelo Congresso de Viena, até a Guerra Mundial, período que com acerto Ferrero haveria de assinalar como a época feliz e tranquila em que melhor e por mais tempo a humanidade civilizada conheceu a doçura de viver.

Voltando para o Brasil, Jobim trazia a inteligência enriquecida por sólida cultura, o espírito povoado de estímulos, e a sensibilidade iluminada por uma variação de cores.

* * *

O Rio de Janeiro, no curto espaço de vinte anos passara por acontecimentos e transformações várias, iniciando-se pela chegada de Dom João VI. A capital do Brasil, quando aqui aportou o bom rei bragantino, era, segundo Oliveira Lima uma mesquinha séde de monarquia. As ruas estreitíssimas, lembrando mourarias; as vivendas sem nenhum sinal de arquitetura, nem qualquer detalhe de bom gosto, salvo um portal ou uma varanda; os conventos numerosos, mas simplesmente habitáveis, exceção feita dos de São Bento e Santo Antônio, mais decentemente preparados; as igrejas, luxo de toda a cidade portuguesa, frequentes porém inferiores nas dimensões e na decoração de talha dourada às da Bahia. Enfim, o plano da cidade inteiramente por fazer.

Inúmeras e importantes iniciativas de Dom João VI vieram dotar o Rio de Janeiro de obras e serviços públicos. Os efeitos da abertura dos portos e da vinda de artistas franceses foram entretanto assinalados na transformação do aspecto urbano. Os ingleses, graças à medida real, desenvolveram junto aos brasileiros o gosto pelas indústrias e imprimiram ao Rio, grande atividade comercial. É Ferdinand Denis, testemunha da época quem afirma que o Rio, nas ruas vizinhas à Alfândega, apresentava aos olhos tantas mercadorias inglesas como as praças de Manchester, podendo-se dizer outro tanto da rua do Ovidor com os negociantes franceses, oferecendo tantas casas de objetos de luxo e novidades, que se pensava estar nas proximidades da rua Vivienne ou do Palais-Royal.

A criação da Escola de Belas Artes, tivera sensível influência no plano de construções da cidade. O arquiteto Grandjean de Montigny fôra autor de belos edifícios, notando-se a grande casa da Bolsa, na rua Direita. Como transportes, as enfeitadas cadeirinhas cediam terreno aos cabrioletes. A transformação material do Rio de Janeiro operava-se rapidamente, e seguindo com os grandes acontecimentos políticos da Independência e do Primeiro Reinado, tomou sem dúvida aspectos de grandes e bruscos avanços que iriam encontrar um verdadeiro colapso nos cinquenta anos do Segundo Reinado, caracterizado como seria por um ritmo novo de evolução civilizante.

Jobim veio encontrar o Rio de Janeiro com os benefícios dessa grande fase renovadora. O fenómeno era porém, nos seus grandes realces, de ordem quase que puramente material. No concernente à atividade intelectual, e sobretudo a respeito de medicina pública, a existência era a regra.

Sociedade de medicina

De volta ao Brasil, Jobim encontra logo companheiros, e com eles funda, a 28 de maio de 1829 a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, depois Academia Imperial de Medicina, hoje Academia Nacional de Medicina.

Cinco médicos foram os fundadores desse centro de estudos: dois brasileiros, e três estrangeiros. Estes, José Francisco Xavier Sigaud, nascido em Marselha, a 2 de dezembro de 1796, formado em Estrasburgo e vindo para o Brasil em 1825; Luiz Vicente De Simoni, nascido na Itália, a 24 de setembro de 1792, formado por Genova; João Maurício Faivre, nascido em Combe-Raillard, Jura francês, a 21 de setembro de 1795, formado em Paris, e vindo para o Rio em 1826. Os dois brasileiros eram Joaquim Cândido Soares de Meireles, nascido em Minas a 5 de novembro de 1777, que terminara o curso em 1822 na antiga Academia Médico-Cirúrgica de Dom João VI, e José Martins da Cruz Jobim.

O primeiro, tinha então 52 anos de idade, os três estrangeiros, respectivamente, 33, 37 e 33, e o último, 27 anos. Além de mais moço, era este o que trazia da Europa para sua Pátria, as idéias mais frescas e os mais quentes entusiasmos. Não seria, pois, temerário supor-se ter sido ele a figura principal da iniciativa. A suposição passa logo a merecer fôros de convicção, quando se vai verificando a sua atuação no seio da nova Sociedade e depois, em todas as outras iniciativas onde aparece o seu nome.

Teve a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, como programa “promover a illustração, progresso e propagação das ciências médicas, socorrer gratuitamente os pobres nas suas enfermidades e beneficiar geralmente a humanidade, favorecendo e velando a conservação e melhoramento da saúde pública”.

E o discurso inaugural, na sessão pública de instalação da Sociedade, coube a Jobim, discurso programa, que revelaria os propósitos da nova instituição, através o pensamento do orador. E disse Jobim: “Nada era mais triste para hum Brasileiro amigo de seu Paiz, do que a falta de Corporações Scientificas, que estimulando a cultura das Sciências, fizessem apparecer os talentos, que tanto distinguem os nossos Patricios; nada mais triste do que a lembrança de que o homem estudioso não poderia achar senão em si mesmo as forças que o animassem ao trabalho, nem poderia contar senão com o juizo incompetente do vulgo, para alcançar a glória sem igual de ser considerado entre os seus Concidadãos como hum verdadeiro sabio, que os honrasse aos olhos do estrangeiro, e lhes fizesse os beneficios que as Sciências tem espalhado em todo o mundo, e de que mais necessita hum Imperio nascente.”

E mais adiante:

“Animados por tão lisongeiças esperanças vós proporeis mil melhoramentos e reformas, que só poderão ser justamente apreciadas pela influencia da nossa autoridade; e começando pelos estabelecimentos públicos, nos hospitais, nas casas de expostos, no depósito de alienados que (digamo-lo por ora de passagem, offerece nesta Côrte o aspecto da mais afflictiva barbaridade!) vós fareis sentir até que ponto o ar, os espaços, o asseio, os alimentos, podem influir para a sua prosperidade; nas Igrejas, vós vereis até quando persistirá a triste prerrogativa dos mortos de envenenarem a vida dos vivos, nas prisões, vós supplicareis a autoridade que lhe dê disposições taes, que ellas sejam como hospedes cheios de bondade, que abráo a miseria, a vergonha, o arrependimento, aos habitos crueis hum asilo de paz, de temperança, de trabalho, e d’instrução, hum asilo, cujo asseio, ordem, e mesmo silencio serião para o criminoso huma linguagem desconhecida, e divina, cujos encantos não tendo ainda tocado os seus ouvidos e coração, lhe advertissem que ha entre os homens acções de outro caracter do que aquellas que elle foi dado praticar, e hum destino melhor do que esse que elle procurou.

Em todos os estabelecimentos públicos, e particulares, em todos os edificios destinados a grandes ajuntamentos, e a indústria a medida que fôr nascendo, sois vós quem ensinará

os Architetos a appropriar as construcções aos fins a que são destinadas, a prevenir os espaços necessarios para os movimentos, as correntes proprias para renovar o ar. Sois vós, Meus Senhores, quem poderá melhorar a Higiene desta Cidade, que como Capital deve servir de modelo pela sua elegancia e estado sanitario, a todas as outras cidades do Imperio.

E que diremos a respeito da necessidade de banhos publicos, em huma cidade tão populosa como o Rio de Janeiro, a respeito da plantação de arvores, da criação de passeios?” (3).

Jobim foi Presidente da Sociedade, e director da *Revista Médica Fluminense*.

Médico do Hospital da Misericórdia

Durante 30 anos, seria Jobim médico do Hospital da Misericórdia, do qual diz logo: “O unico Hospital publico que existe no Rio de Janeiro é mal situado, o seu tamanho é muito inferior ás precisões de uma cidade de perto de 200.000, habitantes, e por isso elle contem sempre um numero de doentes excessivamente superior á sua capacidade; a sua construcção é pessima, não se encontram nelle nenhum dos preceitos recommendados para a perfeita ventilação das salas; as camas estão muito unidas, é coberto por quasi toda a parte por telha vã, e tem no seu interior um cemiterio.”

Inúmeras observações ali collidas, nesse Hospital, serviriam de tema a trabalhos de Jobim. Por exemplo, o seu “Discurso sobre as moléstias que mais afligem a classe pobre do Rio de Janeiro”: “A phthisica pulmonar tuberculosa he tão frequente na Misericórdia, que julgo constituir pelo menos a quinta parte dos enfermos, e a sexta ou septima dos que lá succumbem.” E sobre tuberculose, diria ainda Jobim em carta de 8-7-1868 ao seu collega e compadre, residente em São Paulo, doutor Ricardo Daunt: “creio que ella é para alguns contagiosa; essa opinião tenho ha muitos anos, e por isso fiz com que, quando eu era medico da Misericórdia, onde servi mais de 30 anos. José Clemente puzesse os phthisicos em enfermaria separada. Os medicos aqui divergem

(3) Discurso Inaugural que na sessão pública de instalação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro recitou José Martins da Cruz, bacharel em sciências fisicas, doutor em Medicina pela Academia de Paris, Médico do Hospital da Misericórdia etc. (Biblioteca Nacional).

de opinião, julgam o mal ou hereditário ou devido a humidade e pouca luz das alcovas, ou á degeneração da syphilis, que ás vezes communica-se pela vaccina, contrae-se, ou herda-se. Creio que tudo isto pôde ser, e o que é certo que ella faz estragos horribéis aqui onde ha familias que vão-se todas dessa horrível moléstia, e tenho visto maridos sucumbirem, e logo depois as mulheres, apezar de serem bem vigorosas e de constituição muito diversa, e seguidamente todos os filhos.

Nada sei do que se passava aqui no tempo de colonia porque nunca cá se fez estatística mortuária. Aqui tenho visto familias que vão-se moças, e outras muito bem conformadas morrerem todos logo que passam de 50 anos, o que é contrário ao que dizem que ella é mais frequente nos moços do que nos velhos; se assim é deve ser por que são mais raros os velhos."

Trata Jobim das "hepatites, que são frequentes, acompanhadas ou não de ictericia, principalmente nos estrangeiros". "As irritações crônicas gastro-intestinaes, são muito frequentes nos pretos, e nos individuos, que abusam das bebidas alcoólicas; os vermes, e particularmente o tenia, e as ascáridas lombricoidas, abundam muito, sobretudo em certas épocas, nas crianças e nos pretos. Destes, **ra-**rissimo é o que não tenha, á maneira dos cães, ao menos uma ou duas ascaridas no estômago, e talvez que pelo pressentimento desta circunstância patológica, elles se servem de uma expressão entre elles familiar (matar o bixo), como Synonimo de beber cachaça, e que este líquido, adormecendo os vermes, faça com effeito desaparecer certos sintomas simpáticos, que os incomodam".

A mais interessante, porém, das suas observações, seria a relativa á ancilostomose, sendo os seus estudos mencionados depois pelos tratadistas europeus, como Castelaní.

"Uma moléstia, dizia Jobim, que me parece nossa particular propriedade, conhecida geralmente pelo nome impróprio de *opilação*. Em 1831, dei-lhe o nome de *anemia intestinal*, e ainda que essa denominação fôsse repetida, e como aceita na Europa, acho hoje, que lhe não convém, por induzir a erro. Se anemia exprime falta de sangue, creio que a quantidade desse líquido não se acha consideravelmente diminuida, mas somente alteradas as suas qualidades. Por estes motivos, preferimos hoje dar-lhe o nome de *hipoemia intertropical*, que se pode traduzir por esta parafrase: inferioridade ou pobreza de sangue, própria dos países, que ficam entre os trópicos".

Ponto importante, porém, das observações de Jobim é o referente aos loucos, jogados no Hospital de Misericórdia: "Uma coisa não

podemos passar em silêncio, e vem a ser a maneira porque os doidos são ali tratados: custa a crêr-se que no Rio de Janeiro se encontre o cúmulo da barbaridade em uma casa destinada ao alívio de desgraças, a que todo o homem está sujeito, e que não tenha havido até o presente um coração benfazejo, que se lembre daquelles miseraveis, que lhes procure um local conveniente, onde elles possam restabelecer-se por um tratamento físico e moral bem dirigido, e não onde elles se tornem ainda mais loucos; pois, qual será o alienado, que recuperando a razão nos seus intervalos lúcidos, não quisesa antes viver sempre privado dela, do que considerar-se ligado a um tronco, deitado no chão, e cercado de outros, que a cada passo o podem acometer, e maltratar horribilmente?

Estamos persuadidos de que só tem faltado um coração benfazejo, e com bastante influencia para fazer sentir a necessidade de um asilo de alienados nas vizinhanças da Cidade, onde elles gozem de tôdas as comodidades que exige o seu estado, e tratamento".

Hospício de Pedro II

Esse brado de Jobim, a favor de um asilo para os alienados, nas vizinhanças da Cidade, encontrou o "coração benfazejo, e com bastante influencia", na pessoa de José Clemente Pereira, ministro e provedor da Santa Casa de Misericórdia.

E por isso, mais tarde, Jobim, faria um dos seus trabalhos, "dedicado ao Exmo. Sr. José Clemente Pereira, homem positivo, expedito, corajoso, benfazejo, de finíssima intelligência, de alma nobre, amigável, probo afável, benemérito da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil todo, amante das letras e das ciências, D.O.C., em sinal de reconhecimento pela consideração com que tem sempre tratado a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já como senador, já como provedor da Santa Casa da Misericórdia". Essa singular dedicatória, com tão numerosos adjetivos, só pode significar o exultamento do autor por ter encontrado um homem que comprehendesse e satisfizesse os seus planos.

Isso mesmo seria explicado por Juliano Moreira, em noticia sobre o Hospício, contida no relatório de 1904-1905, do diretor interino Afrânio Peixoto ao Ministro da Justiça: "Seja dito, para honra da classe médica, que Jobim e De Simoni sempre protestaram contra tão tremendo estado de coisas. Provedor que os visse, só houve, porém, José Clemente, que em 1839, em seu relatório a mesa

da Santa Casa afirmou a urgência de serem atendidas as reclamações dos homens de ciência que eram as da humanidade”.

É sabido, que pelo Decreto n.º 82, de 18 de julho de 1841 era criado o Hospício de Pedro II, depois Hospício Nacional de Alienados, hoje Hospital de Psicopata.

Referindo-se ao fato, Amaro Cavalcanti, em seu relatório de Ministro, diz que “ordenando a sua fundação e dando meios para levá-la a efeito, o ex-imperador atendeu às reclamações da classe médica, representada pelo Conselheiro Jobim, em 1830, no relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina; pelo Dr. Antônio Cony da Silva Peixoto, em sua tese inaugural de 1837; pelo Dr. Vicente De Simoni, na memória de 1837, e finalmente, pelo conselheiro José Clemente Pereira, provedor da Santa Casa.

Pelo Aviso de 6 de agosto de 1841, foi cometida à Santa Casa a incumbência de realizar o empreendimento, sendo incumbido Jobim de dar assistência médica especializada nos alienados, podendo o escrivão oferecer-lhe a remuneração pecuniária de “cento e vinte mil réis por ano, como uma gratificação adicional ao vencimento que leva pela folha do Hospital Geral”.

Jobim fizera um apêlo a Dom Pedro I, para que fosse, pessoalmente, ver a situação dos loucos. E anos depois referindo-se ao fato, em discurso no ato de doutoramento na Faculdade de Medicina, e por êle presidido, na presença do Imperador, disse: “A fundação do Hospício de Pedro II foi, para esta capital e o Império todo, um grande benefício; nós assim o dissemos, e o esperavamos no dia solene da sua inauguração, porque também nunca nos podemos esquecer do estado deplorável, em que jaziam os alienados do Hospital da Misericórdia. Em os últimos dias do ano de 1829, na ocasião em que passavamos a visita daquêle hospital, vimos entrar pela enfermaria uma pessoa acompanhada somente por um dos mordomos, e dirigindo-nos a nós, reconhecemos ser o Sr. D. Pedro I, que nos disse com aquêl ar franco e decidido, que o distinguia: “quero ver o hospital todo, e sobretudo o lugar dos doudos”. Era um telheiro úmido e mal abrigado, encostado ao morro do Castelo, onde raro era o enfermo, que chegava ao termo ordinário da alienação mental, morriam quase todos tuberculosos, como succede a pintalhos encerrados em lugar úmido, sem luz e mal arejado. Ao entrar, exclamou o Imperador: “Oh! que desgraça, os meus cavalos estão melhor acomodados; é necessário fazer-se quanto antes uma casa própria para êstes infelizes”. Era então ministro do Império um homem de coração, ativo, probo, de vontade

firme, e dominado por nobre ambição, José Clemente Pereira, a quem acreditado que o monarca transmitiu aquella triste impressão; e foi ela talvez o *fiat lux* de um estabelecimento capaz de fazer honra a mais rica e ilustrada capital do mundo; quanto podem muitas vêzes as palavras de um Príncipe! Ainda assim, aquêl provedor caridoso nunca veria o fim de tão nobre e gigantesco edifício, senão fôsse fortemente ajudado pela caridade do Monarca, que agora nos honra com a sua augusta presença.

Para cumprir os desejos de seu Augusto Pai, fêz êle o que somente um Príncipe, um Rei, um Imperador, é capaz de conseguir, porque tudo pode converter para o bem público, sem excetuar mesmo as vaidades humanas. E com tão belas disposições e recursos, quando se tornará mais completo entre nós, o ensino médico?”

Com êste final, Jobim aproveitava a presença do Imperador para pedir assistência e melhoramentos à Faculdade que dirigia.

O que importa, todavia, assinalar, é a referência do médico à visita de Pedro I, à ação de Clemente Pereira, e à ajuda de D. Pedro II.

Nêste particular, é oportuno lembrar uma pitoresca ocorrência. Conversando com Dom Pedro II sobre os meios pecuniários para a construção do Hospício, lembrou-lhe Jobim um alvitre: — “Crie V.M. novos títulos. Com o dinheiro obtido serão tratados os malucos que forem internados, e melhor serão assinalados os que permanecem cá por fora”...

O diálogo, como a malícia, tinham a sua razão de ser. Jobim permanecia sempre o liberal, formado em Paris sob o espírito do século. Fizera-se, porém, um grande e entusiasta amigo de Pedro II. Seu médico, desde os seis anos de idade, tinha com o Imperador tôda a liberdade.

Aceitara ordens honoríficas, nacionais e estrangeiras, bem como muitos títulos de sociedades científicas. Título de nobreza, porém, recusou-o sempre. O irmão, foi barão de Cambaí, o genro seria visconde de Sabóia. Êle não. Comodista, de hábitos muito simplórios, queria ter a liberdade de, quando lhe aprouvesse, viajar na 3.ª classe da Estrada de Ferro Pedro II, livre dos sapatos, conforme a *charge* caricatural da *Semana Illustrada*, reproduzindo uma viagem que êle fazia diariamente, caminho de sua chácara no Engenho Novo, onde tinha residência pacata e livre, mesmo com as partidas de gamão que certas noites praticava com seu vizinho e amigo o Sr. Barão de Bom Retiro.

Certa vez, a propósito de título, Pedro II, embora tivesse sido o soberano mais despen-

dido possível, de praxes e formalidades de corte, mas obediente às fórmulas estabelecidas resolveu insistir mais uma vez com Jobim para que escolhesse um título. Como se explicará, dizia êle, que um médico ilustrado, cheio de serviços à nação, na atividade profissional e no parlamento, agraciado com tantas comendas, não tenha um título?

— Vamos, Dr. Jobim, escolha o título...

— Só se V.M. se dignar conceder-me o título de barão de Inhacurutú...

— Que significa êsse nome?

— Em língua dos indígenas quer dizer "coruja"...

Ria-se o Imperador, e mudava-se de assunto.

Escola de medicina

Por ato de Dom João VI, de 18 de fevereiro de 1808 fôra criada no Rio de Janeiro uma Academia Médico-Cirúrgica "para instituição dos cirurgiões que ignoravam a anatomia, a fisiologia e a medicina prática e para alunos que se destinavam à cirurgia militar e náutica". Por decreto de 9 de setembro de 1826, de Dom Pedro I, passou aquella Academia por uma reforma. No fundo, porém, permanecia um instituto de acanhado âmbito, mais destinada a formar cirurgiões, e sem satisfazer aos progressos que a ciência médica havia atingido.

Esse estado de coisas logo impressionou Jobim. A começar, pela forma com que eram providos os cargos do professor. Em petição ao Imperador Dom Pedro I, expunha: "Diz o Doutor José Martins da Cruz Jobim, que desejando entrar em concurso para a cadeira de Matéria Médica, Farmácia e Medicina Prática da Academia Médico-Cirúrgica desta corte, e tendo sido testemunha da parcialidade evidentemente conhecida, com que se decidiu em outro concurso, a que o Suplicante assistiu perante os Professores da mesma Academia, os quais além de estarem reduzidos a mui pequeno número são todos cirurgiões, excetuando um só, e por isso pouco idôneos para julgarem sobre a matéria do concurso, o Suplicante vem reclamar algumas condições, a fim de poder inscrever-se, as quais não lesam ao direito de ninguém.

Confiado no Patrocínio que V.M.I. presta as ciências, e ao verdadeiro merecimento, o Suplicante não pode deixar de esperar o consentimento de V.M.I. as condições seguintes: O Governo nomeará um número de Juizes igual ao dos lentes atuais. Será público o nome dos Juizes nomeados pelo Governo, os quais de acôrdo com os ditos Lentes assentaráo entre si sobre a natureza das provas, que

serão as mesmas para todos com tanto que os últimos concorrentes não assistam as provas dos precedentes.

As votações se farão immediatamente depois das provas. Será Presidente de todos os atos e assistirá as votações S.Ex. o Ministro do Império. O J.ri apresentará por escrito ao Presidente as razões em que se fundou para dar a preferência ao concorrente proposto".

Mais longe, porém, desejava ir Jobim, apresentando, pouco depois, o seu "Plano de Organização das Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia, oferecido às Câmaras Legislativas".

Na Câmara o Deputado Lino Coutinho agita o assunto, e cometida a Sociedade de Medicina de opinar, é o projeto de Jobim por ella adotado, merecendo a aprovação legislativa, com superficiais modificações. Transformou-se assim no Decreto de 3 de outubro de 1832, que criava as Escolas ou Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia.

Jobim, defendendo tese sobre Hidrofobia, é provido na cadeira de Medicina Legal.

Digno de registro é a exposição de motivos feita por Jobim em seu Plano, transformado na lei de 3 de outubro de 1832.

Não nos furtaremos assim de reproduzir alguns trechos: "As Escolas de Medicina (assim denominamos as instituições destinadas ao ensino, porque julgamos que é por um abuso de palavra que lhes dá o nome de Academias, que compete as corporações científicas, e literárias), são dentre as instituições necessárias, as que merecem uma atenção especial da parte dos homens, que se gloriam de marchar à testa dos povos na carreira da civilização.

Para nos convenceremos da necessidade absoluta de uma reforma nas nossas Escolas de Medicina, basta atendermos aos princípios com que entram para elas os alunos, a maneira por que os Professores são nomeados, a distribuição das matérias do ensino, e a falta de cadeiras de suma importância. Sem saber-se mais do que ler, e traduzir o francês, ignoramos como se possa apreciar o valor de certos termos, possuir aquele espírito crítico, que não nos deixa abraçar às cegas as opiniões de outrem, e adquirir aquella erudição tão necessaria como indispensavel ao bom medico.

Se no seculo em que vivemos, tão rico em factos desconhecidos na antiguidade, o latim he inutil, e mesmo prejudicial ao tempo da mocidade que se destina a certas profissões, he pelo contrario necessario em huma sciencia, cujos termos derivão-se em grande parte dêssa lingua, que nos dá de mais o gosto da concisão, e em que ha tantas obras de summo interesse.

A necessidade da lingua franceza foi justamente reconhecida pelos fundadores das Escolas, nas quaes se estuda por auctores francezes. A arithmetica he tão necessaria na Arte de formular como a Posologia; e a Geometria he indispensavel em Anatomia e Cirurgia, onde a cada passo se encontrão corporações geometricas, e ninguem pôde duvidar da influencia desta verdadeira sciencia sobre a rectidão do raciocinio. Portanto não se deverá admittir estudante algum sem saber Latim, Francez, Arithmetica, Geometria, ao menos plana e Logica, cuja necessidade he patente; e se elles souberem Grego, bom será, assim como o Allemão, Inglez etc., mas não sejamos tão exigentes.

.....
A Phisica, a Quimica, e a Botanica, eis as sciencias indispensaveis para o estudo da Medicina; ellas nos fornecem documentos infinitos, já para explicar os phenomenos do organismo, já para apreciar a composição e acção dos corpos, já para procurar os meios medicamentosos, e mecanicos, applicados á conservação da saúde, e cura das molestias; e em que Paiz fallo eu da importancia da Chimica e da Botanica? A Chimica, essa sciencia toda nova a quem tanto deve a geração actual, e que, se exceptuarmos os phenomenos do sentimento, e da intelligencia, abraça tudo, e applica-se a tudo, que acabada completamente será a sciencia do Universo, e que de accordo com a Economia Política parece destinada a mudar totalmente a face do nosso globo; a Botanica, que nos ensina a distinguir os entes, de que a Medicina tira a maior parte dos seus meios therapeuticos, e que he a mãe da agricultura, estas duas sciencias, digo, que beneficios inumeros não devem derramar sobre o nosso Brasil, logo que se procurar animar a nossa mocidade a adquirir por meio dellas o gosto da observação e do positivo?

Sómente ellas nos poderão livrar de receber do estrangeiro mil substancias, que superabundão entre nós; e oxalá não só os medicos fossem obrigados a estudal-as, mas que todos os paes de familia se convencessem do que dizia muitas vezes o celebre Thenard no seu curso de Quimica perante a estudiosa mocidade franceza, que hoje a educação de hum moço não pode ser completa, se elle não tiver noções destas sciencias. Infelizmente nós ainda estamos muito longe deste apuro, e o pae Brasileiro mais disvelado pela educação de seus filhos, mui difficilmente poderia mandar-lhes dar essas noções. Entretanto o Brasil, que tanto dispende com mestres de Latim e Rhetorica, podia tambem fazer alguns sacrificios para animar a cultura destas sciencias, que

conduzem, a resultados mais uteis, e o que o dirão os nossos conterraneos do Norte”.

O Plano de Jobim, estabelecia o título de Doutor para os que, aprovados em tôdas as matérias do curso, quisessem sustentar uma tese, que “poderia ser escripta em Latim ou Portuguez”.

De cultura humanista, que era Jobim, sua preocupação seria dar novos rumos à mocidade do Brasil. Ensinar as ciências práticas e úteis, preservando, por outro lado a educação clássica, da qual ele era, por sua vez, grande entusiasta.

A propósito, na sessão de 24 de abril de 1831, da Sociedade de Medicina, fazendo a biografia de Francisco de Melo Franco, disse Jobim: “Mello Franco era de muita vivacidade nos olhos, expressão e nobreza na physionomia, de estatura maior que a ordinaria, de character jovial, de maneiras affaveis e polidas. Escrevia o portuguez com muita elegancia e pureza; era bom poeta, distincto humanista, e conhecia a fundo, além da lingua materna o latim, o italiano, o inglez e o francez”.

Depois de traçar em breves quão profundas pinceladas o retrato de Melo Franco, é que Jobim passava a descrever o grande médico, autor do “Tratado de educação physica dos meninos” e “Ensaio sobre as febres do Rio de Janeiro”.

Aquella síntese de Jobim, assinalando a cultura geral de Melo Franco, e em destaque “o latim que o distincto humanista conhecia a fundo”, revela bem a afinidade do autor pelo seu biografado.

Em defesa do latim, Anatole France escreveu um admirável capítulo. Há ali argumentos que merecem ser destacados para um melhor alcance do valor do latim na sua grande função educativa. Diz o delicioso escritor francês ser na realidade, muito rápido o declínio dos estudos latinos. Os retóricos de seu tempo liam correntemente Virgilio e Cícero. Já agora o latim retira-se do mundo e tende a retirar-se da escola. É fatal. No século XVIII, ele ainda era a lingua universal da ciência. Agora, a ciência fala francês, inglês, alemão. Só a teologia guarda seu velho idioma. O conhecimento das linguas vivas tem um interesse práctico. Não se pode negar a vantagem de saber inglês e alemão. Esse conhecimento é útil ao negociante e ao legislador, como ao soldado e ao sábio. Mas resta saber se o ensino secundário deve ter por único objetivo a utilidade. Não, o belo nome de humanidades que se lhe deu por muito tempo nos esclarece sobre sua verdadeira missão: ele deve formar homens e não tal ou qual espécie de homens; ele deve ensinar a pensar. Aprender a pensar, é nisso que se resume todo o pro-

grama bem compreendido de ensino secundário.

Com o latim, os alunos aprendiam alguma coisa infinitamente mais preciosa que o latim: aprendiam a arte de conduzir e exprimir seu pensamento. Sem êle, nada teria feito a beleza do gênio francês. O latim não é para nós uma língua estrangeira, é uma língua materna; nós somos latinos. É o leite da loba romana que faz o mais belo de nosso sangue. A literatura latina é mais própria que qualquer outra a formar os espíritos. Roma teve idéias simples, fortes, pouco numerosas; conhece-se-lhes os limites. Mas é por isso mesmo que ela é uma incomparável educadora. Depois dela, a humanidade concebeu idéias mais profundas; o mundo teve um arrepio novo ao contato das coisas. Mas, para armar a mocidade nada vtle mais que a força latina.

Veja-se o *Hamleto*, é um mundo imenso. É difícil que se tenha jamais feito qualquer coisa de mais grandioso. Mas que queremos que um estudante aprenda ali? Leia-se o *Fausto* de Goethe. É um rico repositório de idéias e sentimentos; melhor ainda: é um laboratório onde a substância humana se acha encerrada. Entretanto, como é brumosa essa obra do mais luminoso gênio de toda a Alemanha. Marcha-se ali às apalpadelas, por caminhos tortuosos, com os olhos ofuscados por meteoros. Também isso jamais poderá ser clássico, para nós. Agora, abra-se as histórias de Tito-Lívio. Lá tudo está em ordem, luminoso, simples; Tito-Lívio não é um gênio profundo: é um perfeito pedagogo. Como êle pensa claramente! E quanto ao fundo, que se encontra? Lições de moral, coragem, devotamento, a religião dos antepassados, o culto da pátria. Eis aí um clássico!

O latim aprendido no Brasil durante o Império como chave da cultura humanista desse tempo, representa talvez o segredo da sociedade de elite que Pedro II preparou e reuniu em redor de seu trono, dando do Brasil ao mundo uma impressão singular, pelo polimento de cultura, caráter e maneiras que distinguuiu os homens do Segundo Reinado.

Fôra assim, sem dúvida, Jobim, o inspirador da criação das Escolas de Medicina do Rio e Bahia, e o autor do respectivo projeto.

Alvaro Paulino Soares de Sousa, fazendo o histórico do ensino médico no Brasil, nos "Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro", Ano III — 1919, escreveu: "Depois dessa lei, veio a que é mais conhecida e festejada, a lei de 3 de outubro de 1832, projecto do dr. José Martins da Cruz Jobim". Por sua vez, Antônio Gonçalves Pereira da Silva em memória publicada no Tomo LXXIV — Parte II da Revista do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, sôbre o "Quadro histórico da Faculdade da Escola de Medicina do Rio de Janeiro", escreveu: "A êsse período da vida do ensino da medicina no Brazil, succedeu uma das suas phases mais importantes, a reforma creada pela Lei de 3 de outubro de 1832, projecto do dr. José Martins da Cruz Jobim".

Jobim, em 1842, assume a direção da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, e até 1872, portanto, durante 30 anos, permanece no cargo de diretor. De 1842 a 1854, seria diretor por eleições periódicas dos membros da congregação, em lista tríplice enviada para escolha do Imperador, e de 1854 em diante, efetuada a reforma no ensino médico por êle elaborada, passou o cargo a ser livre nomeação do Imperador.

Nessa função, e embora o prestígio pessoal que lhe dava a estima de Pedro II e a sua situação política de deputado e depois senador, Jobim embora reclamando sempre maiores dotações orçamentárias para o aperfeiçoamento do ensino médico, procurou desempenhar-se com brilho, da missão que lhe fôra confiada.

Suas lutas não se restringiram apenas a um melhor aparelhamento de material didático. A principal delas, foi a luta para a obtenção de um prédio que permitisse um regular funcionamento do ensino.

A Escola de Medicina, durante sua gestão funcionou em prédios acanhados, e por empréstimo, até ser instalado no antigo Asilo de Órfãos, ao lado da Santa Casa, onde ficaria até 1920...

Das dificuldades materiais da Escola de Medicina em seu tempo, ficou documentação na farta coleção de representações suas, existentes no arquivo da Faculdade ou em seus discursos impressos.

O ilustre e saudoso professor Fernando de Magalhães, em sua obra "O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro", inadvertidamente, comete uma injustiça: "Homem de capacidade e inteligência, Jobim dispôs sempre de prestígio social e político. Médico da Casa Imperial, em contão com os soberanos, deputado e depois senador do Império, não applicou êle tudo quanto lhe poderiam proporcionar os altos encargos, em favor da Faculdade".

Ora, é enorme a documentação em contrário.

O próprio Fernando de Magalhães, nesse mesmo trabalho, reproduz vários trechos de representações de Jobim, como por exemplo, êste, à página 45: "O desgosto era profundo e quando em 1849 Jobim, por determinação do Governo Imperial, remeteu o figurino para as vestes dos lentes e doutorandos, fez o seguinte comentário: Não devo contudo deixar,

nesta ocasião, de ponderar a V.E. que não será muito coherente todo esse apparatus exterior com o estado decadente do Estabelecimento, sem edificio, sem regulamento proprio, privado enfim de melhores recursos. Mais conforme parecia o adiamento de quaisquer manifestações de prosperidade, para quando na realidade a Escola tiver esse grão”.

Dirigindo-se assim ao Ministro, poderia Jobim ser mais explicito e rudemente franco?

Essa franqueza, foi teimosamente reiterada.

Para transportar uma arquibancada de um edificio para outro, Jobim pediu ao Provedor José Clemente que o fizesse por “não poder distrair somma alguma da acanhada consignação que tinha para a despeza”. Em 1859, dizia elle em relatório: “A Bibliotheca continua ainda muito aquém do pé em que deve estar, pois impera a falta de autores modernos em todos os ramos da medicina”. E reclamava, reiteradamente, contra “a falta de material para a Secretaria da Faculdade, e sobretudo falta de espaço para collocação de instrumentos de ensino que jazem encaixotados”.

Em seu discurso de diretor, no ato de doutoramento, em 1871, e na presença da Princesa Isabel, Regente do Império, mais outra vez se queixou Jobim das falhas do ensino médico: “tudo isso em um edificio improprio, sem laboratórios convenientes, e gabinetes para diversos ramos de ensino pratico, ensino que não temos, sendo elle indispensavel em uma escola médica que não seja como é a nossa, uma vergonha para nós, e para a nação, que muito mais podia lucrar do talento dos nossos moços estudiosos e morigerados. Tres ou quatro vezes tem vindo nos nossos orçamentos uma consignação para começar-se um edificio appropriado para Escola de Medicina, e não houve ainda quem o julgasse a proposito”.

Impresso esse seu discurso, no exemplar oferecido ao Imperador, foi a seguinte nota manuscrita de Jobim, escrita à margem: “É necessario dividir o anno, com as materias do ensino em duas épocas. É necessario, com tanto estudo theorico, para reforçar as diversas Clinicas, crear premios e estímulos, e algumas bolsas”.

Há ainda um interessante depoimento da época. Entre as verrinas de jornais surge uma, de médico que se assinava I.A.S., censurando os oito médicos parlamentares, que nada faziam pelo ensino médico e pela saúde pública.

Um editorial dos Anais Brasilienses de Medicina, responde-lhe, em seu número de novembro de 1848: “O nosso correspondente ou tem estado muito alheio das discussões parlamentares deste anno, ou é nimamente injusto para com alguns de seus collegas.

Se não fôra uma destas duas hypotheses, por certo, estaria lembrado que logo no principio da sessão, os srs. drs. Jobim, Thomaz Gomes e Torres, mui dignos lentes da Escola de Medicina desta côrte, se esforçaram quanto lhes foi possivel, para que as escolas de medicina fossem dotadas de prompto com os seus estatutos disciplinares, que ha mais de oito annos jaziam nas pastas da commissão de instrucção publica!! Que tendo conseguido fazel-os passar na camara temporaria, lá foram encalhar no senado, por causa do tão fallado artigo 61 da constituição, ou para melhor dizer, por causa das *pirraças* com que mutuamente se mimoseam às nossas duas camaras.

Que culpa, pois, tiveram nisto os oito médicos deputados?”

A propósito de edificio para a Escola, que tantos prédios acanhados teve, por empréstimo, apesar das constantes reclamações de Jobim, existem, entre estas, as seguintes:

“Ao terminar a sessão de 1.º de março de 1855, o exmo. Sr. Conselheiro Director communica à congregação que o sr. Provedor da Santa Casa em um dos dias de fevereiro tinha tomado conta da sala dos actos solemnes, convertendo-a em enfermaria para doentes de cholera-morbus, sem que disso tivesse tido participação alguma: que se via portanto obrigado a representar contra semelhante facto ao Governo Imperial”.

E o Ministro do Império responde que se tinha previamente entendido com o Provedor, esquecendo-se de avisar o Diretor...

Em officio de 4 de março de 1847, o ministro Joaquim Marcelino de Brito, em nome de S.M. communicava que “attendendo a estreiteza do lugar em que se acha estabelecida a Escola de Medicina d'esta Côrte, e não existindo proprio algum Nacional para onde seja ella removida: Ha por bem que V.Sa. examine se ha algum terreno”, etc., e terminava por adiantar “que do trabalho da planta e orçamento será incumbido Manoel d'Araujo Porto Alegre”.

Mas, tudo ficava como dantes.

Da tribuna do Senado, Jobim verberou, várias vèzes, as necessidades da Faculdade.

E em 1877, quando elle já não era diretor, Corrêa de Araújo, deputado por Pernambuco, em debate na Comissão de Instrução da Câmara, lembra o depoimento dado ao Senado por Jobim: “tudo é miseria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro!”

Homenageando sua memória, o Dr. João Damasceno Peçanha da Silva, professor de Patologia Interna da Faculdade, em sessão da Academia Imperial de Medicina, de setembro de 1878, disse: “Como redactor dos Annaes

Brazilienses de Medicina, não posso deixar de tributar ao venerando ancião, que hontem baixou ao tumulto, os protestos do mais profundo respeito e consideração". E, no elogio geral, fez essa significativa menção: "Foi ainda director da referida Faculdade, pugnando pelos seus interesses, e reclamando com instancia do Estado, as medidas e reformas necessárias para melhorar o seu ensino! Assim os seus justos reclamos fossem attendidos e tomados na devida attenção!"

Da documentação referente ao Jobim na direção da Faculdade, seria agora ocioso, reproduzirmos mais provas de seus reclamos em benefício do instituto. Existem porém, alguns papeis que dando uma idéa das condições da época, e pela natureza e pitoresco do assunto, merecem divulgação. Por exemplo, a seguinte carta que lhe foi dirigida: "Illm.^o Senr. Tendo o Sachristão do meo antecessor emprestado ao Ex-Porteiro dessa Escola de Medicina, Claudio Jozé da Silva huma Sineta pertencente á Igreja de Santo Ignacio do Collegio de Jezuz, donde sou Capellão; e como athe o presente não metenha sido restituída, e o dito Porteiro fosse despedido, e a dicta Sineta continue afazer os Signaes aos Estudantes dessa Escolla, quando ella, faz falta aqui nesta Igreja para os Tipiques, e mais signaes que são nessecarios fazer em occazião do Sacrificio da Missa e outros dias festivos. Rogo portanto a V.S.^a se digne dar suas ordens para que a dicta Sineta me seja entregue com aquella brevidade que for compativel a V.S.^a Deos Guarde a V.S.^a Rio de Janr.^o 3 de Abril de 1843 Illm.^o Snr. Doutor José Martins da Cruz Jobim Director da Escolla de Medicina da Corte.

O Pe. Wenceslão de Andrade Rosa
Capellão desta Igreja

Das relações da Faculdade com a Santa Casa, existem episódios como este: Em carta de 19 de maio de 1849, Thomaz José Pinto Cerqueira communica a Jobim, e pede providencias, sobre a denuncia dada pelo dr. Manoel Feliciano ao Administrador do Hospital de que "alguns alumnos da aula de clinica cirurgica dirigirão ao dr. Antonio José Peixoto vozes de —fôra—".

A 17 de março de 1866, o Provedor Antônio Rodrigues Ferreira Braga communica a Jobim: "Nesta data forão expeditas as convenientes ordens para que os alumnos da Faculdade de Medicina Hilário Soares de Gouvêa, Luiz da Cunha Feijó, João Pizarro Gabizo e Joaquim José de Figueiredo Junior, escolhidos em concurso para os lugares de internos da mesma Faculdade, os dous primeiros para clinica médica e os outros para Cyrurgica, se dê aposento

e comida no Hospital Geral da Santa Casa, conforme V.^a Ex. requisitou no seo officio de 15 do corrente".

Por outro lado, o diretor da Faculdade, recebera da Santa Casa, o seguinte curioso officio, acompanhado de um projeto de regulamento:

Illm.^o e Exm.^o Sr.

Tenho a honra de passar ás mãos de V.E. a copia junta de um Regulamento que julguei conveniente expedir para manter em bôa ordem e asseio o Hospital da Santa Casa desta Côrte, e rogo a V.E. se digne coadjuvar-me pela sua parte, para que consiga dos Alumnos da Escola de Medicina, admittidos na clinica do mesmo Hospital, a perfeita observancia das disposições do mencionado Regulamento.

Deos Guarde a V.E. Santa Casa da Misericórdia em 26 de Março de 1855.

Illm.^o Exm.^o Sr. Dr. José Martins da Cruz Jobim, Director da Escola de Medicina.
O Provedor Marquez de Paranã.

O Provedor da Santa Casa de Misericórdia, dezejando que o respectivo Hospital se mantenha na maior ordem e asseio, ordena que no interior d'elle se observe o presente Regulamento, que será affixado na casa da cyrurgia e onde mais convier.

Artigo 1.^o — Depois de aberta a Clinica, os Alumnos que n'ella são admittidos, não deverão entrar no interior do Hospital senão um quarto de hora antes da chegada do Professor; e dirigir-se-hão directamente para o lugar onde constumão a ajuntar-se.

Artigo 2.^o — Durante o tempo em que se demorarem no Hospital, é-lhes prohibido ter o chapéu na cabeça, correr pelas escadas ou corredores, fumar, cantar, disputar, fazer bulha, etc.; e evitarão o conspurcar o pavimento do Hospital, lançando-lhe qualquer objecto, ou cuspidno n'elle, uma vez que ahi existem escarradeiras.

Artigo 3.^o — Seguirão silenciosa e attentamente a visita, não lhes sendo permittido assentar-se ou deitar-se nas camas dos enfermos, fallar a estes inutilmente ou com aspreza, lançar qualquer cousa pelas janellas, ou demorar-se n'ellas.

Artigo 4.^o — Comportar-se-hão nas enfermarias destinadas á Clinica com todo o comedido, civilidade e charidade, que requerem a bôa educação e decencia, tendo em attenção que se achão em um lugar destinado á infelicidade e ás dôres, onde deve-se evitar toda a especie de escarneo ou de falta de charidade.

Artigo 5.º — Os Alumnos, acabada a visita e cumprido o seu dever, retirar-se-hão immediatamente na mesma ordem e silencio, como se acha prescripto para a sua entrada no Hospital.

Artigo 6.º — O Director do Serviço Sanitário e a Irmã Superiora ficão incumbidos de fazer tomar notas d'aquelles Alumnos que infringirem qualquer disposição do presente Regulamento, para darem conhecimento das infracções ao respectivo Professor da Clinica, que é de esperar, faça aos Alumnos as advertencias necessarias.

Se porem deixar de as fazer, ou forem infuteis e houver reincidencia, o participarão ao Provedor da Santa Casa, para este dar as providencias convenientes.

Artigo 7.º — Os Pensionistas e os Boticarios do Hospital ficão sujeitos ás mesmas regras de policia e asseio aqui estabelecidas. — Santa Casa da Misericordia, em 25 de Março de 1855 (assignado) Marquez de Paraná. Conforme Joaquim Antonio Caminha.

Naqueles tempos, a Escola de Medicina era consultada sôbre matéria de saúde pública. Assim foi que por Aviso de 5 de Maio de 1843, o Ministro José Antônio da Silva Maya, communicava a Jobim: “Resolvendo S.M. o Imperador, que a Escola de Medicina desta Côte dê o seu parecer sobre os remedios secretos que se vendem nesta Cidade sob qualquer denominação, e continuamente se annunciação nos Periódicos: Assim o communico a V.S.* para sua intelligencia e exedção”.

Em outro officio, o govêrno pedia o parecer da Escola “sobre os ingredientes nocivos na refinação de assucar, empregados, e que eram apontados como causadores dos incommodos de intestinos apparecidos na população”.

Por officio de 23 de março de 1847 — “Sua Excellencia o Snr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, em nome de Sua Magestade o Imperador, e a bem do Serviço Publico, manda remetter a V.S.* para que informe, o incluso requerimento de José Alves Branco, em que pede se lhe permita vender publicamente huma agoa composta por elle de certos vegetaes para a cura de molestias venereas”.

Nas cerimoniaes de formatura, de fim de ano, havia sempre grande solenidade, e Jobim pronunciava discursos, na presença do Imperador, nos quais não só debatia os assuntos palpitantes da medicina, como reclamava medidas de govêrno para o ensino médico, ou de interesse para a saúde pública.

O Dr. R. J. Haddock Lobo, descreveu uma dessas cerimoniaes, nos “Anais de Medicina Brasileira”:

“Pelas 10 horas da manhã, o salão começou a ser occupado por numerosos convidados, d'entre os quaes se divisavam altos funcçionarios d'Estado. Uma banda de musica collocada no fundo do salão tocava a pequenos espaços lindas symphonias. Pouco antes do meio dia a guarda de honra que se achava prostada á porta do edificio fez signal que era chegado S.M.I., que foi para logo recebido com as honras do costume pelos doutorandos e pela Faculdade de Medicina.

Sobremaneira sentimos não poder desde já publicar esta interessante peça de eloquencia, em que o dr. Jobim mostrou vasta erudição médica, habilmente casada com o maior rigor logico. As mais sãs verdades são ahi expostas, com graça e clareza; e afoutamente podemos dizer que o Sr. Dr. Jobim esteve sublime.

Seu discurso, apesar de longo, prendeu por tal modo a attenção de todos — tão bem dispostos estavam seus periodos — tão grande era o interesse que d'elles se colhia, que de ha muito nos não lembrava observar tanto recolhimento em taes occasiões em auditorio tão numeroso como aquelle que alli se achava”.

Em seu discurso de 1863, Jobim faz largas considerações sôbre o emperismo e a ciência. E a propósito, comenta Bichat, Broquissais, Puiel, Trousseau e Brunner. No fim da oração, diz: “Mas, voltando á vaccina, se é certo como se diz, que temos oito milhões de habitantes, está claro que nas mesmas proporções do que se vê na Italia, devião ser vaccinadas entre nós perto de 300.000 crianças, mas á vista do relatorio apresentado este anno pelo Sr. Director da Junta Vaccinica do Rio de Janeiro, a quem nenhuma accusação dirigimos porque naturalmente só faz o que pôde, forão vaccinadas somente 6.000 crianças em 15 provincias do Imperio, e nada sabe dizer-nos sobre as 5 restantes! Ora, estas 6.000 para as 300.000 são a medida do nosso atrazo a este respeito, *et sic de ceteris*.” Nesse mesmo discurso, fala ainda da necessidade de uma estatistica geral “em que se comprehendão numerosas questões medicas, que só por ella podem ser cabalmente resolvidas. É doloroso contemplar o nosso atrazo a este respeito, quando nos comparamos, já não digo com a Inglaterra, a Allemanha, a França, a Italia, mas com qualquer das mais recentes e insignificantes colonias inglezas, onde as estatisticas são uma condição de ser seus governos; vêde por exemplo a Tasmania, Terra de Van-Diemen, o Cabo da Boa Esperança e todas essas possessões, onde o imperio britanico conta mais de 120 milhões de subditos”.

E fechando o discurso: “Aqui termino suplicando a V.V. M.M. I.I. se dignem des-

culpar-me por ter abusado tanto tempo da paciência de V.V. M.M. I.I., bondade e attenção com que se dignarão ouvir-me, assistindo ainda hoje a esta solemnidade, é mais uma prova da alta proteção, que se dignão dar á nossa sciencia, e um novo motivo para a nossa perpetua gratidão.

A vós, senhores doutores, desejo a maior felicidade, e espero que vos esforceis por firmar cada vez mais o credito e a boa reputação desta Escola, estudando constantemente e sendo bons observadores, bons praticos, bons empiri-methodistas, como o são hoje muitos medicos distinctos da França e quasi todos os medicos inglezes, que reconhecem que é a medicina que tem mais cabal applicação a maxima de Bacon, seu grande philosopho, quando dizia, que em materia de sciencia a nossa imaginação deve elevar-se com azas de chumbo; lembrai-vos sempre desta maxima, e que só com ella podeis contribuir para os progressos reaes da nossa sciencia, como para gloria sua e esperão, em retribuição aos bons principios que soberão inspirar-vos os vossos mestres, os professores desta Escola, de cuja sabedoria, e de cujos sentimentos estimaria eu ser neste momento um simples reflexo”.

Em discurso pronunciado em 1868 como director, no ato solene de doutoramento, elle dizia: “Ha 36 annos que foi creada esta Faculdade, e em tão longo periodo apenas 918 medicos, e 186 pharmaceuticos, tem sahido do seu seio; destes a metade seguramente ou tem fallecido, ou tem abandonado os trabalhos da profissão, para dar-se a outros encargos. Correspondem aquelles numeros á vinte e cinco medicos por anno, e apenas cinco pharmaceuticos; e se os compararmos com mais de 300 doutores nacionais, que dão annualmente as Faculdades de França, além de outros tantos officiaes de saúde pelo menos, que sahem das escolas secundarias com autorisação de praticar nos respectivos departamentos, e os que sahem ainda das escolas medico-cirurgicas especiaes do exercito e da armada, reconheceremos que proporção guardada á população franceza e á nossa adicionados mesmo os que se formão na Bahia, das nossas escolas nem a oitava parte sahe dos que são necessarios para o serviço publico e particular, o que prova sem duvida o grande atrazo, em que se achão muitas povoações nossas, onde nenhum só medico ou pharmaceutico existe. E como se podem ellas haver com as necessidades da justiça, da saúde publica e particular?

Do mesmo ao certo que, diz um philosopho ter succedido em Roma, quando ainda lá não havia medicos, os doentes morrião abandonados, e a justiça era incompleta ou nulla; mas

depois que lá chegou a civilização grega, os seus escriptores, e as edificações ainda hoje existentes nos mostram claramente, que os preceitos da medicina curativa, e tambem os da preventiva, a hygiene publica, erão lá seguidos e praticados com sabedoria e disvello.

Destas observações podeis concluir, que não vos faltarão, para o exercicio da vossa profissão, lugares neste vasto Imperio, onde vos possaes estabelecer com vantagem. Mas qualquer que seja o vosso destino tenho hoje de insistir sobre alguns pontos importantes em beneficio vosso, da nossa sciencia, e do paiz; e o principal é que pelos conhecimentos que adquiristes nesta Faculdade, vos deveis considerar como outros tantos apostolos da nossa civilização, esforçando-vos ao mesmo tempo por contribuir para os progressos, que as sciencias medicas fazem actualmente por toda a parte, e que portanto não é só o interesse immediato e a consideração, que a vossa profissão vos pôde dar, o que vos deve servir de guia no vosso proceder; nem houve ainda época em que o vosso adjutorio seja mais necessario, porque tambem nunca os conhecimentos medicos mereceram tanta attenção geral das nações e dos governos, se attendermos ao que se está passando actualmente na Allemanha, na França, na Inglaterra, nos Estados-Unidos, no Egypto e na Turquia; por toda a parte emfim reúnem-se os maiores esforços para elevar a nossa sciencia áquelle grão de perfeição, de que é capaz a intelligencia humana, e para tirar-se della todos os beneficios, que pôde derramar sobre as sociedades modernas”.

Nesse mesmo anno de 1868, formava-se em medicina, e era orador da turma, Benjamin Franklin de Ramiz Galvão. Em nossos dias, e pouco tempo antes de falecer, o Barão de Ramiz lembrou um diálogo havido naquella data, entre elle e Jobim, diálogo que elle registou no seguinte autógrafo:

— “Diga-me: já leu o “Malade imaginaire”, de Molière?

— Sim, Snr.

— Pois então, lembre-se da frase: “*Dignus est intrare in docto corpore*”. É agora o seu caso:

Inscrevase para os nossos próximos cursos.

— Obedecerei às suas ordens, Snr. Senador.

Quando fui levar-lhe o meu diploma de doutor em medicina, para ser por elle assinado. Ramiz Galvão”.

E pouco depois, entrando em concurso, o futuro Barão de Ramiz seria emérito professor de botânica da Faculdade.

Jobim dispensava todo o seu aprêço a estrangeiros illustres que vinham participar do nosso

aperfeiçoamento intelectual, integrando-se em nossa sociedade. Assim fizera com os dois médicos franceses Faivre e Sigaud, que justo renome obtiveram no Rio de Janeiro. Do mesmo modo agiria Jobim com o distinto médico dinamarques Dr. Theodoro Langaard, avô do saudoso acadêmico e professor Rodrigo Otávio de Langaard Meneses. É o próprio Rodrigo Otávio em "Minhas memórias dos outros" que referindo-se ao encontro de Langaard, com Jobim, escreveu:

"Estabeleceu-se no interior de São Paulo, em Ipanema, onde prosperava a fábrica de ferro que fundára o allemão, pae do Varnhagem.

Rapidamente se accentuou o valor do novo medico, cuja clientela se estendia pelos povoados vizinhos.

Meu avô estudou o portuguez e só esperava aperfeiçoar-se no fallar para vir ao Rio de Janeiro prestar exame de habilitação profissional, então chamado exame de sufficiência, para legalisar o exercicio de sua actividade. E nessa occasião annunciou-se a visita do Imperador a Ipanema. O dr. Langaard muito se affligiu com isso e a sua afflicção subiu de ponto quando soube que na comitiva imperial vinha o médico do Paço, dr. Cruz Jobim, professor e Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Meu avô, que exercia illegalmente a medicina, não queria, de modo algum, ser encontrado pelas personalidades que iam chegar e, principalmente, pelo médico; resolveu, então, deixar-se ficar em casa durante o periodo da visita. E, logo após a chegada dos visitantes, começou a ser informado de que o Dr. Jobim havia perguntado por elle, que queria vê-lo, que desejava ir á sua casa.

Cada vez mais preocupado com isso, e receando consequencias desagradaveis pela circumstancia de estar clinicando, em tão grande escala, antes de legitimamente autorizado, o Dr. Langaard não comprehendia bem a insistencia do Director da Faculdade de Medicina e médico do Imperador em querer vê-lo. Só mais tarde é que um amigo o procurou e deu-lhe a explicação do caso. O Dr. Jobim, desde que se aproximou de Ipanema, começou a ouvir fallar no jovem médico dinamarquez, que ali se estabelecera; tal era já o seu renome, tanta cousa interessante delle se dizia, que o professor e clinico quiz vê-lo e falar-lhe. E tal foi a insistência do Dr. Jobim que meu avô teve de ir procurá-lo.

O velho médico o recebeu paternalmente. Meu avô começou explicando que apenas o seu imperfeito conhecimento do portuguez,

havia retardado a obrigação, em que estava, de ir prestar o seu exame de sufficiência. Jobim, porém, o animou; que elle já se exprimi-
ra razoavelmente e que fosse logo; que chegando á Côte o procurasse. Meu avô assim fez. Veio á Côte, prestou o exame e foi o primeiro médico estrangeiro a que foi dada a nota de distincção em exame de tal natureza.

O velho Jobim muito obsequiou então meu avô; e, mesmo, como houvesse dado exuberantes provas de seus conhecimentos de botânica, convidou-o para concorrer á respectiva cadeira na Faculdade. Meu avô não accetou, porém; preferia continuar com sua clinica no interior de S. Paulo.

Desse encontro com o Conselheiro Jobim nasceu uma grande amizade entre os dois que se estendeu pelas familias. Uma das filhas do Conselheiro Jobim, casada com o abastado rio-grandense José Ferreira Porto, foi madrinha de baptismo de uma das filhas do Dr. Langaard, minha tia, e de uma de minhas irmãs, cujo nome de Eugenia della lhes veio."

O Rio de Janeiro daquela época apresentava uma situação climatérica positivamente diversa da actual. Hábitos, costumes e moléstias modificaram-se também.

Nenhum depoimento será talvez mais interessante para invocação que o de Rendu, médico enviado pelo ministro de instrução pública de França para vir estudar em nosso país as moléstias que mais frequentemente atacavam os indígenas e os Europeus nêle iixados. Sua missão absorveu dois anos: 1844 e 1845. As observações do médico francês pouco differem das várias fontes existentes sobre essa época. Além do mais, grande parte de fatos por êle anotados eram ainda verificados pelos contemporâneos do Rio de Janeiro nos primeiros anos do começo dêste século em que vivemos.

O estrangeiro que desembarcava no Rio de Janeiro, dizia Rendu, reparava logo o aspecto doentio da população; não encontrava, principalmente nas crianças senão fisionomias pálidas e emagrecidas. Não havia no Brasil fisionomias abertas e alegres; a infância, com suas graças peculiares, não existia por assim dizer no país. Aos sete anos, o jovem brasileiro tinha já a gravidade de um adulto, passando magestosamente, bengalinha na mão, compenetrado numa vestimenta que fazia mais lembrar as *marionnettes* das feiras de Paris que um sêr humano; em lugar de vestimentas largas e cômodas que permitissem aos membros movimentos livres, êle era metido em apertada calça segura por baixo dos pés, e com um casaco que lhe comprimia o busto. Nada mais triste que ensinar a criança a maquear a idade madura. Os mesmos absur-

dos faziam os adultos. Dentro de casa os Brasileiros mal se vestiam; nas ruas, apresentavam-se vestidos de preto da cabeça aos pés, justamente a cor que mais absorve os raios atínicos do sol.

O regime alimentar dos Brasileiros oferecia uma grande conformidade: em diversas províncias, a carne de porco e o feijão compunham quase exclusivamente a nutrição dos habitantes. Nas principais cidades, como Rio, Bahia e Recife, a alimentação era mais variada sem que o porco, o feijão e a farinha deixassem de ser a base das refeições. Os Brasileiros, em geral, eram grandes comedores e a excessiva quantidade de farináceos que consumiam, poderia bem ser uma das causas no desenvolvimento considerável que nêles apresentavam os órgãos digestivos. A carne de porco, de tão difícil digestão, deveria ser evitada nos países quentes. A temperança na bebida era uma qualidade comum no Brasil. A água bastava, e nas refeições, quando muito, eram bastantes algumas gotas de vinho de Portugal. Mas, se os Brasileiros eram um povo exemplar no tocante a temperança, não se podia dizer o mesmo de sua continência...

As mulheres tinham um papel inferior ao dos maridos. Fechadas em casa, mal apareciam às visitas, apenas percebidas, algumas vezes, pela fresta de uma porta entreaberta. Daí a monotonia e o vazio que experimentava o estrangeiro nas casas brasileiras; não se conhecia ali o encanto dos interiores que na Europa eram presídios pela mulher.

Das moléstias assinaladas por Rendu, duas merecem reparos: o papo e as febres. Regista êle o bocio simples ou endêmico, ainda hoje existente aqui como na Europa e alhures, em regiões montanhosas. E se ainda agora discute-se a causa dessa moléstia cuja teoria infecciosa foi largamente defendida por médicos ingleses de observação na Índia, a hipótese da pobreza mineral da água defendida com vantagem aqui como em França e na Suíça, já era explicada em 1844 pelo médico observador francês quando dizia que nas regiões brasileiras propícias à doença, não tinham bocio as pessoas que bebiam águas correntes, oxigenadas e enriquecidas de sais, mas as que faziam uso de águas paradas ou de minas.

Das febres destacava Rendu duas qualidades: uma mais grave e apresentando seguidamente caráter pernicioso, era devida a influências palustres; outra menos perigosa, devida ao ácido carbônico desprendido pelos vegetais das grandes florestas do país. Esta última erradamente definida pelo médico, e depois por outros observada, devia ser a febre de calor, cabalmente descrita pelo professor Aze-

vedo Sodré no começo dêste século. O desaparecimento da febre de calor é bem o marco distintivo entre o Rio de Janeiro do século passado e a salubre metrópole da atualidade.

Arrazaram-se morros, alargaram-se e arborizaram-se as ruas, e povoaram-se praias. As edificações tiveram que obedecer a novos preceitos e o hábito das alcovas não deixou sequer vestígios. Na vestimenta^a foi-se a camisa de peito duro e punhos engomados, como se foi a ceroula de cadarso. A sobrecasaca preta, a gravata de plástão e a cartola recolheram-se aos museus. Os esportes náuticos, sobretudo a natação em praias e piscinas vieram registar uma nova vida ao ar livre, vida em inúmeros aspectos consentânea com a saúde.

A febre de calor fôra assinalada já em 1821 por Francisco Melo Franco que a chamou *sui-generis*, desenvolvendo-se apenas nos meses de maior calor. Febre que êle não vira registada em nenhum livro de medicina e por êle então batizada *febre aguda nervosa*, que resistia ao quininino e costumava ceder aos banhos frescos.

Até o começo do século, coincidindo com as grandes transformações urbanas do Rio de Janeiro, era observada a febre de calor na capital do país. Forma distinta da febre amarela e do paludismo, então existente, a febre de calor apresentava o tipo benigno e o grave. O primeiro costumava ceder com a mudança do doente para local fresco: Paineiras, Tijuca, Petrópolis. Era a *heat fever*, observada pelos médicos ingleses na Índia, o *coup de chaleur* dos clínicos franceses nas colônias tropicais. No verão de 1889, que decorreu, como o de 1875, sem chuvas e temperatura muito alta, houve verdadeira epidemia que atingiu no mês de janeiro a seis óbitos por dia, em fevereiro a 8 óbitos diários e na primeira quinzena de março a 32 óbitos. Do quadro sintomático da febre de calor variável entre a criança e o adulto destacavam-se a temperatura alta permanente, o torpôr geral, muscular e cerebral, vômitos, pele seca, conjuntivas injetadas, dor de cabeça, diminuição da função renal. Abundante transpiração anunciava o termo da febre, após 6 a 8 dias.

As formas graves atingiam a temperatura de 41 a 42 graus e doentes morriam entre 2 e 4 dias. Na autópsia realizada em casos graves observava-se rápida rigidez cadavérica e o curioso fenômeno da temperatura do defunto acusar duas horas depois da morte 44 e 45 graus. Interessante será lembrar que não eram as mais altas temperaturas do ambiente que ocasionavam as febres de calor. Com a máxima de 32 ou 33 graus já se observava casos de febre de calor. O essencial era que

essa temperatura se prolongasse por muitos dias, com diferença insignificante entre a máxima e a mínima registadas. O estado higrométrico da atmosphera exercia papel nos surtos da febre de calor. Grande saturação de humidade no ar e ausência de brisas collocavam o Rio de Janeiro em situação propicia ao mal. Local ao nível do mar, com tensão de vapor d'água atmosférico muito elevada, morros circundantes e praças e ruas acanhadas, revestidas de pedra, a ventilação difficilmente se exercia e o calor solar absorvido durante o dia, forçosamente ainda se refletia à noite. Os grandes melhoramentos urbanos do Rio, ditados sobretudo pelos preceitos da hygiene, sanearam a capital de várias endemias e extinguiram a febre de calor, índice não só de meio urbano inadequado à saúde como de hábitos pessoais condenados para o clima. A cidade adquiriu serviços de saneamento pela engenharia sanitária, e modificou inteiramente a sua fisionomia decorativa permitindo uma ventilação ampla. A habitação tomou novos característicos. O vestuário e a alimentação tornaram-se próprias ao meio. A medicina não admite mais a afirmativa de que a civilização só é possível nos climas frios. Que é da Grécia e de Roma que existiram sob as doçuras da temperatura mediterrânea? Desappareceram pelo fatalismo histórico do mesmo modo que a Índia cuja civilização florescera em plena região tropical. A vida do homem se desenvolve em qualquer clima, dependendo apenas de hygiene do meio e adaptação dos individuos ao sólo de sua habitação.

A hygiene operou no Rio de Janeiro uma modificação radical, constituindo um exemplo frisante da diferença que vai entre a medicina pública e a medicina clínica. Aquella, como toda a ciência médica evolui, aperfeiçoa-se, acompanhando o progresso humano. Os princípios gerais em que se baseia, evoluem porém mais lentamente, e suas medidas são mais seguras e de mais profunda efficacidade, porque a sua atuação é sobretudo preventiva.

A medicina clínica desenvolve-se mais rapidamente, de modo instável, de acôrdo com a natureza humana e as variações individuais. Por isso, ella é o último livro, o deradeiro caso registado nas revistas científicas. O tratamento prescrito há dez anos para uma moléstia ainda hoje existente fará sempre sorrir aos médicos da actualidade.

A última imperatriz do Brasil soffreu de frequentes acessos de asma. Os médicos do Paço eram sem dúvida os melhores clínicos da época.

Lendo-se o livro em que os médicos do Paço registravam com o próprio punho, "as alterações que conheciam na saúde dos membros da

Imperial Família nas semanas em que estivessem de serviço", segundo o termo de abertura do referido livro feito pela Mordomia da Casa Imperial, vê-se com a data de 17 de dezembro de 1881 o seguinte relato, escrito e assinado por distinto médico:

"Durante a semana decorrida de 10 a 17 do corrente, S.M. a Imperatriz teve uma exacerbação de sua bronchite asthmatica. Aconselhamos a seguinte medicação:

Xarope de angico J aã
Dito de polygala da Virginia) vinte grammas
Extracto de scylla — cinco centigrammas
Tintura de jaborandy — uma gramma

Para tomar na dóze uma colher de chá de 3 em 3 e horas.

Pastilhas de acido benzoico — n.º 18

Para tomar de 4 a 6 por dia.

Aconselhamos tambem a infusão quente das folhas de mengerona, na doze de uma chicara todas as noites ao deitar. S.M. a Imperatriz tem expectorado regularmente, e acha-se hoje em boas condições, e no uso da mesma medicação. S.M. o Imperador e S.S. A.A. não têm soffrido alteração em sua saúde".

Mesmo sem dados precisos para um perfeito conhecimento do caso clínico em aprêço, não padece dúvida que tratando-se de uma crise asmática, qualquer que fosse o seu aspecto, a medicação prescrita seria hoje considerada deficiente, quase inoperante. Sem embargo, o registo médico assinala que a Imperatriz aproveitou dela, "achando-se em boas condições", após o seu uso. Por onde se vê que todos os fatores da medicina, o material e o psicológico, agiram a contento...

A vida social do Rio de Janeiro, no tempo de Jobim continha aspectos e doçuras que são hoje muito difficeis nas grandes cidades.

Se existia como modelo o Cassino Fluminense onde se realizavam pomposos bailes de que só podiam participar nobres e doutores, a vida doméstica era muito mais intensa e apresentava variados encantos. As mais confortáveis residências, constituindo regra, eram chácaras situadas no Engenho-Novo, Andaraí, Botafogo, então simples e distantes arrabaldes do centro urbano. A carruagem de tração era o único transporte de conforto. Nessas chácaras retiradas havia o delicado refúgio de velhos hábitos e costumes que na cidade fôra forçoso extinguir. Encontravam-se naquelles amplos casarões móveis em Jacarandá que datavam do Brasil-Colônia e usos que vinham do século XVI. Ali, o sól não

encontrava ninguém, deitado. Almoçava-se às 10 horas e jantava-se às 4 horas. Na mesa, servia-se o *caldo de substância* composto de legumes, e a galinha trazia junto o *escaldado* que era a farinha de mandioca com suco de carne. Velhas e frescas moringas de barro perfilavam-se ao longo da avantajada mesa. Vinho do Porto era obrigatório ao fim das frutas, do pudim de laranja ou do arroz de leite com canela. Se o traje escuro ou sobre-casaca era de rigor na cidade, em casa como nas chácaras o hábito era muito à *vontade*...

Jobim possuía uma extensa chácara no Engenho Novo. Escrevendo em 1867 a uma filha no Rio Grande, noticiava-lhe: "Tenho agora um bom feitor. Quando vieres has de ver como estão lindos a minha horta e o meu pomar, onde tua mãe vai passear todas as tardes para chupar figos, limas da Persia, e morangos".

Como vizinhos de Jobim nas residências rurais do Engenho Novo contavam-se o Visconde do Bom Retiro, a condessa de Belmonte e o almirante Teodoro de Beaurepaire. Bom Retiro era seu frequente companheiro de gamão nas noites tranquilas da chácara.

A entrada desta era por um portão de ferro entre duas altas pilstras de pedra revestidas de massa caída e sustentando cada qual um grande leão de faiança. Ao portão seguia-se extenso tunel de bambusais, entre os desenhos do amplo jardim. Terminada a fresca sombra, um largo trecho iluminado, onde tosca ponte de madeira cortava um córrego. E em face, o grande sobrado da residência, com as varandas pontilhadas por vasos de begonias e avencas. Aos fundos, o pomar variado e a horta, com os longos canteiros contidos por tijolos. Por fim a casa da farinha, as coqueiras e os capinzais. No salão de visitas os móveis antigos, e muita renda do Ceará sobre os encostos. Nas paredes ostentavam-se a óleo os retratos familiares, em vistosas molduras douradas. O piano, e a vida que nele repousava, tinham o aspecto de uso contínuo nos sarãos íntimos. Ao lado, a saleta do oratório com cirios acesos e jarras floridas, e no salão de jantar havia um canto ocupado por tradicional *marqueza*, destinada ao repouso de uma boa sesta. Todo o serviço dessa propriedade era feito pelo braço escravo. Na simplicidade de uma vida assim, não podia caber nobreza da qual a escravatura parecia ser a única justificativa legítima. Jobim não poderia conciliar-se com essa condição imposta pelas circunstâncias de sua época. Na mesma carta escrita à filha, nota-se um desabafo de consciência quando lhe comunicava: "Já dei liberdade ao Clemente e à Angela. Diz esta

que vai para a Ilha Grande casar-se com um rapaz a quem prometeu casamento, e não quer faltar à sua honrada palavra".

Da quietude bucólica de sua residência vinha Jobim diariamente ao centro urbano dividir as horas pela clínica, o consultório da Praça da Constituição, a Faculdade e o Parlamento. Raramente pernoitava no palácio de São Cristóvão quando ocorria doença em pessoa da família imperial.

O médico público

Jobim chegou a reunir um grande cabedal de serviços seus, no campo da medicina pública, e suas opiniões, emitidas em relatórios, discursos e comentários em revistas técnicas, revestiram-se de um cunho todo especial, não só porque eram vasadas nas últimas conquistas da ciência, como pelo sabor de previsão, em assuntos que muito mais tarde seriam esclarecidos para o conhecimento da medicina.

Esse grande médico da monarquia, tomou parte em numerosas comissões, constituídas oficialmente para examinar e propor medidas de higiene pública. Por outro lado, tomou ele a iniciativa individual de apontar erros e falhas, como ainda exerceu outras funções destinadas ao aperfeiçoamento da cultura nacional.

Fazendo parte da comissão encarregada de indagar o que havia de vicioso no Código Criminal do Império, na parte relativa à medicina legal, aponta as falhas e sugere iniciativas como um legítimo precursor da matéria. Clama então a necessidade de médicos especializados, como os únicos capazes de bem realizarem os corpos de delito. Nos *Anais Brasileenses de Medicina*, 2.º ano, n.º 1, de 1846, diz ele: "Como pode haver um processo crime sem corpo de delito regular? Como pode haver segurança de pessoa, sem verificadores de obitos? Os nossos homens políticos, não compreendendo, ou fingindo não compreender estas necessidades, nem as dificuldades do exercício de semelhantes funções, nem — uma importância lhes dão". E num de seus discursos como diretor da Faculdade, dizia: "Entre esses progressos, como um melhoramento exigido pela civilização actual, particularmente na Inglaterra, vemos clamar-se pela necessidade de uma classe especial de médicos, educados nos conhecimentos os mais completos, theoreticos e praticos, da vasta sciencia, a que os Ingleses chamam medicina do Estado, e os Francezes designam pelo nome de medicina politica, dividindo-a em medicina legal e hygiene publica. Tão vasta e importante é esta sciencia, dependente nas suas numero-

sas applicações de todas as sciencias medicas e accessorias, que com razão se deseja, que sómente da classe dos que forem bem iniciados nella sahiam não só os *coroners* da Inglaterra, mas também os que devem esclarecer a justiça, aconsellar os governos, e executar quaesquer medidas de saúde publica”.

Por essa campanha de Jobim, a favor da instituição da medicina pública no Brasil, Julianio Moreira, presidente do Primeiro Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, reunido em 1916, diria: “Os médico-legistas, justificadamente não olvidaram que a primeira voz que no Brasil levantou protesto publico contra o modo deshumano porque eram tratados os insanos foi, em 1839, a do 1.º Professor de Medicina Legal no país, o Prof. Jobim”.

Fêz parte, Jobim, das comissões nomeadas para propôr medidas capazes de debelar as grandes epidemias de paludismo, grassantes nas Vilas de Macacú e Magé.

Como relator da Comissão nomeada pela Câmara Municipal, para visitar “as prisões civis, militares e eclesiásticas”, diz, com desassombro, sobre o Aljube: “foi com grande difficuldade que se pôde vencer a repugnância que deve sentir todo coração humano para penetrar nesta sentina de todos os vícios, neste antro infernal onde tudo se acha confundido, o maior facinora com uma simples accusada, o assassino mais inhumano com uma miseravel vítima da calúnia, ou da mais deploravel das administrações da justiça. O aspecto dos presos nos faz tremer de horror: mal cobertos de trapos immundos, elles nos cercam por todos os lados e clamam contra quem os enviou para semelhante supplicio, sem os ter convencido de crime ou delicto algum. Os infelizes preferiam antes morrer de uma vez, do que acabar pouco a pouco no meio dos maiores tormentos da fome, do calor, e vendo cada dia deteriorar-se mais a sua saúde. Os esconderijos desse edificio, construido para 12 a 20 pessoas, continham 390 presos!

No interior das salas sente-se um cheiro insupportavel de cigarro, suor, latrinas e de toda a sorte de immundicies, que tornam semelhante prisão mais horrivel do que o que deve ser a habitação dos mais ferozes animais”.

E sobre prisões, ainda falaria Jobim, no relatório da “Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina”, sobre as causas de infecção da atmosfera da Córte:

“As prisões insalubres que temos, são o Calabouço, e o Aljube. A primeira, está collocada em huma elevação. Sua pessima construção em aboboda em hum plano subterra-

neo, falta de arejamento, de huma estreiteza desproporcionada ao numero dos presos que contém, os quaes sendo a maior parte Escravos, não podem conservar limpeza de corpo e feto; todas estas circunstancias juntas, fazem com que elles fiquem cacheticos e escorbutados, e se apenas se demorão nesta prisão por oito dias successivos, ficão-lhes as ulceras, se para ella se levão, ou se lá são dellas accometidos, logo tocadas de gangrena.

O horroroso cáos chamado Aljube, he uma verdadeira sentina de males, que manifesta nesta Cidade o mais vergonhoso padrão de atrazo da civilização. A Comissão não pôde fazer desta infernal Cadêa hum quadro nem mais vivo, nem mais detalhado, que o esboçado no relatório da Comissão de exame e visita dos Hospitaes e Prisões. Não só a salubridade, como a moral publica, exigem que se fechem quanto antes, as infames, e immundas enxovias desta prisão. Para o fim de a substituir por huma Casa de Correição convenientemente construida, a Comissão julga os Cidadãos bem dispostos à reforçarem os fundos publicos com seus donativos”.

Em matéria de higiêne, foi observado que “o ar em que vivemos, nesta Cidade se acha infeccionado por miasmas paludosos que se evaporão das aguas estagnadas dos mangães, charcos e pantanos, e por emanações animaes e vegetaes que se desenvolvem dos Semiterios, catacumbas, animaes mortos não enterrados, dos monturos, das cloacas e vasilhas de despejos, dos canos das vallas de esgoto e deposito de urinas, dos curraes, cavalherices, matadouros, açougues, mercados de peixe, armazens de carnes seccas, toucinho, queijos, dos depositos de azeite de peixe, das fabricas de vellas de sêbo, dos cortumes, hospitaes, e das prisões”.

Fala na “caiação das casas para onde se mudem de novo; e ao menos duas vezes no anno”. E num discurso solene, falaria “na construção das casas, dos edificios publicos, das praças e dos mercados, tudo seria calculado para que se tornasse salubre a sua séde, por esgotos subterraneos, e as construções dispostas a acabar com essas alcovas, esses buracos arabes tão nocivos á saúde nas nossas actuaes habitações.

Ainda nos restaria muito a dizer sobre a construção viciosa que não tem amparo pelos lados para defender o povo dos desastres de seges e cavallos, a falta de passeios, de plantação de arvores nas praças, e em todos os caminhos publicos, com assento para abrigo e descanso dos viandantes, a bulha excessiva dos sinos que perturbão o repouso publico e são hum martirio para os doentes, a falta de exercicios gymnásticos, em que muito ganharia o povo”.

E não esquece também, de assinalar: “Não ha meios de se socorrerem os afogados; em huma Cidade maritima como esta, seria necessario estabelecer-se ao menos duas ou tres casinhas pelas praias com osapparelhos necessarios tanto para se hir em socorro dos que surgindo em 1849, tantas vítimas e grandes tiverem cahido ao mar, como para restituil-os á vida quando a tiverem perdido apparentemente”.

Não nos esqueçamos que essas coisas eram ditas há mais de um século, entre 1830 e 1840.

Relativamente o surto da febre amarela, que surgindo em 1849, tantas vítimas e grandes danos nos causaria até ser descoberta a sua etiologia na passagem do século passado para o presente, Jobim procura interessar a Faculdade pela seguinte circular: “Ilmo. Sr. — Tendo eu apresentado á Faculdade os quesitos que junto remetto, resolveu ella que fossem enviados a cada um dos Srs. lentes, afim de clarem o seu parecer sobre elles, o que lhe peço haja de o fazer remetendo-me por escripto do modo mais resumido possivel, afim de deduzir-se dahi em uma sessão proxima a solução completa dos mesmos quesitos, ao qual não pôde ser indifferente a faculdade de medicina desta côrte.

Deos guarde a V.S. Escola de Medicina, 21 de abril de 1852. José Martins da Cruz Jobim.

1.º Quesito — De que natureza é a epidemia que tendo apparecido em 1849 primeiramente no porto da cidade da Bahia, tem flagellado successivamente para o Norte e para o Sul d’aquelle paiz, quasi todas as povoações do littoral do Brasil?

2.º Quesito — Qual julga a Faculdade que tenha sido o meu modo de propagação para lugares differentes? Nestas emigrações tem o mal mudado de natureza ou tem sempre conservado os seus caracteres essenciaes?

3.º Quesito — Ha alguma relação como de causa e effeito entre a natureza topographica dos portos e povoações atacadas e a intensidade da molestia, como acontece a respeito das febres intermitentes perniciosas, de modo que se deva acreditar que destituidas essas causas locaes cessará o effeito?

4.º Quesito — Julga a Faculdade que haja medidas proprias para preservar as nossas povoações do littoral de semelhante flagello; e terá a administração feito a este respeito tudo quanto era necessario fazer-se para conseguir-se aquelle fim? Terá sido estudada essa materia nos nossos portos com o zelo que o bem

publico exige? Deve servir-nos de guia o que escreverão sobre ella escriptores estrangeiros, desprezando os factos que se tem passado entre nós?”

Ele próprio, Jobim, já havia participado, com o melhor esclarecimento, para a época, nos debates que ocorreram na Imperial Academia de Medicina, sessão geral de 8 de maio de 1851, conforme registam os *Anais Brasileenses de Medicina*, em seu Tomo VIII, de 1853: “O Sr. Dr. Jobim diz que não pôde concordar em algumas cousas com as idéas do Sr. Dr. Sigaud, e principalmente em dous pontos, a saber: 1.º que a febre amarella degenerasse, ou possa degenerar em cholera-morbos. 2.º que ella seja devida ás causas das febres intermitentes, e não seja senão uma variedade e modificação destas. Elle julga que ambas estas molestias são muito differentes as de uma das da outra. Elle pensa que, por não podermos explicar algumas particularidades á contagiosidade, não devemos negal-a”.

Em 1847, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império nomeia uma comissão para examinar o lugar do mangue de São Cristóvão, denominado — Chácara do Cortume — onde se déra início á construção de um novo matadouro, a fim de que fossem previstas as suas condições higiênicas. Jobim, como relator, observa, como indispensável: “Primeiro, inspecção facil sobre o estado de todo o gado e accommodações para a sua conservação em estado sadio; segundo, commodidade publica na distribuição da carne pela população; terceira, prevenção dos inconvenientes que estes estabelecimentos pôdem trazer á saúde publica. Pelo simples facto de se não poderem matar todos os animaes de consumo senão em um unico local publico, facilita-se a inspecção sobre o estado sanitario de todas as rezes, porcos e carneiros, que sejam dados ao consumo; infelizmente este objecto tem sido pouco attendido entre nós, onde são necessarias as mais severas cautelas para prevenir-se a distribuição de carne entre o povo proveniente de animaes affectados de molestias contagiosas; e que ellas se pôdem transmitir ao homem de um modo funestissimo; a historia das epizootias o attesta com a maior evidência, mas não sendo este o nosso objecto principal, limitamo-nos a lembrar a necessidade de haver, a algumas leguas de distancia desta capital, feiras, onde os boiadeiros vendam logo ou conservem em deposito o seu gado, que em caso algum poderia ser transportado para a cidade antes de descansar pelo menos de 15 dias a um mez em campos onde tenha abundancia de pastos, de agua potavel, e de onde seja conduzido para o côrte sem grande atropelamento,

vindo encontrar no proprio matadouro agua potavel em abundancia, espaço sufficiente e accommodações para descansar á sombra, e mesmo, como se pratica na Europa, em estribarias com alimentos, a fim de evitarem-se os effeitos morbidos da fome e da sede, que devem necessariamente impestar-lhe a carne”.

A illustração do espirito de Jobim, permitia-lhe ver todos os panoramas da medicina de seu tempo, e a plenitude do papel do médico na sociedade.

Falando da sua cadeira de diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, suas palavras revelavam o que de melhor era conhecido:

“Meus senhores, nos nossos dias muito tem descoberto o escalpello, e o microscopio na physiologia, na anatomia normal e morbida, e nem por isso está o campo de *tantas curiosidades scientificas* esgotado. Tambem muitos instrumentos se tem inventado, para explorar varios órgãos durante a vida, o stetoscopio, o ophtalmoscopio, o laryngoscopio, o endoscopio, e o urethrosopio, e quem sabe, pela concentração da luz electrica, não se chegará ainda a tornar diaphanas, atravez de infinitos póros, todas as partes do corpo humano com grande vantagem da cirurgia e da medicina.

Lamentavam os bons observadores da antiguidade, que lhes fosse necessario andar sempre em guarda, e guerra aberta, contra as prevenções da ignorancia e as invasões do fanatismo; é mal que durará sempre! Paracelso tirava da Escripura, com admiração de muitos, os principaes fundamentos da sua therapeutica; e ainda hoje sendo certo quanto é difficil, mesmo ao médico mais experimentado, apreciar no seu justo valor e merecimento dos nossos meios therapeuticos, porque apezar e independentemente delles a natureza muitas vezes por si mesma cura, d'aqui vem uma confiança mal fundada, e um fanatismo pertinaz por medicamentos systemas, que prevalecem como moda, e cujo valor só o tempo a grande custo desvanece completamente. No seio mesmo da sciencia apparecem credulidades, que illudem e desvairam; á medida que a chimica descobre alguma substancia nova, quer-se logo attribuir-lhe virtudes extraordinarias. Foi assim que no começo deste seculo viu-se a grande importancia, que Reich deu á acção do oxygenio como meio therapeutico; foi depois o chloro apregoado como um recurso infallivel contra a phthisica; sem duvida, este é o caminho do empirismo, por onde em therapeutica muito se tem descoberto, mas elle exige criterio e justiça, para darmos ao medicamento e a natureza a parte que lhes fôr devida.

No fim do seculo passado tal era a confiança no futuro da chimica, que acreditava Fourcroy que tinha de vir tempo, em que a medicina ficaria reduzida a um simples appendice daquella sciencia; á tamanha esperanza o levava a paixão pelos seus estudos favoritos! mas no fim de 80 anos, que progressos temos feito para realizar tão bello prognostico?

É bonita sem duvida, é mesmo racional a theoria em que elle se fundava; bem determinada e conhecida pela analyse a composição dos nossos líquidos e solidos no estado physiologico, examinem-se do mesmo modo as alterações morbidas, para adicionar-se o que faltar, ou subtrahir-se o que fôr de mais ou anormal. Assim enunciada ficaria a medicina reduzida a duas operações arithmeticas. Quão longe andam muitas vezes as theorias da verdade! Mas nem por isso se conclua serem as investigações chimicas inuteis e ociosas, porque reconhecidos os principios que dominam nos solidos e nos líquidos, entra o facto na ordem dos symptomas e signaes e a therapeutica será aquella, que nesses casos a observação e a experiencia nos tiver ensinado: deste modo tem-se tornado a chimica um poderoso auxiliar, e antes um appendice ao contrario da esperanza de Fourcroy, conservando sempre a medicina toda a sua autonomia, que na therapeutica é mais empirica do que racional, porque diga-se o que se quizer, expliquem-se os factos como ditar a imaginação, se nos perguntarem, porque razão o opio faz dormir, ou havemos de dizer que não sabemos, ou havemos de responder com Molière: *quia est in eo virtus dormitiva, cujus est proprietas sensus assupire*.

Sem duvida a chimica tem por toda a parte raizes profundas, nos corpos brutos como nos organisados, diversificando apenas nas suas obras conforme a natureza dos terrenos, mas em nenhuma parte variando-as mais do que dentro de nós mesmos, deste mundo pequeno, onde jogam todas as forças da natureza, subordinadas ao sentimento, esta força immaterial, este agente impalpavel, e contudo poderosissimo, que diffundido em todos os systemas para os vivificar, marca com o seu sello todos os movimentos e todos os productos. Ora penetremos nós com os nossos recursos e instrumentos nestes mysterios! poderemos emprehender-o, bom é ter animo, mas devemos desconfiar das nossas presumpções, porque havemos de encontrar por toda a parte limites e muitas decepções. Se podessemos chegar a conhecer bem a natureza intima das molestias, apreciar e dirigir este principio de vida ligado apenas a uma gotta de muco e lymphas, que é o principio do ser animal, se esse principio de vida, existente no sangue e nos órgãos, po-

desse ser apanhado e analysado, ainda na força da sua essencia, bem adiantados estaríamos nós; e quando lá tivessemos chegado saberíamos tambem, qual a natureza desses outros principios de vida e de morte, que saltam de um modo imperceptivel a grandes distancias, como o pollem das plantas dioicas, e esses vapores morbificos tão numerosos, que constituem os contagios á distancia, mas se nem esperanças temos de lá chegar um dia, acautelemo-nos tambem contra as exagerações dos sabios, marchando, para não perdermos tempo com alchimias, sómente até onde nos é permitido chegar pela Sabedoria Infinita, que bem nos póde dizer, que para nosso proveito já não é pouco o que nos tem permitido saber, quer pela nossa propria observação e experiencia, quer por aquella dos nossos predecessores cujos dictames, ainda o repito, muito nos convem estudar, ainda que seja sómente como exercicio intellectual, para adquirirmos a flexibilidade de espirito necessaria, afim de sabermos applicar o tratamento adequado aos infinitos casos individuaes que observamos. Aqui está a nossa maior difficuldade, que muitas vezes não podemos superar, senão por uma série de observações e experiencias, que devemos ter presenets, afim de calcularmos pela analogia, o que melhor convem aos casos presentes. Então não faltará quem nos diga, que muito podemos errar, porque deste modo é a medicina uma sciencia de conjecturas. Assim é, assim é ás vezes, mas onde está a infallibilidade nas cousas humanas? Será porventura na justiça? Lêde os seus annaes, ahi vereis infinitos casos, que bem mostram até onde póde chegar a maldade dos homens, a perversidade dos accusadores, o fanatismo dos povos, a prevenção e a leviandade dos juizes e dos jurados. E quando por algumas difficuldades naturaes e insuperaveis de uma sciencia, sejamos sujeitos a erro, deverá ella ser condemnada em todas as suas partes certas e positivas, já tão numerosas, que é quasi impossivel e superior á capacidade de um só homem, a comprehensão completa e magistral de todos os seus ramos?"

E abordando assuntos correlatos á profissão médica, acrescentaria Jobim aos doutorandos: "Convem, que tenhaes idéas exactas sobre todas as cousas da vida, vós que, pela vossa posição, pelas vossas relações, e pelo vosso saber, estaes em circumstancias de ser conselheiros naturaes dos vossos concidadãos, não lhes incutireis idéas anti-sociaes e perigosas nem na politica, nem tambem na religião.

Hoje parece moda attribuir-se aos medicos idéas anti-religiosas, só porque o exercicio da sua profissão, e a sua mesma illustração exige

que sejam tolerantes. Semelhante imputação é grande injustiça, porque não nos é permitido atacar as crenças de quem quer que seja, e muito menos as idéas fundamentaes de qualquer religião. Os argumentos da philosophia, pela razão natural, certamente não provam melhor, do que as nossas mais simples observações a existencia de um Deus, que tudo conserva e regula. Sem razão pois nos accusam de materialistas e até de atheus! e porque estudamos as analogias da organização material do homem, comparada com a dos animaes, accusam-nos de rebaixal-os até aos brutos, e de elevar os brutos até ao homem, como se as nossas investigações, e o nosso reconhecimento das verdades naturaes, devessem ser limitadas por quaesquer considerações moraes.

Accusam-nos de materialistas, mas esta materia que estudamos, estes órgãos construidos para fins determinados, em partes diversas em individuos separados, quem os formou? Quem é que, dotado de bom senso, affirmará que a materia assim separada tem por si mesma lembranças, vistas e vontades, para formar e executar planos? Quem póde desconhecer que este principio regulador não é nem póde ser a mesma matéria, porque evidentemente precede a sua organização, constituindo esta nossa essencia da vida, do sentimento e da intelligencia, que nos anima e esclarece? E o mesmo que a razão mostra em nós, vemos nesta admiravel harmonia do Universo. Cessem, pois, accusações tão infundadas; nós cremos firmemente na existencia de um Deus, cuja justiça nos espera, e cujo temor é, como o disse ha muitos seculos um pagão, o unico sustentaculo das sociedades humanas: *Timor Dei solus est, qui sustinet inter se hominum societatem*, disse Vigecio".

Da contribuição de Jobim às letras médicas nacionais ficou um numeroso repositório, notadamente os seus dois trabalhos: "Molestias que mais affligem a gente pobre do Rio de Janeiro", e "Passatempo escolastico no qual procura-se dar em dois discursos uma idéa do que deve ser o verdadeiro médico".

Sobre este último, diria Haddock Lobo: "De tudo quanto entre nós se ha escripto acerca do que deve ser — o verdadeiro médico — ainda não deparamos com cousa alguma que possa admitir termo de comparação com o trabalho do Sr. Conselheiro Jobim. Além de clareza, concisão, e elegancia com que está escripto, verdades eternas transluzem a cada periodo".

O homem de cultura geral

José Martins da Cruz Jobim fez parte da famosa Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada a 31 de outubro de 1825 pela provisão imperial n.º 250, e da qual fizeram parte os homens mais notáveis da época, sociedade essa que cuidou das mais várias e úteis iniciativas, entre elas a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Como sócio efetivo da referida Sociedade, Jobim fez parte da sua "Comissão de análises e processos químicos".

Por decreto de 10 de abril de 1830, Dom Pedro I assinava um decreto que "Approva o estabelecimento de Escolas Normaes de diferentes disciplinas projectado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Tendo a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, feito subir á Minha Augusta Presença o projecto, que havia formado, de estabelecer nesta Côte Escolas Normaes de diferentes disciplinas, das quaes os agricultores e artistas do Brasil possam receber uma regular e methodica instrucção, para se aperfeiçoarem nos ramos a que se applicam; sendo as ditas escolas dirigidas gratuitamente por seus socios effectivos; pedindo-me para esse fim a Minha Imperial Approvação: E sendo evidente a utilidade, que resulta ao commercio, e á industria em geral, de uma tão acertada medida, que assaz influe para a economia, melhoramentos, e facilidade da mão d'obra: Hei por bem, Louvando a sobredita Sociedade por tão vantajosa e patriótica empreza, Approvar o estabelecimento das mencionadas escolas, que serão regidas pelos Lentes, que por ella me foram propostos, e que constam da relação, que com este baixa assignada pelo marquez de Caravellas, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários". E da relação dos lentes, aprovada, figurava Jobim como professor de "botânica applicada á agricultura", Joaquim José Rodrigues Torres, "de geometria e mecanica applicada ás artes", Candido Baptista de Oliveira, de "Physica e Astronomia", Frei Custódio Alves Serião, de "Chimica".

Não menos famosas, foram no Rio de Janeiro, as chamadas "Conferencias da Gloria", porque realizadas no edificio das escolas publicas da freguezia da Gloria. Iniciativa do senador, conselheiro Francisco Corrêa, as "Conferencias da Gloria", constituíram um grande acontecimento de diffusão cultural, no Segundo Reinado. Realizavam-se regularmente, em média de oito por mez, com a pre-

sença do Imperador, e a sociedade culta da Côte. Ali falaram, sobre os mais variados e sugestivos assuntos, homens como o Barão de Tautpoeus, Nuno de Andrade, Ouro Preto, Ferreira Vianna, Joaquim Caminhoá, e Nabuco.

Jobim, várias vezes foi conferencista, tratando sobretudo de assuntos históricos.

Pertencia Jobim ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Academia das Ciências de Lisboa, à Real Academia de Nápoles, e às sociedades científicas de Roma, Paris, Lille e Hamburgo; possuía as comendas brasileiras de Cristo, e da Rosa, e a Imperial russa de São Estanisláu.

Deputado e senador, os annos do Parlamento do Império, reuniram inúmeros discursos seus sobre problemas médicos, e muitas outras questões de interesse político e administrativo.

Ao baixar o seu corpo á sepultura, o douto e já octogenário Dr. De Simoni, disse dêle, entre outras coisas: "Collega e companheiro, dobradamente o tive na lida profissional da arte de conservar a vida dos nossos semelhantes no maior dos hospitais desta cidade, onde elle distinguio-se, tornando-se notavel e illustre por muito felizes e grandes curas, que lhe grangearão alto conceito, confiança, e numerosa clientéla, nas varias classes da população, e especialmente e nas mais elevadas. Muito trabalhou no interesse e desenvolvimento das sciencias médicas, e conservadoras da vida e saúde dos homens.

E os jovens estudiosos que tivêrão de ouvir as suas lições na Escola Medica desta Côte, da qual por muito tempo foi lente e director, sabem qual e quanta apurada doutrina e erudição sahirão dos seus labios".

Fazendo-lhe o elogio fúnebre na Imperial Academia de Medicina o Dr. Eduardo Teixeira de Sousa teve os seguintes trechos: "Tamanha fama grangeára como clinico que o chamou o seu amigo José Bonifácio, tutor de S.M. o Imperador, para servir na Imperial Camara como guarda zeloso da saude de S.M., cargo a que assistio com o critério e illustração que lhe erão proprios; não só na infancia imperial, como ainda por dilatados annos, prestou seus desvellos a toda a familia imperante, que o remunerava com tributar-lhe confiança e affecto, do que dá prova a missão que o levára a Napoles em serviço particular dos Soberanos.

No dia 23 de Agosto do anno passado, houveramos nós e todo o Brasil de lastimar a perda de um grande cidadão, de um médico illustre que esculpio seu nome immortal nas obras meritorias que deixou".

E o Dr. Peçanha da Silva, nos "Annaes Brasilienses de Medicina", escreveu: "Como

redactor dos “Annaes Brasilienses de Medicina”, não posso deixar de tributar ao venerando ancião, que hontem baixou ao tumulo, os protestos do mais profundo respeito e consideração! O finado Conselheiro dr. Jobim, foi um dos socios fundadores da antiga Sociedade de Medicina, hoje Academia Imperial de Medicina, e importantes e valiosos serviços prestou a esta associação, não só tomando parte saliente nas discussões sobre os assumptos mais importantes submettidos á sua consideração, como emittindo com franqueza suas

opiniões, que ainda hoje são apreciadas e respeitadas. Ahi estão os Annaes de Medicina para attestar o que acabo de dizer”.

Quando esse brasileiro, morria aos 76 anos de idade, não levava por certo com elle ao tumulo, aquella melancolia experimentada pelo Fausto quando, entre a vida e a morte, sentia repassar em visões pela memória tôda a longa estrada percorrida, e não encontrava, na aridez da jornada, um feito de benemerência, um gesto útil, que lhe confortasse a consciência na afirmativa de uma vida generosa e produtiva.

EM PORTUGAL

Comandante EUGENIO T. DE CASTRO

I (*)

Exmo. Senhor Presidente da República,
Sua Eminência o Sr. Cardeal Patriarca,
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Bem grato foi aos delegados brasileiros ao Congresso Luso-Brasileiro de História, o convite de Sua Ex.^a o Senhor Presidente da Comissão Executiva dos Centenários, Dr. Júlio Dantas, para tomarem parte em uma romagem à Igreja da Graça, em Santarém, onde repousa D. Pedro Alvares Cabral, o Descobridor.

A cerimónia de hoje poderia também ser precedida de outra romagem á pousada eterna de outro lusiada ilustre, á de Pero de Vaz de Caminha, primeiro historiador da terra brasileira, se os fados concedendo ao seu nome a glória da imortalidade, não lhe houvessem negado ao corpo a paz de uma sepultura.

“Diploma natalício lavrado á beira do berço de uma nacionalidade futura” — na sábia expressão capistraneana —, é bem a carta do cronista de Calicut uma obra prima de originalidade e bom gosto, de rara e sábia fidelidade descritiva, verdadeira joia literária de velho mas sempre novo estilo. E como primeira página da história do Brasil, é bem o pórtico magnífico de majestoso monumento em que se grava a epopéia da historiografia colonial luso-brasileira, através de marcos ou fases culminantes de estudo que vão dos primeiros cronistas a Frei Vicente do Salvador; de Frei Vicente do Salvador a Aires de Casal; de Aires de Casal a Varnhagen; de Varnhagen a Capistrano de Abreu.

Do alto deste monumento descortina-se uma paisagem antropológica de raro esplendor,

em que o homem e a terra se associaram na obra fecunda da vida, criando a sua própria história.

* * *

Para tanto, alonguemos hoje a vista a um passado de 440 anos e veremos resumir-se em um ponto do litoral brasílico — o monte Pascoal —, o madrugar de uma civilização, encravado na expressão geográfica de uma “ilha” ou “terra da Vera Cruz”, de 20 a 25 léguas de costa.

Rememoremos o ciclo das primeiras descobertas ou explorações litorâneas, a polícia das armadas guarda-costas, as arribadas de navios, de naufragos e mercadores, de piratas entrelopas á “terra dos papagaios” e do “pau brasil”. Relembramos os núcleamentos primitivos de João Ramalho, de Gonçalo da Costa, do bacharel e de Diogo Alvares, mas principalmente simbolizemos no tipo característico da feitoria portuguesa, de índole marítima e fluvial, o primeiro marco da tentativa de colonização litorânea.

Notemos através, e depois, da divisão da terra em capitânias hereditárias de cinquenta ou mais léguas de costa — e como consequência da notável expedição afonsina —, começar-se a elaborar uma nova conquista, mais eficiente colonização lindada entre as praias regiões vicentinas e baianas, e a alargar-se, ultrapassando o meridiano das partilhas, tendo por base militar Pernambuco até o “rio de Maranhão” ou o Mar Dulce, ora contínua, ora de espaço afirmada em marcos, padrões, tranqueiras, tortins ou vilas ostentando a bandeira vencedora.

Ao compasso da acção dos governos gerais essa empreza foi cada vez mais dilatada e engrandecida, não sómente por falanges aguerridas dos exércitos da península e da gente natural da terra, mas com relêvo invulgar pelos valorosos soldados de outra milícia, que vestiram a roupeta humilde, tinham por força do coração a fé cristã e por armas nas mãos

(*) Discurso do Presidente da Delegação Brasileira, proferido na inauguração do Congresso Luso-Brasileiro de História, na Academia das Ciências de Lisboa (1940).

alçadas o crucifixo. E foram êsses, os padres da Companhia de Jesus, que, em um nobre exemplo de humildade e sacrificio das suas existências, fizeram do tejuar do indio sua escola e sua igreja, o santuário onde o filho do selvícola, lendo, rezando e cantando, ia aprender a religião e o idioma do colonizador para ensinal-os aos pais. Pacientes e bons foram êsses primeiros mestres-escola de tão rude gente, ao alvorecer da cultura espiritual na gleba brasílica; e seu labor profícuo e sábio, de então foi cada vez mais prendendo-se à vitalidade política da colônia, para assistil-a por mais de dois séculos com sabedoria nos maiores e menores ensinamentos da vida, das letras e das artes.

Como primeiro factor econômico á beira do litoral, ou á margem dos rios, assinalemos o engenho, origem da família luso-brasileira, onde, ao escassear do braço indio, foi introduzido o negro africano como um grande elemento do trabalho rural, tantas vezes associado pela doçura do coração á criação da gente da casa, mas principalmente sob duro cativoirentre-gue ao plantio de canaviaes e roças, aos labores nos alambiques, nos currais nas matas, nos pesados carretos da cana em carros e barcos. A capela completava o panorama da vida espiritual e social do engenho de açúcar, onde, no primeiro dia do mover da roda, era rezada missa em grande pompa, se realizavam lautos jantares além de festas campestinas de raro brilho em que as mulheres se vestiam de sedas e damascos, os homens de veludo carmezim e cavalgando belos ginetes ajazezados de prata. A louça em que se banquetavam, as colchas que ostentavam eram fabricadas na India, e os vinhos que bebiam vinham das Canárias.

Nos principais sectores da costa em que, os engenhos multiplicando-se, radicavam á terra os homens e famílias que a defenderiam contra os povos marítimos invasores — franceses, ingleses, espanhoes e holandeses —, foram-se processando pelo povoamento e por certa continuidade de defeza, a conquista e a colonização, com eficiência e valor.

* * *

Outro aspecto não menos heróico apresentou a conquista do imenso sertão.

A Serra do Mar, correndo ao fundo das capitánias criadas, do centro ao sul brasileiros, tolhia o passo ao colonizador. E então, para vencê-la ou dominar o deserto, iniciava-se um sistema de conquista sob coordenação de “três geografias” fundamentais, que marcam o cometimento de uma obra hercúlea na colonização luso-americana.

A primeira conquista e o primeiro processo de colonização definem-se na “*geografia do gado do nordeste*”, a que Capistrano de Abreu chamou a “idade do couro”.

Subindo pelo Paranaguacú, ou por suas margens ganhando o vale de S. Francisco, fundando-se os primeiros currais ou fazendas, originado o valeroso vaqueiro mestiço do branco e do amerindio, processa-se pelo avanço da criação pastoril, continuo e seguro, a colonização típica da nossa região nordestina.

Caldeado o tipo do mamaluco sôbre a Serra do Mar, nos campos paulistas de Piratininga, cuja ascendência mais remota tem por chefe da grei a João Ramalho, — e como soma étnica do português aventureiro e da bravia indiada tapejara dos sertões —, estava criado o “bandeirante” e assim a *geografia das bandeiras* que desde logo se foi ligando pelo rio das Velhas á estirpe social dos vaqueiros do nordeste onde ficou radicada a língua arcaica português do descobrimento.

Irradiando-se as “bandeiras e monções” do planalto paulista — em que se contaram portugueses valorosos e mamalucos indomáveis —, a falarem um dialeto em que predominavam três partes da língua tupi para uma parte de idioma português —, alcançaram, tendo por instrumento a canôa, todo o sistema fluvial do Paraná, do Paraguai, do Araguaia, do Paraiíba e da Amazônia; descobriram as terras das Minas Gerais, dos Goiazes e do Mato Grosso, já no ciclo do ouro e dos diamantes; e alastraram-se, alcançando dentro de uma “idade do couro” ao sul, os pampas que correm até fronteiras platinas, — o que os portugueses pretenderam assegurar com a criação da Colônia do Sacramento. Uma obra de conquista e de colonização litorânea completaria das terras vicentinas ás futuras costas riograndenses, outra fase admirável da nossa formação.

Mas s e o expansionismo mamaluco pelo rio das Velhas já se havia ligado em parte á geografia do gado do nordeste, que, com o tempo, pela descida das bandeiras maranhenses se alargava ainda mais, — esta colonização e aquê expansionismo se foram prender a uma nova modalidade colonizadora, a da “*geografia da canôa*” que teve por cenário maravilhoso o Maranhão e a Amazônia.

Retardada de mais de dois séculos a ligação do nordeste com os extremos sertões do norte, — se bem que a dos paulistas já se houvesse feito pelos rios e afluentes das bacias amazônicas e paraguaias, — intensifica-se um intercâmbio ainda mais directo com Portugal do estado que é aí criado sob o nome de Maranhão, mórmente porque as monções ou ventos regionais que na costa leste-oeste cursam,

só em certa época favoreceriam as comunicações dos navios veleiros entre os portos maranhenses e os em que se achavam estabelecidos os Governos Centrais da Bahia ou do Rio de Janeiro. Foi, então, a canôa realizando o auxílio das comunicações do Maranhão por mar costeiro até a Amazônia, e principalmente nesta, pela imensidade dos rios, igarapés, esteiros ou paranamirins, e representando nessas regiões o papel importantíssimo que nos invios e áridos caminhos do nordeste teve o gado na colonização. Chamou-lhe, bem expressivamente, o colonizador, por tal motivo, a sua "montaria", nome por que ainda hoje se designa a canôa.

* * *

Este panorama da conquista e da colonização inicial dos sertões, liga-se por estradas batidas ao litoral cada vez em colonização mais avançada pelo trabalho, pela cultura, e até pelo trato da língua portuguesa. E no panorama assim pálidamente esboçado, mas em que se podem sentir já os alicerces da estrutura da nação a formar-se, — foi figura central e diretora o português com sua aventura e sua audácia, sua inteligência aguda e sua fácil adaptação a qualquer meio geográfico, sua energia tantas vezes levada á violência mas também evidenciada em imensas bondades, qual a desse novo amor do torrão que colonizava como sua segunda, senão primitiva pátria, em que se iam mesclando raça, língua e religião. Graças a esse cruzamento surgiam típicos exemplares humanos como expressões da própria terra vencida pelo homem, — tais como as de certas árvores da nossa linda natureza tropical, que parecem conter na virtude da seiva o segredo da força do solo em que foram geradas e vencedoras.

Assim, na região amazônica se destacará, de logo, o "Jacunaúba", na pilotagem valerosa da sua "montaria"; nos sertões do nordeste, o "vaqueiro" indômito na "péga do gado" ou "vaquejada"; nos pampas sulinos, o "gaucho", magnífico centauro dos "rodeios" e "entreveros"; pelos sertões diversos o "tropeiro", laborioso e honrado, na guia da "tropa" amadrinhada em suas "navegações"; o matuto, o caipira, o jagunço, como tipos apropriados a determinadas zonas centrais. E na orla marítima, e como associação dos espíritos marinheiros das raças caldeadas, veremos: os "jangadeiros" cortando mares bravios com suas jangadas nas duras fainas a pesca e em uma como que vigia ancestral da costa onde o holandês temporariamente dominou, mas de onde o português, o índio e o negro o expulsaram, demonstrando a eclosão de um senti-

mento nacional; os "canoeiros" fluminenses; os "barqueiros" catarinenses; os "caiçaras" vicentinos; os "barqueiros de mar fóra" ou os "baleeiros" valentes da costa da Baía.

Tipos profundamente humanos da terra moça queimada de sol e guardando no sub-consciente um orgulho da sua própria humildade, foram êles factores que não podem ser esquecidos — juntamente com o negro, como simbolo do trabalho, e o govêrno, os estadistas lusitanos, os membros do Conselho Ultramarino, como simbolo da sabedoria política — na obra da colonização portuguesa do Brasil.

* * *

Ao compasso de um movimento civilizador e progressista ao crescerem as vilas, as cidades do litoral e do interior; ao reproduzirem-se prodigiosamente as fazendas, os engenhos, os currais, as estâncias; ao erguerem-se outros monumentos de riqueza, de trabalho, de saber, e de culto cristão atestado ainda pelas valiosas obras de arquitetura religiosa que Portugal nos legou, — foi ganhando a grande colônia, já um Império — uma expressão social e política cujas características não desmentiam a sua origem primacial.

Um lar brasileiro, a que se ligaram, e ligam, pelo sangue as mais ilustres famílias de Portugal, — profundamente cioso das virtudes da raça portuguesa em que excele os sentimentos da honra, da fé cristã, da nobreza do sacrificio pela família, da prática da bondade para com o seu semelhante, do grande amor à sua terra de nascimento, — presidia de alma a essa formação. E dêle, saíam para a Universidade de Coimbra, na sua maior parte, as inteligências mais lúcidas da colônia no aneio de formação da sua cultura nos diferentes ramos das ciências, letras e artes. E nessa ascensão cultural, animadas de ideais democráticos vitoriosos em tódia a América e, notadamente na grande republica americana do norte, as gerações brasileiras de Coimbra, que no próprio Portugal eram apontadas como tendo em seu seio representantes dos mais ilustres da ciência e da literatura portuguesas, ao regressarem à Pátria, procuravam orientar os movimentos liberais no passado reprimidos com violência, e então conduzidos com um senso de equilibrio político e social, próprio a estadistas brasileiros de largo voo.

Quando D. João VI aportou ao Brasil para realizar um govêrno benemérito — abrindo os portos à navegação internacional, criando institutos e bibliotecas, contratando uma missão artistica formada de notáveis professores mundiais, estimulando com muitos actos seus

de pensado ou ou impensado teor liberal a vida brasileira —, essas tendências sociais e políticas intensificaram-se e consubstanciaram-se em ideal mais alto. Surgem, então, as figuras de José Bonifácio e Pedro I dando forma á solução política, proclamando a independência do Império, já fundado por brasileiros e portugueses, trezentos e vinte e dois anos depois de avistado o “monte Pascoal” da “ilha ou terra de Vera Cruz”. E se naquela época remota só teria, segundo Pero Vaz de Caminha, de vinte a vinte e cinco léguas de costa, o Império do Brasil em 1822 apresentava-se ás nações do Mundo tendo por lindes oficiais todos cintados de fortalezas ou fortes, o rio Amazonas ao norte, o rio da Prata do sul, a sua extensíssima costa entre elles compreendida e um sertão imenso já de expressão profundamente nacional.

* * *

Em esboço impreciso — dentro do tempo que nos deve caber a esta oração — foi essa, a obra da conquista e colonização que Portugal legou ao Brasil. Estudada na forma clássica da historiografia que se tem imprimido a muitos ensaios sobre este assunto, — quando ainda centenas de milhares de documentos inéditos estão, catalogados ou esquecidos, em arquivos e bibliotecas de Portugal, do Brasil, da Holanda, da Espanha, dos Jesuítas e do Vaticano — será antecipar a verdadeira história, a História definitiva da colonização brasileira, a-pesar-das obras de alta benemerência que ilustram o tema primacial.

Capistrano de Abreu, o mestre, ao publicar os “Capítulos de História Colonial”, abriu luz sobre a marcha dêsses estudos dentro do campo da antropogeografia, para que se possa um dia dar uma forma mais objetiva e animada ante um mapa brasileiro do maior tema a ensinar-se sobre a nossa formação. E, só assim se poderá bem estudar e concluir a razão por que Portugal em extensão territorial aproximada da que coube á Espanha no continente americano do sul, colonizando-a, dela fez um grande e único Império, ao passo que em dezenas de repúblicas se subdividia a extensão que Castela colonizara.

Que este Congresso, que hoje se inaugura sob sábios auspícios, nos dê sobre matéria tão magna, sua lição e seu conselho, para que cada vez mais se patenteie com a devida justiça, o que foi a obra prima da colonização que Portugal realizou na América.

* * *

Senhores, antes de descermos desta tribuna, a que vossa generosidade nos levou, devemos

um agradecimento a Vós e a Portugal pela bondade em nos receberdes tão fidalgamente.

Portugal vencendo o Atlântico, criou o Brasil; e em um apêlo de amizade, quatro séculos depois, nos convida a visitar os avoengos lares. Atravessando o Atlântico, — estrada gloriosa dos seus lusiadas e em que ainda as bandeiras das duas nações são duas bandeiras da paz —, aqui chegamos para a festa da família no lar dos nossos avós, que nos acolhe com o calor da sua lareira, o gostoso pão dos seus trigais, o generoso vinho das suas vindimas, a doçura da alma portuguesa.

O amor da nossa terra que trazemos no coração em saudade, em Portugal como que se transfigura em alegria, e a alegria com que nos recebeis parece-nos mudar-se nos vossos corações em saudade de umas terras distantes, que muitos de vós nem conheceis, mas que para todos os portugueses serão sempre as Terras de Santa Cruz!

Ainda sob a delicadeza de um comovente carinho, quizésteis que aqui viéssemos estudar convosco a nossa História comum, nesta Casa representativa da vossa cultura, em que penetramos orgulhosos da raça de que descendemos; do idioma que falamos, — e que tem origem em Pero Vaz de Caminha ao escrever a primeira página da nossa História —; da religião cristã que legastes naquela cruz de madeira, um dia plantada nos areais de Pôrto Seguro, e que Deus poz em luz nos céus americanos para eternamente abençoar a obra maior de Portugal no Mundo — o Brasil.

II (*)

Exmo. Senhor Doutor Júlio Dantas,
Presidente e

Exmos. Senhores Membros da Comissão Executiva dos Congressos Centenários;

Senhores Congressistas;

Senhoras e Senhores:

No “Plano geral e nos Programas do sistema dos Congressos dos Centenários” proclamastes a importância impar da formação do Brasil na História de Portugal. E firmados em tão avisado conceito, organizastes o Congresso Luso-Brasileiro de História, nêle concentrando todos os estudos que dissessem res-

(*) Discurso de encerramento do Congresso Luso-Brasileiro de História pronunciado na Academia das Ciências de Lisboa em 26 de novembro de 1940, como Presidente do dito Congresso.

peito ao descobrimento, à colonização e à organização da Nação Brasileira.

Houve nessa inspiração vossa dois aspectos que, constituindo um todo, põem em relêvo duas sabedorias: a do vosso espírito e a do vosso coração.

Com a primeira, — a sabedoria do vosso espírito —, criastes um novo panorama para os estudos da nossa História comum; eliminastes as fronteiras das investigações históricas daquém e dalém mar; estimulastes a terem-se abertas ao labor dos verdadeiros investigadores as portas dos vossos e nossos arquivos e bibliotecas; incentivastes as publicações de notáveis e raríssimos documentos; convidastes honestamente os estudiosos a lavrarem terreno em que, a sementeira sendo mais escolhida e farta, a colheita fôsse mais seleccionada e rica.

Com a segunda, — a sabedoria do vosso coração, a retrastar a grandesa da vossa alma como virtude da raça, — ensaiastes uma pedagogia que só o amor entre os homens como entre os povos, pôde criar. Modelastes, com raro senso de beleza, uma doutrina da História tão pouco praticada que, tendo por base a verdade, não exclui o amor por finalidade humana e divina.

Fizestes, a seguir, um cativante convite ao Brasil, em plena época de renascença da nobre Nação Portuguesa conduzida pelos génios políticos de dois homens que se completam — Suas Excelências os Senhores General Fragozo Carmona e Dr. Oliveira Salazar — e ao mergulhar a nação de hoje raízes profundas no passado glorioso da sua formação.

E então, o painel, como agora, era de rara magnificência! Surgia aos nossos olhos Portugal evocando o primeiro sulco das charrúas romanas e reconstruindo as velhas muralhas de Guimarães; restaurando os castelos mouriscos e as sés venerandas; reconstruindo paços senhoriais e mosteiros de pedra rendilhada; revelando a própria alma portuguesa na epopéia dos descobrimentos das suas caravelas e náus, no saber de homens ilustres nas ciências, nas letras e nas artes portuguesas do passado quasi desconhecidas no presente, — e, ao mesmo tempo, fazendo ressoar a voz de Camões por todo o Portugal afóra, na aleluia do ressurgimento de uma glória imortal pelo grande lusíada cantada na língua mais formosa do mundo.

* * *

Conjugados os ideais das duas nações em uma só Pátria por origem, iniciou-se sob tão elevados auspícios o Congresso que se hoje encerra, integrado no Congresso do Mundo Por-

tuguês presidido por Sua Excelência o Senhor Dr. Júlio Dantas, excelsa personalidade que tem o seu nome aureolado pela consagração universal e no seu coração português muito do nosso caro Brasil.

Infelizmente, a guerra, avassalando o mundo, não permitiu que à boa terra amiga chegassem alguns dos vultos mais representativos da nossa cultura, motivo por que, por generosa escôlha, veio a caber a Presidência do Congresso Luso-Brasileiro de História ao delegado brasileiro que vos fala. Ao mesmo tempo que essa decisão era tomada, às presidências das duas secções eram elevados dois ilustres e consagrados historiadores portugueses, autores de obras históricas que honram a Portugal e ao Brasil: S.S. E.E. o Professor J.M. Queiroz Veloso e o Dr. Serafim Leite, da Companhia de Jesus.

Durante a realização do Congresso a que tive a honra de presidir, trouxeram, como sempre êsses eminentes representantes da vossa cultura, em soberano relêvo o saber e o labor assistidos por altas virtudes de justiça, na imparcialidade dos julgamentos, no encaminhamento dos debates, na crítica erudita dos textos. E nessa elevação dos seus propósitos parecia-me escutar bater-lhes tantas vezes, dentro dos peitos, em um só coração dois corações: um, português e outro, brasileiro, para melhor animarem a obra comum das duas nações que têm a mesma História.

Com relação ao funcionamento dessas secções, para que foram encaminhadas, respectivamente, as teses subordinadas aos períodos do “Descobrimento até a ocupação da costa brasileira”, e da realização das “Grandes Bandeiras até a separação do Brasil da Metrópole”, em breve teremos o prazer de escutar os estudos críticos dos seus dois dignos presidentes.

No Secretariado Geral funcionou, a tudo presidindo com visão invulgar, êsse homem notável pelo seu saber, idealismo e modestia, Sua Exa. o Senhor Manuel Murias, erudito director do Arquivo Histórico Colonial — e como secretários efectivos das duas secções, honrou-se o Congresso em ter os ilustres historiadores S.S. E.E. os Senhores Drs. Rodrigues Cavalheiro e Durval Pires de Lima de uma dedicação constante aos trabalhos técnicos que lhes foram affectos.

A falange ilustre dos senhores Congressistas presentes e ausentes, constituída de mestres consumados, ensaístas notáveis, historiadores provecos, investigadores honestos, conquistou o reconhecimento do Congresso e seu caloroso louvor: não só por se êles alistarem nessa primeira cruzada da nossa redenção histórica, como por, — salvo raríssimas excepções —,

emprestarem a seus estudos uma grande profundidade de conhecimentos especializados, pesquisa aturada, isenção de ânimo nos debates e nas conclusões, desejo ardente de cooperar com os mais doutos na realização da obra máxima que é a história da colonização portuguesa do Brasil.

* * *

O primeiro passo desta empreza sob o ponto de vista de história Clássica, tivemos em 1923 na História da Colonização, por tantos títulos eminente, organizada pelo notável escritor luso-brasileiro, S. Exa. o Senhor Dr. Carlos Malheiro Dias, e à qual concorreram mestres consagrados.

O primeiro passo para essa grande obra, sob o ponto de vista de antropogeografia, traçaram-no em 1907 a inteligência luminosa e o saber sem par de Capistrano de Abreu, o sábio historiador dos "Capítulos da História Colonial". E esta lição, principalmente, roteando jornada mais demorada e difícil, cada vez se faz mais sábia e segura, à proporção que vão sendo inventariados nos arquivos e bibliotecas centenas de milhares de documentos inéditos referentes a tão largo período da nossa história, ou publicados, atestando alta benevolência, como monumentos históricos de indiscutível valor.

Assim, em Portugal, vimos surgir a par de uma valiosíssima obra como a "História da Companhia de Jesus" de Serafim Leite, preciosíssimas colectâneas de documentos, editadas pelas Academias das Ciências e Portuguesa de História, pela Agência Geral das Colónias, pelos Arquivos e Bibliotecas de Lisboa, Pôrto, Coimbra, Braga, Évora, e tantos mais; e no Brasil, reedições de obras como: a "História Geral do Brasil", de Varnhagen, comentada por João Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia; os livros admiráveis dos primeiros cronistas sobre o Brasil, entre os quais culmina com justo relevo o "Tratado descritivo" de Gabriel Soares de Sousa, nossa enciclopédia do século XVI; a ainda incompleta "História do Brasil" de Frei Vicente do Salvador; a História de Gandavo, o Diálogo das Grandezas, as Cartas Jesuíticas na colecção Afrânio Peixoto, da Academia de Letras; o estudo monumental de Barboza editado pelo Ministério da Educação, afóra a edição dos "Autos de Devassa da Inconfidência Mineira" e as edições periódicas e valiosas da Sociedade de Capistrano de Abreu, dos Anais da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, — sem contar outras tantas

publicações de mérito fundamental aos investigadores.

* * *

A futura História da colonização portuguesa do Brasil, porém, só poderá chegar a termo definitivo após realizar-se uma outra obra possivelmente praticável pelos Governos de Portugal e do Brasil: a edição monumental de todos os documentos, — inéditos ou não, mas rigorosamente revistos — que se vão cronologicamente sucedendo da Carta de Pero Vaz de Caminha até os últimos códices referentes à Independência do Brasil, existentes nos nossos e nos principais arquivos do Mundo. Essa edição monumental, viria a coroar dignamente o êxito do Congresso Luso-Brasileiro que hoje chega a seu termo, e a imortalizá-lo na memória das gerações que nos sucederem.

Outro marco significativo do Congresso Luso-Brasileiro de História de 1940 deveria ser cantado em terras do Brasil ou em terras de Portugal: um singular monumento a Pero Vaz de Caminha, morto na Índia ao serviço de El-Rei, — talvez ao ser assaltada a feitoria de Calicut —, segundo a carta régia de 3 de Dezembro de 1501.

Não tendo o corpo do escrivão merecido a paz de uma sepultura, pôde bem o historiador imortal ter a glória de um monumento que lembre aos pósteros como, escrevendo-se uma grande página da História de Portugal, se escreve também uma grande página da História do Brasil.

III (*)

Congratulando-me com V. Exa. Senhor Dr. Júlio Dantas, Ilustre Presidente da Comissão Executiva dos Centenários, pelo feliz êxito do Congresso Luso-Brasileiro de História, venho depôr em tão fidalgas mãos o honroso título da Presidência com que fui distinguido e cujo mandato hoje se encerra.

Da grande obra realizada em tão poucos dias, através do labor douto e profícuo dos Srs. Congressistas, dirão muito em breve os Anais do Congresso. Da obra não menor, como expressão de sabedoria, dirão os pósteros pelos marcos que erguemos fixando a nossa verdadeira visão de historiadores.

Na sessão plenária de encerramento do Congresso ficou fundamentalmente reconhecido, com aplauso unânime, que só uma edição

(*) Discurso pronunciado no jantar oferecido pelo Exmo. Sr. Presidente da Comissão aos Senhores Congressistas.

monumental, possivelmente dirigida pelos Governos de Portugal e do Brasil, formada de todos os primeiros documentos da nossa história comum até os últimos códices da Independência da Nação Brasileira, daria o instrumento básico indispensável para a realização sábia e honesta da grande obra luso-brasileira a ser criada.

Como medida pedagógica, de momento, e que venha a regular o ensino da história em estabelecimentos secundários brasileiros e portugueses, a exemplo do convénio internacional já em uso, ficou também estabelecido dar-se parte mais ampla ao estudo dos factos históricos que interessam aos dois países, policiando-se os textos susceptíveis de criar desamor entre as duas nações; e, por fim, como homenagem de gratidão e de justiça, que se erguesse um monumento, aquém ou além Atlântico, a Pero Vaz de Caminha, primeiro historiador do descobrimento e da terra brasileira.

* * *

Cumprida a primeira parte da missão que me foi cometida, agradeço a V. Exa. as expressões generosas para com o Brasil, para com Sua Exa. o Senhor Presidente da República Brasileira, assim como as palavras cordiais de S.S. Exas. os Snrs. Representantes das nações amigas, e ergo a minha taça, por mim e em nome da Delegação e dos Congressistas brasileiros, pela grandeza de Portugal tão nobremente representado em três grandes amigos do Brasil: em Sua Exa. O Senhor Presidente da República, em Sua Exa. o Senhor Presidente do Conselho, e em V. Exa., Senhor Presidente da Comissão Executiva dos Centenários.

IV (*)

Dom Pedro Alvares Cabral
Senhor de Belmonte.
Alcaide mór de Azurara,
Descobridor do Brasil:

Na romagem de Portugal á vossa glória, Almirante, não poderiam faltar os filhos daquela ilha de Vera Cruz que descobristes, — das Terras da Vera Cruz de que o génio da raça portuguesa criou o Brasil.

(*) Discurso do Presidente da Delegação Brasileira, junto ao túmulo de Pedro Alvares Cabral, na Igreja de Santarém, em novembro de 1940.

Penetrando neste templo histórico os brasileiros de hoje, reconhecidos á vossa memória, ao inclinarem-se diante de vosso túmulo, revivem das brumas do passado o painel imortal do vosso Descobrimento.

* * *

Senhores:

No dia 8 de Março de 1500, após missa pontifical na ermida do Restêlo, em presença de D. Manuel e sua Corte, assistida por D. Diogo de Ortiz, bispo de Ceuta que benzerá a Bandeira da Cruz de Cristo por el-rei entregue ao Capitão-mór; presentes os Capitães das náus, fidalgos, religiosos, homens d'armas e marinheiros, formou-se a imponente procissão, que, de cruz alçada, foi buscar as ribeiras do Tejo. E ali, nas praias de Belém que imensa multidão de povo cobria, feita a despedida real, tomavam seus bateis o Capitão-mór, os Capitães e pilotos em demanda da armada de treze velas surta no rio, guarnecida de mil e duzentos homens d'armas, engalanada de pendões e bandeiras, estandartes e flâmulas,

O som das trombetas e das charamelas, dos pífanos e das frautas, de mistura com o rumor dos tambores, dos atabaques e dos pandeiros; o troar das bombardas, das roqueiras e dos falcões com seus fumos velando as linhas airo-sas das náus; os "vivas" da maruja agitando setas barretes vermelhos, — tudo sublimava o adeus de Portugal á grande armada, a mais poderosa das que até então ostentaram no "mar Oceano" o "Pavilhão das Quinas".

Dia 9, com o vento a feição desferravam as náus, guindavam as velas em que sangravam as "cruzes de Cristo" e velejavam para o golfo do Atlântico. Iam por seus capitães, além do Capitão-Mór: Sancho de Tovar, Simão de Miranda e Nicolau Coelho; Pedro de Ataíde, Pedro Leitão da Cunha, Vasco de Ataíde e Bartolomeu Dias; Luís Pires, Aires Gomes da Silva, Simão de Pina, Diogo Dias e Gaspar de Lemos.

Aos poucos a visão da armada era perdida de Lisboa no mar imenso e azul, e as últimas gaivotas em revoadas, como lenços brancos em adeuses ás navas lusitadas, regressavam ás praias tejanas.

* * *

Postos os navios a caminho, a 13 de Março pelas oito ou nove horas da manhã achavam-se pelas Canárias, — a três ou quatro léguas da Gram Canária, sem nenhum favor de vento —; mas rompida a zona da calmaria no arquipélago, de logo sob a acção dos aliseos do nor-

deste singravam no quadrante do sudoeste com folgado vento de pópa.

A vida de bordo começaria, então, a marcar na monotonia das singraduras, o aspecto clássico de um “cruzeiro”.

Dando-lhe ambiente característico seriam de ver-se em cada náu: a intrepidez das fainas marinheiras, sob bom ou mau tempo, entremeadas das sestas ou modorras da maruja ao sol; o fumar em pleno convés do fogão móvel de bordo, no preparo do jantar; o afã do piloto com seu astrolábio, no tomar a altura ou “o pêso” do sol, calcular a latitude valendo-se do complemento da altura e do valor dado nas tábuas das declinações, a fim de poder marcar com o auxílio da “estima” e dos compassos o “ponto” no portulano.

Ainda por entre azáfama de fainas e “quartos” de vigília, haveriam de notar-se: o mestre, atento á sua marinheira; os pagens, a seus recados; os alabardeiros, á guarda nas portas da câmara; os frades rezando, envoltos em suas soturnas vestes; o Capitão no camarim ou na alcôçova, com sua indumentária vistosa e fidalga, prevendo e mandando. E á hora das ave-marias, batida a sinêta da náu, amainadas as velas, toda a gente de bordo ajoelhando-se no convés rezaria a oração da tarde, presidida do castelo pelo franciscano e seguida dos cânticos nostálgicos dos pagens, a perderem-se na solidão infinita do mar. Completaria tão comovente cena — já acêso os “fogos” ou faróis das náus —, o cortejo de toda a “companha” para “dar as boas-noites” ao Capitão.

* * *

A 22 de Março eram avistadas as ilhas do Cabo Verde e uma delas identificada com a ilha de S. Nicoláu pelo piloto Pero Escolar. Ao amanhecer de 23 dava-se como desgarrada a náu de Vasco de Ataíde “sem haver tempo forte nem contrario”, a-pesar-de ser de boa ordenança responderem as náus aos “fogos” ou faróis da Capitania, obedientes às ordens de “virar de bordo”; “seguir”; “amainar”; “tirar moneta”; “guindar”...

Montada a ilha de S. Nicoláu — já que a de Santiago não fôra demandada por ainda estarem atestados de “aguarda” os navios para quatro meses —, haveriam as doze velas, cumprindo as instruções de Vasco da Gama, de fazer seu caminho ao sul com ordem de sempre que houvessem de “guinar” o fizessem sobre a banda do sudoeste, e tanto que lhes fosse mais escasso o vento “irem na volta do mar até meterem o Cabo da Boa-Esperança em leste franco”.

Entre o sul e o sueste das ilhas do Cabo Verde, em baixa latitude, — talvez na proximidade de onde Vasco da Gama na sua primeira viagem á Índia já vira pássaros do mar “tirando contra o sueste” —, iría penetrando a armada nas calmarias do equador.

Vencida a zona das calmas, cortada a linha, perdidas de vista a “polar” e as “guardas”, navegaria a armada mantendo o rumo da agulha no quadrante do sudoeste, — como determinavam as instruções. E mesmo que antes houvesse “rolado” para o leste por força da corrente da Guiné, mais viria a descair ao oeste no hemisfério do sul, por força do alíseo do sueste sob que passaria a velejar e da corrente que da costa africana investe contra a costa fronteira, sob o nome equatorial. Mas bifurcando-se esta, por três graus de latitude meridional, e correndo um ramo para o sul a cem milhas da costa, viria a armada a navegar e “rolar” sobre esta corrente, governando tanto mais ao sudoeste quanto mais lhe escasseasse o alíseo que em Abril e Maio vai progressivamente reportando ao sul.

E por insistir nessa rota, até os pilotos em seus portulanos “meterem o Cabo da Boa-Esperança em leste franco”, quiz a boa fortuna, — já na zona em que entre a dita corrente e a costa cursam as águas a feição dos ventos regionais —, que a 21 de Abril boiassem, em torno ás náus, botelhos e rabos dasno, como prenuncio de terra. Confirmando a boa nova, na manhã seguinte, 22 de Abril de 1500, voavam em remígios os “fura-buchos” e a “horas de véspera”, eram avistados ao ocidente “um grande monte mui alto e redondo”, “seras mais baixas ao sul” e “terra chã com grandes arvorêdos”.

* * *

Que terra sera essa, de cuja existência Vasco da Gama tanto suspeitava desde a sua viagem á Índia? Seria parte integrante das Índias Ocidentais, cujo litoral Colombo na sua viagem viria alongar-se ao sueste e nele Vicente Yanez Pinzon acabava de descobrir um “Mar Dulce”? Seria uma parte daquêlê todo a que viera por mandado de D. Manuel, Duarte Pacheco Pereira, dois anos antes, ou seria, mais particularmente, aquella expressão geográfica desenhada em um mapa-mundi pertencente a Pero Vaz Bisagudo, talvez uma ilha, segundo apregoava meste João?

Compulsado o calendário, por outavário da Páscoa, nomearam ao primeiro ponto avistado, monte Pascoal; volvendo os olhos ao Céu em que luzia o “Cruzeiro do Sul”, Chamaram-lhe “terra, ilha da Vera Cruz”.

* * *

Abordada a nova terra, “que se ora nesta navegação achou”, presente a ela já estava o seu primeiro historiador, — criador dessa obra prima que é uma das maiores páginas

da História de Portugal, a primeira da História do Brasil.

Essa voz de quatrocentos e quarenta anos passados, é a voz do Descobrimento. Escutando-a, hoje, portugueses e brasileiros, entre as paredes venerandas dêste antigo Convento dos Gracianos em Santarém, em que se perpetua a glória do Descobridor, nenhuma homenagem maior poderá ser prestada a Dom Pedro Alvares Cabral, a Pero Vaz de Caminha, a Portugal e Brasil.”

D. PEDRO, O BOM

GONÇALO MONIZ

Iustitia quæ sera tamen

Si a nossa personalidade psychica é constituida por uma entidade espiritual, um principio immaterial, ou uma modalidade de energia, capaz de sobreviver, em livre existencia, com o conjunto das suas faculdades, á morte do corpo, ou si as funcções mentaes não passam de simples manifestações das propriedades physico-chimicas da substancia encephalica, as quaes se extinguem ao mesmo tempo que a parada definitiva do metabolismo nutritivo daquella materia organizada, qual uma chamma que se apaga ao cessarem as reacções chimicas que a entreteinhão, — eis ahí, ao meu ver, um dos arcanos mais mysteriosos da natureza, o qual, sinão incognoscível — por ser algo temeraria tal qualificação —, permanece ainda incognito ou não devassado pela intelligencia humana.

Mas ainda na hypothese da sobrevivencia da alma á cessação do funcionamento da machina organica, outra duvida nos assalta a mente.

Para onde quer que ella vá, após libertar-se do corpo, poderá, da sua nova mansão, observar o que continúa a passar-se neste mundo? E, assim, o espirito daquelles grandes vultos que, na sua peregrinação terrena, foram victimas de injustiças, ingratidões, affrontas, — poderá ter a satisfação e o consolo de contemplar, nas homenagens postumas rendidas á sua memoria, a nobre tentativa de reparação, incompleta que seja, das iniquidades que soffreram? Duvidas e mais duvidas, nesse tenebroso dominio do além tumulo. Interrogações a que nem todos encontram respostas, pois as que calam no animo de uns não passam de illusões para muitos outros.

Si, porém, tamanha é a divergencia de opiniões acerca dessa immortalidade metaphysica do nosso ser psychico, — nella crendo os espiritalistas, negando-a os materialistas, duvidando della os scepticos, e relegando-a os

agnosticistas para além do alcance da humana faculdade cognitiva, — ha outra immortalidade, embora não para todos, cuja realidade pôde ser testemunhada por qualquer de nós. Immortalidade para aquelles que se notabilizaram na terra pela superioridade da intelligencia e do character, pela opulencia do saber, pelas obras benemeritas, pelos feitos grandiosos e serviços relevantes prestados á patria e ao genero humano.

Como admittia o genial autor da philosophia positiva, "cada homem digno deste nome, cada verdadeiro servidor da humanidade, possui duas existencias successivas: uma, que constitue a vida propriamente dita, a sua duração corporal e temporaria; e outra, que só começa após a morte, permanente, definitiva".

Essa segunda existencia, que provém das obras effectuadas durante a vida objectiva decorrida no mundo exterior, desenrola-se no espirito e no coração dos sobreviventes e dos posterios, pela lembrança e tradição das mesmas obras.

"Esta a immortalidade real do homem, estando a sua perpetuidade relativa subordinada á importancia dos serviços que prestou e á grandeza das impressões que deixou após si".

E a essa immortalidade fez jus, tanto quanto os que mais o fizeram, o insigne brasileiro, o maior bemfeitor da nossa patria, o homem superior, que, no meio das negras ingratidões e clamorosas iniquidades dos coevos, e dos incompreensíveis infortunios de que foi victima, jamais descreu, na experimentada e serena previsão do seu espirito clarividente, — jamais descreu na "justiça de Deus na voz da historia".

D. PEDRO II é assim um immortal.

A essa mesma immortalidade subjectiva dos "varões assignalados", na memoria da posteridade, foi que se referiu o maximo vate lusitano, no começo do seu immortal poema, ao declarar que ia cantar "aquelles que, por obras valorosas, se vão da lei da morte libertando".

O vulto majestoso, a figura olympica do saudoso Imperador do Brasil, fulgura, de facto, em lugar de honra, no pantheon historico das individualidades insignes de todos os tempos e de todo o mundo.

Pelos elevados dotes intellectuaes e moraes, pelas excelsas virtudes que distinguiram o seu character, pelo exemplar proceder, assim na vida particular, domestica, como na publica, pelas obras altamente benemeritas em beneficio do paiz natal e da humanidade, — foi, com effeito, D. PEDRO II personagem extraordinaria, quer como simples homem, quer como chefe de Estado.

No coro geral e altisonante, cada vez até mais avolumado após a sua morte, coro com que são solemmnemente celebrados os meritos excepcionaes, os notaveis feitos e nobilissimas acções do inclito Soberano, — hão surgido, aqui e acolá, algumas notas desafinadas.

Nada mais natural. Onde e quando já se viram Homeros sem zoilos?

Era D. PEDRO II dotado de intelligencia pujante, perspicaz, e multimoda nas suas aptidões; de vontade firme e resoluta, mas não intolerante, codescendendo, ao contrario, com as opiniões dos seus discordantes sempre que se persuadia da preponderancia das razões por elles apresentadas sobre as que haviam determinado o seu modo de pensar ou sentir, ou sempre que julgava haver conveniencia em ceder, embora não convencido; de sublimada sensibilidade moral e affectiva, substracto da sua absoluta e immaculada honradez, da sua inexcédível bondade.

Possuindo todos esses attributos psychicos em elevado grau, era, no entanto, um espirito perfeitamente equilibrado, não apresentando exaggerada hypertrophia de alguma faculdade ás custas da atrophia de outras, conforme conhecida lei biologica, o que se dá nos super-homens desequilibrados.

D. PEDRO II possuia, assim, character notavelmente eurythmico, temperamento syntonico. Dahi a sua invariavel calma e serenidade, a sua assaz estavel emotividade. Isento de paixões intensas, incapaz de qualquer violencia, nunca por elle praticada. Jamais ninguém lhe viu assomos de colera, arrebatamentos ou explosões de mau humor, traduzidas em gestos rudes e palavras asperas proferidas em alta voz. Falava sempre a todos, assim aos mais humildes como aos collocados nas mais altas jerarchias sociaes, com a maior brandura, a mais fina polidez, a mais franca e lhana affabilidade.

O Cons. CARNEIRO DA ROCHA, que por duas vezes foi ministro de Sua Magestade, escreveu, a propósito: "Sobre o modo por que o Imperador tratava os seus Ministros e

despachava com elles, devo declarar que não podia ser mais delicado e correcto o procedimento de Sua Magestade, que ouvia com a maxima attenção os seus Ministros, quando cada um tinha que despachar os negocios de suas pastas. O Imperador fazia suas reflexões, discutia os diversos assumptos sempre com elevação e patriotismo; e quando alguma vez divergia da opinião dos seus Ministros e sahia vencedor, era porque estes cediam, porquanto, quando o ministro insistia, sua majestade usava destas expressões: "Ja fiz as observações que me pareceram; e o governo, como tem a responsabilidade da administração, faça o que pretende".

Verdade é que nem sempre, comquanto raramente, o Imperador cedia ao Ministerio. Isso é natural. Mas não ha duvida de que, nesses casos, quasi sempre com elle é que a razão estava. A desabusada politicagem é que queria fazer alguma das suas.

Com a abdicação e partida do pai para a Europa, ficou D. PEDRO II, na tenra idade de pouco mais de 5 annos, entregue aos cuidados dos seus tutores e professores, que sabia e desveladamente lhe dirigiram a educação e instrucção. O vasto e variado programma que criteriosamente organizaram para os seus estudos, abrangia varias linguas, mortas e vivas, sciencias, literatura nacional e estrangeira, musica, tendo sido o piano o instrumento escolhido, desenho e pintura, dança, equitação, esgrima. Com as doudas lições dos seus proficientes e dedicados mestres, adquirio o jovem Imperador solida e extensa instrucção secundaria e aprimorada educação. Foi elle alumno de extraordinaria applicação, sempre attento e assaz interessado por tudo que lhe ensinavam.

Não se limitou, porém, a isso a sua cultura. D. PEDRO II foi assiduo estudante até os ultimos dias da sua vida, cultor apaixonado da sciencia, especialmente de alguns dos seus ramos, pelos quaes tinha predilecção, assim como das letras e amante das bellas artes, constantemente dominado pelo vivo desejo de tudo saber e aprender, numa minuciosa e insaciavel curiosidade. Acompanhando attento o movimento intellectual de todo o mundo, summamente se interessava pelas novas doutrinas nas diversas classes dos conhecimentos humanos, pelas descobertas e invenções scientificas e technicas, de tudo querendo ter informações exactas e satisfactorias, e fomentando sempre a adopção no Brasil de todas as uteis acquisições nesses varios dominios.

O egregio Monarcha desenvolveu, ampliou, aprofundou, aperfeiçoou assim, durante toda a existencia, a instrucção recebida nos seus cursos da infancia e adolescencia, já sozinho com os proprios esforços, mediante continuos estu-

dos e aturadas leituras, em perseverante autodidactismo, já com a assistência de sabios e especialistas em certas materias.

A respeito da cultura scientifica e literaria de D. PEDRO II, assim se enunciou o Monseñor PINTO DE CAMPOS: "Em nenhum dos conhecimentos humanos o Imperador é hospede.

As sciencias physicas, a historia natural em seus diversos ramos, as mathematicas, a astronomia, são as disciplinas de sua predilecção.

Tem-se dado completamente ao estudo da historia e nas auxiliares, a geographia, a chronologia.

São-lhe familiares, e objecto de particular attenção, os livros sobre arte de governar, direito publico e internacional, economia politica, e sciencia de administração e seus diversos ramos.

Conhece a fundo as linguas patria, latina, franceza, italiana e allemã; sabe a hespanhola e a ingleza; não é extranho á grega.

A ethnographia, a lingua guarany e os principaes dialectos selvagens não-lhe sido assumptos de lucubração.

Faz as suas delicias a literatura, em geral, sendo cabal conhecedor da classica e da franceza, italiana, ingleza e allemã.

Esmera-se na cultura da lingua portugueza, que fala e escreve com pureza superior ao commum dos letrados".

Com o seu pendor e gosto para as linguas, tambem estudou D. PEDRO, adquirindo noções mais ou menos desenvolvidas, outros idiomas, taes como o hebraico, o arabe, o samskritto, o persa, tendo tido, no particular, como professores o Dr. SEYBOLDT e o BARÃO DE SCHREINER.

CARLOS DE LAET, recordando-se das frequentes visitas que o Imperador fazia ao Collegio Pedro II, quando elle era alumno desse estabelecimento, assim se exprime: "Em suas relações com os mestres do Collegio, que eram então meus professores, notava eu o caprichoso apuro com que o Imperador falava em francez com o Sr. HALBOUT, em inglez com o Dr. MOTTA, em italiano com o Dr. DE SIMONI, em allemão com os Drs. SCHIEFLER, GOLDSCHMIDT e TAUTPHOEUS".

D. PEDRO II foi, assim, incontestavelmente um polyglotta, e, além disso, um philologo, pois tambem estudava theorica e comparativamente os numerosos idiomas que conhecia.

Na sua narração da viagem que fez ao Brasil, em 1842, o principe ADALBERTO DA PRUSSIA, já naquelle tempo referia-se ao Imperador, que tinha então apenas 17 annos,

nos seguintes termos: "D. PEDRO II tem um desenvolvimento e um vigor mental muito notaveis para a sua idade... O seu maior prazer está no progresso da instrucção, que elle se applica a possuir em todas as sortes de conhecimentos.

O jovem soberano mostra muito talento para a arte, especialmente para a pintura, e a precocidade do seu caracter ahi se revela pelo interesse que elle tem por tudo o que é grande e nobre. Assim é que os assumptos favoritos do seu pincel são os retratos dos grandes homens de Estado, celebres na historia, cujos exemplos elle deseja seguir.

O Imperador offereceu-me, da maneira mais graciosa, um retrato a oleo de FREDERICO, o Grande, pintado por Sua Majestade. Esta lembrança, a que ligo o maior valor, é hoje o ornamento do meu salão de Monbijou... A leitura toma ao Imperador todo o tempo que lhe deixam os negocios do Estado, e essa leitura é de grande proveito, graças á sua excellente memoria. Nota-se no jovem Imperador uma ambição que não se pôde deixar de respeitar e admirar, é a nobre ambição de preparar-se cada vez mais para a sua alta, mas difficil missão". (MOSSÉ).

Pelos motivos que deixo summariamente expostos, a D. PEDRO II tem sido conferido, até por eminentes sabios de varios paizes, — o titulo de *sabio*. E com muita justeza.

Os seus rancorosos detractores, no emtanto, impugnam fortemente, e até com ares de mofa, aquelle epitheto.

Perguntam qual descoberta, qual invenção, foi por elle feita? que lei natural desvendou? que doutrina scientifica creou?

Ora, não pôde haver critica mais inepta.

O termo *sabio* tem mais de uma accepção. Os grandes inventores e descobridores, creadores de doutrinas scientificas ou systemas philosophicos, não são simplesmente sabios, são genios. Mas tambem se dá o nome de sabios aos que, sem serem genios, possuem copiosos, largos e mais ou menos aprofundados conhecimentos sobre uma ou mais sciencias.

Nesse sentido, cabe muito bem a qualificação de sabio ao segundo Imperador do Brasil.

Elle era um erudito, no rigor da expressão, um polymatha, e nessa significação é que adequadamente lhe foi dado o nome de sabio.

A companhia e o convivio que mais agradavam ao Imperador eram os dos intellectuaes, dos scientistas, dos literatos, dos bellartistas, cuja conversação sempre procurava, em qualquer reunião em que se achava. Nas suas viagens ao extrangeiro ia sempre visitar as notabilidades de todas essas classes; comparecia ás sessões e conferencias scientificas e literarias que se realizavam em Institutos e

Academias, e até ia assistir a aulas de professores celebres, misturando-se, incognito, com os demais ouvintes. “Pode-se dizer que elle esteve em relações cordiaes com todos os espiritos mais altos e mais representativos do seculo XIX”. (MAGALHÃES DE AZEREDO).

D. PEDRO II escreveu pouco e nem mesmo publicou tudo o que escreveu. Deu, entretant, a lume alguns trabalhos, a saber: *Impressões de viagem ao Egypto*, á Palestina, e outros lugares; *Quelques notes sur la langue tupi*; memoria publicada em appendice, na obra — *Le Brésil*, de E. LEVASSEUR; *Poesias* (originaes e traducções), impresso pelos principes D. PEDRO e D. LUIZ, filhos de D. ISABEL; *Poesies hebraïco-provençales du Rituel Israélite Contadin*. MEDEIROS DE ALBUQUERQUE editou recentemente, em um volume, todas as poesias de D. PEDRO II.

“Nas traducções sobre tudo, diz MAGALHÃES DE AZEREDO, transparecem os seus dotes literarios. Entre as traducções portuguezas da celebre ode de MANZONI, *Cinque Maggio*, a sua é incomparavelmente a melhor... LONGFELLOW assegurava que tambem a melhor versão portugueza do seu poema *The story of King Robert of Sicily* era a do imperador”.

Conforme afirmações de alguns dos seus biographos, deixou D. PEDRO II alguns trabalhos em manuscripto. A proposito, escreve MAGALHÃES DE AZEREDO: “Pena é que sua magestade, servindo-se das suas notas, e dos *dossiers* enormes que possuia, não tivesse redigido as “Memorias de um reinado de meio seculo”. Quantos mysterios revelariam ellas! quantos enigmas ressurgiriam, decifrados!...” (p. 95).

Na sua obra — *O Imperador visto de perto*, declara MUCIO TEIXEIRA: “Distingui-me numerosas vezes com a leitura de interessantes passagens dos seus livros de *Viagens* (tres grandes volumes manuscriptos)”.

Tinha D. PEDRO II o habito de escrever notas á margem das paginas dos livros que lia e lhe inspiravam interesse. Algumas dessas notas, quasi sempre judiciosas e eruditas, têm sido esparsamente publicadas por alguns dos nossos escriptores que se hão occupado com a pessoa do inclito Imperador. Se fossem, porém, todas ellas colligidas e coordenadas, forneceriam materia para alguns preciosos volumes.

Uma das modalidades do talento de D. PEDRO II era o seu estro poetico. Os seus detractores reduzem-no á expressão mais simples, pois systematicamente não negam ao Imperador todo bom predicado.

A verdade, porém, é que o nosso Monarcha, nas horas vagas, dava algumas vezes expansão a esse dom, e, como acontece até aos maiores poetas, compoz, ao lado de alguns versos mediocres, outros que podem dignamente honbrear com as mais bellas produções dos grandes vates.

Dentre os excelsos predicados moraes de D. PEDRO II, cabia a primazia á bondade, até porque todos os outros do mesmo genero, que lhe formavam o caracter, della promanavam. Bondade, porém, elevada ao mais alto grau de pureza e perfeição, verdadeira bondade evangelica.

No sermão da montanha assim falou Christo: “Tendes ouvido que foi dito: Amarás ao teu proximo e aborrecerás o teu inimigo. Mas eu vos digo: Amai a vossos inimigos, fazei bem ao que vos tem odio, e orai pelos que vos perseguem e calumniam”.

Não sei quantos entes humanos se podem apontar que hajam observado esse sublime preceito da divina moral de Jesus. Houve, porém, um, pelo menos, que o cumpriu á risca: D. PEDRO DE ALCANTARA. Innumeros factos da sua vida o provam exuberantemente.

O odio, a vingança, eram sentimentos totalmente ausentes do coração do magnanimo brasileiro. Nunca deixou de fazer, nos seus actos governamentais, a devida justiça áquelles que o irreverenciavam, o injuriavam, o calunniavam, o diffamavam. E muito mais do que isso. Pagava o mal com o bem. Perdoava ou esquecia as offensas, e sempre que se apresentava o ensejo, em vez de aproveitá-lo para qualquer represalia, ao contrario, retribuía as affrontas, os convicios, as injustiças, que soffria, fazendo beneficios ou favores aos encarniçados inimigos que daquella sorte o tratavam.

E a suprema bondade de D. PEDRO II expandia-se, irradiava-se, sob multiplices modalidades: philantropia, beneficencia, generosidade, magnanimidade, piedade, clemencia.

O acendrado sentimento de caridade do excelsos varão começou a manifestar-se logo aos primeiros anos da sua existencia. “Desde a mais extrema infancia D. PEDRO revelou os grandes dotes do seu coração esmolero, do qual elle daria tantas e tão grandes demonstrações durante sua vida”. Conta-se que, em menino, quando começou a fazer excursões pelos arredores do Palacio, pedia, toda vez que sahia, que lhe dessem muitas moedas de prata. Voltava sempre sem nenhuma, havendo-as distribuido todas com os pobres e soldados que encontrava pelo caminho.

Todos os que se hão occupado com a personalidade do insigne Monarcha são unanimes em celebrar o seu inexcedivel altruismo e liberalidade. “Quaesquer que possam ser os credos dos brasileiros nenhum delles negará a D. PEDRO II a suprema magistratura da caridade no Brasil durante o seu reinado.

A proposito, assim se referiu o Snr. JOSÉ LUIZ ALVES: “São tantos os rasgos de sua alta magnanimidade e de sua proverbial generosidade que para cital-os fôra mister encherem-se longas paginas; mas para darmos pallida idéa da grandeza de sua alma, bastará dizer que jamais a viuva, o orphão, o pobre, o miseravel, nas angustias do desespero e da dôr, foram bater ao portico de seu palacio que não fossem acolhidos com extrema benevolencia e não vissem cheios de contentamente como por encanto transformar-se em lagrimas de jubilo as do desespero e dôr que antes vertiam. Pôde-se afoutamente asseverar sem receio de ser contestado que dous terços de sua dotação eram applicados á matar a fome e a cobrir a nudez da pobreza envergonhada e a sustentar a manutenção de numerosas escolhas do ensino primario”.

MUCIO TEIXEIRA, na citada obra, escreveu: “Eu aqui só me proponho tratar do homem intimo, visto de perto, no sagrado recolhimento do seu lar hospitaleiro — sempre aberto aos humildes e infortunados: paço de reis, que mais parecia asylo de caridade, tal a multidão de velhos, enfermos, viuvas, orphãos, a quem diariamente proporcionava esmolas, entrementes naquelles salões e galerias se acotovelavam poetas e scientistas, pintores e musicos, esculptores e artifices, pais de familia sem emprego e estudantes sem mesada, a todos tratando com affecto e sollicitude, sempre a todos dando o alento moral e o auxilio pecuniario... A Imperatriz tambem tinha numerosos afilhados, dava-lhes modestas mensalidades, além de dois contos de esmolas que o Imperador mandava distribuir todos os sabbados em nome della, sendo tambem distribuidos cinco contos. em seu nome, no mesmo dia da semana... Era piedosa e comica aquella procição de todos os sabbados, distribuidos numa algazarra infernal aquelles sete contos da divina bondade de D. PEDRO.

Além das numerosas esmolas, dadivas, pensões, individuaes tambem D. PEDRO II prodigalizava constantemente subvenções, occasionaes ou periodicas, a muitas instituições pias, scientificas, literarias, artisticas, technicas, etc., nacionaes ou estrangeiras, durante todo o seu reinado.

Como exemplo de estabelecimento scientifico estrangeiro por elle subsidiado, citarei o

Instituto de Pasteur de Paris, para cuja construção concorreu com o donativo particular de cem mil francos. Em signal de gratidão, foi collocado, na sala da bibliotheca do dito Instituto, o busto em marmore do magnanimo Monarcha brasileiro.

Durante a campanha do Paraguay, D. PEDRO II cedeu, para as despesas da guerra, a quarta parte da sua lista civil.

A par com essa admiravel liberalidade, estava o seu extrordinario desprendimento pelos interesses pecuniarios.

“Não quiz que a sua dotações, marcada em 800:000\$000 annuaes, quando subiu ao throno, fosse elevada ao triplo, quando o Corpo Legislativo, prevalecendo-se da differença do valor da moeda na fundação do Imperio, triplicou o subsidio dos senadores e deputados”. (JOSÉ LUIZ ALVES).

Por occasião da sua primeira viagem á Europa, a Camara dos deputados manifestou a intenção de votar importante quantia para as respectivas despesas. O Imperador recusou “A sua lista civil bastava, bem que fosse muito inferior a de muitos reis de paizes menos ricos do que o Brasil”. (MOSSÉ).

Nas suas duas viagens posteriores, procedeu da mesma fôrma.

O Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, por decreto assignado no mesmo dia do banimento da familia imperial concedeu-lhe o subsidio de 5 mil contos, que não foi acceito pelo Imperador.

A Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 consignou uma pensão vitalicia, a ser fixada pelo Congresso ordinario a D. PEDRO DE ALCANTARA.

“É sabido, escreve AFFONSO CELSO, que o Sr. D. PEDRO II, embora sem recursos certos, lutando com difficuldades, nenhuma auxilio pecuniario recebeu da Republica, durante os dois annos em que sobreviveu á proclamação desta, — nem a dotação, nem os cinco mil contos, nem a pensão”.

Em relativa pobreza, com effeito, seguiu D. PEDRO II para o exilio. Durante o seu desterro, soffreu realmente a falta de meios pecuniarios, não tendo, como vimos, assaz digna e honrosamente, querido acceitar do governo dictatorial, que assumiu a direcção do paiz, o auxilio de dinheiro que lhe foi offerecido. Possuía o Imperador riquissima bibliotheca, composta de 60 mil volumes e avaliada em 2 mil contos de reis. Pois bem. Que fez elle? Em vez de mandar vendel-a em leilão, a fim de minorar, com a importancia apurada, as suas privações, fez daquelle precioso thesouro doação à Bibliotheca Nacional e ao Instituto Historico do Rio de Janeiro.

Muito bem, por conseguinte, assim se exprime MAGALHAES DE AZEREDO, no particular: “Quanto ao desinteresse pessoal de D. PEDRO II, desafia qualquer comparação, e excede qualquer louvor. Em meio seculo de reinado, esse estoico não cogitou de ajuntar para si e os seus a mais mediocre fortuna, de confiar capitães a bancos nacionaes ou estrangeiros. Todo o valor, digo todo, da sua lista civil, que não era sumptuosa, elle o despendeu, deduzidos os gastos de subsistencia e representação (a sua corte era a mais simples das côrtes), em obras de utilidade publica, e de caridade intelligente, auxilios a iniciativas benemeritas, pensões a escriptores e artistas de talento, a familias necessitadas... Não admira, pois, que, ao ser proclamada a republica, elle se achasse literalmente pobre — exemplo unico nos annaes da realza!”

A mesma abnegação, o mesmo desapego, manifestava o Imperador por todos os interesses materiaes, inclusive o throno e a dynastia. O receio de perder a corôa jamais o inhibiu de praticar acto algum que julgasse contribuir para a grandeza e felicidade da patria. Abundam os ditos e actos do glorioso Monarcha, que lhe demonstram eloquentemente essa superna disposição de espirito. Citei aqui um, entre muitos outros, a que opportunamente me referirei, que depõem todos no mesmo sentido.

Narra JOAQUIM NABUCO, no seguinte trecho, o incidente ocorrido entre o Imperador e o Marquez de S. Vicente, o qual lhe fôra referido pelo Dr. OLIVEIRA BORGES: “Em 1870, quando ministro, logo depois do apparecimento do manifesto republicano, disse o Marquez ao Imperador: “Senhor, os republicanos publicaram seu manifesto, e uma das medidas que o governo imperial deve adoptar, por norma invariavel, é de não prover nos empregos publicos quem tiver opiniões republicanas. Nem o governo da Inglaterra, com todas as suas garantias de liberdade, admite que sirva em empregos publicos quem tem opiniões republicanas, nem os Estados Unidos, tambem com as suas liberdades, admitiriam que occupasse empregos publicos quem tivesse opiniões monarchicas”. — O Imperador redarguiu-lhe: “Senhor São Vicente, o paiz que se governe como entender, e dê razão a quem tiver”. — “Senhor — respondeu o Marquez — Vossa Magestade não tem o direito de pensar por este modo. A monarchia é um dogma da constituição, que Vossa Magestade jurou manter; ella não está encarnada na pessoa de Vossa Magestade”. — “Ora — disse-lhe, rindo-se o Imperador — se os brasileiros não me quizerem para seu imperador, irei ser professor”.

Notavel era simplicidade e modestia da vida, assim domestica, como publica, de D. PEDRO II, o seu desamor ao fausto, ao luxo, bem como a sua esquivança ás homenagens e glorificações á sua pessoa.

Lembraram-se uma vez os seus ministros de edificar um condigno palacio para a residencia do Imperador, em substituição dos velhos e desconfortaveis solares em que morava. “Que! exclamou D. PEDRO, quando não temos bastantes estabelecimentos escolares, cuidar de construir um palacio! Si houver lugar, pensareis nisso mais tarde, nos termos da Constituição. Por ora, devemos occupar-nos com as estradas, com a immigração e com as escolas”. (MOSSÉ).

Em testemunho de gratidão ao Imperador pelo muito que a sua energica, indefessa, patriotica e sabia actuação concorrêr para a gloriosa victoria do Brasil na guerra contra o barbaro tyranno do Paraguay, as diversas classes sociaes do Rio de Janeiro fizeram uma subscrição para erigir-lhe uma estatua. Agradecendo a idéa que tiveram, D. PEDRO II pediu, porém, que a quantia arrecadada, em vez de ter esse destino, fosse applicada á construcção de algumas escolas primarias, “pois nada lhe seria mais agradavel, na occasião em que haviam feito triumphar a causa da dignidade nacional, do que ver a nova era de paz e prosperidade começar por um grande acto de iniciativa do Brasil em prol da educação nacional. E, de accôrdo com o seu desejo, foram edificadas quatro escolas primarias.

Que o augusto Monarcha jamais guardou rancor dos que injusta e desabridamente o atacaram, já pela tribuna, já pela imprensa periodica ou em livros e pamphletos, que nunca se vingou de nenhum delles, e, ao contrario, agraciava-os e beneficiava-os sempre que se apresentava a occasião — é facto sobejamente provado por numerosas e significativas manifestações daquella alma santa.

Collocando sempre o bem da patria acima dos sentimentos e interesses pessoais, nunca deixou, nomeadamente, de chamar a collaborar no serviço della os cidadãos competentes, por serem seus desaffectedos ou o haverem offendido.

Por occasião da crise financeira por que passava o paiz, resultante da guerra com o Paraguay, appareceram no *Jornal do Commercio* uns artigos sobre economia politica, assignados com o pseudonymo de *Veritas*, nos quaes revelava o autor grande competencia na materia. Mandou o Imperador indagar quem elle era e convidou-o a occupar a pasta da Fazenda. Na primeira reunião do ministerio, foi logo o Monarcha perguntando ao Presi-

dente pelo resultado da incumbencia. Assim conta MUCIO TEIXEIRA o que então se passou:

— Senhor, si Vossa Majestade soubesse quem é *Veritas*...

— Basta; já sei, já sei... Olhe, Sr. presidente do Conselho, quando lhe confiei essa delicada missão, eu já sabia que *Veritas* era o pseudonimo do Dr. FRANCISCO DE SALLES TORRES HOMEM, o autor do *Timandro*, livro revolucionario onde eu, minha mulher e minhas filhas somos cruelmente tratados... Mas eu não posso collocar os meus sentimentos pessoases acima dos interesses do meu povo. Atravessamos uma crise economica e financeira das mais agudas, esse homem parece dispor dos meios precisos para attenuar-a, sinão vencer-a: vá convidal-o em meu nome a vir á minha presença.

No dia seguinte a pasta dos negocios da Fazenda era confiada á competencia do violento pamphletario republicano”.

TORRES HOMEM, que já tinha sido recolhido senador (1868), pela vontade do Imperador contra a do presidente do Ministerio (ZACHARIAS), foi depois agraciado com o titulo de VISCONDE DE INHOMERIM. O jornalista republicano SALVADOR DE MENDONÇA, em 1870, fazia na sua gazeta (*A Republica*) ferrenha campanha contra o Imperio e o Imperador. Falleceu sua esposa num momento em que se achava sem recursos para as despesas do enterro. Sabendo disso, ordenou o Imperador ao seu mordomo, sob o maior sigillo, que enviasse ao viuvo a quantia de 2 contos de reis. Ignorando a procedencia da dadiva providencial, proseguiu SALVADOR DE MENDONÇA nos seus ataques ao Monarcha. Mas alguns mezes depois veio a ter conhecimento da origem della. Foi immediatamente, então, agradecer ao Imperador tamanha generosidade e jurar que nunca mais escreveria contra Sua Majestade.

Pouco depois era nomeado consul do Brasil em Baltimore.

Em 1884, pronunciou FERREIRA VIANNA virulenta catilinaria contra o governo e especialmente contra o Imperador, que foi por elle irreverentemente apontado de “principe conspirador”, “CESAR caricato”, fazendo do segundo reinado a descripção mais pessimista e depreciativa. Isso, porém, não foi para a magnanimidade do Soberano, tão acerbamente invectivado, razão que o movesse a não acceitar o implacavel adversario, 4 annos depois, como um dos membros do ministerio.

Referindo-se áquelle episodio, escreveu AFFONSO CELSO: “Verdade é que o Snr. FERREIRA VIANNA, mais tarde, em 1888, ministro da corôa, a principio na pasta

da Justiça, depois na do Imperio, teve ensejo de conviver com o Imperador, donde resultou attenuar-se, senão desaparecer, a severidade de seus juizos”.

O livro de TITO FRANCO, intitulado — *Biographia do Cons. Furtado*, é um desabrido e eleivoso libello contra D. PEDRO II. Conforme o seu habito, o Imperador, ao ler a dita obra, escreveu, á margem das suas paginas, numerosas notas muito interessantes, justas e sabias. Em uma dellas lê-se: “Apezar de todas as injustiças, que me são feitas, não me agastei com o autor deste pamphleto, e creio que se elle me ouvisse, mudaria muitas das suas idéas pelo menos”.

A noite do dia 16 de Junho de 1889, um tresloucado rapaz portuguez, ADRIANO DO VALLE, disparou um tiro sobre a carruagem que conduzia o Imperador, que vinha de um theatro, onde assistira a um espectáculo. Felizmente o tiro não acertou o alvo. No dia seguinte, como conta CARLOS DE LAET, o pai do autor da tentativa de assassinato, succumbido com o desgraçado desatino do filho, procura o Imperador, em sua residencia, para testemunhar-lhe pessoalmente, banhado em pranto, o seu profundo pesar.

D. PEDRO II dirige-lhe palavras de consolação, e ao despedir-se do pobre homem, diz-lhe: “Vá, si elles o condemnarem, eu o perdooarei”.

Tratando da acrisolada bondade e tolerancia de D. PEDRO II, escreve TOBIAS MONTEIRO: “Talvez, mais que nunca, essa grandeza d'alma se tenha mostrado no exilio. Tudo o Imperador perdoava, tudo procurava explicar, o Brasil estava acima de tudo, todos deviam servir-o. Uma vez, lia elle um jornal chegado do Rio e de repente, deixando-o pender, exclamou: “Eis ahí uma noticia que me entristece”. O barão de Penedo ali presente, quiz saber o que succedera. O Imperador respondeu: “Morreu Benjamin Constant”. Penedo não conteve o seu espanto e achou extranhavel o sentimento do monarcha pela morte de um dos demolidores da monarchia. D. PEDRO retrucou: “Nada tem uma coisa com outra. Esse era um homem politico; não o discuto. Deploro a perda do homem de sciencia, que estimei e era muito boa criatura”.

Ainda como expressão da infinita bondade de D. PEDRO II pôde citar-se a sua profunda piedade e misericordia.

Existia na legislação penal do Imperio a pena de morte. Mas, de facto, foi ella revogada por Sua Majestade desde os primeiros annos do seu reinado, ficando no estado de letra morta.

Só no começo do 2.º reinado e em raríssimos casos foi ainda applicada essa draconiana medida de defeza social, e isso exclusivamente a criminosos de tamanha periculosidade que justificava a applicação, como, por exemplo, o terrível salteador LUCAS da Feira de Sant'Anna, enforcado em 1849, tendo sido essa, si não me engano, a ultima execução effectuada na Bahia.

Ao dizer de MOSSÉ, depois de 1856 nenhuma vez foi mais levada a effeito no Brasil a pena de morte.

D. PEDRO II, na sua *Fé de Officio*, declara o seguinte, a respeito: "Procurei abolir a pena capital por lei, tendo-se encarregado o Visconde de Ouro Preto de apresentar ás Camaras um projecto para a abolição legal da mesma pena. Estudava cuidadosamente todos os processos para a commutação da pena ultima, e, quando não encontrava base para isso, guardava-os, sendo a incerteza já uma pena gravissima para os réus".

Uma das attribuições do poder moderador que S. Majestade exercia com maxima satisfação era a de perdoar, nos principaes dias santos ou nas grandes datas nacionaes, a condemnados que se haviam bem comportado na penitenciaria.

Os chefes das revoluções que rebentaram nos tempos coloniaes e no 1.º reinado (revolta de Beckman (1648), inconfidencia mineira (1789), revoluções pernambucanas de 1817 e 1824) foram deportados, enforcados ou fuzilados. Nenhuma de taes penas foi applicada, no 2.º reinado, a revolucionario algum. A amnistia geral foi systematicamente o epilogo das revoluções juguladas no governo de PEDRO II, e um dos actos com que benemeritamente o inaugurou foi o decreto indultando todos os criminosos politicos que haviam tomado parte nas revoltas do periodo regencial.

Como chefe de Estado, foi D. PEDRO II o prototypo do soberano numa monarchia constitucional representativa, democratica e liberal.

Referindo-se a Sua Majestade, disse GLADSTONE: "Esse Imperador é um modelo para todos os soberanos do mundo, graças á sua dedicação e aos seus esforços para bem cumprir os seus altos deveres. É um homem de notavel distincção, possuidor das mais raras qualidades, entre as quaes uma perseverança e uma força de trabalho herculea, começando o seu dia, algumas vezes, ás 4 horas da manhã e terminando-o alta noite.

E, presentemente (D. PEDRO II viajava então pela Europa, 1877), essas 18 ou 20 horas de actividade diaria, elle as emprega em adquirir, percorrendo o mundo, por successivos esforços, conhecimentos de todo genero, dos

quaes saberá tirar proveito, na volta á patria, onde continuará a ser o promotor do bem estar e da felicidade do seu povo.

Eis ahi o que eu chamo um grande, um bom soberano, que, por sua conducta no posto eminentemente que occupa, é um exemplo e uma benção para a sua raça".

E ahi está um testemunho dos mais insuspeitos, dado pelo insigne estadista e parlamentar inglez, o qual é a estricta expressão da verdade, sem a minima hyperbole.

E, de facto extraordinaria e fecunda foi a actuação de D. PEDRO II em assegurar a unidade do imperio, periclitante no tumultuoso periodo das regencias, a despeito da energia e capacidade dos eminentes estadistas que então dirigiram os negocios publicos; em restabelecer e manter a paz interna até o fim do seu glorioso reinado; em defender vigorosa, intrepida e triumphalmente a patria contra ultrajes e aggressões estrangeiras; em elevar o prestigio internacional do Brasil; em promover e realizar o engrandecimento, o progresso em todos os sentidos, e a ventura do grandioso paiz.

E com a ordem interna e a paz com as nações vizinhas o equilibrio das finanças, o elevado credito a justiça e a liberdade, o governo de D. PEDRO II permittiu, assim, e fomentou o desenvolvimento do trabalho productivo, da agricultura, das industrias, do commercio, dos meios de communicação e de transporte, das artes, da instrucção publica.

"O imperio, escreveu AFFONSO CELSO, foi a phase aurea do nosso evolver. No decurso d'elle, innumerous degraus galgamos na escada da civilização. Eramos um povo respeitado e forte.

As velhas nações poderosas nos designavam como Juiz em suas contendas, curvando-se á nossa decisão. Nosso credito emparelhava com o dos mais prosperos governos. Dispunhamos de confiança universal. No interior tinhamos paz, ordem, garantias, moralidade. Funcionava a administração com a regularidade desejavel. Inviolaveis os direitos do cidadão. Dominante a opinião publica. Viviamos prosperos e felizes. Illuminavam-n'os principalmente a maxima liberdade, a tolerancia absoluta. Constituíamos a consoladora excepção da America Meridional".

Com a mesma veracidade, assim se pronuncia, a respeito, RONALD DE CARVALHO: "O segundo Imperio, no Brasil, é a epoca das verdadeiras liberdades politicas. Em toda a America latina nunca houve presidente mais democratico que o nosso Imperador. Esse homem, de gravidade sem aspereza, que provava, nos quarteis, a razão das praças, que, em suas audiencias publicas, recebia a todos

que o procuravam e a mão de todos apertava, erguia-se tão alto acima dos preconceitos, que, em verdade, como escreveu FERRERO, perdura na philosophia e no saber “a consciencia do monarcha”. Rodeado de poetas e doutores, a nobreza que mais distinguio e amou foi a da intelligencia. Grande parte dos nossos barões e dos nossos condes, foi elle buscar entre os artistas, os scientistas e os letrados. Seu character era inflexivel em pontos de honra. Um simples deslize, que perdoaria nas classes humildes, castigava duramente nos representantes da aristocracia. Senadores, conselheiros de Estado, fidalgos e palacianos tinham que pautar os seus actos pela mesma honradez que dictavam os do Imperador”.

Igualmente valioso é o testemunho do Barão de RAMIZ GALVÃO: “Só em 1870, passada esta phase tormentosa (guerras do Prata), foi admissivel e justificado o commettimento efficaz das grandes obras fructíferas da paz. Para estas sobraram-lhe, pois os ultimos annos do Reinado, e é mister recusar acinte a evidencia dos factos, fechar os olhos á luz, para não ver o que nesse periodo avançou o paiz. O desenvolvimento do telegrapho e das estradas de ferro, o incremento dado a immigração, os auxilios prestados á lavoura, as reformas do ensino publico, — tudo isso foi então realizado ou incrementado na medida dos recursos financeiros do Brasil, cujo credito não soffreu abalos e antes avultou com o correr dos annos.

“Fomos um povo, disse ALBERTO FARIA, que, graças a um regimen economico de prudencia e a uma sabia administração financeira via, em 1889, o cambio acima do par, os titulos ao par, e as dividas internas e externas representadas em cifra de menos de um quinto da divida actual” (1925).

Nenhum dos ramos da publica administração escapava á attenção vigilante e á proficua acção do Imperador. “PEDRO II, disse MIGUEL COUTO, teve a intuição nitida de que tudo quanto uma nação é e possa vir a ser depende da cultura do povo, e os seus actos seguiram o seu pensamento: foi o ministro perpetuo da educação nacional.”

Com effeito, um dos assumptos com que mais se preoccupou D. PEDRO II, durante todo o seu reinado, foi a instrucção publica, em todos os seus graus e modalidades, pela qual fez tudo quanto poudo. No seu governo crearam-se muitas escolas primarias, os estabelecimentos de ensino secundario e superior, que já havia, foram reformados e melhorados. Novos institutos foram fundados, taes como o dos Surdos-mudos, dos Meninos cegos, dos Meninos desvalidos, a Escola de Minas, etc.

Sua Majestade visitava frequentemente os

estabelecimentos officiaes de ensino, assistindo a aulas, exames, collação de graus, distribuições de premios, concursos, etc.

Tambem prestigiava com a sua assidua presença institutos, escolas, academias, particulares, tomando parte em sessões, ouvindo conferencias, e a varias dessas instituições auxilio com doações do seu bolso, com a offerta de local para o respectivo funcionamento, etc.

“Verdadero Mecenas das letras, das artes e das sciencias, D. PEDRO protegeu o aco-roçoou todas as aspirações que a ellas se referiam”. (NORBERTO JORGE).

De muitos rapazes intelligentes, mas sem recursos, custeou D. PEDRO II, a expensas suas, a educação scientifica, literaria ou artistica, ou favoreceu-os com subvenções ou pensões para o aperfeicoamento dos seus estudos no paiz ou no estrangeiro, permittindo-lhes assim dar largas á sua vocação.

“Si um homem tinha uma invenção, si tinha um livro e não o poderia publicar, como aconteceu a tantos, si tinha uma opera e precisava montal-a, ia a S. Christovam, expunha a sua anciedade, e o Imperador mandava dar o dinheiro necessario para executar a idéa, para imprimir a obra, para pintar o quadro, para representar a opera”.

Tratando da arte no Brasil, diz LAUDE-LINO FREIRE: “Só no anno da maioridade ella se revigora; com a maioridade foi que se iniciou no paiz a phase mais fecunda da sua preparação artistica; e na maioridade é que começa a fulgir e irradiar a figura serena de PEDRO DE ALCANTARA, que se fez ao mesmo tempo AUGUSTO e MECENAS”.

Entre os artistas que devem, directa ou indirectamente, a sua formação e a sua brilhante carreira a D. PEDRO II, estão: PEDRO AMERICO, VICTOR MEIRELLES, ZEFERINO, AMOEDO, ALMEIDA JUNIOR, MEDEIROS, WEINGARTER, pintores; JACINTHO REBELLO, BITTENCOURT DA SILVA, architectos; FRANCISCO PAMPHIRO, CHAVES PINHEIRO, ALMEIDA REIS, RODOLPHO BERNARDELLI, esculptores; CARLOS GOMES, HENRIQUE DE MESQUITA, musicos.

“Si não fosse o Imperador, eu não seria CARLOS GOMES”, — disse o genial compositor.

Mas a protecção e o apoio de D. PEDRO extendia-se tambem aos scientistas e literatos. Auxiliou elle pecuniariamente ou distinguio com titulos nobiliarchicos grandes vultos da nossa literatura, taes como GONÇALVES DIAS, a poetiza DELFINA DA CUNHA, MUCIO TEIXEIRA, Dr. CAETANO LOPES DE SOUZA, ARAUJO PORTO ALEGRE (Barão de Santo Angelo), MA-

GALHÃES (Visconde de Araguaya), etc.

Pela simples leitura dos nomes citados avalia-se a grandeza do despauterio dos que dizem que D. PEDRO II só protegia a mediocridades ou nullidades.

Dentre as virtudes de D. PEDRO II, como chefe de Estado, merece, antes de tudo, assignalada a indefectivel justiça, pela qual pautava invariavel os seus actos, a estricta observancia do cardeal mandamento assecutorio dos direitos de cada um — *suum cuique tribuere*, e que obriga a distinguir, tratando-os adequadamente, o merito do demerito. E assim fazia sempre o excelso Monarcha. A sua justiça era, porém, acompanhada de benignidade e clemencia, até os limites do razoavel e equitativo.

Cabe, tambem, especial menção á sua extrema tolerancia, ao seu liberalismo, a sua absoluta probidade, á escrupulosa exacção no desempenho das funcções do supremo cargo, a tudo attendendo com o maximo interesse, zelo, solicitude e diligencia, desde as cousas mais pequenas, até os mais altos serviços e problemas da administração.

Para avaliar-se quão desvairados pela paixão eram os criticos de D. PEDRO II, basta ter em vista os juizos contradictorios sobre elle emittidos.

Por nunca ter querido o Imperador resolver questões arduas e complexas de modo discricionario, precipitado, violento, cortando nós gordios com espada de ALEXANDRE, — muitos dos interessados em taes questões o averbavam de indolente, apathico, inerte, pusillanime. Quando, porém, elle intervinha, no uso, sempre judicioso, do poder moderador, que lhe era conferido pela Constituição, para propôr alguma sabia providencia util ao bem do paiz, para se oppôr a qualquer desmando, para impedir alguma injustiça, para não pactuar com preferencias e candidatos inidoneos ou com preterições, com favores inadmissiveis ou com perseguições, — bradavam logo os descontentados contra a autocracia e absolutismo imperial. Á visão estrabica desses despeitados, transmutava-se o poder moderador em “poder pessoal”, em “imperialismo”, em cazarismo, despotismo, em “dictadura da corôa”. Lá vinha logo á balha o famoso “lapis fatidico”, e “livro negro”, etc.

Increpavam, assim, ao Imperador, ora porque apenas reinava, qual simples figura decorativa, ou automatico titere, mas não governava; ora, ao contrario, porque governava, em vez de limitar-se a sómente reinar, contentando-se com o mero papel de rei honorario.

A razão, porém, não está nem com uns, nem outros desses criticos obcecados ou desleaes.

A verdade é que o nosso egregio Soberano reinava majestosamente, mas ao mesmo tempo collaborava sabia, activa, interessada e beneficentemente na alta administração do paiz, dentro da esphera de acção que lhe traçava a lei magna.

“Porque trabalhava, porque em tudo intervenha, diz MARTIM FRANCISCO, accusavam-no de poder pessoal. Preferi-lo-iam vadio, talvez”.

A tolerancia de D. PEDRO II, outra manifestação da summa bondade que o caracterizava, assim como as connexas disposições de espirito, — liberalismo, democracia, — attingiam o extremo.

Nunca houve no Brasil, e, podemos inconcussamente affirmar, em nenhum outro paiz, mais liberdades civis e politicas do que no 2.º reinado. Illimitada liberdade de manifestação do pensamento pela imprensa periodica ou em livros e pamphletos; liberdade de caricatura; liberdade de reunião e de comicios nas praças publicas, de prestitos pelas ruas; liberdade de doutrinas politicas e sociaes e de propaganda das mesmas, etc. E tudo isso, principalmente, por indefectivel influencia do Soberano, que não permitia, no particular, restricções ao pleno uso dos direitos dos cidadãos, nem mesmo quando elle proprio, apezar de ser a sua pessoa declarada, pela Constituição, “inviolavel e sagrada”, — era o alvo de ataques por qualquer dos alludidos meios.

“PEDRO II, diz TOBIAS MONTEIRO, deixava-se expor a todas as fórmias da critica, até a injuria e o ridiculo, sem applicar contra ninguem os recursos do seu poder”.

Nos prestitos carnavalescos sahiam, muitas vezes, carros de critica com figuras caricatas do Imperador, e a policia tinha ordem de não prohibil-os.

Quando SILVA JARDIM ia fazer, na cidade de Itaguahy (Estado do Rio), a sua ultima conferencia pela republica, correu o boato de que elle estava ameaçado pelos monarchistas. Chegado isso aos ouvidos do Imperador, que se achava então na proxima cidade de Santa Cruz, mandou sua Majestade a Guarda Imperial seguir para Itaguahy, afim de garantil-o. SILVA JARDIM, porém, dispensou a protecção, dizendo não acreditar na ameaça.

Relativamente á imprensa, D. PEDRO escreveu esta nota: “Sempre pugnei por inteira liberdade da imprensa. Repeti mil vezes — o seu correctivo está nella mesma”.

O facto de ser republicano jamais constituiu motivo para o Imperador deixar de fazer justiça a nenhum brasileiro ou não aproveital-o, quando idoneo e competente, para o exercicio de cargos publicos.

Dentre os professores nomeados por Sua Majestade para os diversos institutos de ensino superior, muitos eram partidários de governo republicano, como DOMINGOS FREIRE, MARTINS TEIXEIRA, PIZARRO, ERICO COELHO, AUGUSTO BRANDÃO, BENJAMIN CONSTANT, etc.

O Imperador convidou a BENJAMIN CONSTANT para ensinar mathematica a seus netos. O eminente professor procurou esquivar-se, allegando as suas idéas republicanas e chegando até a avançar ser possível que, no correr das suas lições, fosse levado a sustentar, perante os príncipes, a superioridade da forma de governo de que era adepto. Mas o Imperador não accitou a excusa, dizendo: "Não faz mal. Estimaria que os pudesse converter". E, dest'arte, BENJAMIN não pdeu eximir-se da incumbencia.

Dos signatarios do celebre manifesto republicano de 1870, alguns foram mais tarde providos pelo governo imperial em cargos de confiança: FONTOURA XAVIER, SALVADOR DE MENDONÇA, nomeados consules, LAFAIETTE, ministro.

Por essas demonstrações de espirito liberal e tolerante, espalhava-se a crença de que D. PEDRO II era republicano. Mas elle em annotações a alguns folhetos em que os autores se referiam ao caso, muito bem definiu o seu modo de pensar sobre o assumpto.

"Sempre tenho defendido de convicção, — escreveu, — mas nunca por interesse proprio ou de familia, — a necessidade de monarchia para o Brasil nas circumstancias actuaes. Tenho accrescentado que para mim seria melhor que houvesse republica".

E, alhures, tambem fez esta outra annotação: "Nunca disse que sou republicano, porque jamais gostei de bravatas. Desejaria que a civilização do Brasil já admittisse o systema republicano, que para mim é o mais perfeito".

D. PEDRO II era radicalmente contrario ao emprego de violencias, nem mesmo para reprimir qualquer abuso da liberdade por parte de demagogos exaltados e de arruaceiros.

"O Imperador, diz MAGALHÃES DE AZEREDO, parecia ter-se constituido "procurador" de todos os opposicionistas, e, em especial, dos republicanos, contra quaesquer medidas de coacção que o seu proprio governo quizesse tomar. A propaganda republicana surgiu, desenvolveu-se, avultou, na capital e nas provincias, directamente garantida pela tolerancia imperial. Ainda na sua ultima phase, quando já não se tratava só de propaganda, mas de conspiração em todo o rigor do termo, o soberano impediu a prisão de alguns conjurados, não querendo crer na realidade do conluio; como, em 1886, nos prodros

mos da questão militar, embaraçou a energia repressiva desejada pelo barão de Cotegipe, presidente do conselho de ministros, exclamando com horror: "Por Deus, não me ensanguentem a cidade".

Tendo CARLOS AFFONSO, quando presidente da provincia do Rio de Janeiro, mandado prohibir uma annunciada conferencia na praça publica e indo depois ao paço, Sua Majestade desapprovou-lhe o acto, dizendo: "Pois fez muito mal, Sr. CARLOS AFFONSO. Devia deixar que falassem". (TOBIAS MONTEIRO).

"Quando o chefe de policia da Corte annunciou ao Imperador estar decidido a reprimir manifestações ruidosas nas ruas, projectadas pelos estudantes para commemorar o centenario da tomada da Bastilha, Sua Majestade aconselhou-o a não proceder de tal modo: "Não faça isso, Sr. BASSON; deixe os rapazes".

Innumeros factos expressivos demonstram o espirito nimamente liberal e democratico de D. PEDRO II, as suas adeantadas idéas philosophicas, politicas e sociaes.

Demonstração eloquente da sua democracia era a franca accessibilidade a todos. Qualquer pessoa, de qualquer categoria que fosse, podia falar pessoalmente com o Imperador, e directamente fazer-lhe o seu pedido, levar-lhe as suas queixas ou reclamações, sempre recebida com attenção lhaneza e affabilidade.

"D. PEDRO II consumiu horas e horas de annos e annos a ouvir o seu povo em audiencias publicas, no palacio de S. Christovão, numa varanda tornada celebre por isso. Ahi, aos sabbados, de 5 ás 7 horas, quem queria pedir, expôr ou reclamar se apresentava sem cerimonia, conforme as posses; de casaca, de farda, de blusa, de roupa de trabalho, e nunca a pompa ou a modestia do traje originaram differença de tratamento do soberano. Até o mais humilde homem de côr, de tamancos ou de pés no chão, falou a D. PEDRO".

O general MITRE chamou ao Imperio do Brasil uma *democracia coroada*, tendo por principio fundamental de sua organização politica, a soberania do povo.

Quando o Dr. ROJAS PAUL, presidente de Venezuela, soube da deposição de D. PEDRO II e da queda da Monarchia exclamou: "Acabou-se a unica Republica que existia na America: o Imperio do Brasil".

Está bem visto que, nessa minha apologia do 2.º reinado quanto á garantia das liberdades dos cidadãos, falo com os que, como eu, estão firmemente convencidos de que a melhor, a menos defeituosa, das formas de governo até hoje imaginadas e praticadas é a democracia liberal. Não levo em conta os

acomettidos dessa especie de loucura epidemica, caracterizada por uma reversão atavica a phases remotas da evolução da humanidade, loucura que está actualmente grassando, — mas fatalmente ha de ser transitoria, — entre alguns povos moralmente atrasados, a despeito do immenso progresso sob outros pontos de vista, e que os faz voltar a antiquissimos regimens politicos, já assaz experimentados e abandonados por imprestados, e agora ressuscitados sob novas modalidades ou apenas novos rotulos.

Detesto todas as formas de governo liberticidas, tenham o nome que tiver, pois não é possivel, para mim, felicidade com escravidão. “Sómente os povos que se não deixaram contaminar, — diz muito bem H. G. WELLS, que conservaram a democracia e o liberalismo é que triumpham e vão salvar as nações exaustas e decadentes... Só pelo liberalismo a humanidade poderá salvar as suas conquistas scientificas e moraes”.

Dotado de absoluta e impecavel honradez, exercia D. PEDRO II suprema censura sobre o procedimento moral dos seus concidadãos, especialmente dos que desempenhavam ou eram candidatos a desempenhar funções publicas. Elle dava o exemplo edificante, e tinha assim o direito de assumir essa attitude. Sendo tão tolerante para tudo, só era intransigente no tocante á honestidade. Tudo elle perdoava, menos deslizes no terreno da honra e da probidade. Os infractores dos preceitos da ethica, os dolosos, os prevaricadores, ficavam excluidos das graças imperiaes, ao passo que os honestos eram tratados por Sua Magestade com as distincções a que faziam jus. E dest’arte é que functionava o tão falado *lapis fatidico*, punindo os criminosos e premiando os justos.

“Sou dos que pensam, diz ALFREDO BALTHAZAR DA SILVEIRA, que o lapis fatidico do imperador D. PEDRO II constitue o seu mais legitimo titulo de gloria de administrador esclarecido e honesto, pois evitando que individuos de reconhecida improbidade occupassem cargos, para cujo desempenho se exigiam umas quantas condições de moralidade e preparo, o magnanimo imperador D. PEDRO II revelava-se um administrador avisado e conscio das suas grandes responsabilidades civicas e administrativas... O lapis fatidico foi uma clava forte contra os conchavos administrativos e as perniciosas combinações dos politicos, que, não poucas vezes, sacrificam o interesse geral para proteger apauiguados da sua grey”.

Falando de D. PEDRO II como collaborador na alta direcção do paiz, escreveu RUY BARBOSA: “Social e nacionalmente, foi um

alto padrão de moralidade, um fanal penetrante, que brilhava dos cimos do poder, exercendo com a vigilancia da sua luz, quer sobre o Governo, quer sobre a administração, quer sobre o estado geral dos costumes, uma acção incalculavelmente saneadora”. (Dictadura e Republica, p. 230).

O chamado *poder pessoal* do Imperador agia, com effeito, como um abençoado estímulo ás providencias justas e boas, e simultaneamente como solido freio aos desmandos, abusos e improbidades.

“Foi esse Poder Moderador feito “poder pessoal”, — escreve OLIVEIRA VIANNA, que deu ao Brasil uma longa phase de moralidade, legalidade, justiça, liberdade, e sem elle os partidos em opposição só teriam podido ascender ao poder (vemo-lo hoje claramente) pela torpeza do assassinio politico ou pela violencia das revoluções armadas... Ha traços quasi dramaticos na lucta de cincoenta annos que sustentou D. PEDRO contra o partidario, o nepotismo, o favoritismo, a politicagem dos ministros. Nem sempre conseguiu ser o vencedor nestas batalhas; mas ninguém tinha mais viva a consciencia dos seus grandes deveres constitucionaes de rei e de força moderadora”.

Do seu acendrado patriotismo e amor ao povo brasileiro deu D. PEDRO II exuberantes e inequivocas provas. Punha sempre os interesses da nação acima dos interesses pessoais e dos da corôa, sempre prompto a abrir mão della si isso preciso fosse para o bem da patria.

Em 1887, na Europa, conversando D. PEDRO com ARSENE HOUSSAYE, este lhe perguntou: “Por acaso já encontrou Vossa Magestade homem feliz?” — “Já. Eu o sou, quando o meu povo está contente”. (MOS-SÉ). (p. 370).

No momento da sua expatriação, ao despedir-se do commandante do cruzador *Parnahyba*, que o conduzia para bordo do *Alagoas*, disse-lhe o Imperador: “O meu maior desejo é ter noticias na Europa de que tudo se passou sem derramamento de sangue...”

Durante a viagem do augusto banido, houve a bordo, a 2 de Dezembro, um banquete para celebrar-se o seu anniversario natalicio. “Ao servir-se o champagne ergueu-se o Imperador, e, empunhando, uma taça, exclamou: Brindo á prosperidade do Brazil”. (AFFONSO CELSO).

No exilio, nunca se esqueceu do Brasil. Sempre se interessava vivamente pelo destino da sua querida patria, fazendo cordiaes votos pela felicidade della.

Conversando um dia, em Pariz, já deportado, com o Conde de AFFONSO CELSO, dis-

se-lhe D. PEDRO: “Nada autoriza a se considerarem os brasileiros mais versateis, ingratos ou servis que o resto da humanidade. Quanto a mim, amo-os como sempre, e sempre os amarei. Quem me dêra poder acabar meus dias entre elles”.

Nada ha mais delicado, tocante e expressivo do que a sua terna e affectuosa lembrança de mandar buscar alguns punhados de terra do Brasil para nella repousar a cabeça no seu leito do somno eterno.

Não houve um só facto importante ocorrido durante o 2.º reinado que não servisse aos allucinados vituperadores do insigne Monarcha de pretexto para lhe assacarem acerrimas e iniquas increpações. A sua correctissima attitude na campanha do Paraguay não escapou ás malevolas invectivas daquelles obsessos.

Tem havido até, — *mirabile dictu* —, brasileiros tão impatrióticos e desnaturados que não se hão pejado de responsabilizar e condemnar o governo brasileiro, e especialmente o Imperador, — pela guerra da Triplíce Alliança. É impossivel imaginar-se mais rematado despropósito, sô explicavel pela mais ignobil má fé ou crassa ignorancia da realidade.

Desde a vida do pai, já alimentava SOLANO LOPEZ o sonho megalomaniaco de conquistar territorios aos paizes circunvizinhos, afim de alargar os seus dominios até as margens do Oceano Atlantico. Assim que assumiu o governo, deu largas ás suas desmarcadas ambições, concentrando para, a realização do seu intento, todo o seu pensamento, toda a sua actividade e a mór parte dos recursos financeiros do paiz em organizar exercitos e esquadras, levantar fortificações, etc.

Ao illustre escriptor hespanhol D. ILDEFONSO BERMEJO, disse LOPEZ: “Sou soldado e tenho de declarar guerra ao Brasil... Si deixei que meu pai firmasse a paz, foi porque eu queria ter a gloria de mostrar ás republicas visinhas que basta o Paraguay para derribar aquelle colosso”.

Em Novembro de 1864, sem previa declaração de guerra, e com surpresa geral, manda SOLANO LOPEZ aprisionar o vapor brasileiro *Marquez de Olinda*, que navegava pelo rio Paraguay, com destino a Matto Grosso, conduzindo o novo presidente da provincia. o Coronel FREDERICO CARNEIRO DE CAMPOS, que, feito prisioneiro, veio literalmente a morrer de fome e horriveis maus tratos. Todos os demais passageiros e tripulantes do vapor tiveram a mesma sorte, uns dois ou tres apenas havendo escapado á morte.

Em Dezembro do mesmo anno, ordenou LOPEZ que parte das suas tropas invadissem Matto Grosso, o que fizeram, pois, despreve-

nido como estava o Brasil, lá não havia forças militares para repellir o inimigo.

Pois, nestas condições, é que detractores de D. PEDRO II têm tido o despalante de accusal-o de bellicoso e culpál-o pela guerra do Paraguay, porque, recorreu ás armas para repellir a inominavel affronta feita á nação brasileira, e expulsar os invasores, do seu territorio, em vez de appellar para o arbitramento, a fim de resolver a pendencia!

É simplesmente irrisorio!

Todos sabemos que a guerra offensiva é, nos povos que se dizem civilizados, sobrevivencia da primitiva selvajaria. É acto criminoso, deshumano, nefando. A guerra defensiva, para desaggravo da honra nacional ultrajada, para rechaçar do solo patrio ousados conquistadores, — é, ao contrario, o que ha de mais legitimo e mais nobre. É dever indeclinavel de todo cidadão e de todo governo.

Os mesmos criticos brasileiros levaram á sua malevolencia e protervia até o ponto de acolmarem a D. PEDRO II de cruel, “sangui-nario”, porque não acceitou as propostas de paz, offerecidas por LOPEZ no correr da campanha e insistiu em leva-la até o anniquilamento do tenaz inimigo, do que resultou a sua morte. E chegam mesmo a dizer que o Imperador queria justamente que LOPEZ fosse morto.

Ora, tal accusação, feita ao magnanimo Monarcha, além de abominavel blasphemia contra a sua veneranda personalidade moral, importa em vil calunnia.

No que, com toda a razão, não poderia consentir o Imperador era em tornar a entregar-se ao energumen dictador o governo do Paraguay. A isto, aliás, se oppunha o tratado secreto da Triplíce Alliança, que impunha aos aliados não deporem as armas sinão depois de derribado o governo existente no Paraguay.

A proposta de paz, no entanto, feita directamente por LOPEZ, em Setembro de 1866, exigia a condição de continuar elle na direcção do paiz, e por isso não foi aceita pelos alliados. A segunda negociação (Março de 1867) para o mesmo fim, a qual teve por intermediação M. WASHBURN, ministro dos Estados Unidos, estava no mesmo caso, e tambem teve, portanto, resultado negativo.

Da terceira tentativa de paz foi mediador Mr. GOULD, secretario da legação britanica no Rio da Prata. Formulou elle as condições da paz, nas quaes estava incluída a renuncia de Lopez ao governo. Depois, todavia, de haver o dictador concordado com todas ellas, voltou atraz, rejeitando essa ultima clausula.

Por esse motivo não se celebrou a paz, visto que, sem o afastamento de LOPEZ do gover-

no e do paiz, seria, evidentemente, uma pseudo-paz. Só quem não conhecesse o caracter do feroz caudillo poderia ver numa negociação feita sem aquella condição, mais do que simples tregua, manhosamente por elle conseguida, para a reorganização das suas forças armadas e desencadeamento de nova guerra assim que se julgasse para tal preparado.

É, de facto, a mais sacrilega das maldades a incriminação assacada a D. PEDRO II de querer a morte de SOLANO LOPEZ. Só um perverso, que o julgue por si, pôde ter essa absurda idéa.

Si a desmarcada presumpção e magalomania do execranda louco moral que desgraçava o Paraguay não o cegasse a ponto de não perceber que após a queda da capital do paiz estava consummada a sua derrota, teria tomado, si não queria arriscar-se a morrer, o exemplo do seu emulo ROZAS, depois de desbarate de Monte Caseros. Mas não. A sede de sangue daquella horrenda fera ainda não estava aplacada. Ainda era preciso o sacrificio de milhares de victimas humanas á insaciavel voracidade do monstruoso vampiro, e por isso prolongou por mais de um anno a calamitosa lucta. Só do seu imquebrantavel orgulho e insana obstinação de resistir até as ultimas resultou a sua morte.

Em abono dos meus assertos, invocarei o autorizado testemunho de J. THOMPSON, que serviu como coronel no exercito paraguayo e foi ajudante do *Mariscal*. Referindo-se á recusa de SOLANO LOPEZ a aceitar a paz nos tremos da proposta formulada por Mr. GOULD, assim se exprime THOMPSON:

“O terrivel egoismo patenteado por LOPEZ nesta occasião não tem exemplo. Os alliados estavam dispostos a conceder ao Paraguay condições taes que pareciam dictadas por um vencedor, embora com a clausula de que elle abandonaria o paiz e assim mesmo com todas as honras. Mas a barbaro preferiu sacrificar até o ultimo homem, mulher e menino daquelle valente povo, dedicado e martyr, com o só objecto de manter-se um pouco mais no poder”.

Com muita justeza, diz OLIVEIRA LIMA: “Não querendo conceder quartel a LOPEZ, o Imperador não repudiou expressamente o seu feito fundamentalmente magnanimo, antes procedeu como defensor perpetuo do Brasil, cuja cohesão timbrava em fortificar”.

E são de JOAQUIM NABUCO estas mui exactas considerações: “O Imperador não queria recommear: a paz definitiva era para

elle inseparavel da deposição de LOPEZ e do seu afastamento do Paraguay.

Essa guerra contra um homem pode parecer animosidade, mas de facto é gnerosidade para com o paiz que elle opprimia e escravizava; quanto mais duras fossem as condições impostas a elle, mais liberaes podiam ser as feitas do Paraguay.

Havia assim interesse e sensibilidade no que parecia animosidade e rancor”.

E haver brasileiros que choram com pena do *bondoso El Supremo*, pelo seu triste fim, e chamam de *bellicoso e sanguinario* a D. PEDRO II! *Pro pudor!* Será possivel haver maior aberração da affectividade?

Um agitado episodio da nossa historia offereceu aos inimigos do Imperador motivo para lhe fazerem pesada carga: a celebre questão religiosa. Mas ainda aqui, sem nenhuma razão.

D. PEDRO II procedeu no caso de modo correcto. Quem andou mal, quem impunederadamente se desmandou, fôram os bispos. Impellidos por excessivo zelo religioso, por intolerante fanatismo já fóra de epoca, infeliz e imprudentemente emprehenderam elles, perturbando a paz até então reinante entre a Igreja e o Estado, reviver, — num lamentavel retrocesso ao obscurantismo de tempos idos, — luctas religiosas, já tão descabidas no seculo da luz.

Nesse anachronico proceder, desencadearam os irriquiets prelados severa e implacavel perseguição contra uma benemerita sociedade, de mutuo auxilio e beneficencia, como é a maçonaria, que, sobretudo no Brasil, de modo algum era infensa á religião catholica, tanto assim que as respectivas lojas tinham no seu gremio muitos padres da dita religião.

“Desde a proclamação do Imperio, diz PANDIA CALOGERAS, cincoenta annos antes, nenhuma questão maçonica surgira. Maçons eram encontrados por toda parte, em todas as classes, entre o clero tanto quanto entre leigos, tementes a Deus e devotos.

Brilhava, como a propria evidencia, que as tendencias combativas de sua seita na Europa não tinham atravessado o Atlantico, ou se haviam cruzado o Oceano, se tinham gasto nos movimentos liberaes dos dias da Independencia, pela America inteira”.

Nenhuma procedencia tinha, pois, a desabrida campanha desfechada contra os pedreiros livres pelos dois antistites, D. VITAL DE OLIVEIRA, bispo de Olinda, e D. ANTONIO DE MACEDO COSTA, bispo do Pará.

Para justificar a sua animosidade e hostilidade contra aquelles, invocaram elles o *Syllabus* annexo á encyclica *Quanta cura*, de Pio IX, datada de 8 de Dezembro de 1864, *Syllabus* em que era anathematizada a maçonaria.

Ora, se os referidos prelados se limitassem a secundar a excommunhão dos maçons, nada haveria a se lhe oppôr. Estavam no seu direito, giravam dentro da sua esphera de acção. Mas assim não aconteceu.

Foram muito além, ultrapassando as lindes do dominio espiritual e ecclesiastico, dentro do qual se circumscrevia a sua jurisdicção. Entre outras severas medidas, suspenderam as irmandades que se recusaram a lhes cumprir ordem de expulsar do seu gremio os membros que não renegassem a maçonaria e lançaram interdictos ás igrejas de cuja direcção faziam parte pedreiros livres.

Ahi é que os bispos exorbitaram. Em primeiro lugar, a *Syllabus*, em que se firmaram, não tinha recebido o beneplacito do Imperador, e, portanto, de conformidade com a Constituição do Imperio, carecia de vigor para ser executado no Brasil. As irmandades, embora tivessem natureza mixta, só dependiam dos bispos, conforme o direito então vigente, na parte religiosa, estando em tudo mais sujeitas ao poder temporal.

Á vista disso, ellas interpuzeram recurso á Corôa, o qual, submettido ao juizo do Conselho do Estado, este foi de parecer que se lhe desse provimento.

O Governo mandou então que os bispos levantassem os interdictos. Elles não obedeceram á determinação.

A secção do Conselho de Estado concluiu a Consulta declarando ser de parecer que se desse provimento ao recurso interposto. Quiz o Imperador ouvir o Conselho de Estado pleno, e a maioria deste pronunciou-se a favor do dito parecer. O Governo deu, então, provimento ao recurso e mandou que o bispo levantasse os interdictos. D. VITAL recusou-se a cumprir a ordem. Providos tambem os recursos das Irmandades do Pará, D. ANTONIO DE MÁCEDO COSTA desobedeceu igualmente a identica ordem.

O Ministro do Imperio ordenou então ao procurador da Corôa que promovesse perante o Supremo Tribunal de Justiça as accusações criminaes contra os referidos prelados. Foram estes condemnados a 4 annos de prisão com trabalho, pena media do art. 96 do Codigo Criminal, no qual foram considerados incursos.

O que se infere dessa ruidosa questão é que, os bispos rebeldes, destoando assim do

elevado conceito em que justamente eram tido pelo seus grandes meritos, tentaram, numa desassizada e temeraria empresa, e obcecados por exorbitante ultramontanismo, restabelecer a caduca supremacia do poder espiritual sobre o temporal, tarefa já tornada inexecuível no seculo XIX. Entendiam elles que, em caso de collisão, as bullas, as encyclicas, etc. pontificias deviam prevalecer sobre a Constituição e demais leis civis do paiz. Que, estas, na hypothese, podiam e deviam ser desprezadas, bem como desrespeitadas as autoridades seculares encarregadas de assegurar-lhes a execução.

Muito longe da razão estavam elles, porém, em todo o lamentavel conflicto.

Assim é que, nem mesmo na sua classe, encontraram apoio. Ficaram isolados. D. VITAL, dos 12 bispos que havia no Imperio, só encontrou, como vimos, um adherente.

Faziam parte da assembléa geral, na occasião (1873) cinco sacerdotes catholicos. Nenhum delles ergueu a voz para defender os bispos condemnados.

E, apesar das divergencias de opinião que tem havido a respeito, a verdade, á vista dos documentos, é que o proprio Papa não approvou o procedimento dos bispos intolerantes.

Qual foi, porem, o papel representado pelo Imperador nessa intricada e *vexata quaestio*? Simplesmente o de usar criteriosamente, como sempre, do seu poder moderador e da sua infallivel indulgencia. A sentença condemnatoria dos bispos insubordinados foi lavrada pelo mais alto organ da Magistratura Nacional, o Supremo Tribunal de Justiça. A responsabilidade é toda delle. E si o seu accordam foi justo ou injusto, foi ou não rigoroso, — ponto é esse para cuja decisão fallece competencia aos criticos, e pôde muito bem ser que errados estejam os que pensam que o tribunal errou.

Logo que foi promulgada a sentença do Tribunal, o Soberano commutou a pena de prisão com trabalho em prisão simples (12 — Março — 1874). E, embora, profundamente magoado e desgostoso com o procedimento dos prelados e, por isso, desfavoravel a principio á concessão de amnistia aos mesmos, cedeu ainda aos dictames da sua nunca desmentida clemencia, e acabou deferindo-lhes aquella graça, por Dec. de 17 de Setembro de 1875.

Vem aqui a pelo notar que alguns historiadores, até dos mais conceituados, dizem que a amnistia foi concedida pela Princesa ISABEL, quando assumiu a regencia do Imperio, por ter o seu venerando pai viajado para os Estados Unidos. Mas commettem um erro, que convém corrigido. O citado decreto foi assignado por D. PEDRO II, que só no anno seguinte (Março de 1876) partiu para a America do Norte.

Assim que teve conhecimento da amnistia, o Summo Pontifice expediu ordem formal e urgente (26 Outubro 1875) para que fossem, sem demora, levantados os interdictos. (BASÍLIO DE MAGALHÃES).

E essa providência foi incondicional, não ficando de pé a imposição de se excluir das irmandades os maçons, como queria a principio o Santo Padre, conforme se lê numa carta particular por elle escripta ao Imperador, e datada de 9 de Fevereiro de 1875. (V. VILHENA DE MORAES — *O Gabinete Caxias e a amnistia aos bispos*, 1930, p. 143).

A extinção do elemento servil foi ponto capital do programma governamental de D. PEDRO II. Foi como que uma idéa obsessiva desde o começo do seu reinado. Fez tudo quanto estava ao seu alcance, com o maximo empenho e tenacidade, para expungir das instituições nacionaes essa vergonhosa mancha, que tanto desabonava os creditos da civilização brasileira.

“Quando a historia da abolição no Brasil, escreveu LEAO VELLOSO (Gil VIDAL), passar do dominio da legenda, da rhetorica romantica, dos tropos inflammados da oratoria, para a realidade dos factos, será PEDRO II glorificado como nosso primeiro e grande libertador.”

E não ha ninguem que, tendo estudado a questão, possa, de boa fé, dizer o contrario.

“Que a acção individual do Imperador — attesta JOAQUIM NABUCO, foi empregada, sobretudo depois de 1845, até 1850, em favor da suppressão do trafico, resultando naquelle ultimo anno nas medidas de EUSEBIO QUEIROZ, e de 1866 a 1871 em favor da emancipação dos nascituros, resultando nesse ultimo anno na lei Rio Branco, é um facto que o Imperador, se quizesse escrever Memorias e contar o que se passou com os diversos gabinetes dos dois periodos, poderia firmar historicamente com um sem numero de provas”.

As energicas e tenazes providencias de EUSEBIO DE QUEIROZ para tornar efectiva a extinção do trafico de africanos, e que acabaram com os contrabandos, tiveram, com effeito, por principal fomentador e insistente sustentador a D. PEDRO II. A um ministro que mostrara, então, reccios de que taes medidas fizessem perigar a segurança do throno, o Imperador chegou a dizer: “Prefiro perder a corôa a consentir na continuação do trafico”.

Já por determinações da Corôa, já por actos particulares, reiteradamente deu o Imperador eloquentes mostras dos seus humanos sentimentos de horror á barbara e nefanda instituição da escravatura.

Em 1840 libertou todos os escravos que herdara como propriedade particular. Tinha, todavia, o uso-fructo dos chamados “escravos da Corôa ou da Nação”. Estes não poude alforriar, porque não lhes pertenciam. “O Imperador, porém, — diz MUCIO TEIXEIRA, considerou-os sempre como seus protegidos, dando-lhes salario mensal.”

Por diversas vezes contribuiu D. PEDRO com quantias mais ou menos elevadas para a libertação de captivos. Incentivava sempre a manumissão, recompensando com titulos ou condecorações os senhores que alforriavam a totalidade ou grande numero dos seus escravos. Muitos exemplos desse facto poderia citar.

Todas as leis relativas á suppressão do elemento servil foram inspiradas pelo Imperador, que sempre se empenhou com firmeza e instancia pela votação dellas, tendo, para isso, a principio, que sustentar renhida porfia com a mór parte dos politicos e estadistas, que defendiam fortemente o regimen escravista.

Foi Sua Magestade que, em 1865, encarregou a PIMENTA BUENO da elaboração dos projectos de leis emancipadoras da escravidão, os quaes serviram de base ás que foram promulgadas alguns annos depois. Por insistencia do Imperador é que na fala do throno de 1868, sendo ZACHARIAS presidente do ministerio, se fez, pela primeira vez, referencia á necessidade de medidas tendentes á suppressão do elemento servil, referencia repetida na fala do throno do anno seguinte (1869). Na fala de 1870, porém, apezar da obstinada insistencia de D. PEDRO II, nenhuma allusão se fez ao magno problema, devido á intransigente opposição do Visconde de Itaboraay, presidente do ministerio, á qual cedeu o Imperador.

Conta o Barão de Cotegipe que, na conferencia desse ministerio, na qual se discutiu a redacção da fala do throno, ao dizer-se que a questão da emancipação era semelhante á pedra que rolava da montanha e que não devia ser precipitada a fim de que não fossem todos esmagados, Sua Magestade respondeu que *não duvidava de expôr-se á queda da pedra ainda que fosse esmagado*.

Foi ainda D. PEDRO II o principal fautor da lei de 28 de Setembro de 1871, chamada “lei do ventre livre”, e da de 28 de Setembro de 1885, libertadora dos escravos sexagenarios, havendo sustentado titanica e gloriosa lucta, no Senado e na Camara, pela passagem da primeira, o Visconde do Rio Branco, e o mesmo tendo feito, o senador DANTAS relativamente á segunda.

A lei de 13 de Maio de 1888 foi consequencia logica das primeiras tendo sido menor, a respeito della, a actuação directa de D. PEDRO, porque se achava, na occasião, grave-

mente doente na Europa. Mas a decretação dessa ultima lei causou-lhe a mais viva satisfação, conforme francas e inequívocas demonstrações delles.

“A verdade é que tanto a abolição do trafico, como a liberdade dos nascituros, — escreveu JOAQUIM NABUCO, foi o resultado da acção perseverante e paciente do Imperador, vencendo resistencias naturaes, sociaes e politicas, de encontrar, no momento opportuno, o homem para realizar a idéa pela qual elle então sacrificaria o throno”.

Como se explica, á visita do exposto, embora tão succintamente, que tenha havido e ainda haja quem tenha o despalante de affirmar que D. PEDRO II queria a conservação da escravatura no Brasil, ou nada fizera pela extincção della? É realmente de pasmar tamanha ignorancia ou má fé.

E refinado disparate é, nomeadamente, o daquelles que dão como prova do escravismo de D. PEDRO II o não ter querido elle, calcando violentamente aos pés a Constituição e tudo mais declarar extincta a escravidão por um simples acto de desabusado despotismo. Tal destempero nem merece levado em consideração.

A grandeza de alma e a abnegação de D. PEDRO refulgiram com redobrado esplendor por occasião da sua deposição e banimento. A sua calma resignação, o seu estoicismo, a sua conformação com a innominavel injustiça e ingratitude de que era victima, foram verdadeiramente pasmosos. Nem o menor gesto, nem uma só palavra de indignação, de revolta, de recriminação.

Já no desterro, diiza Sua Majestade aos seus amigos, referindo-se á sua deposição: “É a minha aposentadoria. Já trabalhei muito; irei descansar. Sob o ponto de vista individual, lucrei immensamente. Sou hoje livre. Vivo como entendo, satisfazendo as minhas vontades á lei das minhas inclinações”.

VALENTIM MAGALHÃES, que foi ardente republicano, assim se exprimiu a respeito de D. PEDRO DE ALCANTARA: “A desgraça é o crysol dos fortes, é a pedra de toque dos heróes. Resistir de pé, sem um calafrio de temor, nem um grito de ameaça esteril á onda encapellada e rugidora do infortunio; ver-se improvisadamente despenhado do fastigio do poder e das honras ao abysmo sombrio e gelido da deposição e do banimento, sem um queixume, sem um protesto, sem um gesto de supplica nem uma palavra de irritação; atravessar calmo, digno, impassível, rigores, desdens, ingratições e affrontas...

tas... é força, e grandeza, é heroismo de que raros exemplos nos conta a historia e de que basta um só para honrar uma patria e assombrar um seculo”.

A um vulto da excelsa grandeza e benemerencia de D. PEDRO II, excepcionalmente dotado de tantos e tamanhos meritos, e que foi o maior bemfeitor da nossa patria, poucas serão quantas homenagens sejam prestadas pelos brasileiros á sua sacrosanta memoria.

Já em outros Estados — Rio de Janeiro, Ceará, S. Paulo, Minas Geraes, — estatuas lhe foram erguidas.

Chegou agora a vez de tambem praticar a Bahia esse acto de justiça para com o immortal Monarcha, erigindo-lhe, na praça que ora tem o seu nome, a bellissima estatua, — magnifico monumento, que profundamente emocionados contemplamos, primorosa obra de arte que tanto honra o eximio escultor, o Sr. PASQUALE DEL CHIRICO, que a concebeu e executou. Se o nosso Estado não foi dos primeiros, a cumprir esse indeclinavel dever, felizmente, para credito nosso, tambem não é dos ultimos.

Bem hajam, pois, os distinctos bahianos promotores e realizadores desse justissimo preito, merecendo especial menção o presidente da commissão encarregada de levar-o a effeito, — o illustre Dr. MANOEL DIAS DE MORAES, que de corpo e alma, numa tenaz e indefessa actividade, se dedicou a essa benemerita empresa, tornando-se assim credor, bem como os seus dignos collaboradores, dos mais calorosos applausos e do intimo reconhecimento da população da nossa terra.

A sagrada divida de honra, no emtanto, que cabe a todos os brasileiros para com a sacrosanta e veneranda memoria do benemerito entre os mais benemeritos filhos da nossa patria, a que tanto amou, e para cujo progresso e felicidade mais do que nenhum trabalhou durante cincoenta annos de ininterrupto e fecundo labor, — essa divida de honra, cuja plena satisfação nos não permite procrastinar por mais tempo um dos mais nobres sentimentos humanos — a gratidão, — só será saldada, no particular, quando, pelo menos, em cada uma das capitães dos vinte Estados da Republica Brasileira estiver levantada condigna estatua a D. PEDRO, o *Justo e Justiceiro*, D. PEDRO, o *Sabio*, D. PEDRO, o *Integro*, D. PEDRO, o *Magnanimo*, D. PEDRO, o *Bom*.

Justitia quæ sera tamen.

Bahia 28-V-1937.

ADRIAEN VAN DER DUSSEN — *Relatório sobre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses* (1639). *Suas condições econômicas e sociais* — Tradução, introdução e notas de José Antônio Gonsalves de Melo, neto. Série História, III. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro, 1947. 168 p.

O historiador pernambucano José Higinio Duarte Pereira fez, em 1885, na Holanda, por designação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, valiosas cópias de documentos relativos ao período em que a Companhia das Índias Ocidentais tentou estabelecer-se no nordeste brasileiro, de 1630 a 1654. Uma delas é o *Relatório sobre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses* (1639), de autoria do conselheiro Adriaen van der Dussen, agora traduzido e anotado pelo Sr. José Antônio Gonsalves de Melo, neto, conhecido especialista na história daquela fase do passado nacional.

Nesse utilíssimo trabalho expôs aquele alto funcionário da Companhia a situação em 1639 de toda a estreita faixa litorânea que vai de Sergipe ao Ceará, descrevendo-a geograficamente, com dados interessantes à respectiva economia, relações entre holandeses, luso-brasileiros, indígenas, negros, judeus, recursos militares, religião, etc.

Aumentam o valor do volume publicado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool as notas do Sr. Gonsalves de Melo, neto, e os anexos: de José Higinio (relativo aos documentos holandeses interessantes ao Brasil), e outros, como listas de engenhos e de devedores da Companhia, de criadores de gado e de membros das precárias câmaras de escabinos aqui estabelecidas pelos intrusos.

HELIO VIANNA.

L. CRULS — *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. — Introdução de Gastão Cruls e prefácio do general Hastimphilo de Moura. Reedição. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5.^a, Brasileira, vol. 258. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1947. XIV + 272 p., ils., mapas desdobráveis.

leira, Série 5.^a, Brasileira, vol. 258. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1947. XIV + 272 p., ils., mapas desdobráveis.

De acôrdo com a Constituição de 1891, foi demarcada no Planalto Central do Brasil, no Estado de Goiás, uma região que posteriormente deveria formar o novo Distrito Federal do Brasil. Os estudos preliminares à fixação desse retângulo foram realizados por uma Comissão Exploradora chefiada por L. Cruls, autor de substancioso *Relatório*, em 1894, apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas da então, agora reeditado por diligência de seu filho, o escritor Sr. Gastão Cruls, com a colaboração de um participante da referida Comissão, o general Hastimphilo de Moura, que resumiu outro *Relatório* posterior, de 1896.

Tratando-se de magnífico estudo geográfico, para a época, foi realmente útil a sua reedição, justamente na ocasião em que novos estudos ali se procedem, com o mesmo fim, e de acôrdo com outras disposições constitucionais mais recentes. Apesar da passagem de mais de meio século, ainda têm atualidade muitas das observações então feitas no chamado "Retângulo Cruls", zona agora novamente incorporada, com sensível ampliação, na região indicada para fixação da futura capital do Brasil.

HELIO VIANNA.

NEVILLE B. CRAIG — *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. História Trágica de uma Expedição*. — Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5.^a, Brasileira, vol. 242. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1947. 450 p., ils.

Na história da viação brasileira ocupa a construção da *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, no atual Território Federal do Guaporé, um lugar especial, pelas extraordinárias dificuldades práticas de que se revestiu, por motivo da distância, insalubridade da região e outros fatores peculiares ao empreendimento.

Sua realização constitui, portanto, verdadeira vitória da engenharia especializada, ao mesmo tempo que demonstra a tenacidade dos governos que desde o Império até o Barão do Rio Branco souberam compreender a importância da via férrea que contornasse a zona encachoirada dos rios Madeira e Mamoré, nos limites do Brasil com a Bolívia.

Tendo sido essa missão inicialmente confiada a empreiteiros norte-americanos, não deram os esperados resultados, por aquele motivo, os seus trabalhos, motivo pelo qual tem cabimento o sub-título dado à narrativa do episódio, por um de seus participantes e sobreviventes — *História Trágica de uma Expedição*. Quem quiser conhecer a série de dificuldades de toda ordem que atingiu a tentativa de construção daquela *Estrada*, ficará realmente impressionado com o livro de Neville B. Craig, que apesar de publicado em 1907, nos Estados Unidos, somente quarenta anos depois teve a sua tradução brasileira.

HELIO VIANNA.

BARÃO DO RIO BRANCO — *Questões de Limites. Exposições de Motivos. Obras do Barão do Rio Branco*, vol. V. — Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1947. 246 p., mapas desdobráveis.

Além das duas importantes questões fronteiriças que resolveu o Barão do Rio Branco, com a República Argentina e a Guiana Francesa, em 1895 e 1900, antes de suas consecutivas nomeações para ministro das Relações Exteriores, por quatro presidentes da República, outras teve de resolver durante o desempenho desse cargo, de 1902 a 1912, quando faleceu. Fazendo-o, redigiu, como alto funcionário encarregado da matéria, mas também como geógrafo, historiador e advogado que nunca deixou de ser, notáveis *Exposições de Motivos*, que acompanhadas dos respectivos textos de tratados, acordos e convenções, encaminharam os presidentes Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca ao Congresso Nacional, para a indispensável ratificação.

Constituem, portanto, esses trabalhos, peças indispensáveis à história da formação de nossas fronteiras terrestres, razão pela qual andou muito bem o Ministério das Relações Exteriores incluindo-os entre as *Obras do Barão do Rio Branco*, publicadas em comemoração da passagem do centenário de seu nascimento.

Referem-se, as *Exposições de Motivos* que

formam o quinto volume dessa coletânea, às seguintes *Questões de Limites*: ao Tratado de Petrópolis, celebrado com a Bolívia, em 1903, quanto à posse do Acre; ao preventivo tratado de 1904, com o Equador; ao tratado, acordo de *modus vivendi* e protocolo complementar, negociados em 1907, por Enéias Martins, em Bogotá, com a Colômbia; ao tratado de 1909, assinado com o Peru; ao tratado do mesmo ano, que generosamente concedeu ao Uruguai o condomínio da lagoa Mirim e rio Jaguarão; à convenção com a República Argentina, de 1910, complementar ao tratado de limites de 1898, subsequente à vitória brasileira na quetão da zona de Palmas, imprópriamente chamada das Missões.

Documentos e magníficos mapas desdobráveis acompanham as *Exposições de Motivos* do Barão do Rio Branco, pela primeira vez reunidas em um só tomo.

HELIO VIANNA.

BARÃO DO RIO BRANCO — *Biografias. Obras do Barão do Rio Branco*, vol. VII. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 1947. 318 p.

Na série de *Obras do Barão do Rio Branco* publicada pelo Ministério das Relações Exteriores por motivo da passagem do centenário de nascimento do grande brasileiro foi incluído um tomo exclusivamente dedicado às *Biografias* pelo mesmo escritor, em diferentes fases de sua atividade de historiador.

A primeira, escrita quando o autor ainda não havia completado dezessete anos de idade, refere-se a Luís Barroso Pereira, heróico oficial da marinha brasileira, morto em combate na guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Segue-se o "Esboço biográfico do general José de Abreu, Barão do Sêrro Largo", trabalho que ao jovem José Maria da Silva Paranhos Junior abriu as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, transcrito do tomo XXXI, parte 2.^a, desta *Revista*, de 1868.

Também a terceira prende-se a outro vulto da mesma campanha do Sul: "O almirante James Norton", um dos notáveis marinheiros ingleses a serviço do Império do Brasil, em seus primeiros tempos.

A última das *Biografias* ora publicadas pelo Itamarati tem grande interesse para a história política, como para a história diplomática do Segundo Reinado. É a do pai do autor, José Maria da Silva Paranhos, Vis-

conde do Rio Branco. Não foi traçada apenas como prova de respeito filial, mas com a superior compreensão de um herdeiro e sucessor, de um estadista chamado a consolidar, no setor internacional, grande parte da obra paterna, das mais importantes confiadas a um diplomata e chefe de Estado brasileiro, no século XIX.

HELIO VIANNA.

RUI BARBOSA — “*A Imprensa*”. *Obras Completas de Rui Barbosa*, vol. XXV, 1898, tomos I, II e III. Prefácio de Américo Jacobina Lacombe, diretor da Casa de Rui Barbosa, Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1947. XLVIII + 334, 256, 286 p., ils.

Rui Barbosa, além dos outros títulos profissionais de que legitimamente poderia usar, também teve o de jornalista, pois em cinco fases de sua longa e ativa existência foi militante da imprensa diária, e dos mais notáveis do Brasil. Assim, somente nos dois anos e meio em que foi redator-chefe do jornal *A Imprensa*, de outubro de 1898 a março de 1901, escreveu nada menos de 600 editoriais e tópicos, que preencherão, provavelmente, dezoito tomos de suas *Obras Completas*, ora em curso de publi-

cação pela Casa de Rui Barbosa, do Ministério da Educação e Saúde.

A primeira parte daquela colaboração, correspondente apenas ao último trimestre de 1898, forma três tomos do vol. XXV, com 876 páginas de texto, mais 48 do excelente e documentado prefácio do Professor Américo Jacobina Lacombe, diretor da referida biblioteca, museu e arquivo, instalados na casa em que residiu o grande brasileiro.

Contém interessantes comentários políticos e jurídicos, relativos às últimas semanas do governo de Prudente de Moraes e primeiras do de Campos Sales. Importantes questões nacionais, como a liberdade de imprensa, atribuições dos Estados e municípios, manutenção do tribunal do juri, distribuição de impostos, uma lei sobre contravenções, etc., aí aparecem, com a profundidade e o rigor estilístico habituais nos escritos de Rui, mesmo quando simples tópicos anônimos da imprensa. Várias páginas primorosas, já recolhidas às antologias, aí também figuram, contra a colocação do busto de um presidente ao lado do de Washington, sobre “a lição das esquadras”, contra um Aretino local, soberba “Prece de Natal” e outras, todo o conjunto dando suficiente material para o julgamento de seus títulos de grande jornalista.

HELIO VIANNA.

OS SÓCIOS DO INSTITUTO

Maria Carolina Max Fleiuss

I — FIGUEIREDO (Fidelino de)

Nasceu em Lisboa, em 20 de julho de 1889, estudou no Colégio Luso-Brasileiro, Colégio de Santa Isabel, Liceu Central de Lisboa. Fêz o curso superior de letras (mais tarde Faculdade de Letras de Lisboa), no qual se graduou em Ciências Históricas, 1910. Fundador e editor da Revista de História, 1912-1928. Durante os anos de 1914 a 1917 e de 1919 a 1927 ocupou vários cargos técnicos no Departamento Nacional de Educação. Foi duas vezes diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1918-1919-1927. Deputado Nacional por Silves (Algarves), 1918-1919. Prêso por motivos políticos em 1927 foi exilado até 1929. Professor da Faculdade de Filosofia e Letras, da Faculdade de Madrid, 1927-1931. Foi por dois períodos professor da Universidade da Califórnia, 1937, da Universidade Autônoma do México, 1931, da Universidade da Columbia, 1931, lente do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de Santiago de Compostela, 1931, do Instituto de Altos Estudos, Academia de Ciências de Lisboa, 1932, vice-presidente do Comité da Academia Internacional de História, das Ciências, 1932-1934, professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, 1938-1940, delegado português ao XIV Congresso Internacional P.E.N. Clube e a VII Reunião do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (Liga das Nações, 1936), delegado especial da Universidade da Califórnia nas comemorações do III Centenário da Universidade de Coimbra, 1937.

Colaborador dos seguintes jornais: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1920-26; *El Debate*, Madrid, 1924-1930; *Diários Associados*, Brasil desde 1938, Editor contribuinte do *Books Abroad*; Norman, U.S.A.; Editor associado da *Hispanic American Historical Review*, Durham, U.S.A. Correspondente especial do *Land and Freedom*, New York.

Dirigiu e lecionou em diversos cursos e fêz preleções na Sociedade de Geografia de Lisboa; Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro (1920); Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro (Universidade do Porto); Sociedade Martins Sarmento Guimarães; King's College, London; Centro de Estudios Historicos, Madrid; Sociedade Economica Madrilense; Universidade de Salamanca; Circulo de Belas Artes, de Bilbao; Sociedade Menendez y Pelayo, Santander; Instituto Ibero Americano de Praga; Stanford University, U.S.A.; University of California em Los Angeles; Instituto de las Españas em los Estados Unidos, New York; Centro de Artesanos, de la Coruña; Casa de España, Lisboa; Mills College, Oakland; University of La Plata; Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires; Colegio Libre de Estudios Superiores, Buenos Aires; Departamento Municipal de Cultura, São Paulo.

Membro: Instituto de Coimbra, 1913; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1913; Instituto Histórico Paraibano, 1913; Instituto do Ceará, 1913; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1914; Academia das Ciências de Lisboa, 1915; Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1917; Sociedad Menendez y Pelayo, 1920; Real Academia de la Historia, Madrid, 1920; Instituto de Ciências e Letras de Pernambuco, 1921; Societá Scientifico Artistico Letterario Luigi de Camoens, Napoli, 1922; Academia de Buenas Letras, Barcelona, 1926; Academia de la Historia de Cuba, La Habana, 1935; Centro de Estudios Arqueológicos, Rio de Janeiro, 1935; Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires, 1936; Hispanic Society of America, New York, 1937; Academia Carioca de Letras, Rio de Janeiro, 1939; The Latin American Economic Institute, Boston, 1940; Commission Internationale d'Histoire Littéraire Moderne.

Sócio de mérito da Associação das Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus, Lisboa, 1919; Professor honorário da Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro, 1920; Membro honorário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1920; Convidado de honra do P.E.N. Clube, London, 1926; membro honorário da Sociedade Martins Sarmiento Guimarães, 1927; sócio honorário da Sigma Delta Pi Spanic Society, U.S.A., 1931; membro honorário da Sociedad Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1939.

Autor dos seguintes trabalhos:

O Espírito Histórico, 1910, 3.^a edição;

História da Crítica Literária em Portugal, 1910, 2.^a edição;

A Crítica Literária como Ciência, 1912, 3.^a edição;

Revista de História, 1912-1928;

História da Literatura Romântica, 1913, 2.^a edição;

História da Literatura Realista, 1914, 2.^a edição;

Características da Literatura Portuguesa, 1914, 3.^a edição;

Portugal nas Guerras Européias, 1914;

História da Literatura Clássica, 1917-1922-1924, 2.^a edição;

Estudos de Literatura, 1917-1918-1921-1924;

Como dirige a Biblioteca Nacional, 1919;

Cartas de Menendes y Palayo a Garcia Peres, 1921;

Epicurismos, 1924;

Torre de Babel, 1925;

Sob a cinza do Tédio, 1925, 3.^a edição;

O Pensamento Político do Exército, 1926;

Revoadas Romântica, 1926, 3.^a edição;

Lingua y Literatura Portuguesa, 1928;

Estudos de História Americana, 1929;

Notas para um Idearium Português, 1929;

Crítica do Exílio, 1930;

História de um vencido da vida, 1930, 2.^a edição;

Motivos de Novo Estilo, 1930;

A Epica Portuguesa no Século XVI, 3.^a edição;

As Duas Espanhas, 2.^a edição;

Iniciação Boémia, 1932;

Menoridade da Inteligência, 1933, 2.^a edição;

Depois de Eça de Queiroz..., 3.^a edição;

Interpretações, 1933;

Pyrene, 1935;

O Dever dos Intelectuais, 1935, 4.^a edição;

Aristarchus, 1939;

Últimas Aventuras, 1941; compreende esta obra uma História Crítica da Literatura Portuguesa com diversos estudos acessórios (Teoria da Crítica, Bibliografia, Relações com a Literatura Espanhola, etc.); a Emotiva Expressão de uma Hora de Crise (Sobre a Cinza do Tédio); e alguns Ensaios acerca da Crise Européia Contemporânea. Muitos dos seus livros foram traduzidos em diversas línguas.

II - LIMA (Henrique de Campos Ferreira)

Coronel de Artilharia; Diretor do Arquivo Histórico Militar; Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa; sócio efetivo fundador da Academia Portuguesa da História, de Lisboa; sócio titular da Associação dos Arqueólogos Portugueses; sócio correspondente do Instituto de Coimbra; sócio correspondente da Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães; sócio efetivo da Sociedade de Geografia, de Lisboa; sócio efetivo da Sociedade Nacional de Belas Artes, de Lisboa; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; sócio correspondente do Centro Riograndense de Estudos Históricos; sócio de Arcadia, de Roma e sócio correspondente da Società Luigi Camoens, de Nápoles.

CONDECORAÇÕES

Grande Oficial da Ordem de S. Bento de Aviz, de Portugal; Oficial da Ordem de Santiago, de Portugal; comendador da Ordem da Polónia Restituta; comendador da Ordem da Corôa, da Bélgica; comendador da Ordem do Mérito da Água Vermelha, da Alemanha; Oficial da Ordem da Instrução Pública, de França; palmas de prata da Academia Polaca de Letras; comendador do Mérito Militar, de Espanha.

ESCRITOS DE MATÉRIA BRASÍLICA

Lisboa. Poesia de Antonio Nobre, com uma breve introdução, Lisboa, 1914.

Memórias para servirem à história da campanha do Alentejo em 1801, por José Maria das Neves Costa, com uma breve introdução, Coimbra, 1914.

- Apontamentos para a história da medalhística portuguesa. O físico francês Bouch*, Lisboa, 1915.
- Os ex-librès de Garrett*, Pôrto, 1917.
- Costumes portugueses (Ensaio bibliográfico)*, Lisboa, 1917.
- Subsídios para a bibliografia garretteana (Notas acêrca de algumas variantes garretteanas)*, Coimbra, 1918.
- Gomes Freire de Andrade. Notas bibliográficas e iconográficas*, Coimbra, 1919.
- D. Leonor de Portugal filha d'El-Rei D. Duarte, Imperatriz da Alemanha. Notas iconográficas*, Pôrto, 1921.
- Os ex-libris de Gerard de Visme, fundador da quinta e palácio de Monsenat em Sintra*, Pôrto, 1922.
- Medalhas e condecorações concedidas pela Junta do Pôrto em 1847*, Lisboa, 1922.
- António Candido. Notas bibliográficas*, Coimbra, 1922.
- Garrett e o Brasil. Notas bibliográficas*, Rio de Janeiro, 1923.
- Dois retratos de D. João 1.º em Viena d'Austria. Brevês notas iconográficas*, Lisboa, 1923.
- D. Pedro V e a artilharia portuguesa*, Lisboa, 1923.
- Joaquim Rafael pintor e escultor portuense*, Coimbra, 1923.
- Uma poetisa portuguesa em Portugal Pauline de Flaugergnes*, Coimbra, 1923.
- Subsídios para um dicionário bio-bibliográfico dos calígrafos portugueses*, Lisboa, 1923.
- Notícia acêrca do busto do Duque de Lafões existente na Academia das Sciencias de Lisboa*, Coimbra, 1925.
- Princesas artistas (as filhas de El-Rei Dom José)*, Coimbra, 1925.
- Joaquim Machado de Castro, escultor conimabriense*, Coimbra, 1925.
- Portugal e a Suecia. Notas acêrca das relações literárias entre os dois países*. Pôrto, 1925.
- O tenente-general Bartolomeu da Costa*, Lisboa, 1924.
- Estudos garretteanos*, Pôrto, 1926.
- Estudos garretteanos. O teatro de Garrett no estrangeiro*, Pôrto, 1926.
- Garrett e a Academia*, Coimbra, 1926.
- Colecção de estampas*, Lisboa, 1927.
- Iconografia da Condessa da Ega*, Pôrto, 1927.
- Garrett e a Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, Lisboa, 1927.
- Catálogo da Exposição bibliográfica e iconográfica comemorativa da batalha da Vila da Praia*, Coimbra, 1930.
- Traços biográficos do Marquês de Faria*, V.N. de Famalicão, 1930.
- Garrett, soldado do Corpo de Voluntários Acadêmicos*, Lisboa, 1930.
- Bocage no Arquivo Histórico Militar*, Pôrto, 1930.
- Os malucos (moeda cunhada nos Açores em 1929)*, Lisboa, 1930.
- Le séjour de Pauline de Flaugergnes en Portugal (1836-1839)*, Coimbra, 1930.
- As paródias na literatura portuguesa*, Lisboa, 1930.
- O pintor Sequeira no Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, 1930.
- O tenente-general José Antonio da Rosa*, Lisboa, 1930.
- Notas a propósito de uma poesia de Garrett*. Coimbra, 1931.
- Cartas dirigidas pelo Conde de Raczynski e Ferdinand Denis*, Lisboa, 1932.
- Analia, poesia inédita de Garrett, com introdução*, Lisboa, 1932.
- Garrett diplomata*, Pôrto, 1932.
- Catálogo da exposição bibliográfica antoniana*, Lisboa, 1932.
- Catálogo da exposição bibliográfica de Nun'Alvares*, Lisboa, 1932.
- Exército português*, Pôrto, 1932.
- Legião polaca ou legião de Dona Maria II*, V.N. de Famalicão, 1932.
- Biografia do Marechal Cunha Matos, na Revista de Artilharia*, de 1932.
- Medalhas das campanhas da liberdade*, V.N. de Famalicão, 1933.
- Medalhas e cruces de condecoração da Guerra Peninsular*, V.N. de Famalicão, 1933.
- Medalha concedida, em 1808, ao Corpo de Ecclesiasticos Voluntários Conimabrienses*, Coimbra, 1933.
- O pintor portuense José Alves Ferreira Lima*, Lisboa, 1933.
- O poeta Belmiro Transtagano no Arquivo Histórico Militar*, Moura, 1933.
- Uma "berta" no cerco do Pôrto. 1833-1834*, Lisboa, 1934.

- Relações entre Portugal e a Polónia*, V.M. de Famalicão, 1934.
- Batalhão de Voluntários Franceses, de Ramorino ou de Peniche*, Coimbra, 1934.
- Corpo de Atiradores Portugueses ou Corpo de Atiradores Belgas*, Lisboa, 1935.
- Marcão nas Campanhas da Liberdade*, Estremoz, 1935.
- Alguns artistas portugueses e estrangeiros no Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, 1935.
- Garrett estudante em Coimbra*, Figueira da Foz, 1935.
- Relatório de uma missão de estudo ao Brasil*, em 1936.
- Museu da Guerra Peninsular pertencente ao Sr. Frederico Ferreira Pinto Basto (Casa das Gaças)*, Lisboa, 1936.
- Legião Polaca*, 2.^a ed., V.N. de Famalicão, 1936.
- Fr. Casimiro de S. José Wyszynski*, Lisboa, 1936.
- Relações entre Portugal e a Tchecosloquia*, V.N. de Famalicão, 1936.
- Um amigo de Castilho: Mannel Rodrigues da Silva Abreu*, Pôrto, 1936.
- Padroeiros dos regimentos, confrarias e irmandades militares*, Pôrto, 1937.
- Irmandade militar de N. S. do Carmo da guarnição da Praça de Valença*, Lisboa, 1937.
- O tenente português João Baptista de Almeida Sousa e Sá*, V.N. de Famalicão, 1937.
- José Clemente Pereira no Arquivo Histórico Militar*, V.N. de Famalicão, 1937.
- O general português António Figueira de Almeida herói da guerra da independência da Grécia*, Lisboa, 1937.
- Uma companhia italiana no Exército Libertador*, V.N. de Famalicão, 1937.
- Os suíços no Exército Português*, V.N. de Famalicão, 1937.
- Os alemães no Exército Libertador*, V.N. de Famalicão, 1937.
- Batalhão de Caçadores Espanhois do Guadiana*, V.N. de Famalicão, 1937.
- A projecção espiritual de Garrett no romantismo brasileiro*, no *Diário de Lisboa*, de 20 de fevereiro de 1937.
- Catálogo da exposição bibliográfica e iconográfica luso-polaca*, Lisboa, 1938.
- Garrett e Sá da Bandeira*, Lisboa, 1938.
- O Marechal Conde de Goltz comandante em chefe do Exército Português*, V.N. de Famalicão, 1938.
- José Clemente Pereira no Arquivo Histórico Militar*, Vila Nova de Famalicão, 1938.
- Casimiro de Abreu em Portugal*, S. Paulo, 1939.
- Garrett em Espanha*, Lisboa, 1939.
- Cazas em que, em Lisboa, residiu Almeida Garrett*, Lisboa, 1939.
- Medalhas individuais de gratidão portuguesas*, V.N. de Famalicão.
- Memória estatístico-econômico-administrativa sobre o Arsenal do Exército, Fábricas e Fundições da Côte do Rio de Janeiro, pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos, prefaciada e anotada*, V.N. de Famalicão, 1939.
- Santo António Militar*, V.N. de Famalicão, 1939.
- O general português António Figueira de Almeida herói da guerra da independência da Grécia*, 2.^a ed., V.N. de Famalicão, 1939.
- Machado de Assis em Portugal*, no *Diário de Lisboa*, de 14 de outubro de 1939.
- Manuel Luiz dos Santos Construtor Naval*, Lisboa, 1939.
- O pintor alemão Katzenstein em Portugal*, Lisboa, 1940.
- Garrett e o Pôrto*, Pôrto, 1940.
- Literatos portugueses no Brasil*, série de artigos publicados no *Correio Português*, do Rio de Janeiro. Sairam já 80 artigos.
- Além destes trabalhos impressos em separado tem colaboração em numerosas revistas literárias e artísticas.

LIVROS RECEBIDOS

Em abril de 1947

Lembranças do Passado — vol. III — João Gomes da Rocha — C.B. Public Ltda., Rio de Janeiro.

Cartas de Inglaterra — vol. XXIII — 1896 — tomo I. Rui Barbosa — M.E.S. — Rio de Janeiro, 1946.

Memórias Históricas do Rio de Janeiro — 3.º, 4.º, 5.º e 6.º vols. — José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo — Imprensa Nacional — 1945 — Rio de Janeiro.

Corografia Brasileira — Tomo I — Aires de Casal — Imprensa Nacional — 1945 — Rio.

Florilegio da Poesia Brasileira — Tomos: I, II e III — Afrânio Peixoto (Coleção) — 1946 — Rio de Janeiro.

Albores de Venezuela — Dr. Ambrosio Perra — C.A. Artes Gráficas — 1946 — Caracas.

Cesário Motta e seu tempo — Cassio Motta — São Paulo — 1947.

O Município e os Municípios na Constituição Federal de 1946 — J.C. Ataliba Nogueira — Depart. Est. Infor. — 1947 — São Paulo.

Gente del Littoral — Mateo Booz — 1944 — Buenos Aires.

O Rio de Janeiro Imperial — Adolfo de Moraes de los Rios Filho — Editora A Noite — Rio de Janeiro — 1946.

No Tempo da Cadeirinha (Contos) — José de Mesquita — Estante Matogrossense — Mato Grosso — 1946.

Roteiro da Felicidade — José de Mesquita — Estante Matogrossense — Mato Grosso — 1946.

Filosofia positiva com Deus e a Alma — Felipe Sampaio — Pará — 1946.

Nova História da Literatura Brasileira — General Liberato Bittencourt — Ofc. Grafts. Col. 289 — Rio de Janeiro — 1947.

História Geral das Bandeiras Paulistas — Tomo 8.º — Afonso de E. Taunay — Impr. Of. do Estado — São Paulo — 1946.

Em maio de 1947

Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira — 1.º Tomo — Artur Cesar Ferreira Reis — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1947.

Aos Juristas da Paz — Haroldo Valladão — Empr. Graf. Ltda. — 1947 — São Paulo.

Jubileu de Formatura do Ministro Alfredo Valladão (Discursos e Homenagens) — 1946 — Rio de Janeiro.

Caudillos Entrerrianos López Jordan — 2.º tomo — Aníbal S. Vasquez — Peuser Ltd. Rosário — 1940.

El Nacimiento del Obispo Trejo y Sanabria — Enrique Martinez Paz — Impr. de la Univ. — Cordoba — 1946.

Richard Hakluty his successores — Edward Lynam — The Hakluyt Society — 1946 — London.

O Clero na Epopéia Farrroupilha (Separata do IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul) — Vol. 2 — págs. 619 e 716.

O Observatório do Infante D. Luiz e a Cidade de Lisboa — Prof. H. Amorim Ferreira — Publ. Cult. da C. Munic. — Lisboa — 1947.

José Felipe Funes — una vida breye y fecunda — Luiz Roberto Altamira — Impr. de la Univ. Cordova — Republica Argentina — 1947.

Memoire du Conseiller M. F. Correia — Don Pedro d'Alcantara — Typ. G. Leuzinger

A Princesa D. Isabel, a Redentora — Paulo José Pires Brandão — Tip. do Patronato — Rio de Janeiro — 1946.
& F. — Rio de Janeiro — 1892.

Em junho de 1947

A influência do índio na linguagem brasileira (Conferência proferida pelo Prof. Nelson de Senna — Cons. Nac. Prot. Índios) — Rio de Janeiro — 1947.

Annual Report of the American Historical Association — for the year — 1945 — Vol. I — Washington.

Águas Termais de Mato Grosso.

Coleção de Leis, Ato e Memoriais — Cons. Nac. Prot. Índios — Rio de Janeiro — 1947.

Obras completas de Rui Barbosa — Vol. XIX — 1892 — Tomo I (Discursos Parlamentares) — M.E.S. — Rio de Janeiro — 1946.

Papers of the the MacHigan Academy of Science Arts and Letters — Vol. XXX — 1944.

Actas del Cabildo de Caracas — Tomo II — 1600-1605 — Editorial Elite — 1946 — Caracas.

Obras completas de Rui Barbosa — Vol. XVII — 1890 — Tomo I — A Constituição de 1891 — M.E.S. — Rio de Janeiro — 1946.

Obras completas de Rui Barbosa — Vol. XXIII — 1896 — Tomo I (Cartas de Inglaterra) — M.E.S. — Rio de Janeiro — 1946.

História de Castro Alves — Pedro Calmon — José Olimpio — Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (Terras e Águas de Guanabara) — Felisberto Ranzini — Afrânio Peixoto) — Aquarelas de... IV. Edgard de Cerqueira Falcão — Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro — 1945.

Mi América — Alice Lardé — Libr. y Edit Ruiz. — Córdoba — 1946.

Geografia dos Mitos Brasileiros — 52 — Luiz da Camara Cascudo — Livr. José Olimpio — Rio de Janeiro — 1947.

Tempo dos Flamengos — 54 — José Gonçalves de Melo, Neto — Livr. José Olimpio — Rio de Janeiro — 1947.

Em abono de Batista Caetano — J. Philipson — São Paulo — 1947.

Virgem Aparecida de Cabo Frio — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

Florilegio da Poesia Brasileira — Tomos: I, II e III — Col. Afrânio Peixoto — Academia Bras. — Rio de Janeiro — 1946.

Boletim Latino Americano de Música — Año VI, tomo VI, abril de 1946, 1.ª parte — com um suplemento musical dedicado integralmente a la creación brasileira — Instituto Interamericano de Musicología — Montevideu — 1946.

Derecho Territorial Equatoriano — 1943 — 1830 — 1.º tomo — año 1946 — Gabriel Pino Ycaza — Universidad de Guayaquil — Guayaquil — 1946.

O Comunismo e a España — Pde. Artur Costa — Rio de Janeiro — 1947.

Os Holandeses no Maranhão — Josué Montelo — M.E.S. — Rio de Janeiro — 1947.

A Geopolítica e a Consciência Geográfica da Nação — H. Canabarro Reichardt — Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1947.

Credo de Liberdade — L.

Los Pueblos del Norte de la Peninsula Ibérica Analisis Histórico-Cultural) — Julio Caro Baroja — Madrid — 1943.

Obras completas de Rui Barbosa — Vol. X — 1883 — Tomo I — Reforma do Ensino Primário — M.E.S. — Rio de Janeiro — 1947.

Direitos e deveres Constitucionais — Rio de Janeiro — 1947.

Pareceres e Representações — Rio de Janeiro — 1947.

Estudos Jurídicos — Rio de Janeiro — 1947.

Direito do Autor — Rio de Janeiro — 1947.

Na Faculdade Nacional de Arquitetura — Rio de Janeiro — 1947.

Informações prestadas pela Diretoria a pedido de um grupo de Srs. Acionistas — São Paulo — 1947 — Pelo Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Em abril de 1947

Boletim Bibliográfico Mexicano — 30 de septiembre de 1946 — N.º 81 — Año VII — México.

Embaixada da China — 31 de março de 1947 — Rio de Janeiro.

Indice del Boletim del Archivo Nacional XII — Habana.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — Abril de 1947 — N.º 46 — Ano V — Rio de Janeiro.

- Ocidente* — N.º 107 — Vol. XXXI — Março de 1947 — Lisboa.
- Boletim da União Panamericana* — Fevereiro de 1947 — Vol. XLIX — N.º 2 — Washington.
- Engenharia* — Março de 1947 — N.º 55 — Ano V — Vol. V — São Paulo.
- Memórias do Instituto Osvaldo Cruz* — Ano 1946 — Tomo 44 — Fasc. I — Rio de Janeiro.
- State Geological Survey* — Bulletin n.º 70 — Urbana.
- Bulletin of the New York Public Library* — February 1947 — Vol. 51 — Number 2 — N. York.
- Letras del Ecuador* — 10 e 11 de enero e marzo de 1946 — Año I — Quito.
- Digesto Economico* — N.º 23 — Outubro de 1946 — Ano II — São Paulo.
- Anuário Estatístico do Café* — 1943-45 — Departamento Nacional do Café — Rio.
- Boletín Bibliográfico Mexicano* — 31 de octubre de 1946 — N.º 82 — Año VII — México.
- Bulletin of the New York Public Library* — January 1947 — Vol. 51 — Number I — N. York.
- State Geological Survey-Report of Investigations* — N.º 120 — Urbana Illinois.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — Outubro a dezembro de 1946 — Lisboa.
- Endeavour* — Volumen V — N.º 19 — Julio de 1946 — Londres.
- Hilfel* — Decembre-janvier — N.º 3 — Paris.
- Correio de Uberlândia* — 11, 18 e 20 de março de 1947 — Ns. 2.109, 2.114 e 2.116 — Ano X — Minas Gerais.
- Revista Nacional de Cultura* — N.º 59 — Noviembre-diciembre de 1946 — Caracas.
- Vozes de Petropolis* — Janeiro-fevereiro de 1947 — Fac. I — Petrópolis.
- Conferências del Ciclo* — 1941-1942, ditadas por los Becarios — Ns. 4 e 5 — Buenos Aires.
- Influencia de la musica incaica em el cancionero del norte argentino* — Vol. I — Buenos Aires.
- Conferencias del Ciclo* — 1939 — Ditadas en el Teatro de Nacional de Comedias, 13 — Buenos Aires.
- Revista do Museu Nacional* — Dezembro de 1945 — N.º 5 — Ano II — Rio de Janeiro.
- Boletín de Arqueologia* — Noviembre-diciembre de 1945 — Vol. I — N.º 6 — Bogotá.
- Belgique Amerique Latine* — 20 janvier — 1947 — Bruxelles.
- Embajada de España* (Boletín de Información) — N.º 34 — Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — Janeiro de 1947 — Año XV — Vol. XXIX — N.º 1 — Rio de Janeiro.
- Boletín Informativo* — Octubre de 1946 — N.º 10 — Ano II — Chile.
- Revista Duperial do Brasil* — Novembro-dezembro de 1946 — N.º 34 — S. Paulo.
- Boletim Geográfico* — Setembro de 1946 — N.º 42 — Ano IV — Rio de Janeiro.
- Informações Argentinas* — N.º 8-12 — Agosto-dezembro de 1945 — Buenos Aires.
- Boletim do Museu Nacional* — Botânica — N.º 5, 20 de março de 1946; Zoologia, n.º 59, 6 de abril de 1946; n.º 60, 17 de abril de 1946; n.º 61, 14 de maio de 1946; n.º 62, 21 de maio de 1946; n.º 63, 22 de maio de 1946; Botânica — n.º 6, 31 de maio de 1946; Zoologia — n.º 65, 10 de maio de 1946; n.º 66, 15 de junho de 1946; n.º 67, 30 de julho de 1946; n.º 68, 15 de agosto de 1946; n.º 69, 16 de agosto de 1946; Botânica — n.º 7, 27 de setembro de 1946; Zoologia — n.º 70, 27 de setembro de 1946; n.º 71, 15 de outubro de 1946; n.º 72, 16 de dezembro de 1946; M.E.S. — Rio de Janeiro.
- Universidade de La Habana* — 64 al 69, enero-diciembre de 1946 — Cuba.
- Seleções do Reader's Digest* — Tomo X — Julho-dezembro de 1946 (Encardinado).
- Universidad Pontificia Bolivariana* — Mayo-junio-julio de 1946 — N.º 45-46 — Vol. XII — Colômbia.
- História, Evocação e Saudade* — 1946 — Porto Alegre.
- Anuário Acadêmico* — 1947 — Lisboa.
- 1.º Centenário do Conselheiro Antônio da Silva Prado* (1946) — São Paulo.
- Suplementos do Guia das Bibliotecas Brasileiras*.
- Brasília* — Vol. III — 1946 — Coimbra.
- Engenharia* — Abril de 1947 — N.º 56 — Ano V — Vol. V — São Paulo.
- A Rodovia* — Março de 1947 — N.º 86 — Ano X — Rio de Janeiro.

- Boletim da União Pan-Americana* — Fevereiro de 1947 — Vol. XLIX — N.º 2 — Washington.
- Boletín del Archivo General de La Nación* — Tomo XVII — 1946 — México.
- Brasil Açucareiro* — Ano XV — Vol. XXIX — Fevereiro de 1947 — N.º 2 — Rio de Janeiro.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — N.º 142 — Junho de 1946 — Ano XII — Rio de Janeiro.
- Boletín de Informacion* — N.º 35 — Embajada de España — Rio de Janeiro.
- Britain To-Day* — March 1947 — Number 131 — London.
- State Geological Survey-Report of Investigations* — Ns. 117 e 118 — 1946 — Urbana.
- Estudio sobre las condiciones necesarias para asegurar la defensa política* — 2 de enero de 1947 — Montevideu.
- Boletim Linotipico* — N.º 66 — 1946 — Nova York.
- Bulletin of the New York Public Library* — January-february 1947 — Number 1 e 2 — Vol. 51 — New York.
- Liga Marítima Brasileira* — Março de 1946 — N.º 465 — Ano XXXVIII — Rio de Janeiro.
- Anuário de Lourenço Marques* — 1946.
- Município de Resende* — 13 e 20 de abril de 1947 — Ns. 1 e 2 — Ano I — Resende.
- História da Civilização antiga e Medieval* (Boletim) — LXIV — N.º 5 — São Paulo.
- Boletín de Historia y Antiquidades* — Vol. XXXIII — N.º 383 y 384 — Septiembre y octubre de 1946 — Bogotá.
- Boletín de Arqueologia* — Volumen II — N.º 1 — Enero-marzo de 1946 — Colômbia.
- Revista del Instituto Etnológico Nacional* — Vol. II — 1945 — Bogotá.
- Anuário Estatístico* — Ano XVIII — 1945 — Moçambique.
- Correio de Uberlândia* — 19 e 21 de abril de 1947 — Ns. 2.115 e 2.137 — Ano X — Minas Gerais.
- Boletín Informativo* — 20 de abril de 1947 — Embaixada da China — Rio de Janeiro.
- A. E. C.* — Ano III — Fevereiro de 1947 — N.º 33 — Rio de Janeiro.
- Think* — March 1947 — N.º 3 — Vol. XIII — New York.
- Liga Marítima Brasileira* — Janeiro de 1946 — N.º 463 — Ano XXXVIII — Rio de Janeiro.
- Report of the United States National Museum* — 1946 — June 30 — Washington.
- Boletín Informativo* — Año III — Agosto de 1946 — Enero 1947 — N.º 1 — Quito.
- Brasil Açucareiro* — Março de 1947 — Ano XV — Vol. XXIX — N.º 3 — Rio de Janeiro.
- I. G. G.* — *Revista do Instituto Geográfico e Geológico* — Vol. III — N.º 2 — Abril a junho de 1945 — São Paulo.
- O Livro Americano* — Tomo IX — 1946 — Washington.
- A Hollanda* — *Sua terra e seu povo* — Rio de Janeiro.
- The Geographical Review* — Vol. XXXVI — 1946 — New York.
- Correio de Uberlândia* — Ns. 2.131 e 2.133, de 12 e 15 de abril de 1947 — Ano X — Minas Gerais.
- Polibiblon* — 1.º de abril de 1947 — N.º 1 — Vol. I — Buenos Aires.
- United Nations World* — Vol. 1 — N.º 1 — February 1947 — New York.
- América* — Ns. 1, 2 y 3, vol. XXXI — Octubre, noviembre e diciembre de 1946 — Habana.
- Boletim da União Pan-Americana* — Março de 1947 — N.º 3 — Vol. XLIX — Washington.
- Boletín Informativo* — 20 de abril de 1947 — Embaixada da China — Rio de Janeiro.
- Dois Povos: Dois Polos no Ideal Educativo*, por Juan Oropesa — N.º 3 — Washington.
- Institute of International Education* — October 1, 1946 — New York.
- Belgique Amerique Latine* — Nouvelle serie n.º 17 — 20 de Février — 1947 — Bruxelles.
- Revista do Instituto Genealógico da Bahia* — 1946 — Ano 2 — N.º 2 — Bahia.
- Boletín de la Academia Nacional de Historia* — Julio-diciembre de 1946 — N.º 68 — Vol. XXVI — Quito.

Em maio de 1947

- Revista do Serviço Público* — Janeiro e fevereiro de 1947 — Ns. 1 e 2 — Vol. 1 — Ano X — Rio de Janeiro.

- La Casa de Montalvo* — Noviembre de 1946 — Ns. 42, 43, 44 — Ano XVI — Equador.
- Boletín de Informacion* (especial) — N.º 36 — Embajada de España — Rio de Janeiro.
- Excerpts from State Department Publications on Foreign Affairs* — Washington.
- Boletim da União Pan-Americana* — Março de 1947 — N.º 3 — Vol. XLIX — Washington.
- Geographical Review* — April 1947 — Number 2 — Vol. XXXVII — New York.
- News Bulletin* — March 1, 1947 — N.º 6 — Vol. 22 — New York.
- O Livro Americano* — Março de 1947 — N.º 3 — Tomo X — Washington.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Julho de 1946 — N.º 233 — Ano XXI — São Paulo.
- The American Society Legion of Honor Magazine* — Number 4 — Vol. 17 — Winter 1947 — New York.
- América Indígena* — Enero de 1947 — N.º 1 — Vol. VII — México.
- Informações Argentinas* — N.º 107 — Año 1946 — Buenos Aires.
- Book-News* — U.S.A. — Vol. 1 — Number 7-8 — August-september 1946 — New York.
- Endeavour* — Vol. V — N.º 20 — 1946 — Octubre — Londres.
- Geografia* — N.º 3 — LXX — São Paulo.
- América Indígena* — Enero de 1947 — N.º 1 — Vol. VII — México.
- Boletim Bibliográfico* — Dezembro de 1945 — Ano II — Vol. IX — São Paulo.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — Maio de 1947 — N.º 47 — Ano V — Rio de Janeiro.
- Município de Resende* — 4 de maio de 1947 — N.º 4 — Ano 1 — Resende.
- 8.º Anuário Eclesiástico da Diocese da Campanha* — 1947.
- Belgique Amerique Latine* — Nouvelle serie n.º 18, 20 de mars de 1947 — Bruxelles.
- Correio de Uberlândia* — 5 de maio de 1947 — N.º 2.146 — Ano X — Minas Gerais.
- Polibiblon* — 15 de abril de 1947 — N.º 2 — Vol. 1 — Buenos Aires.
- Anais do Arquivo da Marinha* — Junho-dezembro de 1946 — N.º 9 — Ano IV — Rio.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — Fevereiro de 1947 — Nova série — Vol. XIX — Lisboa.
- The British Development of West Florida* — 1763-1769, by Clinton N. Howard.
- Boletim Informativo* — 30 de abril de 1947 — Embaixada da China — Rio de Janeiro.
- Município de Resende* — 11 de maio de 1947 — N.º 5 — Ano 1 — Resende.
- Boletim Bibliográfico Mexicano* — 31 de diciembre de 1946 — N.º 84 — Año VII — México.
- Bulletin of the New York Public Library* — March 1947 — Number 3 — Vol. 51 — New York.
- Monuments of Wit And Learning.*
- Revista Brasileira de Estatística* — Julho-setembro de 1946 — N.º 27 — Ano VII — Rio.
- A Rodovia* — Abril de 1947 — N.º 87 — Ano X — Rio de Janeiro.
- América Indígena* — Enero 1947 — N.º 1 — Vol. VII — México.
- O Livro Americano* — Vol. 10 — N.º 4 — Abril de 1947 — Washington.
- Noticias del Caribe* — Diciembre de 1946 — N.º 5 — Ano I — La Habana.
- Separata de Atualidades Terapêuticas* — Setembro-outubro de 1946 — N.º 5 — Vol. 1 — Ano I — José Correia Picanço — Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico Mexicano* — 30 de noviembre de 1946 — N.º 83 — Año VII — México.
- Biografias* — VII (Obras do Barão do Rio Branco) — M.R.E. — Rio de Janeiro.
- Revista Nacional de Culture* — Enero-febrero de 1947 — N.º 60 — Año VIII — Caracas.
- Engenharia* — Maio de 1947 — N.º 57 — Ano V — Vol. V — São Paulo.
- Catalogue* N.º 67 — Gé-Nabrink's.
- Boletín* (organización de las naciones unidas para la educación, la ciencia y la cultura n.º 1, vol. 1, enero de 1947.)
- Polibiblon* — 1.º de mayo de 1947 — N.º 3 — Vol. 1 — Buenos Aires.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — N.º 115 — Tomo XXIX — Julio-setiembre de 1946 — Caracas.

Guia Quincenal de la Actividade Intelectual y Artística Argentina — Ano I — Ns. 1 e 2 de abril y maio de 1947 — Buenos Aires.

Educacion — Diciembre de 1946 — Enero 1947 — N.º 46 — Año 8 — Caracas.

Ocidente — N.º 108 — Vol. XXXI — Abril de 1947 — Lisboa.

Instituto de Economia — Fundação Mauá — 1947.

Correio de Uberlândia — 19 e 20 de maio de 1947, ano X — Ns. 2.155 e 2.156 — M.G.

Revista do Instituto do Ceará — Tomo LIX — Ano 1945 — Ceará.

A Catalogue of Brooks on a Large Variety of Subjects — N.º 683 — 1947 — London.

O Livro Americano — Tomo X — N.º 2 — Fevereiro de 1947 — Washington.

Belgique Amerique Latine — 20 de abril de 1947 — Bruxelles.

Boletim Cultural — 19 de maio de 1947 — Embaixada da China — Rio de Janeiro.

Think — April 1947 — N.º 4 — Vol. XIII — New York.

International Conciliation — February 1947 — N.º 428 — New York.

O Bombeiro — Janeiro, fevereiro e março de 1947 — Ns. 109, 110 e 111 — Rio de Janeiro.

Geografski Vestnik — XVIII — 1-4 — 1946.

Quarterly Journal — February 1947 — N.º 2 — Vol. 4 — Washington.

Journal of the Liege of York Town-Senate Document — N.º 32 — New York.

The Story of the Campaign and Siege of York town — Senate document n.º 318 — New York.

Em junho de 1947

Brasil Açucareiro — Abril de 1947 — N.º 4 — Ano XV — Vol. XXIX — Rio de Janeiro.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Agosto de 1946 — N.º 234 — Ano XXI — São Paulo.

Boletim Bibliografico Mexicano — Junho-julho-agosto-setembro e outubro de 1946 — Ns. 78, 79, 80, 81, 82, 83 e 84 — Año VII — México.

Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — 2.º semestre de 1946

— Vol. X — Ano VI — N.º 10 — Rio de Janeiro.

Município de Resende — 25 de maio de 1947 — N.º 7 — Ano I — Resende.

Bulletin of the New York Public Library — April de 1947 — N.º 4 — Vol. 51 — New York.

Ocidente — Maio de 1947 — Vol. XXXII — N.º 109 — Lisboa.

Quarterly Journal — February 1947 — N.º 2 — Vol. 4 — Washington.

Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões — Dezembro de 1946 — Vol. XXI — N.º 3 — Rio de Janeiro.

The United States Quarterly Book List — March 1947 — Vol. 3 — Number 1 — Washington.

The Rockefeller Foundation — 1946.

Annual Report of the American Historical Association — For the year — 1945 — Vol. I, proceedings and list of members — Washington.

Revista Duperial do Brasil — N.º 36 — Março-abril de 1947 — São Paulo.

Município de Resende — N.º 8, 1 de junho de 1947 — Ano I — Resende.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — III Trimestre de 1946 — Porto Alegre.

Unesco Bulletin for Library — April 1947 — N.º 1 — Vol. I — Paris.

A influência do índio na linguagem brasileira (Conferência proferida pelo Prof. Nelson de Senna, a 30 de abril de 1946) — Rio de Janeiro.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — Junho de 1947 — N.º 48 — Ano V — Rio.

R. A. E. (Repartição de Águas e Esgotos) (Boletim) — Janeiro de 1947 — N.º 18 — Ano 9 — São Paulo.

Vozes de Petrópolis — Março-abril de 1947 — Col. 5 — Fasc. 2 — Petrópolis.

Catalogue des Publications Livres de Fonds et en nombre et de quelques occasions — Orion, Amerique, etc. — 1835-1946 — Paris.

The Bookman's Classified Guide — 1947 — New York.

Boletim de la Sociedad Mexicana de Geografia y Estadística — Noviembre-diciembre de 1946 — N.º 3 — Tomo LXII — México.

- Sbornik Československé Společnosti Zemepisné* — Svazek LI — Rocnik — 1946.
- Hillel* — N.º 4 — Paris.
- Boletín de Informacion* — N.º 37 — Embajada de España — Rio de Janeiro.
- Engenharia* — Junho de 1947 — N.º 58 — Ano V — Vol. V — São Paulo.
- Rotary Clube de Recife* (Boletim Semanal) — 30 de abril de 1947, 7 e 14 de maio de 1947 — Ns. 38, 39 e 40 — Ano XVI — Pernambuco.
- A Lâmpada* — Março de 1947 — N.º 54 — Ano XVII — Paraná.
- Discursos e Alocuções* (Conferência interacadêmica luso-brasileira de Lisboa para a unidade da língua escrita) — Lisboa.
- Catalogue N.º 680* — Livres Anciens et Modernes — Holanda.
- Unesco Bulletin* — For Library — May 1947 — Vol. 1 — N.º 2 — Paris.
- Rênascença* — 15 de maio de 1947 — N.º 388 — Ano XVII.
- Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística* — Noviembre-diciembre de 1946 — Tomo LXII — N.º 3 — México.
- The Geographical Journal* — April 1947 — Ns. 4 e 6 — Vol. CVII — London.
- A Rodovia* — Maio de 1947 — N.º 88 — Ano X — Rio de Janeiro.
- Museu Histórico Nacional* — 21 impressos — Rio de Janeiro.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — Marzo y abril; mayo y agosto; tomo XXXIV — Ns. 133 e 134 — Caracas.
- Boletim Cultural* — 31 de maio e 6 de junho de 1947 — Embaixada da China — Rio de Janeiro.
- The Catholic Historical Review* — April 1947 — Vol. XXXIII — Number 1 — Washington.
- Boletín de Historia y Antigüedades* — Noviembre de 1946 — N.º 385 — Vol. XXXIII — Bogotá.
- Boletim Trimestral de Estatística* — 2.º trimestre de 1946 — N.º 2 — Ano XXI — Lourenço Marques.
- Município de Resende* — 8 de julho de 1947 — N.º 9 — Ano I — Resende.
- Boletim Mensal das Observações Meteorológicas feitas nos Postos da Colônia* — Abril a junho de 1946 — Ns. 4 a 6 — Ano XIII — Lourenço Marques.
- O Brasil Açucareiro* — Maio de 1947 — N.º 5 — Vol. XXIX — Ano XV — Rio de Janeiro.
- Biblos* — Noviembre de 1946 — N.º 22 — Año IV — Buenos Aires.
- O Puritano* — 10 de junho de 1947 — Número 1.899 — Ano 49 — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 10 de junho de 1947 — N.º 2.170 — Ano X — Minas Gerais.
- Boletín de Arqueología* — Abril-junho de 1946 — N.º 2 — Vol. II — Bogotá.
- Boletín Informativo* — Febrero de 1947 — N.º 11 — Año III — Quito — Equador.
- Guía Quincenal de la Actividad Intelectual Artística Argentina* — 2.ª quincena de mayo de 1947 — N.º 3 — Año 1 — Buenos Aires.
- Informações Argentinas* — Outubro de 1946 — N.º 18 — Buenos Aires.
- Revista del Museo de La Plata* — 1945.
- Exploraciones Arqueológicas en el Pucará de Volcan* — Rep. Argentina.
- Actas Capitulares del Santiago del Estero* — Tomos: III e IV — Años 1767 e 1777, 1778 a 1791 — Buenos Aires.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 31 de março de 1947 — N.º 1 — Tomo XIX — Rio de Janeiro.
- Arquivo Canoniano* — 1943-1944 — Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* — 1.º semestre de 1946 — Vol. IX — N.º 9 — Ano VII — Rio de Janeiro.
- Boletín de Informacion* — Noviembre-diciembre de 1946 — Ns. 3 e 4 — Ano I — 2.ª época — España.
- Índice Cultural Español* — 1.º de marzo, 1.º de abril de 1947 — Año II — Ns. 14 e 15 — Madrid.
- Revista do Clube de Engenharia* — Abril e maio de 1947 — Ns. 128 e 129 — Vol. XVI — Rio de Janeiro.
- Revista Numismática* — Ns. 1 e 4 — Ano XIV — 1946 — São Paulo.
- Guía Quincenal de la Actividad Intelectual y Artística Argentina* — 1.ª quincena de junio de 1947 — N.º 3 — Ano I — Buenos Aires.
- Belgique Amerique Latine* — 20 mai 1947 — Nouvelle serie n.º 20 — Bélgica.
- Revista Nacional* — Marzo de 1946 — N.º 99 — Año IX — Uruguay.

O I.G.G. — Julho a setembro de 1945 —
Vol. III — N.º 3 — Ano III — São
Paulo.

Correio de Uberlândia — 14 de junho de 1947
— N.º 2, 173 — Ano X — Minas Gerais.

Município de Resende — 15 de junho de 1947
— N.º 10 — Ano I — Resende.

Lista Diplomática — Junho de 1947 — M.R.E.

Polibillon — 1.º de junho de 1947 — N.º 5
— Vol. I — Buenos Aires.

Município de Resende — 22 de junho de 1947
— N.º 11 — Ano I — Resende

Boletín de Historia y Antigüedades — Diciem-
bre de 1946 — N.º 386 — Vol. XXXIII
— Bogotá.

Britain to day — April e may 1947 — Ns. 132
e 133 — London.

News Bulletin — 1 de abril de 1947 — N.º 7
— New York.

Universidad de Antioquia — Noviembre 1946
80 — Colombia.

*Catálogo de los fondos de la Junta Superior
de Sanidad de la Isla de Cuba* — XIII —
Vol. — La Habana.

*Anais do IV Centenário da Companhia de
Jesus* — Rio de Janeiro — M.E.S.

NOTICIÁRIO

SÓCIOS FALECIDOS

No segundo trimestre dêste ano o Instituto Histórico teve a desdita de ver desfalcado o seu quadro social de dois dos seus sócios ilustres: o diplomata Aníbal Veloso Rebelo, sócio benemérito, falecido em 9-4-47 e o Comandante Eugênio Teixeira de Castro, sócio efetivo, falecido em 14-5-47.

I. A. VELOSO REBELO — Era carioca, tendo aqui nascido a 28-5-1871. Fez quase toda carreira profissional na diplomacia. Antes exercera cargos: como praticante do Secretário do Senado do E. do Rio (1891), amanuense do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1892) e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1893). Formado em Direito (1896), conseguiu ingressar na vida diplomática, como adido de Legação (1899) e depois como adido à Missão Especial em Roma, chefiada por Joaquim Nabuco (1902); 2.º Secretário de Legação (1904), encarregado de negócios em Bruxelas (1908, 1909, 1911); 1.º Secretário de Legação (1911); encarregado de negócios em Lisboa (1915 e 1916); ministro residente (1917), ministro plenipotenciário em comissão (1917); enviado extraordinário e ministro plenipotenciário (1918); embaixador em comissão no Centenário da Independência da América Central (1921), em disponibilidade (1926); enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de 1.ª classe em 15-2-931; aposentado nesse cargo (1936).

A proposta para sócio correspondente do Instituto Histórico está datada de 4-5-914 e foi assinada pelos Srs. Max Fleiuss, Eduardo Peixoto e Sebastião de Vasconcelos Galvão e foi justificada com os seguintes trabalhos, apresentados pelo seu autor:

“La nouvelle loi bresilienne sur les failites” 2eme edition, Lisbonne (1912), colaboração com H. A. Zwendelaar), “Les sources du droit bresilien” (esquisse historique), Bruxel-

les. Imprimerie F. van Buggenhoudt — 1913: “Histoire sommaire de l'arbitrage permanent”, em que colaborou; “Rapport sur le fonctionnement de Jury, au Brésilil” (extrait de la “Revue de l'Institut de Droit Comparé” — Tome VI — 1913).

Remetida a proposta à Comissão de História mereceu ali parecer favorável de que foi relator o Sr. Basílio de Magalhães e signatários os Srs. Clóvis Beviláqua e Viveiros de Castro, em data de 25-9-15. Esse parecer alude, com louvor, à monografia do autor “As primeiras tentativas de Independência do Brasil”, apresentada ao 1.º Congresso de História Nacional, onde também mereceu parecer favorável do Sr. Arrojado Lisboa.

Lido e aprovado em sessão do Instituto de 29-9-15 foi a proposta encaminhada à Comissão de Admissão de Sócios — sendo relator o Dr. Manuel Cicero e signatários os Srs. Miguel de Carvalho e Ramiz Galvão que, em parecer de 11-10-15 igualmente à recomendaram favoravelmente ao sufrágio do Instituto. Afinal, em assembleia de 12-10-15 foram os pareceres aprovados por unanimidade — sendo o Dr. A. Veloso Rebelo proclamado sócio correspondente.

Na assembleia de 22-8-31 foi êle transferido dessa classe para a de sócio honorário.

Pertencia ainda o extinto às seguintes sociedades nacionais: Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e Instituto Histórico do Ceará, Sociedade Brasileira de Direito Internacional e ao Instituto dos Advogados Brasileiros; das sociedades internacionais era participante das seguintes: sócio honorário da Associação dos Advogados de Lisboa e correspondente do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geografia e da de Estudos Históricos de Lisboa; sócio correspondente (1909) e eleito membro do Conselho diretor (1913) do Instituto de Direito Comparado de Bruxelas; sócio da Sociedade de Legislação Comparada e da de História Diplomática e da

de Geografia Comercial, de Paris; sócio correspondente da Sociedade de Economia Política e Direito Comparado de Berlim; do Instituto Ibero-Americano de Direito Comparado, da Sociedade de Direito Internacional da Inglaterra; da Acadêmica "O Parnase" de Atenas e da Sociedade Helênica das Belas Artes; da Sociedade Americana de Direito Internacional e da Academia de Ciências Políticas e Sociais de Filadelfia; da Academia de História da Venezuela; do Ateneu de Guatemala e sócio correspondente da Academia Nacional de Artes e Letras de Havana.

Além dos trabalhos acima indicados, o Dr. Veloso Rebelo ainda editou: "As terras devolutas no Brasil" (Bruxelas, 1909); "Escritos e Discursos" (Lisboa — Tip. A Editôra Limitada — 1914 — 8.º, de 90 págs.); "Garcia Moreno" (estadista católico) na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Tomo 87 — Vol. II (1921) e (Rio — Empresa Gráfica Paulo. Pongetti & Cia. — 1926 — 8.º de 176 págs.); "Sentenças Arbitrais" (Rio — 1926 — 8.º, de 244 págs.) e "Literaturas estrangeiras" (Rio — Irmãos Pongetti — 8.º, de 536 págs.).

Faz parte, como membro do juri de recompensas (seção de livros), da Exposição Universal de Bruxelas (1910); membro do 1.º Congresso Internacional de Ciências Administrativas de Bruxelas (1910); membro da 28.ª Conferência de Direito Internacional, promovida pela "International Law Association", de Londres (1913); vogal da Comissão de Monumento, em Lisboa, de jornalista historiador e bibliografo português. Brito Aranha (1913); e arbitro dirimente do Tribunal Equatoriano-Colombiano, na capital do Equador (1918).

Tinha os seguintes títulos e condecorações: Grão Cruz da Ordem "Honra e do Mérito" da Cruz Vermelha Cubana; comendador da Real Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo de Portugal; oficial da Instrução Pública, da França; medalha da Cruz Vermelha do Japão e medalha da Instrução Pública da Venezuela.

Biografia e bibliografia do estinto encontram-se no "Dicionário Bibliográfico Português", de Inocêncio F. da Silva — Tomo 22.º (15.º do Suplemento — pág. 108) e "Dicionário bio-biográfico Brasileiro", de J. F. Velho Sobrinho (Tomo I, pág. 392).

II. COMANDANTE EUGÊNIO DE CASTRO — Oficial da Armada brasileira. Nascido no Rio de Janeiro a 11-8-1882. Foi proposto para sócio efetivo do Instituto Histórico a 16-7-920, em documento assinado por Max-Fleiss, Sebastião de Vasconcelos Galvão, Laudelino

Freire, Juliano Moreira, Jonatas Serrano, Souto Maior e Barão de Studart.

Remetida a proposta à seção de Geografia ali teve parecer favorável, em 5-5-921 de que foi relator o Sr. Raul Tavares e signatários os Srs. Henrique Morize, A. C. Gomes Pereira, José Cândido Guilhobel e Gastão Ruch. Aprovado êsse parecer, foi remetido à comissão de admissão de sócios em 28-6-21 — a qual, sendo relator Manuel Cicero e signatários Antônio Olinto e Miguel Carvalho, também se manifestou favorável à proposta em data de 18-7-21 — sendo lida em sessão de 22-7 e aprovada pela assembléia geral de 6 de agosto seguinte.

O livro que lhe deu entrada no Instituto foi: "Terra à vista" em que o jovem oficial de marinha relata viagens feitas na Costa brasileira, completado por outro editado mais tarde: "Cruzeiros", em que narra as longas travessias de profissional do mar a bordo do "Benjamim Constant".

Além de sócio efetivo do Instituto Histórico, foi sócio fundador da "Sociedade Capistrano de Abreu" que êle dirigiu por longos anos e onde reeditou, por esforços exclusivos seus, quase toda a obra esparsa do saudoso mestre cearense. Dirigiu também o Instituto Cairú, transformado mais tarde no Instituto Nacional do Livro.

Ingressando na Escola Naval em 1899, deixou a carreira militar, reformando-se em 1927, no posto de Capitão de Corveta.

Entre os seus trabalhos publicados, avultam, como os de mais apreço, os seus belos "Ensaios de Geografia linguística" (ed. Brasileira — 2.ª ed., São Paulo) e a reedição completa, comentada minuciosamente, do "Diário da Navegação" de Pero Lopes de Sousa, trabalho de magistral erudição.

Por ocasião do IV Centenário da Restauração Portuguesa (1940) o Comandante Eugênio de Castro fez parte da Embaixada oficial brasileira que visitou Portugal. Nessa qualidade, como vulto de maior graduação, presidiu ali, ao Congresso Luso-brasileiro de História.

Nessa sua brilhante atividade — teve oportunidade de proferir ali várias orações, que algumas aparecem nos "anais", daquela comemoração. Editamo-los, todos, no presente número da *Revista* — como homenagem ao culto e digno consócio que soube honrar a pátria no exterior.

O Comandante Eugênio de Castro que fazia parte de numerosas associações científicas do Brasil e do Estrangeiro recebeu entre outras numerosas distinções, a "Ordem de Aviz",

que lhe foi concedida pelo Governo Português e lhe foi entregue, no recinto do Instituto, pelo embaixador Julio Dantas, proferindo então o homenageado belas palavras de agradecimento que então a *Revista* registrou (vol. 176). Aqui também foi assinalado o seu emotivo estudo sobre "Paulo Prado" a propósito da aposição do nome do culto escritor paulista em avião da Campanha Nacional de Aviação (vol. 185).

No volume especial comemorativo do Centenário da Independência (1922) aparece também uma erudita palestra sua sobre a "Arma da Portuguesa", que, naquela época (1822), nos visitara.

Igualmente no volume especial comemorativo do centenário de nascimento de D. Pedro II (1925), figura uma interessante contribuição sua: "Pedro II e a Marinha do Segundo Império" (tomo 98 — págs. 556-564).

Há, de Eugênio de Castro, trabalhos esparsos que merecem ser recolhidos em livro: o ensaio sobre a Capitania de Ilhéus (ed. in "O Espelho", 1936), o perfil do Almirante Gomes Pereira, seu antigo comandante; os seus estudos sobre bibliografia linguística americana, elaborados para o Instituto Cairú — enfim, inúmeras e valiosas páginas de sabor histórico, geográfico, bibliográfico, sempre escritos com amor de forma, base científica que não desenhava de se revestir de linguagem polida, revelando além do homem culto e erudito, o escritor de mérito.

COLABORAÇÃO

Continuamos neste número a publicação das conferências feitas pelo nosso prezado consócio, professor Feijó Bittencourt, em São Paulo, sobre matéria da sua especialidade.

Transcrevemos um antigo estudo do saudoso professor baiano Gonçalo Moniz, Sodré de Aragão, sobre D. Pedro II e entre os trabalhos originais, cumpre chamar a atenção para os do Sr. General Leitão de Carvalho, nosso consócio, do senhor Pedro Moniz de Aragão, sobre seu ilustre avô — João Alfredo e o do ex-ministro Justo Pastor Benítez, sobre governadores do Paraguai, como sempre, escrito magistralmente por uma das penas mais adestradas da América.

CONFERÊNCIAS

Publicamos no presente número a conferência proferida no Dia Pan-Americano (14 de abril), pelo nável sócio do Instituto e bri-

lhante deputado federal por São Paulo, professor J. C. Ataliba Nogueira.

No trimestre corrente realizaram-se, no Instituto, além da acima referida, mais duas conferências: a primeira — do consócio Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional, sobre: "Quem é o verdadeiro autor da biografia anônima do Marquês de Caxias?" (publicado na "Galeria" de Sis-siere), a qual foi proferida em 13 de maio; a segunda — do desembargador Vieira Ferreira sobre: "Ouro, Café e Negro" no Brasil, proferida em 24-6.

Ambas serão publicadas nesta *Revista* logo que os seus ilustres autores enviem os respectivos originais.

QUADRO SOCIAL

Na assembléia geral de 13 de maio fizeram-se as seguintes eleições: do Sr. General Eurico Gaspar Dutra para o posto de Presidente Honorário, em respeito a disposições estatutárias do Sr. Afonso Costa para sócio efetivo; dos Srs. Frei Basílio Rower, professor Haroldo Teixeira Valadão, e Dr. Afonso Bandeira de Melo — para sócios honorários; e do Sr. Renato Costa e Almeida — para sócio correspondente, todos escolhidos, segundo a justificação de praxe nas propostas respectivas, que o Instituto mercedosamente endossou, através dos "pareceres" das suas comissões.

PALESTRA

Na sessão competente sai, neste número, a palestra feita pelo nosso sócio Dr. Alcindo Sodré, diretor do "Museu Imperial" de Petrópolis — extraída de um capítulo que vem pacientemente elaborando sobre o seu ilustre bisavô: o Conselheiro Cruz Jobim, médico da Monarquia.

EXPEDIENTE

Os originais de trabalhos destinados à publicação na *Revista*, devem vir datilografados; e toda a correspondência, relativa à colaboração, bem como a referente ao serviço de assinaturas, deve ser, dirigida à sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — com o seguinte endereço: *Revista* — Avenida Augusto Severo, n.º 4 — Lapa — Rio de Janeiro.

REVISTA

Por indicação do Embaixador J. C. de Macedo Soares passa a exercer, a partir do presente número, o lugar de Diretor Substituto

desta "Revista", o nosso prezado consócio, Professor Leopoldo Feijó Bittencourt, 2.º secretário do Instituto Histórico.

Colaborador assíduo da nossa publicação e

dedicado membro da actual directoria, o novo encargo não lhe vai trazer maiores títulos, mas novos e arduos sacrificios, a benefício da Instituição.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO

	1947			
	<i>Abril</i>	<i>Maio</i>	<i>Junho</i>	<i>Total</i>
<i>2.º Trimestre</i>				
— Obras oferecidas	15	33	30	78
— Revistas nacionais e estrangeiras recebidas.	64	82	74	220
— Catálogos recebidos	—	2	3	5
— Mapas recebidos	—	—	—	—
<i>Arquivo</i>				
— Documentos consultados	1.250	1.136	380	3.366
— Museu — visitantes	39	52	70	161
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
— Consultas	592	680	712	984
— Jornais	405	348	756	1.509
— Revistas	390	292	440	1.122
— Mapas consultados	62	36	64	162
<i>Secretaria</i>				
— Ofícios, cartas e telegramas recebidos.....	38	57	45	140
— Ofícios, cartas e telegramas expedidos.....	235	270	237	742

ÍNDICE DA REVISTA N. 195

ABRIL - JUNHO DE 1947

	Págs.
I — TRABALHOS ORIGINAIS	
1 — <i>Fôrças Armadas</i> — pelo Gal. E. Leitão de Carvalho.....	3
2 — <i>Na Casa dos Governadores</i> — por Justo Pastor Benitez.....	24
3 — <i>João Alfredo Acadêmico</i> — por Pedro Moniz de Aragão....	32
II — CONFERÊNCIAS	
4 — <i>O Pan-Americanismo e o Super-Estado Americano</i> — por J.ª C. Ataliba Nogueira	35
5 — <i>Roma e a História</i> — por Feijó Bittencourt.....	42
6 — <i>A Renascença e a História</i> — por Feijó Bittencourt.....	77
7 — <i>A História e as Nações Modernas</i> — por Feijó Bittencourt	113
III — PALESTRAS	
8 — <i>Um Médico da Monarquia</i> — por Alcindo Sodré.....	149
IV — DISCURSOS	
9 — <i>Em Portugal</i> (I, II, III e IV) — por Eugênio de Castro.	172
V — TRANSCRIÇÃO	
10 — <i>D. Pedro, o Bom</i> — por Gonçalo Moniz	181
VI — CRÍTICA DE LIVROS	
11 — <i>Notas (6)</i> — de Hélio Viana	198
VII — BIO-BIBLIOGRAFIA	
12 — <i>Os sócios do Instituto</i> — por Maria C. Max Fleiuss.....	201
VIII — PUBLICAÇÕES	
13 — <i>Livros recebidos</i>	205
14 — <i>Outras publicações</i>	206
IX — Noticiário (7 notas)	213

1949

**Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil**



